

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	12
3.4 - Política destinação de resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos	15
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	16
3.7 - Nível de endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	19

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	20
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	33
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	37
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	45
4.5 - Processos sigilosos relevantes	46
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	47
4.7 - Outras contingências relevantes	52
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	54

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	55
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	58
5.3 - Descrição - Controles Internos	62

Índice

5.4 - Programa de Integridade	65
5.5 - Alterações significativas	68
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	69
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	70
6.3 - Breve histórico	71
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	73
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	74
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	75
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	76
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	77
7.3 - Produção/comercialização/mercados	78
7.4 - Principais clientes	84
7.5 - Efeitos da regulação estatal	85
7.6 - Receitas relevantes no exterior	89
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	90
7.8 - Políticas socioambientais	91
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	92
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	93
8.2 - Alterações na condução de negócios	94
8.3 - Contratos relevantes	95
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	96
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	97
9.1.a - Ativos imobilizados	98
9.1.b - Ativos Intangíveis	100
9.1.c - Participação em sociedades	102
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	108
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	109

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	138
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	141
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	142
10.5 - Políticas contábeis críticas	146
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	149
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	150
10.8 - Plano de Negócios	151
10.9 - Outros fatores com influência relevante	153
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	154
11.2 - Acompanhamento das projeções	155
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	156
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	166
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	173
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	176
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	177
12.7/8 - Composição dos comitês	186
12.9 - Relações familiares	190
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	191
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	192
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	193
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	194
13.2 - Remuneração total por órgão	201
13.3 - Remuneração variável	205
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	208
13.5 - Remuneração baseada em ações	217
13.6 - Opções em aberto	222
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	224
13.8 - Precificação das ações/opções	226

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	228
13.10 - Planos de previdência	229
13.11 - Remuneração máx, mín e média	230
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	231
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	232
13.14 - Remuneração - outras funções	233
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	234
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	235
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	236
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	239
14.3 - Política remuneração dos empregados	240
14.4 - Relações emissor / sindicatos	241
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	242
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	243
15.3 - Distribuição de capital	250
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	251
15.5 - Acordo de Acionistas	252
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	256
15.7 - Principais operações societárias	257
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	260
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	261
16.2 - Transações com partes relacionadas	263
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	267
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	269
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	270
17.2 - Aumentos do capital social	271
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	275
17.4 - Redução do capital social	276

Índice

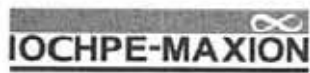
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	277
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	281
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	282
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	284
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	285
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	289
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	298
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	299
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	300
18.8 - Títulos emitidos no exterior	301
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	302
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	303
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	304
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	305
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	307
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	308
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	310
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	311
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	312
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	313
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	314
21.3 - Responsáveis pela política	316
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	317

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Elcio Mitsuhiro Ito****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**Marcos Sergio de Oliveira****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente**Declaração do Diretor Presidente**

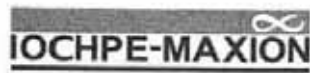
Marcos Sergio Oliveira, Diretor Presidente da Iochpe-Maxion S.A., declara que:

- a) reviu formulário de referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de julho de 2020.


Iochpe-Maxion S.A

Marcos S. Oliveira
Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores**Declaração do Diretor de Relações com Investidores**

Elcio Mitsuhiro Ito, Diretor de Relações com Investidores da Iochpe-Maxion S.A.,
declara que:

- a) reviu formulário de referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de julho de 2020.

Iochpe-Maxion S.A

Elcio Mitsuhiro Ito
Diretor Financeiro e
Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, pois os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores são ocupados por pessoas diferentes. As declarações individuais estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11		
Período de prestação de serviço	01/04/2012		
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados da Deloitte incluem: (i) as demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas (IFRS), a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia e auditoria das demonstrações financeiras das controladas e negócios em conjunto no Brasil e no exterior para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, (ii) a emissão de cartas de "conforto" relacionadas com a oferta de Debêntures e Empréstimo Sindicalizado e (iii) trabalhos de "compliance" fiscal para Companhia e para as controladas no Brasil e exterior.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes (Deloitte), relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, corresponde ao montante de R\$ 7.057.939,46		
Justificativa da substituição	(i) O montante de R\$ 6.899.871,47 se refere as demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas (IFRS), a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia e auditoria das demonstrações financeiras das controladas e negócios em conjunto no Brasil e no exterior para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018; (ii) O montante de R\$ 105.002,49 se refere a emissão de cartas de "conforto" relacionadas com a oferta de Debentures e Empréstimo Sindicalizado da Companhia e (iii) o montante de R\$ 53.065,50 se refere aos trabalhos de "compliance" fiscal para Companhia e para as controladas no Brasil e exterior. Considerando que a regulamentação da República da Turquia requer a rotatividade dos auditores independentes da sociedade controlada pela Companhia naquele país a cada sete anos; e que, para otimização dos trabalhos relativos à auditoria independente da Companhia e suas sociedades controladas, é recomendável que todo o grupo tenha um mesmo auditor independente, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 30 de outubro de 2019, deliberou pela alteração dos auditores independentes da Companhia, passando as demonstrações financeiras Companhia a serem auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), como novos auditores independentes da Companhia em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"). Não houve discordância do auditor independente.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Fernando Augusto Lopes Silva	21/02/2018 a 31/12/2017	294.257.738-07	Av Churci Zaidan, 1240, Golden Tower – 4º ao 12º andares, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (011) 51861295, Fax (011) 51863582, e-mail: faugusto@deloitte.com

Possui auditor?

SIM

Código CVM

471-5

Tipo auditor

Nacional

Nome/Razão social

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

CPF/CNPJ

61.366.936/0001-25

Período de prestação de serviço

05/11/2019

Descrição do serviço contratado

(i) realizar a auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020; (ii) efetuar a revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias e emitir relatório dos auditores independentes sobre a revisão das Informações Trimestrais (ITR), individuais e consolidadas, referentes aos trimestres a findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020 da Iochpe-Maxion S.A., (iii) realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso aplicável, das subsidiárias da Iochpe-Maxion S.A. relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, a serem preparadas com base nas seguintes práticas contábeis ("GAAP") e idioma; (iv) elaboração de relatório sobre a revisão da Declaração de Informações relativas a escrituração fiscal digital – ECF do exercício de 2020 da Iochpe-Maxion S.A.; (v) elaboração de relatório sobre a revisão dos aspectos fiscais e das informações a serem enviadas ao fisco Mexicano para as empresas localizadas no México; (vi) auditoria dos "reporting packages" com base em IFRS a serem enviados à EY Brasil para fins de consolidação das demonstrações financeiras consolidadas da Iochpe-Maxion S.A.; e (vii) relatório de procedimentos acordados (Covenants Assurance Report) Iochpe Maxion e controladas sobre determinadas dívidas.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

A remuneração dos auditores independentes (Ernst & Young), relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, corresponde ao montante de R\$ 6.710.852,93* (* utilizamos para base de cálculo, no que se refere aos serviços prestados no exterior, câmbio de USD e Euros na data de 11.11.2019).

Justificativa da substituição

Não houve substituição do auditor independente.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Não houve substituição do auditor independente por questões de discordância ou conflito de opiniões.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luciano Cunha	01/01/2020	143.862.908-77	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1909, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil. CEP 04543-011, Telefone (11) 25734031, Fax (11) 25734907, e-mail: luciano.cunha@br.ey.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	3.496.976.000,00	3.198.527.000,00	2.630.505.000,00
Ativo Total	9.375.411.000,00	9.019.190.000,00	7.922.248.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	10.016.395.000,00	9.616.299.000,00	7.487.940.000,00
Resultado Bruto	1.185.218.000,00	1.318.276.000,00	1.154.978.000,00
Resultado Líquido	337.435.000,00	306.142.000,00	80.209.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	152.368.590	149.351.787	139.516.939
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	22,750000	21,416061	18,854377
Resultado Básico por Ação	2,231350	1,354510	0,049730
Resultado Diluído por Ação	2,23	1,35	0,05

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

a) Medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como medida de desempenho operacional da Companhia, ou alternativa aos fluxos de caixa ou como medida de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos e depreciação.

O EBITDA da Companhia apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018, e de 2017 totalizaram os montantes de R\$ 1.095.809 mil, R\$ 1.057.068 mil e R\$ 798.553 mil, respectivamente. O EBITDA em relação às receitas líquidas foi de 10,9%, 11,0% e 10,7% respectivamente.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012.

Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA

O índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA é calculado pela divisão entre (A) a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo contraídos pela Companhia e suas controladas, subtraído do saldo de caixa e equivalentes de caixa, somado ao saldo de aplicações financeiras, e (B) o valor do EBITDA dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme a Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012.

Os índices Endividamento Bancário Líquido / EBITDA da Companhia apurados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018, e de 2017 foram 2,2x em 2019 e 2018 e 2,9x em 2017.

A Companhia considera o Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA, em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu endividamento e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do Mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que, com determinadas limitações.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**Índice de Endividamento**

O Índice de endividamento é calculado pela soma do total do Passivo circulante e do total do Passivo não circulante consolidado da Companhia, dividido pelo patrimônio líquido consolidado, conforme a Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, Anexo 24.

R\$ - mil	2019	2018	2017
Total do passivo circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854
Total do passivo não circulante	3.294.817	2.558.834	2.230.889
Montante total de dívida de qualquer natureza	5.878.435	5.820.663	5.291.743
Patrimônio líquido total	3.496.976	3.198.527	2.630.505
Índice de Endividamento	1,68100525	1,81979486	2,01168331

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:**EBITDA**

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

Reconciliação do EBITDA – R\$ mil	2019	2018	2017
Lucro Líquido Atribuído aos Controladores	337.425	201.325	6.403
Lucro Líquido Atribuído aos não Controladores	83.980	104.817	73.806
Imp. de Renda / Contrib. Social	84.936	174.532	69.139
Resultado Financeiro	169.904	220.819	347.208
Depreciação / Amortização	419.554	355.575	301.997
EBITDA	1.095.809	1.057.068	798.553

Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA

A tabela abaixo apresenta o cálculo do Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA:

<i>Valores em milhares de Reais</i>	2019	2018	2017
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	646.137	486.903	543.331
Empréstimos e Financiamentos CP	648.697	1.076.149	1.352.544
Empréstimos e Financiamentos LP	2.412.886	1.737.556	1.490.732
Total de empréstimos e financiamentos	3.061.583	2.813.705	2.843.276
Total - Endividamento Líquido	2.415.447	2.326.802	2.299.945
EBITDA	1.095.809	1.057.074	798.553
Índice Endividamento Bancário Líquido¹ / EBITDA	2,2	2,2	2,9

1 Cálculo: Endividamento Bancário Líquido / EBITDA

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**EBITDA**

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

A Companhia considera o EBITDA, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do Mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que, com determinadas limitações.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Não houve evento subsequente às demonstrações financeiras do exercício social de 2019.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a) Regras sobre a retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, além de determinar que 5% do lucro líquido do exercício seja destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, prevê ainda a destinação de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 58% (cinquenta e oito por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva de Investimento e Capital de Giro, limitada, em conjunto com a reserva legal, ao valor do capital social. A referida Reserva de Investimento e Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como a capitalização e financiamento de sociedades controladas e coligadas.

Ainda, o Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, prevê que parte do lucro líquido do exercício poderá ser retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral. Atualmente não existe orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Os valores das retenções de lucros dos últimos 3 exercícios sociais estão descritos abaixo:

R\$ mil	2019	2018	2017
Reserva legal	17.138	10.694	702
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	5,0%	5,0%	5,0%
Reserva de Investimento e Capital de Giro	198.802	124.045	8.143
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	58,0%	58,0%	58,0%

b) Regras sobre a distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, determina que serão distribuídos a título de dividendo obrigatório 37% do lucro líquido do exercício social. O referido Estatuto Social prevê ainda que poderá ser distribuído como dividendo suplementar a parcela restante do lucro líquido do exercício social que não houver sido destinada à reserva legal, à reserva estatutária de Investimento e Capital de Giro ou retida na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral (se houver).

Adicionalmente, o referido Estatuto Social permite ao Conselho de Administração, por proposta da Diretoria, determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual, podendo declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 3 exercícios sociais a periodicidade das distribuições de dividendos foi a seguinte:

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2018, os acionistas aprovaram a ratificação da distribuição de dividendos proposta em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

de fevereiro de 2018, no valor de R\$ 5.195 mil a título de dividendos referentes aos resultados do exercício de 2017. Adicionalmente, na referida reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2018, foi aprovada a proposta da Diretoria para o pagamento de dividendos intermediários no montante total de R\$ 31.051 mil, à conta de reservas de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Em 11 de junho, 12 de setembro e 3 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio ("JSCP") no montante bruto de R\$ 35.621 mil, R\$ 34.482 mil e R\$ 38.594 mil, totalizando um montante de R\$108.697 mil. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2019, os acionistas aprovaram a ratificação da distribuição de dividendos proposta em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de março de 2019, no valor de R\$ 79.132 mil a título de dividendos referentes aos resultados do exercício de 2018, o valor remanescente de R\$29.565 mil foram apropriados à conta de reserva de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020, os acionistas aprovaram a ratificação da distribuição de dividendos proposta em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 05 de março de 2020, no valor de R\$126.822 mil a título de dividendos referentes aos resultados do exercício de 2019.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições de qualquer natureza aplicáveis à distribuição dos dividendos.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração aprovou, em 25 de setembro de 2019, a política de destinação de resultados da Companhia. A política pode ser encontrada no website da Companhia e da CVM.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado		342.762.376,00	213.870.795,00	20.442.692,46
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		37,000000	37,000000	37,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		10,451841	6,890091	0,268149
Dividendo distribuído total		126.822.080,00	79.132.370,14	5.194.686,21
Lucro líquido retido		0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária			126.822.080,00	19/03/2020		
Dividendo Obrigatório						
Ordinária			79.132.370,14	15/03/2019	5.194.686,21	15/03/2018

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Nos termos do artigo 204, § 2º da Lei 6.404/76, conforme alterada, e do artigo 24, letra “i”, do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 5 de março de 2020, deliberou aprovar a proposta da Diretoria para o pagamento de juros sobre capital próprio no montante total de R\$25.631, à conta de reservas de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O pagamento foi realizado a partir de 19 de março de 2020.

Nos termos do artigo 204, § 2º da Lei 6.404/76, conforme alterada, e do artigo 27, letra “i”, do Estatuto Social da Companhia (atual artigo 24, letra “i”, conforme consolidação do estatuto social da Companhia aprovada na assembleia geral extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2019) , em reunião realizada em 11 de março de 2019, deliberou aprovar a proposta da Diretoria para o pagamento de juros sobre capital próprio no montante total de R\$29.565 mil, à conta de reservas de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. O pagamento foi realizado a partir de 15 de março de 2019.

Nos termos do artigo 204, § 2º da Lei 6.404/76, conforme alterada, e do artigo 27, letra “i”, do Estatuto Social da Companhia (atual artigo 24, letra “i”, conforme consolidação do estatuto social da Companhia aprovada na assembleia geral extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2019) , o Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2018, deliberou aprovar a proposta da Diretoria para o pagamento de dividendos intermediários no montante total de R\$31.051, à conta de reservas de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. O pagamento dos dividendos intermediários foi realizado a partir de 15 de março de 2018.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	5.878.435.000,00	Índice de Endividamento	1,68100525	
	0,00	Outros índices	2,20000000	Dívida Líquida/EBITDA

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		58.881.000,00	94.129.000,00	94.129.000,00	0,00	247.139.000,00
Títulos de dívida	Quirografárias		19.397.000,00	223.511.000,00	906.284.000,00	109.918.000,00	1.259.110.000,00
Financiamento	Quirografárias		41.178.000,00	352.170.000,00	629.668.000,00	0,00	1.023.016.000,00
Empréstimo	Quirografárias		529.241.000,00	1.026.000,00	1.026.000,00	1.025.000,00	532.318.000,00
Total			648.697.000,00	670.836.000,00	1.631.107.000,00	110.943.000,00	3.061.583.000,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras**Bases de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais da Companhia e suas controladas são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB, as quais são consistentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os contratos financeiros relevantes e as debêntures da Companhia e suas controladas contém termos e condições que impõem o vencimento antecipado das respectivas dívidas no caso de inadimplemento das obrigações do devedor. O vencimento antecipado de uma dívida poderá causar o vencimento antecipado das demais dívidas, o chamado "cross default".

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a. ao emissor

O setor automotivo representa 100% das vendas da Companhia. Parte significativa das receitas da Companhia é oriunda de um grupo reduzido de clientes.

O setor automotivo representa 100% das vendas da Companhia. Esse setor é caracterizado pelo forte poder de barganha dos produtores de veículos automotores em relação aos fornecedores em virtude do nível de concentração empresarial da produção de veículos automotores e da capacidade desses produtores de desenvolver fornecedores de peças, componentes, módulos, subsistemas e subconjuntos em todo o mundo.

A maior parte da receita líquida da Companhia está concentrada nas vendas para montadoras globais. A Companhia pode não ser capaz de manter suas relações comerciais com esses clientes nos níveis atuais. Além disso, estes clientes podem sofrer declínio de suas vendas por perda de fatia de mercado ou outros fatores incertos ou imprevisíveis (tal como a pandemia causada pelo novo coronavírus), resultando na redução da demanda por nossos produtos. Nossas vendas dependem da performance comercial de certos veículos que utilizam nossos produtos. Se a produção desses veículos for reduzida ou interrompida, como ocorreu por força do novo coronavírus, as vendas de nossos produtos serão adversamente impactadas. Adicionalmente, alguns de nossos clientes buscaram recuperação judicial buscando evitar falência no passado e isto pode voltar a ocorrer. Tal ocorrência poderia resultar em mudanças adversas nos níveis de produção, os preços e condições de pagamento destes clientes e poderia limitar nossa capacidade de cobrança de créditos. Efeitos adversos por força de eventual baixa performance do setor automotivo, concentração de nossa carteira de clientes, redução da demanda por nossos produtos, capacidade financeira de nossos clientes poderá impactar significativa e relevantemente os negócios, resultados e condição financeira da Companhia.

A Companhia pode não conseguir implementar totalmente a sua estratégia de negócios.

A habilidade da Companhia em implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, dentre os quais a capacidade de:

- identificar novos ativos e oportunidades de investimento;
- integrar com sucesso as novas aquisições;
- manter os níveis de crescimento e rentabilidade nos mercados atuais e identificar com êxito oportunidades em outros mercados;
- manter relações sólidas com os principais clientes e fornecedores; e
- sobrepor-se a eventos adversos inesperados, tais como a pandemia causada pelo novo coronavírus e seus efeitos.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Qualquer impacto nos principais fatores relacionados à implementação da estratégia da Companhia poderá causar um efeito adverso relevante nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Podemos não ser capazes de completar ou integrar nossos potenciais aquisições e alianças estratégicas com sucesso.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Como parte de sua estratégia de negócios, a Companhia pode adquirir novas operações ou firmar alianças estratégicas para expandir seus negócios. Não é possível prever se e quando tais aquisições ou alianças ocorrerão ou a probabilidade de um destes eventos ser concluído nos termos e condições inicialmente planejados. A capacidade de expansão da Companhia através de aquisições ou alianças estratégicas de sucesso depende de muitos fatores, incluindo, a sua capacidade de identificar alvos, de negociação em condições favoráveis, de obtenção de financiamento e da efetiva conclusão das operações. Essas transações podem envolver riscos significativos, incluindo os seguintes:

- possibilidade dos negócios adquiridos não alcançarem os resultados esperados;
- incapacidade de integração, com sucesso, das operações, sistemas, serviços e produtos de uma empresa adquirida, ou de alcançar sinergias esperadas e economias de escala;
- passivos ou contingências imprevistas;
- incapacidade de planejar ou gerenciar de forma eficaz qualquer aquisição ou aliança estratégica;
- desvio do foco da administração; e
- incapacidade de reter ou contratar pessoal-chave para os negócios adquiridos.

Além do exposto acima, as aquisições pela Companhia e alianças estratégicas também estão sujeitas à regulação concorrencial, as quais podem sujeitar a operação a imposições das autoridades concorrenciais ou até mesmo inviabilizá-la.

Se a Companhia não for capaz de integrar ou administrar eventuais negócios adquiridos ou alianças estratégicas com sucesso, ela pode não alcançar as reduções de custos, o crescimento da receita e o nível de integração planejados, o que pode acarretar um efeito adverso relevante sobre seus resultados operacionais e condição financeira. Ainda, decisões de autoridades antitruste podem onerar substancialmente, obstar ou até mesmo inviabilizar a realização de aquisições ou alianças estratégicas, o que pode impactar as perspectivas futuras da Companhia e seus resultados.

O valor total do endividamento financeiro da Companhia é significativo e seu pagamento, de principal e encargos, demandará quantidade significativa dos recursos financeiros produzidos pela Companhia.

O montante do endividamento a Companhia é significativo. Adicionalmente, a Companhia poderá necessitar incorrer em novos endividamentos para a manutenção de seus negócios. Por exemplo, por força dos efeitos da pandemia decorrente do novo coronavírus, a Companhia, agindo defensivamente e visando a resguardar sua liquidez, captou cerca de R\$ 670 milhões em novas dívidas de curto prazo no primeiro semestre de 2020. Um alto nível de endividamento da Companhia pode causar impactos relevantes sobre os resultados da Companhia, inclusive: (i) exigir que uma parcela substancial do fluxo de caixa das operações seja dedicado ao serviço de dívidas e, portanto, não esteja disponível para aplicação nas operações, investimento em ativos e realização de oportunidades de negócios; (ii) aumentar a vulnerabilidade da Companhia a uma deterioração das condições econômicas ou das vendas da Companhia; (iii) limitar a capacidade de adaptação da Companhia às novas condições de mercado, colocando-a em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes; e (iv) limitar a capacidade da Companhia em obter financiamento adicional para investimento em ativos, capital de giro ou outros propósitos.

A Companhia pode não gerar fluxo de caixa suficiente para financiar os investimentos e pode precisar de financiamento adicional no futuro, os quais podem não estar disponíveis.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os negócios da Companhia exigem investimentos continuamente na aquisição de equipamentos necessários para a fabricação de novos produtos, manutenção de equipamentos existentes e implementação de tecnologias visando à redução de custos de produção em resposta à pressão por melhores preços. As operações da Companhia podem não gerar fluxo de caixa suficiente para financiar suas necessidades de investimento. Nesse caso, talvez seja necessário obter financiamento adicional ou tomar outras medidas buscando a redução e despesas ou a geração de recursos financeiros. Queda de vendas ou despesas imprevistas também podem dar origem a necessidades de financiamentos adicionais. A Companhia pode não ser capaz de obter (i) novos financiamentos ou (ii) financiamentos em condições a ela favoráveis. Se os recursos adequados não estiverem disponíveis em termos aceitáveis, a Companhia pode ser obrigada a fazer reduções significativas nas despesas e investimentos, assim como pode ser obrigada a realizar a venda de ativos relevantes, o que poderia restringir significativamente suas operações e limitar sua capacidade de tomar medidas importantes, tais como, (a) desenvolvimento de produtos, (b) investimentos em novos negócios ou manutenção de sua atual capacidade de produção, (c) responder às pressões competitivas, ou (d) aproveitar oportunidades de negócios, o que poderá impactar suas operações e resultados financeiros.

Resultados desfavoráveis em litígios pendentes ou futuros podem afetar negativamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais e administrativos relativos a questões trabalhistas, cíveis e tributários decorrentes do curso normal de suas operações. Além disso, a Companhia está sujeita a fiscalizações tributárias, trabalhistas, ambientais, dentre outras, e, eventualmente, tais fiscalizações podem culminar em autuações, multas ou processos administrativos ou ações judiciais inesperados e relevantes. Um efeito ou resultado desfavorável decorrente de qualquer dessas ações que imponha ônus significativo à Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Para maiores informações acerca de litígios em que a Companhia está envolvida, consultar os itens 4.3 ao 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao cumprimento de obrigações específicas nos contratos financeiros e a restrições quanto à capacidade de contrair dívidas adicionais, e, adicionalmente, determinados ativos e receitas da Companhia e controladas estão onerados.

A Companhia é parte em contratos financeiros e em emissão de debêntures que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações e impõem restrições à Companhia na obtenção de financiamento adicionais. O inadimplemento dos termos de tais contratos e/ou debêntures, que não seja sanado ou perdoado por seus respectivos credores, poderá resultar na declaração do vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros e, ainda, na execução de eventuais garantias, podendo tais eventos causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

Por força da pandemia causada pelo novocoronavirus, a Companhia, preventivamente, solicitou aos seus credores financeiros e debenturistas, titulares de instrumentos de dívida com cláusulas que impõem a Companhia o dever de observar certos índices financeiros, o perdão prévio pelo eventual descumprimento de tais cláusulas. O perdão foi obtido mediante condições resolutivas, tais como obrigação de a Companhia (i) pagar

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

aos credores um prêmio, calculado de acordo com os índices financeiros efetivamente verificados, (ii) observar novo índice de liquidez; e (iii) cumprir certas condições restritivas (e.g.: não oneração de seus ativos). Caso a Companhia não alcance os índices financeiros originalmente pactuados e, adicionalmente, não cumpra alguma das condições resolutivas, os credores poderão declarar, observados os termos dos seus instrumentos de dívida, o vencimento antecipado das obrigações de pagamento da Companhia, o que causaria um efeito adverso relevante na Companhia. Além disso, a depender dos efeitos atuais e futuros da pandemia na economia mundial, da ocorrência de novas ondas da pandemia, nível de recuperação dos mercados onde a Companhia atua, pode ser necessário que a Companhia venha a solicitar novos perdões aos seus credores, os quais poderiam negá-los ou impor ainda mais restrições à Companhia, assim a afetando relevante e adversamente.

A Companhia pode não ser capaz de realizar lançamento de novos produtos com êxito ou no prazo adequado.

Para competir com sucesso na indústria automotiva, a Companhia deve ser capaz de lançar novos produtos para atender às demandas dos clientes. Novos produtos muitas vezes requerem um investimento substancial no planejamento e no desenvolvimento de ferramentas, assim como na compra de novas máquinas e equipamentos. A Companhia também pode precisar expandir ou construir instalações para a adequação de sua capacidade de produção. A Companhia pode não ser capaz de instalar ou obter aprovação dos clientes quanto aos equipamentos necessários à fabricação de novos produtos para o lançamento de novos modelos de veículos. Além disso, a transição de plantas e recursos para a fabricação de novos produtos podem afetar volumes de produção e/ou de outras medidas de eficiência operacional. O desempenho futuro da Companhia dependerá de sua capacidade de desenvolver os processos de fabricação, equipamentos e ferramentas necessárias para o lançamento de novos produtos, de forma rentável, tempestivamente e com a qualidade exigida por seus clientes. Caso a Companhia não seja capaz de lançar novos produtos com sucesso, os negócios e resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados.

O negócio da Companhia pode ser impactado por reclamações efetuadas por clientes, as quais podem ocasionar uma retirada massiva de produtos do mercado (recalls).

A Companhia fornece produtos cumprindo as especificações de qualidade dos seus clientes e normas, inclusive técnicas e de segurança, aplicáveis a tais produtos. Problemas de qualidade na produção decorrentes de, por exemplo, falhas operacionais, erros humanos e má qualidade de matéria prima podem ocorrer e não serem oportunamente detectados pelos sistemas de controle de qualidade adotados pela Companhia. Como consequência, o negócio da Companhia encontra-se sujeito ao risco de reclamações relacionadas a danos causados por produtos, reclamações pelo descumprimento de normas ou garantias que podem culminar em pagamentos de indenizações e até retiradas de produtos do mercado (*recalls*). A ocorrência de tais eventos pode ter um impacto negativo significativo na situação financeira, nos resultados, na reputação e nos negócios da Companhia.

A Companhia enfrenta competição em determinadas áreas de seus negócios.

A Companhia compete no Brasil e no exterior com outros fornecedores de bens e serviços no setor automotivo, sendo que alguns competidores podem possuir capacidade financeira e de investimentos maiores do que a da Companhia. Para que permaneça competitiva, a Companhia deverá continuar realizando investimentos em suas plantas, nos canais de venda, no suporte e na assistência pós-venda aos seus clientes, além de manter um

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

relacionamento favorável com seus clientes. Os concorrentes da Companhia podem desenvolver produtos de qualidade superior, produzir produtos semelhantes a um custo menor ou se adaptarem mais rapidamente às novas tecnologias ou as necessidades do cliente. Como resultado, os produtos da Companhia podem não ser capazes de competir com sucesso. Caso a Companhia não tenha recursos suficientes para manter tais investimentos ou, de outra forma, não consiga competir satisfatoriamente, poderá ser adversamente afetada.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

A legislação brasileira relativa às práticas contábeis pode ser objeto de alterações decorrentes de processos legislativos brasileiros ou em função de sua convergência às práticas internacionais. Por exemplo, tal legislação foi significativamente modificada pelas Leis no. 11.638/07 e 11.941/09, objetivando facilitar o processo de convergência do BR GAAP para o IFRS. Posteriormente, o CPC emitiu uma série de pronunciamentos, interpretações e orientações de forma a progressivamente alinhar o BRGAAP ao IFRS. Não há como garantir que modificações nas práticas e normas contábeis não afetarão de maneira significativa as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, tanto retroativa como prospectivamente, podendo afetar adversamente a comparação de demonstrações financeiras de exercícios/períodos futuros com as demonstrações apresentadas atualmente, incluindo no que se refere ao cumprimento dos *covenants* de nossas dívidas.

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em um aumento de impostos diretos e indiretos, o que poderia diminuir a margem líquida e afetar adversamente nosso desempenho financeiro da Companhia.

O governo brasileiro altera frequentemente as normas fiscais afetando a Companhia e seus clientes. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e ocasionalmente até a criação de tributos temporários, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Não se pode prever as mudanças nas leis tributárias que podem ser implementadas pelo governo brasileiro. Atualmente, o governo federal debate propostas de reforma tributária, as quais preveem, dentre outras, mudanças nas regras do Programa de Integração Social, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, e dedutibilidade de juros sobre o capital próprio e no pagamento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta. Tal reforma tributária poderá eventualmente impactar adversamente a Companhia. Além disso, os governos de outras jurisdições também podem implementar mudanças em suas respectivas normas fiscais, aumentando assim a carga tributária de nossas subsidiárias no exterior. Mudanças futuras na legislação fiscal podem resultar em um aumento da carga tributária da Companhia e suas subsidiárias e afetar negativamente a rentabilidade de seus negócios.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.

A Companhia está sujeita a riscos, dentre outros, danos ao meio ambiente, fenômenos da natureza, avaria de máquinas e veículos próprios, perda de receitas, danos materiais e/ou físicos a terceiros entre outros. As coberturas contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir os prejuízos diretos causados pela ocorrência de um sinistro. A ocorrência de eventos que não estejam cobertos por seguro ou que excedam os limites assegurados poderá acarretar custos relevantes relacionados à reposição de instalações e

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

equipamentos, danos a terceiros, bem como perdas não previstas, impactando de forma negativa os resultados da Companhia.

Falhas inesperadas de equipamentos, atrasos nas entregas ou eventos inesperados em qualquer das plantas da Companhia podem levar a reduções ou paralizações da produção ou a perda de clientes.

Falhas de equipamentos, interrupção de fornecimento de matérias primas, disputas trabalhistas e outros eventos que a Companhia não pode prever poderiam impactar significativamente sua capacidade de produção, o que reduziria vendas e resultados para o período afetado. Além disso, geralmente a Companhia fabrica em base "just in time" visando a não manter grandes estoques. Se a produção for interrompida em qualquer uma das plantas da Companhia, mesmo que apenas temporariamente, como resultado de eventos que estão além do controle da Companhia, as entregas de produtos podem ser gravemente afetadas. Atrasos significativos em entregas aos clientes podem levar ao cancelamento de ordens de compra, levar a Companhia a perder vendas futuras, bem como expor a Companhia a pedidos de indenização. As plantas da Companhia também estão sujeitas a eventos de caso fortuito ou força maior, tais como incêndios, falta de energia, explosões ou condições climáticas adversas, que podem ter um efeito significativo adverso sobre seus resultados operacionais e/ou condição financeira.

Se a Companhia não for capaz de proteger sua propriedade intelectual, sua posição competitiva pode ser prejudicada.

Proteger sua propriedade intelectual é fundamental para o negócio da Companhia. Não se pode garantir que segredos de negócios e outras informações confidenciais relacionadas ao setor em que a Companhia atua não sejam divulgados, ou que outros não desenvolverão, de forma independente, informações técnicas substancialmente equivalentes ou superiores ou, de outra forma, tenham acesso aos segredos de negócio e outras informações da Companhia e os divulguem. Se a Companhia não puder obter, manter ou fazer valer os direitos de propriedade intelectual e a confidencialidade de segredos e outras informações, os concorrentes da Companhia podem oferecer produtos similares aos produzidos pela Companhia, ameaçando a posição competitiva e prejudicando os resultados da Companhia.

Caso a Companhia não consiga proteger ou fazer valer seus direitos de propriedade intelectual com êxito, a posição competitiva da Companhia pode ser ameaçada, prejudicando seus resultados operacionais. Ações judiciais para fazer valer os direitos de patente da Companhia podem ser custosas e desviar um tempo de administração significativo. Além disso, essas ações judiciais poderiam ser perdidas e também resultar na anulação de patentes ou na conclusão de que a Companhia não pode utilizar tais produtos ou processos patenteados. Para maiores informações sobre os direitos de propriedade intelectual da Companhia, favor consultar o item 9.1 deste Formulário de Referência.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

Não aplicável pois a Companhia tem controle difuso.

c. a seus acionistas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A pulverização das ações da Companhia no mercado poderá deixá-la suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista ou grupo de acionistas controlador que detenha mais de 50% do capital.

Nenhum acionista ou grupo de acionistas detém mais do que 50% das ações de emissão da Companhia. Não há uma cultura estabelecida no Brasil com relação a companhias de capital aberto com controle difuso. Entretanto, pode ser que se formem alianças ou acordos entre acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle (pessoa ou grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas nossas três últimas Assembleias Gerais, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante, "Grupo de Controle"). Caso surja um Grupo de Controle e este passe a deter o poder decisório da Companhia, esta poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas sobre suas políticas corporativas e estratégicas, inclusive através da substituição de seus administradores.

Por outro lado, a ausência de um Grupo de Controle poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações.

Qualquer mudança repentina ou inesperada no controle, na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico ou, ainda, disputas entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios da Companhia, seus resultados operacionais e o valor das ações de sua emissão.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias da Companhia pelo preço e ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Não se pode assegurar que as ações ordinárias da Companhia terão liquidez, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos adquirentes de suas ações ordinárias de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Os titulares de ações da Companhia poderão não receber dividendos.

De acordo com o estatuto social, a Companhia deve pagar dividendos aos seus acionistas no valor de pelo menos 37% do lucro líquido anual apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme determinado e ajustado de acordo com a legislação societária. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, se seu Conselho de Administração decidir que tal pagamento é desaconselhável diante da situação financeira da Companhia. Além disso, certos instrumentos de dívidas da Companhia restringem, sob determinadas condições, a capacidade da Companhia de pagar dividendos além do dividendo mínimo obrigatório. Caso a Companhia descumpra tais condições, os credores poderão declarar o vencimento antecipado dos respectivos instrumentos de dívidas, o que causaria um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão. A captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos seus acionistas, o que poderá resultar na diluição da participação dos acionistas no capital social da Companhia.

d. a suas controladas e coligadas

A Companhia está sujeita a flutuações monetárias fora do Brasil.

A Companhia possui unidades industriais em diversos países e distribui seus produtos a produtores de veículos no mundo inteiro, o que gera receitas em moedas estrangeiras. Sua operação está sujeita aos impactos nas economias desses países, à instabilidade política e restrições ao comércio exterior que podem resultar na desvalorização das moedas estrangeiras objeto de receita da Companhia. A desvalorização destas moedas poderá causar um impacto adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, os riscos relacionados às controladas da Companhia são os mesmos relacionados a ela, conforme descritos no item (a) acima.

e. a seus fornecedores

Flutuações nos preços de matéria prima e ou redução do número de fornecedores podem afetar adversamente a Companhia.

As operações da Companhia dependem da sua capacidade de adquirir matérias-primas (principalmente aço e alumínio) a preços competitivos. O preço desses materiais sofreu variações relevantes nos últimos anos, principalmente em razão das variações da demanda mundial. Caso o preço dessas matérias primas sofra um acréscimo significativo e não consigamos repassar esse aumento ao preço de nossos produtos ou reduzir nossos custos operacionais para compensar esse aumento, nossa margem operacional será reduzida.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir um abastecimento contínuo e adequado de matérias primas para atender as suas necessidades de produção. Por exemplo, (a) um aumento inesperado no consumo de matéria prima pela Companhia e/ou por terceiros ou (b) problemas regulatórios, operacionais ou financeiros de fornecedores podem acarretar uma carência de matérias primas, produtos ou serviços necessários à Companhia. Nesse caso, a Companhia pode não conseguir atender aos pedidos de seus clientes, o que poderia ocasionar um impacto significativo no desenvolvimento de suas operações e nos seus resultados, bem como prejudicar sua relação comercial com seus clientes.

f. a seus clientes

Toda receita da Companhia é resultante da venda de produtos às montadoras globais, a perda ou a redução das ordens de compra de qualquer desses clientes poderá afetar adversamente a Companhia. O relacionamento comercial com os clientes é baseado em ordem de compras, uma redução nos pedidos de clientes, particularmente daqueles de maior porte, pode afetar negativamente os resultados da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os produtos da Companhia são vendidos para um número concentrado de clientes conforme necessidades destes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar adversamente a Companhia. O relacionamento comercial com os clientes é, via de regra, regido por contratos que apenas estabelecem termos e condições gerais de negócios. De acordo com estes contratos, a Companhia recebe ordens de compra para a produção de rodas e certos componentes veiculares, as quais estabelecem os preços, quantidade, prazo de entrega, pagamentos e demais condições de negócio que, geralmente, duram pelo prazo de produção do modelo de veículo aplicável (tipicamente, cerca de cinco anos). No entanto, os clientes podem rescindir o contrato a qualquer momento. Nesse contexto, uma diminuição significativa na demanda por modelos veiculares vendidos por qualquer um dos principais clientes da Companhia, ou a decisão de um cliente de realocar ou interromper a compra de rodas e componentes para um determinado veículo poderia ter um efeito adverso significativo sobre os negócios e resultados da Companhia. Ainda, caso a Companhia não mantenha um nível substancial de negócios com seus maiores clientes por força de um declínio nas vendas destes ou porque contratos ou pedidos de compra expiraram ou foram rescindidos, a Companhia necessitará atrair novos clientes ou conseguir novos negócios com os clientes existentes para fins de manutenção de seus resultados, sob pena de sua condição financeira ser negativamente afetada.

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes de diminuição da capacidade financeira de seus clientes.

A Companhia fornece seus produtos para montadoras de veículos consideradas de grande porte segundo dados do IHS Automotive. Qualquer interrupção nas ordens de compras de seus clientes, com os quais a Companhia não tem exclusividade, ou qualquer redução na capacidade financeira de tais clientes, como consequência de situações imprevisíveis no setor automobilístico, podem causar um efeito adverso significativo nos resultados da Companhia. A Companhia pode não receber de seus clientes os valores ou créditos devidos em virtude da venda de seus produtos, ou receber os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por seus clientes poderá gerar perdas para a Companhia, afetando adversamente os seus negócios.

Adicionalmente, os clientes da Companhia podem a qualquer momento exercer pressão pela diminuição nos preços por ela praticados. Sua capacidade de negociação frente a determinados clientes pode ser limitada, e a redução dos preços pode gerar um impacto significativo em seus resultados operacionais. A inadimplência por parte dos clientes da Companhia pode ter um efeito significativo adverso nos seus resultados.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Os setores nos quais a Companhia opera são cíclicos e dependentes das condições da economia brasileira e mundial.

O setor de autopeças tem historicamente apresentado, e espera-se que continue a apresentar, ciclos de crescimento e retração. A indústria e os mercados que a Companhia atende estão sujeitos a variações decorrentes de fatores que estão fora de seu controle, incluindo fatores relacionados às condições da economia brasileira e mundial, preços de matéria prima, bem como nível dos estoques e cronogramas de produção da indústria automobilística. A ocorrência de ciclos de retração no futuro poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

A economia mundial e o setor automotivo foi substancial e negativamente afetado pela pandemia causada pelo novo coronavírus, afetando a demanda de veículos automotivos e, consequentemente, de produtos da

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Companhia. Caso a economia não se recupere em níveis satisfatórios, a demanda por veículos automotivos poderá permanecer em patamares baixos afetando adversamente a Companhia.

A Companhia opera em setores altamente competitivos, caracterizados pela constante pressão sobre preços.

A Companhia enfrenta uma forte competição de um grupo concentrado de concorrentes locais e internacionais em todos os setores em que atua. Sua participação de mercado poderá ser reduzida caso não consiga se manter competitiva, principalmente com relação a preços. Esse ambiente altamente competitivo pode limitar sua capacidade de crescimento e pressionar os preços de seus produtos, reduzindo suas receitas e afetando adversamente a Companhia como um todo.

O setor de autopeças requer uso intensivo de capital para investimentos e seu crescimento pode demandar recursos adicionais que poderão não estar disponíveis ou estar disponíveis em condições não satisfatórias.

As operações da Companhia necessitam de um volume relevante de capital, principalmente para a implementação de seus programas de manutenção e investimentos. Parte do capital que utiliza em suas atividades decorre de endividamento financeiro da Companhia, caracterizado por dívidas assumidas mediante a contratação de empréstimos e financiamentos no sistema financeiro nacional e internacional, inclusive via emissão de debêntures. A Companhia poderá necessitar de recursos adicionais para assegurar seu crescimento e o desenvolvimento de seus negócios, os quais poderão ser obtidos por meio de emissão de novas ações, emissão de títulos de dívida ou empréstimos bancários, tanto no mercado local quanto internacional. Instrumentos de crédito poderão conter cláusulas e condições que imponham obrigações restritivas à Companhia, sob pena de vencimento antecipado das respectivas dívidas, o que poderá restringir sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos, prejudicando assim sua capacidade de realizar novos investimentos e podendo afetar o desempenho da Companhia no futuro. Caso a Companhia não consiga obter financiamento futuros ou cumprir os termos e condições das obrigações contidas em seus instrumentos financeiros, seus negócios e resultados poderão ser adversamente afetados.

A intervenção governamental nos países onde a Companhia tem operações pode exercer influência significativa sobre a economia desses países. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política desses países, podem vir a afetar adversamente as operações e/ou situação financeira da Companhia.

A economia mundial tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções dos Governos em relação às políticas monetárias, de crédito, fiscais e outras.

Temos visto com certa frequência a implementação de medidas que envolvam, alterações nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, valorizações ou desvalorizações de suas moedas, controle de preços, controle no fluxo de capital e determinados limites ou restrições sobre as mercadorias e serviços.

Recentemente, os governos também intervieram nas atividades econômicas por questões de salubridade pública. Por força da pandemia causada pelo novo coronavírus, vários governos impuseram restrições à produção, comércio e transporte de mercadorias, inclusive estabelecendo lockdown, ou seja, exigência de que as pessoas, salvo determinados casos, permanecem em suas residências. A Companhia não pode prever tais eventos e não possui controle sobre as medidas que governos poderão adotar no futuro.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia, bem como o valor de mercado de suas ações, podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas públicas e/ou regulamentações nos países em que atua em relação a determinados fatores, incluindo:

- Taxas de juros;
- Controles cambiais e restrições sobre remessas ao exterior;
- Variações nas taxas de câmbio;
- Inflação;
- Liquidez no mercado doméstico financeiro, de capitais e de linha de crédito;
- Alterações na legislação fiscal;
- Taxas de serviços públicos;
- Outros acontecimentos políticos, sociais e/ou econômicos.

A incerteza quanto à implementação de mudanças nas políticas e normas governamentais que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro, pode contribuir para a incerteza econômica mundial e para o aumento da volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Eventos adversos nas economias de outros países podem afetar negativamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia, além de limitar seu acesso aos mercados internacionais.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é influenciado, em diferentes níveis, pelas condições econômicas e de mercado existentes em outros países, como Estados Unidos, Europa e China, bem como países da América Latina e países de economia emergente. As condições econômicas adversas nos países de economia emergente geralmente resultam em saídas significativas de fundos do Brasil.

Por exemplo, a crise financeira global originada nos Estados Unidos em 2008 resultou em um ambiente de recessão global, com diversos efeitos sobre o mercado de ações e a economia no Brasil, como aumento na volatilidade do preço dos valores mobiliários e das taxas cambiais, redução nas linhas de crédito e pressões inflacionárias. A reação dos investidores frente aos acontecimentos em outros países pode representar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras, incluindo as ações da Companhia. A crise em outros países pode dificultar o acesso da Companhia aos mercados de capital e o financiamento de suas operações no futuro a termos aceitáveis, afetando negativamente seus resultados operacionais, o preço das suas ações e sua situação financeira.

Os setores em que a Companhia atua estão sujeitos a rápidos avanços tecnológicos.

Os segmentos em que a Companhia atua estão sujeitos a rápidos e constantes avanços tecnológicos. Seus resultados positivos dependem da sua capacidade de continuar a desenvolver melhorias em seus processos e produtos e oferecer aos clientes soluções inovadoras que respondam às rápidas mudanças de padrão tecnológico e às expectativas do mercado em geral. Caso não seja capaz de desenvolver melhorias tecnológicas e novos padrões tecnológicos, seja por incapacidade de obtenção de recursos ou de retenção e contratação de pessoal capacitado, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O setor em que a Companhia atua não está sujeito a regulação específica. De todo modo, a companhia está sujeita a regulamentação geral aplicáveis às atividades comerciais, tais como fiscal, ambiental, concorrencial, trabalhistas, dentre outras. Mudanças futuras na legislação aplicável aos negócios da Companhia podem resultar em um aumento de suas despesas, afetar negativamente a rentabilidade de seus negócios, aumentar os preços dos produtos, restringir a capacidade de realizar determinados negócios e fazer com que seus resultados financeiros sejam substancial e negativamente afetados.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia está sujeita a riscos substanciais relacionados às suas operações fora do Brasil.

A Companhia atua fora do Brasil através de suas subsidiárias localizadas em diversos países do mundo. Em decorrência disto, a Companhia está sujeita a riscos relacionados ao mercado mundial. A Companhia pode ser adversamente afetada pela instabilidade política e econômica do mercado internacional, incluindo: (i) políticas de controle de câmbio; (ii) instabilidade social; (iii) instabilidade de preços; (iv) desabastecimento de energia; (v) (vi) política fiscal; (vii) políticas alfandegárias; e (viii) outros fatores políticos, diplomáticos sociais e econômicos que afetem os países em que a Companhia possua subsidiárias. Se um ou mais dos acontecimentos acima descritos ocorrer, a Companhia poderá ser afetada adversamente.

j. a questões sócio ambientais

A pandemia causada pelo novo coronavírus impactou e pode continuar impactando negativamente as operações e resultados financeiros da Companhia.

A pandemia decorrente do novo coronavírus impactou substancial e negativamente a economia dos vários países em que a Companhia atua, inclusive o setor automotivo, reduzindo ou até paralisando as atividades dos clientes da Companhia. A fim de preservar a saúde de seus colaboradores e seus familiares e a combater a propagação do coronavírus, a Companhia adotou protocolos estabelecidos de acordo com as orientações dos órgãos competentes de cada localidade em que atua, assim como buscou adequar o volume de sua produção à demanda de seus clientes. Nesse contexto, os negócios e situação financeira da Companhia foram impactados adversamente, fazendo com que a Companhia, dentre outras medidas, buscasse novos financiamentos para preservação de liquidez, reduzisse as atividades de suas plantas e renegociasse termos e condições contratuais com clientes, fornecedores e credores financeiros.

A extensão do impacto do coronavírus nos resultados da Companhia dependerá de desdobramentos futuros, que são imprevisíveis ou incertos, por exemplo, caso (i) a pandemia causada pelo novo coronavírus persista ou retorne em novas ondas; (ii) os mercados onde a Companhia e as O&Ms não se recuperem em ritmo favorável à Companhia; ou (iii) as medidas tomadas ou a serem tomadas pela Companhia para preservação de seus negócios não surtam os efeitos esperados, a Companhia poderá continuar ou vir a ser novamente impactada substancial e negativamente.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os equipamentos, instalações e operações da Companhia estão sujeitos a vários regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

As operações da Companhia estão sujeitas à legislação relativa à proteção do meio ambiente, que sujeita a Companhia à obtenção de licenças e autorizações de autoridades governamentais para suas atividades, bem como à observância a padrões ambientais, tais como aqueles relacionados às emissões derivadas de nossas operações. A aprovação de leis e regulamentos mais rigorosos em relação à proteção do meio ambiente pode resultar na necessidade de destinar maiores investimentos de capital a este item, alterando a destinação de recursos de investimentos planejados.

De acordo com a regulamentação aplicável, autoridades governamentais poderão eventualmente obrigar a Companhia a tomar medidas relacionadas ao meio ambiente, tais como medidas de remediação e recuperação de áreas ambientais, assim como redução dos riscos às comunidades vizinhas eventualmente afetadas. As sanções podem incluir, ainda, a imposição de multas pecuniárias relevantes, a suspensão e revogação de licenças, a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia.

Além disso, caso a Companhia não observe a legislação relativa à proteção do meio ambiente, poderá ainda sofrer a imposição de sanções penais, as quais podem incluir, entre outras, penas privativas de liberdade aos responsáveis, interdição da atividade, a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público.

As atividades da Companhia podem estar localizadas em áreas com restrições de caráter ambiental impostas pelo poder público, bem como em zonas ou regiões que apresentem relevante interesse ambiental e cultural, e vizinhas a áreas de uso residencial, sujeitando-se à observância de restrições e normas ambientais específicas, além da necessidade de constante diálogo com as comunidades e órgãos ambientais envolvidos. A operação dos empreendimentos da Companhia também se sujeita às normas de ordenamento territorial, podendo resultar, por exemplo, no aumento dos investimentos necessários para mitigação e compensação de impactos ambientais decorrentes das suas atividades.

As questões acima podem afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A Companhia está sujeita a diversos riscos de mercado, sendo os principais: (i) risco de competitividade, (ii) risco de crédito e de liquidez, (iii) riscos cambiais e de taxa de juros e (iv) risco comercial, abaixo descritos.

Risco de competitividade

Os preços dos insumos utilizados pela Companhia, em sua maioria aço e alumínio, são influenciados pelas oscilações na demanda global, variações na quantidade dos metais extraídos e pelos custos de logística e estocagem, além das condições particulares nos mercados específicos de comercialização.

Uma parcela significativa das operações da Companhia depende da sua capacidade em adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço dos insumos tenha uma variação significativa, a margem de lucro poderá ser reduzida, afetando adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Risco de crédito e de liquidez

O risco de crédito e liquidez decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Exercício social (31/12/2019)		Endiv. Bancário			
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	R\$ 58.881.000,00	R\$ 94.129.000,00	R\$ 94.129.000,00	R\$ 0,00	R\$ 247.139.000,00
Garantia Flutuante	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Quirografárias	R\$ 589.816.000,00	R\$ 576.707.000,00	R\$ 1.536.978.000,00	R\$ 110.943.000,00	R\$ 2.814.444.000,00
TOTAL	R\$ 648.697.000,00	R\$ 670.836.000,00	R\$ 1.631.107.000,00	R\$ 110.943.000,00	R\$ 3.061.583.000,00

Observação: As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Conforme demonstrado no quadro acima, o prazo de vencimento não está equalizado em cada uma das faixas de vencimento, entre 4% e 53% do total do endividamento. Do montante do endividamento com prazo de vencimento inferior a 1 ano, cerca de 20% deverá ser pago com recurso próprios da Companhia (caixa, equivalente de caixa e geração futura), que somavam ao final do exercício de 2019, R\$ 646,1 milhões e 80% será refinanciado por outras linhas com vencimentos entre 1 ano, como por exemplo capitais de giro em moeda estrangeira e moeda nacional (1 ano), e outros.

Riscos cambiais e de taxa de juros

Grande parte das receitas líquidas de vendas da Companhia são provenientes de suas operações em mercados estrangeiros, tornando o resultado operacional da Companhia no Brasil sujeito a variações na taxa de câmbio entre o Real e as moedas estrangeiras correntes nos países em que a Companhia atua, especialmente o Dólar e o Euro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 a receita líquida proveniente de vendas com preços denominados em moedas estrangeiras representou 73,2% da receita total.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

As contas patrimoniais consolidadas denominadas em moeda estrangeira podem ser afetadas significativamente pela variação das taxas de câmbio, especialmente em relação à participação da Companhia em controladas sediadas no exterior.

Adicionalmente, a Companhia no Brasil pode ser diretamente e pontualmente afetada pela taxa de câmbio, o que pode refletir negativamente nas despesas financeiras em relação a (i) empréstimos e financiamentos, (ii) contas a receber de clientes e (iii) contas a pagar denominados em moeda estrangeira no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2019, a parcela dos empréstimos e financiamentos denominada em moedas estrangeiras representava aproximadamente 58,6% do total de empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia.

O Caixa e equivalentes de caixa consolidado, ao final do exercício social de 2019, era de R\$ 646,1 milhões, sendo 41,5% em Reais e 58,5% em outras moedas.

As principais exposições às quais a Companhia e suas controladas estão sujeitas, no tocante às variações cambiais, são apresentadas na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i)	12.268	4.873	787.053	984.351
Partes relacionadas no exterior	19.590	51.038	69	20.540
Total do ativo	31.858	55.911	787.122	1.004.891
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	9.724	1.793.256	2.170.776
Fornecedores (iii)	2.164	3.009	977.163	1.122.861
Partes relacionadas no exterior	2.256	4.565	-	-
Total do passivo	4.420	17.298	2.770.419	3.293.637
Exposição líquida	27.438	38.613	(1.983.297)	(2.288.746)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	1.997.425	2.295.820
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	27.438	38.613	14.128	7.074

- (i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 76,4% (78,5% em 31 de dezembro de 2018) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.
- (ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 58,6% (77,2% em 31 de dezembro de 2018) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.
- (iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 86,7% (85,3% em 31 de dezembro de 2018) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.

O risco de taxas de juros decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, contratados a taxas de juros flutuantes, como a TJLP e o CDI, e a índices de preços e de correção monetária, como o IGP-M.

O aumento das taxas de juros e índices de preços e de correção pode causar o aumento do endividamento da Companhia, afetando adversamente os seus resultados.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A exposição da Companhia e suas controladas aos diferentes indexadores financeiros em 31 de dezembro de 2019 está apresentada na tabela abaixo:

Empréstimos e financiamentos - TJLP e cestas de moedas	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
TJLP em 31 de dezembro de 2019	5,57%	6,96%	8,36%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$7.155:			
Despesa financeira estimada	399	498	598
Efeito - perda		(99)	(200)

Empréstimos e financiamentos - LIBOR 1 mês	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,76%	2,20%	2,64%
Empréstimo indexado - LIBOR 3 meses - R\$40.335:			
Despesa financeira estimada	711	887	1.065
Efeito - perda		(176)	(354)

Empréstimos e financiamentos - LIBOR 3 meses	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,91%	2,39%	2,86%
Empréstimo indexado - LIBOR 3 meses - R\$165.821:			
Despesa financeira estimada	3.165	3.963	4.742
Efeito - perda		(799)	(1.578)

Empréstimos e financiamentos - LIBOR 6 meses	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,91%	2,39%	2,87%
Empréstimo indexado - LIBOR 6 meses - R\$272.411:			
Despesa financeira estimada	5.209	6.511	7.818
Efeito - perda		(1.302)	(2.609)

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Debêntures - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2019	4,40%	5,50%	6,60%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$1.273.171:			
Despesa financeira estimada	56.020	70.024	84.029
Efeito - perda		(14.005)	(28.010)

Variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros

Aplicações financeiras - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI - R\$ em 31 de dezembro de 2019	3,99%	3,00%	2,00%
Aplicações financeiras - 91,0% do CDI - R\$246.720:			
Receita financeira estimada	9.844	7.402	4.934
Efeito - perda		(2.443)	(4.910)

Risco comercial

Toda a receita da Companhia e suas controladas é resultante das vendas de produtos para o segmento automotivo. Um segmento é caracterizado por um ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles de outros segmentos. Desta forma, a redução na demanda do mercado automotivo poderá refletir na diminuição das vendas, podendo impactar diretamente o resultado operacional da Companhia e de suas controladas.

Das vendas efetuadas pela Companhia e suas controladas em 2019, 97,3% foram vendas diretas para montadoras de veículos, e 2,7% vendas para o mercado de reposição.

Risco de concentração

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 70% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de seus negócios, envolvendo questões de natureza tributária, trabalhista, cível e outros. A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não são partes em processos arbitrais relevantes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou os processos em curso e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis em relação aos referidos processos.

A Companhia utilizou dois critérios para a definição de quais seriam os processos relevantes em que ela ou suas controladas ou controladas em conjunto são partes, quais sejam: o valor envolvido no processo (próximo ou superior a R\$ 35.000 mil) e a matéria sobre a qual versa a demanda, avaliando neste contexto outros fatores que poderiam influenciar a decisão de investimento, como, por exemplo, potenciais riscos à imagem da Companhia, de suas controladas ou de suas controladas em conjunto.

O valor de referência mencionado (R\$ 35.000 mil) representa aproximadamente 1% (um por cento) do patrimônio líquido consolidado da Companhia com base nas suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os valores envolvidos nos processos indicados a seguir estão atualizados na data-base 31.12.2019. Ao utilizar tal valor de referência, a Companhia entende que estão sendo descritos abaixo os principais processos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia, suas controladas ou controladas em conjunto, poderiam impactar de forma significativa seu patrimônio, capacidade financeira ou seus negócios.

I - Natureza Tributária:

Processo nº 0000561/2018	
a) juízo	Corte Nacional (Espanha)
b) instância	1ª instância judicial
c) data da instauração	20.07.2018
d) partes no processo	Polo ativo: Maxion Wheels España S.L., Maxion Luxembourg Holdings S.à r.l. e Hayes Lemmerz Barcelona, S.L. Polo passivo: Corte Nacional (Espanha)
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 37.060 mil (EUR 8.180 mil)
f) principais fatos	Trata-se de processo judicial derivado dos processos administrativos nº 08/03291/2011, 08/8972/2012 e 08/01138/2013, instaurados, respectivamente, em 28.02.2011, 27.12.2012 e 27.12.2012, referentes a autos de infração lavrados por autoridades fiscais da Espanha relativos aos períodos compreendidos entre 2004 e 2006 e entre 2007 e 2009 e procedimento “fraus legis”, nos quais se questiona a dedutibilidade fiscal de juros relativos a

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0000561/2018	
	empréstimos intragrupo realizados como parte de sua reestrutura corporativa e financeira, sob a alegação de suposto abuso da lei por falta de base econômica legítima para a operação. <u>Andamento processual</u>: Foram apresentadas defesas pelas autuadas na instância administrativa em fevereiro e dezembro de 2011 e em dezembro de 2012, requerendo a anulação dos autos de infração por vícios de procedimento, bem como apresentando as razões de negócio que justificaram a reestrutura do grupo. Os três processos foram consolidados para que sejam analisados em conjunto, já que versam sobre os mesmos fatos. Em 25.11.2014 a Corte Regional Econômica e Administrativa da Catalunha rejeitou a defesa das autuadas, tendo sido apresentado recurso perante a Corte Central Econômica e Administrativa. Em 23.05.2018, foi notificada decisão desfavorável na 2ª instância administrativa. Em 20.07.2018 foi apresentado recurso perante a Corte Nacional Espanhola (1ª instância judicial), tendo em 13.02.2019 sido formalmente ajuizada a demanda para que o assunto seja decidido na esfera judicial. Aguarda-se decisão da Corte Nacional.
g) chance de perda	Possível
h) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda dos processos, haveria condenação ao pagamento dos valores envolvidos, os quais em 31.12.2019 representavam aproximadamente 1,06% do patrimônio líquido consolidado da Companhia. A Companhia entende que tais processos são relevantes, em conjunto, tendo em vista o valor total dos débitos em discussão e a hipoteca constituída sobre o imóvel de propriedade da Maxion Wheels España S.L. para garantir o débito.

Processo administrativo nº 3.127.787-1	
a) juízo	Administrativo Estadual - Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP)
b) instância	3ª instância administrativa (Câmara Superior do TIT-SP)
c) data da instauração	26.05.2010

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo administrativo nº 3.127.787-1	
d) partes no processo	Polo ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 205.760 mil
f) principais fatos	Trata-se de auto de infração (AIIM) lavrado em face da Companhia para exigência de ICMS e aplicação de multa, relativo ao período 2006 a 2008, composto de quatro itens, quais sejam: (i) presunção de falta de emissão de documento fiscal (NF) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa e retorno de industrialização; (ii) presunção de recebimento de mercadorias desacompanhadas de documento fiscal (NF) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa e retorno de industrialização; (iii) aproveitamento indevido de créditos de ICMS referente a entradas de mercadorias adquiridas de estabelecimentos enquadrados no regime tributário simplificado; e (iv) entrega de arquivo digital (arquivo magnético SINTEGRA) em padrão ou forma não estabelecida na legislação. <u>Andamento processual:</u> Decisão administrativa de 1ª cancelou integralmente o auto de infração. Em razão do julgamento favorável à Companhia, o processo foi remetido ao TIT-SP (2ª instância administrativa) para julgamento de recurso de ofício da Fazenda do Estado de São Paulo, ao qual foi dado provimento. A Companhia interpôs recurso especial perante a Câmara Superior do TIT-SP, a qual cancelou definitivamente o item (i) do auto de infração (então no valor de R\$ 153.410 mil) e manteve os demais itens acima mencionados. Foi apresentado pela Companhia pedido de retificação de julgado em face dos itens remanescentes (no valor de R\$ 205.760 mil). Atualmente, aguarda-se julgamento do referido pedido de retificação de julgado, interrompido por pedido de vista.
g) chance de perda	Remota: R\$ 21.150 mil Possível: R\$ 184.610 mil
h) análise do impacto em caso de perda do	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2019 representava aproximadamente 5,88% do patrimônio líquido consolidado da Companhia. A Companhia entende

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo administrativo nº 3.127.787-1	
processo	que o processo é relevante em razão do valor envolvido.

II - Natureza Trabalhista:

Processo nº 0011481-80.2017.5.15.0014	
a) juízo	1ª Vara do Trabalho de Limeira - SP
b) instância	1ª instância
c) data da instauração	08.08.2017
d) partes no processo	Polo ativo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico e Eletro Eletrônico de Limeira e Região Polo passivo: lochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50 mil, correspondente ao valor inicial atribuído à causa para efeito de rito processual. O processo está em fase inicial de instrução, não sendo possível estimar de maneira confiável o valor do passivo contingente.
f) principais fatos	Trata-se de ação trabalhista coletiva proposta pelo sindicato dos trabalhadores das duas unidades da Companhia localizadas em Limeira, SP, que tem por pedido a condenação da Companhia (i) ao pagamento de adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, com reflexos trabalhistas, fiscais, previdenciários e fundiários, para empregados em determinadas funções (atividades em contato com substâncias inflamáveis, explosivas, energia elétrica, radiação ionizante ou substâncias radioativas e nos setores de montagem, pintura, estamparia e corte, por exemplo) pelos últimos cinco anos; (ii) inscrição em folha de pagamento dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, com reflexos trabalhistas, fiscais, previdenciários e fundiários, em definitivo para todos empregados que trabalham ou trabalharem nessas funções e nessas unidades no futuro; e (iii) honorários advocatícios sobre o valor da condenação. <u>Andamento processual:</u> Realizada audiência inicial em 02.04.2018; em 23.04.2018 o sindicato apresentou aditamento a inicial com esclarecimentos quanto às funções e setores abrangidos na ação; em 16.05.2018 apresentada contestação; indicados assistentes técnicos e apresentados

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0011481-80.2017.5.15.0014	
	quesitos pelas partes; em 30.10.2018 realizada audiência de justificação para delimitação dos setores a serem visitados na perícia, nomeado perito judicial; em 04.12.2018 realizada vistoria prévia; em 10.12.2018 juntada ata da vistoria prévia técnica pelo perito judicial e apresentado valor de honorários periciais prévios; em 06.05.2019 pelo sindicato autor foi juntada manifestação requerendo a assistência judiciária gratuita para realização da perícia. Pendente realização de perícia técnica. Processo suspenso para tentativa de conciliação entre as partes.
g) chance de perda	Possível
h) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento dos adicionais de periculosidade e insalubridade a todos os empregados do ambiente produtivo, ativos e demitidos, conforme a exposição ao agente. A Companhia entende que o processo é relevante em razão da matéria envolvida e por se tratar de uma ação trabalhista coletiva.

Processo nº 1000519-49.2019.5.02.0312	
a) juízo	2ª Vara do Trabalho de Guarulhos - SP
b) instância	1ª instância
c) data da instauração	30.04.2019
d) partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Trabalho (2ª Região) Polo passivo: Maxion Wheels do Brasil Ltda. e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Guarulhos (STIMMEG)
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.100 mil
f) principais fatos	Quando do encerramento das atividades industriais na planta de Guarulhos da Maxion Wheels do Brasil Ltda. em 2016, foi celebrado acordo coletivo de trabalho com opção por programa de demissão voluntária, tendo sido estabelecido neste acordo coletivo o pagamento pela empresa ao sindicato dos empregados de uma taxa negocial, destinada à requalificação e recolocação

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1000519-49.2019.5.02.0312	
	profissional, além de ações sócio sindicais a serem promovidas pelo sindicato. A ação civil pública (ACP) em questão foi proposta pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) sob a alegação de que a previsão de pagamento da referida taxa negocial no acordo coletivo de trabalho seria financiamento patronal ilegal de empresas no sindicato dos empregados. Em resumo, postula o MPT: (i) a abstenção de instituição de qualquer espécie de financiamento em que o custeio seja pelo empregador ou por sindicatos da categoria econômica em favor do sindicato dos empregados ou entidades sindicais da categoria profissional em normas coletivas firmadas; (ii) condenação dos réus ao pagamento de indenização de dano moral coletivo no valor de, ao menos, R\$ 200 mil cada; (iii) condenação dos réus na obrigação de divulgar os termos de eventual sentença; e (iv) devolução pelo sindicato réu da quantia recebida como taxa negocial, reversível ao FAT e/ou instituições sociais filantrópicas. <u>Andamento processual:</u> Concedida a antecipação de tutela para que as rés, até o julgamento do feito, não façam qualquer acordo coletivo com pagamento de taxa sindical pela empresa. Realizada audiência no dia 16.07.2019, em cuja oportunidade foi apresentada a defesa da primeira ré. Em 05.02.2020 foi firmado acordo entre a Maxion Wheels do Brasil Ltda. e o MPT, o qual foi homologado judicialmente em 25.03.2020, tendo por finalidade a composição do feito em relação à primeira ré, nos seguintes principais termos: (i) pagamento pela empresa de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 120 mil, em duas parcelas, a ser revertida em favor do Projeto “Liberdade no Ar”, capitaneado pela Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – Asbrad; (ii) obrigação de abster-se de instituir contribuição, taxa ou qualquer outra espécie de financiamento, custeado pela empresa ou por sindicato patronal em favor ou benefício dos sindicatos dos trabalhadores, em relação a todos os estabelecimentos da Maxion Wheels do Brasil Ltda.; e (iii) obrigação de divulgar os termos do acordo na Intranet da empresa, informativos e mural de informações de todos os seus estabelecimentos, por 60 dias. Após cumprimento do acordo pela Maxion Wheels do Brasil Ltda., a ACP prosseguirá unicamente contra o sindicato, corréu.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1000519-49.2019.5.02.0312	
g) chance de perda	Prejudicada
h) análise do impacto em caso de perda do processo	A ação civil pública em questão encerrou-se mediante acordo judicial firmado entre a empresa e o MPT, conforme indicado no item (f) acima. Em abril de 2020 houve o pagamento da indenização por dano moral coletivo no valor total de R\$ 120 mil, o qual em 31.12.2019 representava aproximadamente 0,003% do patrimônio líquido consolidado da Companhia. Além disso, há obrigação por parte da empresa de não fazer qualquer negociação com previsão de taxas ou contribuições em instrumentos coletivos a serem celebrados com o sindicato dos empregados, tendo a empresa divulgado os termos do acordo judicial na sua Intranet, informativos e murais de informação. A Companhia entende que o processo é relevante em razão da matéria envolvida e por se tratar de uma ação civil pública.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Em 31.12.2019 não há valor provisionado em relação aos processos descritos no item 4.3 do Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais que não estejam sob sigilo e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas ou controladas em conjunto.

4.4.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que não há processos descritos no item 4.4 do Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia, suas controladas ou suas controladas em conjunto sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 do Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto são partes em processos conexos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou os processos em curso e, quando cabível, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis em relação aos referidos processos.

A Companhia utilizou dois critérios para a definição de quais seriam os processos conexos ou repetitivos relevantes, quando considerados em conjunto, em que ela ou suas controladas ou controladas em conjunto são partes, quais sejam: o somatório dos valores envolvidos nos processos conexos ou repetitivos (próximo ou superior a R\$ 35.000 mil) e a matéria sobre a qual versam as demandas, avaliando neste contexto outros fatores que poderiam influenciar a decisão de investimento, como, por exemplo, potenciais riscos à imagem da Companhia, de suas controladas ou de suas controladas em conjunto.

O valor de referência mencionado (R\$ 35.000 mil) representa aproximadamente 1% (um por cento) do patrimônio líquido consolidado da Companhia com base nas suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os valores envolvidos nos processos indicados a seguir também estão atualizados na data-base 31.12.2019. Ao utilizar tal valor de referência, a Companhia entende que estão sendo descritos abaixo os principais processos conexos ou repetitivos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia, suas controladas ou controladas em conjunto, poderiam impactar de forma significativa seu patrimônio, capacidade financeira ou seus negócios.

Natureza Tributária:

Processos administrativos nº (a) 16045.720012/2015-62 (b) 16045.720013/2015-15 (c) 10860.901848/2015-76 (d) 10860.901849/2015-11	
a) juízo	Administrativo Federal – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
b) instância	2ª instância administrativa
c) data da instauração	(a) e (b): 05.08.2015 (c) e (d): 09.12.2015
d) partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.478 mil
f) principais fatos	Trata-se de (i) autos de infração (AIIM) lavrados em face da Companhia – processos (a) e (b) acima, para exigência de IRPJ e CSLL, acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Processos administrativos nº (a) 16045.720012/2015-62 (b) 16045.720013/2015-15 (c) 10860.901848/2015-76 (d) 10860.901849/2015-11	
	exterior, relativo ao ano-calendário 2011, uma vez que a Companhia não teria comprovado, por meio de documentação competente, o direito à dedução do referido imposto de renda pago no exterior, além da constatação da ausência de pagamento do montante declarado na DIPJ do período de 2011 (exercício 2012); bem como (ii) processos administrativos decorrentes de não homologação de PER/DCOMP – processos (c) e (d) acima, sob a mesma alegação. <u>Andamento processual:</u> Apresentadas defesas administrativas (impugnações); proferidas decisões em 1ª instância parcialmente favoráveis à Companhia; aguardam-se decisões de 2ª instância administrativa em face dos recursos da Fazenda Nacional e da Companhia.
g) chance de perda	Possível
h) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2019 representava aproximadamente 0,61% do patrimônio líquido consolidado da Companhia. A Companhia entende que se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.

Processos administrativos nº (a) 16048.720140/2017-48 (b) 16048.720.402/2017-74	
a) juízo	Administrativo Federal – Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
b) instância	1ª instância administrativa
c) data da instauração	(a) e (b): 24.10.2017
d) partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 62.384 mil
f) principais fatos	Trata-se de autos de infração (AIIM) lavrados em face da

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Processos administrativos nº (a) 16048.720140/2017-48 (b) 16048.720.402/2017-74	
	Companhia que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2012; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, mais multa isolada. <u>Andamento processual:</u> Apresentadas defesas administrativas (impugnações); aguardam-se decisões de 1ª instância administrativa.
g) chance de perda	Possível
h) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2019 representava aproximadamente 1,78% do patrimônio líquido consolidado da Companhia. A Companhia entende que se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.

Processos administrativos nº (a) 10865-720.674/2020-60 (b) 13603-720.924/2020-31 (c) 10860-720.538/2020-10 (d) 16048-720.006/2020-42	
a) juízo	Administrativo Federal – Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
b) instância	1ª instância administrativa
c) data da instauração	(a), (b) e (c): 20.02.2020 (d): 14.02.2020
d) partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 31.599 mil
f) principais fatos	Trata-se de manifestação de inconformidade em face de despacho decisório no caso dos processos (a), (b) e (c) acima, relacionadas a compensações não homologadas, em razão da suposta ausência de comprovação de recolhimento dos créditos relativos à Taxa CACEX, acrescidos de juros e multa de ofício de 20%. No caso do processo (d) acima, trata-se de autos

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Processos administrativos nº (a) 10865-720.674/2020-60 (b) 13603-720.924/2020-31 (c) 10860-720.538/2020-10 (d) 16048-720.006/2020-42	
	de infração (AIIM) impondo multa isolada de 50% do crédito tributário no qual ocorreu a não homologação de compensações, com fundamento no art. 74, § 17, da Lei nº 9.430/1996 e Instrução Normativa nº 1.675 de 2016. <u>Andamento processual:</u> Apresentadas defesas administrativas (impugnações); aguardam-se decisões de 1ª instância administrativa.
g) chance de perda	Possível
h) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2019 representava aproximadamente 0,90% do patrimônio líquido consolidado da Companhia. Observa-se, porém, os processos administrativos em questão foram instaurados em 2020. A Companhia entende que se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Em 31.12.2019 não há valor provisionado em relação aos processos descritos no item 4.6 do Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Adicionalmente às informações indicadas nos demais itens da Seção 4 do Formulário de Referência, informa-se o seguinte:

➤ Em 03 de abril de 2019, foi celebrado entre a Companhia e a Gerência Regional do Trabalho de São José dos Campos/SP um termo de compromisso para inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados do INSS no mercado de trabalho, em decorrência de ação fiscal iniciada em 2015, por meio do qual a Companhia se comprometeu principalmente a regularizar a cota legal de pessoas com deficiência ou beneficiárias reabilitadas do INSS, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/91, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir de 01.07.2019. O não cumprimento das disposições do termo de compromisso poderá implicar na autuação e fiscalização reiterada da Companhia, com posterior remessa de relatório circunstanciado ao Ministério Público do Trabalho, objetivando a instauração do procedimento cabível.

➤ Em 06 de junho de 2019, foi celebrado, entre a Maxion Wheels do Brasil Ltda. e a Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo/SP, um termo de compromisso para adequação das máquinas e equipamentos às determinações previstas na NR (Norma Regulamentadora) 12 do Ministério do Trabalho, em decorrência de ação fiscal iniciada em 2018, por meio do qual a empresa se comprometeu principalmente a identificar e adequar todas as máquinas e equipamentos às disposições previstas na NR mencionada, dentro do prazo de 30 (trinta) meses contados a partir de 06 de junho de 2019. O não cumprimento das disposições do termo de compromisso poderá implicar na autuação e fiscalização reiterada da referida empresa, com posterior remessa de relatório circunstanciado ao Ministério Público do Trabalho, objetivando a instauração do procedimento cabível, sem prejuízo de eventual paralisação das máquinas e equipamentos não adequados até à sua regularização.

➤ Em 12 de setembro de 2019, foi celebrado, entre a Companhia e o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho da 15ª Região no Município de São José dos Campos/SP, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 45/2019, tendo por objeto formalizar a intenção da Companhia de adequar, de forma voluntária, as máquinas e equipamentos de sua propriedade instaladas na sua planta industrial localizada em Cruzeiro/SP, ao que determina a Norma Regulamentadora NR-12, dentro do prazo de 30 (trinta) meses contados a partir da data de assinatura do referido TAC. O não cumprimento dos compromissos acordados no TAC poderá ensejar a aplicação de multa e eventualmente ajuizamento de ação civil pública em face da Companhia.

➤ Em 30 de agosto de 2019, Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V., controlada mexicana da Companhia, iniciou trâmite voluntário para esclarecimento dos fatos, no âmbito de fiscalização conduzida pelas autoridades fiscais mexicanas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, na qual se questiona principalmente: (i) dedutibilidade fiscal de juros relativos a financiamento obtido para aquisição em janeiro de 2012 da empresa mexicana Grupo Galaz, S.A. de C.V. e suas subsidiárias (incluindo Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.); e (ii) suposta omissão de receita por conceito de ganho de capital na alienação intra-grupo das ações de Grupo Galaz, S.A. de C.V. (então denominada Maxion Inmagusa, S.A. de C.V.) ocorrida em dezembro de 2012, como parte da reestruturação realizada pela Companhia após a aquisição do grupo norte-americano Hayes Lemmerz também ocorrida em 2012; tais questionamentos versam sobre alegações de suposta falta de razão de negócio para a operação e suposta falta de documentação que suporte a determinação dos juros deduzidos e o custo de aquisição das ações alienadas. O trâmite voluntário encerrou-se sem conciliação em

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

3 de agosto de 2020 e, em 28 de agosto de 2020, as autoridades fiscais mexicanas emitiram auto de infração com base nos elementos acima no valor de R\$ 653.393 mil (\$ 2.559.316 mil pesos mexicanos). A controlada da Companhia apresentou o recurso pertinente na esfera administrativa em 13 de outubro de 2020 e aguarda julgamento. À luz dos fatos e alegações expostos até o momento, os assessores jurídicos da Companhia entendem que a probabilidade de perda do contribuinte em questão é remota.

➤ Em março de 2020, no âmbito de fiscalização referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 na controlada Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., as autoridades fiscais mexicanas questionaram a dedutibilidade fiscal de juros relativos a financiamento de longo prazo obtido em dezembro de 2012 para refinarciar o empréstimo indicado no item anterior e da variação cambial correspondente, versando sobre as mesmas alegações indicadas acima. Em 31 de dezembro de 2019, o valor envolvido nessa fiscalização atualizado correspondia a R\$ 78.744 mil (\$ 368.999 mil pesos mexicanos). Em 14 de agosto de 2020, iniciou-se trâmite voluntário para esclarecimento dos fatos perante as autoridades fiscais mexicanas, visando evitar eventuais processos administrativos e judiciais sobre o tema, o qual aguarda manifestação das autoridades fiscais. Nessa hipótese, à luz dos fatos e alegações expostos até o momento, os assessores jurídicos da Companhia entendem que a chance de êxito do contribuinte em questão é provável.

Exceto pelo disposto acima, não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores da Seção 4 do Formulário de Referência, que a Companhia julgue como importantes para fundamentar a decisão de investimento pelos investidores.

Na avaliação da relevância, a Companhia considerou a capacidade de a contingência impactar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou seus negócios, ou os de suas controladas e controladas em conjunto, como um todo, bem como outros fatores que poderiam influenciar a decisão de investimento, como, por exemplo, riscos de imagem ou riscos jurídicos relacionados às contingências.

Observa-se ainda que, conforme informado no item 15.7 do Formulário de Referência, em 1º de novembro de 2019, a Companhia reduziu sua participação acionária na então controlada em conjunto Amsted-Maxion Fundación e Equipamentos Ferroviários S.A. para 19,50%, passando esta sociedade a ser uma coligada da Companhia, por força do acordo de acionistas existente entre seus demais acionistas e a Companhia. Por essa razão, não mais são reportados na Seção 4 do Formulário de Referência da Companhia processos relacionados à referida coligada.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, o Brasil é o país de origem da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2017 e revisada em 29 de maio de 2019. Esta política formalizada consolida políticas, normas, procedimentos e ações que já eram adotadas pela Companhia no desenvolvimento de trabalhos de Gestão de Riscos Corporativos dentro das diversas atividades operacionais, financeiras e estratégicas da Companhia.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos Corporativos estabelece um conjunto de diretrizes e princípios e também a estrutura a serem considerados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e adicionalmente define e formaliza as responsabilidades de cada órgão/departamento da Companhia envolvidos no processo e é aplicável a todos os níveis organizacionais da Companhia de forma direta ou indireta.

Busca-se prioritariamente o gerenciamento de riscos operacionais, financeiros, estratégicos e legais/*compliance*, cuja gestão é feita por meio de uma matriz de riscos compreendendo seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia, podendo-se elencar os seguintes itens: **(i) Operacionais: a.** Eventual falha no processo de qualidade da produção que pode levar a um "recall" que pode afetar as margens e a imagem da **(ii) a.** Financeiros: Volatilidade Cambial que possa impactar o endividamento da Companhia; **(iii) Estratégicos: a.** Tecnologias disruptivas podem afetar diretamente a demanda por produtos da Companhia; **b.** Lenta retomada da economia pós-pandemia, impactando na demanda por produtos e consequentemente afetando os resultados da Companhia; **(iv) Compliance: a.** Eventual não atendimento aos requerimentos legais de proteção de dados europeia (GDPR). Dentre as ações tomadas para cada risco previamente mencionados destacamos o seguinte: **(i)a.** A Companhia dispõe de um sistema de qualidade em todas suas unidades fabris, que proporcionam uma entrega de qualidade aos clientes, este item é monitorado e apresentado periodicamente à liderança da Companhia; **(ii)a.** A Companhia monitora os índices de endividamento mensalmente, sendo apresentados periodicamente a diretoria, comitê financeiro e conselho de administração, adicionalmente possui um hedge natural considerando que uma parte relevante de sua receita é gerada em euro e dólar; **(iii)a.** A Companhia efetua acompanhamentos de novas tendências junto aos principais players e empresas parceiras no mercado de atuação e de tecnologia, buscando estar envolvida na mudança tecnológica do setor e efetuando apresentações periódicas à diretoria. Adicionalmente, foi inaugurado o Centro Avançado de Tecnologia em Berlim para monitoramento e desenvolvimento de novas tecnologias e o fortalecimento das áreas de Engenharia Avançada nas Divisões; **(iii)b.** A Companhia aumentou sua liquidez através do gerenciamento do fluxo de caixa, realizou revisão dos investimentos, postergou projetos não essenciais, além de um forte controle de despesas, congelamento de contratações e redução de custos. Adicionalmente, alterou padrões de operação nas plantas fabris de forma efetiva e alinhada com o novo nível de demanda; **(iv)a.** A Companhia possui uma equipe de projeto global juntamente com o apoio de escritório externo que está dedicada ao tema nas unidades aplicáveis à legislação e efetua monitoramento de novas legislações/exigências em outras unidades do grupo. A equipe tem atuado e está trabalhando no mapeamento de processos, criação de políticas e revisão das atividades que tratam de dados pessoais (escopo da Lei). A equipe efetua apresentações sobre o andamento do projeto e demais necessidades à diretoria da Companhia, de acordo com a demanda.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Esta matriz de riscos é submetida para apreciação e validação ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração duas vezes ao ano, após a revisão da Diretoria e do Comitê de Gestão de Riscos ou a qualquer momento, considerando eventuais alterações significativas nos riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia abrange todos os níveis da Companhia, principalmente o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria, o Comitê de Gestão de Riscos, os demais gestores e o departamento de Governança, Riscos e *Compliance* da Companhia.

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes de risco para a Companhia, aprova as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, supervisiona, com o suporte do Comitê de Auditoria Estatutário, a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos da Companhia de forma a mantê-la compatível com as estratégias de negócios, analisa e delibera sobre a proposta da Diretoria para a composição da matriz de riscos e delibera sobre as propostas da Diretoria para a solução, mitigação ou aceitação de riscos.

O Comitê de Auditoria Estatutário monitora as diretrizes de risco estabelecidas para a Companhia, revisa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia, assessora o Conselho de Administração no monitoramento das atividades de gerenciamento de riscos da Companhia, analisa a proposta da Diretoria para a composição da matriz de riscos, e revisa as informações apresentadas ao mercado relacionadas aos riscos da Companhia, assim como à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e os resultados apurados.

A Diretoria implementa as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, executa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, elabora a matriz de riscos com o auxílio do departamento de Governança, Riscos e *Compliance*, propõe ao Conselho de Administração medidas para solução, mitigação ou aceitação dos riscos, monitora a implementação dos planos de ação estabelecidos com base na matriz de riscos e prepara, com o apoio do departamento de Governança, Riscos e *Compliance* as informações a serem apresentadas ao mercado relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e os resultados apurados.

O Comitê de Gestão de Riscos atua e interage com a gestão, a Auditoria Interna e o departamento de Governança, Riscos e *Compliance* de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração, analisa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, assessora a Diretoria e, quando solicitado, o Comitê de Auditoria Estatutário, na identificação de riscos, propostas de medidas para solucionar, mitigar ou aceitar os riscos e monitoramento das atividades de gerenciamento de riscos da Companhia. Revisa periodicamente a matriz de riscos e os respectivos planos de ação existentes para o monitoramento da mitigação destes riscos, aprova a metodologia a ser utilizada na condução do processo de gerenciamento de riscos corporativos, aprova a escala de impacto e probabilidade utilizada para avaliação dos riscos e atua proativamente na identificação de novos tipos de risco para a Companhia.

Os gestores são responsáveis por assegurar a operacionalização do gerenciamento de riscos, implementando ações preventivas e corretivas para os riscos identificados, identificar e comunicar à Diretoria e ou ao Comitê de Gestão de Riscos os riscos a que a Companhia esteja sujeita, manter um ambiente de controles internos e de *compliance* efetivo e desenvolver processos e procedimentos, treinamentos e formas de comunicação que permitam a disseminação, de forma consistente, do processo de gerenciamento de riscos na Companhia.

O departamento de Governança, Riscos e *Compliance* monitora o processo de gerenciamento de riscos da Companhia sob a coordenação da Diretoria e do Comitê de Gestão de Riscos, elabora e assegura o cumprimento das políticas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia, auxilia a Diretoria na elaboração e revisão da matriz de riscos, avalia e propõe estratégias de mitigação dos riscos, fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, à Diretoria e ao Comitê de Gestão de Riscos análises e avaliações sobre o processo de gerenciamento de riscos da Companhia, elabora a escala de impacto e probabilidade utilizada para avaliação dos riscos, apoia a Diretoria na elaboração das informações a serem apresentadas ao mercado relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos, às suas atividades e aos resultados apurados e atua proativamente na identificação de novos tipos de risco para a Companhia.

A estrutura hierárquica entre esses órgãos se detalha a seguir: (i) no nível mais alto está o Conselho de Administração; (ii) abaixo do Conselho de Administração está o Comitê de Auditoria Estatutário e, (iii) sob o Comitê de Auditoria Estatutário se encontra a Auditoria Interna. Cabe ressaltar que a Auditoria Interna reporta administrativamente ao Diretor Presidente da Companhia. Para melhor visualização, vide item 5.3c) do Formulário de Referência. O Comitê de Gestão de Riscos reporta à Diretoria.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua estrutura de Governança, Riscos e *Compliance* para a verificação da efetividade das diretrizes quanto ao gerenciamento de riscos é eficiente e adequada, estando em linha com as práticas de mercado. Fornece avaliações independentes, imparciais e tempestivas por meio de metodologia corporativa pautada em visão integrada e sistêmica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2017 e revisada em 29 de maio de 2019. Essa política formalizada consolida políticas, normas, procedimentos e ações que já eram adotadas pela Companhia no desenvolvimento de trabalhos de Gestão de Riscos Corporativos dentro das diversas atividades operacionais e estratégicas da Companhia.

Adicionalmente o gerenciamento de riscos da Companhia é realizado de acordo com as diretrizes estipuladas pelo Conselho de Administração, o qual avalia, periodicamente, em suas reuniões, os principais riscos a que a Companhia está exposta, particularmente aqueles relacionados às condições financeiras e operacionais da Companhia, assim como condições de mercado em geral. Além da Diretoria da Companhia, prestam suporte ao Conselho de Administração o Departamento de Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria Estatutário. O Departamento de Governança, Riscos e Compliance possui dentre suas atribuições além do mapeamento de processos, identificação de riscos e controles, desenvolvimento, implementação e monitoramento de planos de ação acaso necessários, é responsável também por gerir o programa de Gestão de Riscos e o programa de conformidade (*Compliance*). O processo de gestão de riscos de mercado envolve: (i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; (ii) medição dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias. A Companhia além da política formalizada de Gestão de Riscos Corporativos conta com práticas usuais de gestão de riscos, que acredita estarem linha com os padrões de mercado e adequadas às suas necessidades.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i.) riscos para os quais se busca proteção.

A Companhia busca proteção primordialmente para os riscos de oscilação dos preços do aço e do alumínio, riscos cambiais e riscos relativos às flutuações de taxas de juros e índices de correção, além dos riscos de oscilação de preços de outros ativos que possam expor ativos, passivos ou a capacidade de geração de caixa da Companhia, em especial:

(i) risco de competitividade;

(ii) risco da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros;

(iii) risco de ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e risco de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros; e

(iv) risco comercial.

ii.) estratégia de proteção patrimonial (hedge).

A Companhia, devido à natureza do setor em que atua, adota uma estratégia de produzir nos mesmos locais em que vende seus produtos, o que já garante um hedge natural para suas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

A Companhia procura desenvolver uma gestão prudente do risco de liquidez mantendo caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a área de tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

Ainda, a administração monitora constantemente o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe sua liquidez de acordo com sua Política de Gestão de Risco Financeiro, aprovada pelo Conselho de Administração, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, através de depósitos em instituições financeiras.

Visando à mitigação do risco de ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia possui política para a contratação de operações de “hedge” para mitigar esses riscos, limitados a até 100% do valor projetado dos embarques das exportações para os 12 meses subsequentes e até 100% dos pedidos firmes de compras de importações de ferramentais, máquinas e equipamentos.

Para mitigar a exposição da Companhia ao acréscimo significativo ao preço do aço e do alumínio, a administração mantém o acompanhamento constante dos preços internacionais do aço e do alumínio, sempre dispondo de profissionais capacitados na avaliação dos indicadores de mercado, buscando antecipar tendências, reduzindo a exposição a risco da Companhia.

iii.) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).

(i). risco de competitividade

A Companhia acompanha, por meio de sua área de Suprimentos, as variações de preços e a disponibilidade das principais matérias primas utilizadas em sua produção (aço e alumínio). Como instrumento eventual de proteção, essa área pode efetuar operações de antecipação de compra a preço e volume fixos junto aos principais fornecedores de tais matérias primas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(ii). risco da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros;

Por atuar comercialmente nos mesmos mercados em que produz, a Companhia tem como prática realizar transações com “*hedge* natural”, ou seja, seus passivos estão denominados nas mesmas moedas de seus ativos. Em casos pontuais em que isso não ocorra, a Companhia pode, eventualmente, fazer *hedge* de proteção patrimonial com instrumentos como: Swap de Moeda e NDF (*Non Deliverable Forward*), todos sem fins especulativos, operações as quais são levadas até seus vencimentos finais.

(iii).risco de ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e risco de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os instrumentos normalmente contratados podem ser tipicamente Swap de Juros para ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

(iv) risco comercial.

A Companhia efetua acompanhamentos de novas tendências junto aos principais players e empresas parceiras no mercado de atuação e de tecnologia, buscando estar envolvida na mudança tecnológica do setor e efetuando apresentações periódicas à diretoria

A gestão desses instrumentos financeiros é monitorada pelo Comitê Financeiro e Conselho de Administração.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é também aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que se pretende proteger. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

iv.) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

Para verificar o enquadramento ou desenquadramento de sua exposição aos riscos de mercado, a Companhia adota os seguintes critérios:

- (i) acompanhamento da relação Endividamento Líquido / EBITDA
- (ii) prazo médio de vencimento da dívida bancária líquida;
- (iii) capital de giro;
- (iv) grau de concentração das vendas, por países;
- (v) grau de concentração das vendas, por cliente;
- (vi) exposição cambial;
- (vii) exposição ao preço de insumos; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(viii) preço do aço em diversos mercados, principalmente nos que tem atuação.

v.) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia não contrata instrumentos derivativos para outros fins que não os de proteção de fluxo de caixa ("cash flow hedge"), assim como não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção.

vi.) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

O gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é realizada pela Diretoria sob a supervisão do Conselho de Administração, responsável por fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e acompanhar o seu desenvolvimento pela Diretoria Executiva. Adicionalmente à atuação da administração da Companhia, o Comitê de Auditoria Estatutário, em conjunto com o departamento de auditoria interna da Companhia, monitora a aderência e a adequação dos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que a sua estrutura bem como seus controles internos são adequados para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia busca constantemente garantir a melhoria do seu ambiente de controles internos bem como a análise contínua dos riscos que possam afetar seus negócios, situação financeira e o resultado de suas operações.

A Diretoria da Companhia responsável pela gestão, tem trabalhado em conjunto com as áreas operacionais e efetuado o monitoramento, o reporte e a correção de eventuais imperfeições sejam elas decorrentes de descumprimento de regulamentação interna ou externa.

A Companhia possui um departamento de Auditoria Interna que reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário. A Auditoria Interna monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e as políticas e procedimentos da Companhia, através de auditorias independentes periódicas sobre a eficácia e eficiência dos controles internos. Visando a melhoria da avaliação dos controles internos automáticos, em 2015 a Auditoria Interna passou a incorporar auditorias de sistemas de informação e em 2018 iniciou o trabalho de auditoria contínua por meio de monitoramento automatizado de transações nos sistemas de gestão das unidades.

O departamento de Governança, Riscos e *Compliance* além de auxiliar no mapeamento dos processos, identificação de riscos e controles, desenvolvimento, implementação e monitoramento dos planos de ação caso sejam necessários, é também responsável por gerir o programa de Gestão de Riscos da Companhia e o programa de Conformidade (*Compliance*). Uma das responsabilidades do departamento de Governança, Riscos e *Compliance* é trabalhar com melhorias de processo, visando identificar oportunidades de melhoria e auxiliando todas as áreas da Companhia otimizarem suas atividades.

A Companhia possui políticas e procedimentos corporativos formalizados. Por meio dessas políticas e procedimentos corporativos a Diretoria viabiliza e divulga os processos, propósitos, princípios e valores da Companhia.

Para assegurar que a Companhia esteja em total conformidade com as leis, regulamentos e normas externas e internas, bem como promover as melhores práticas e princípios éticos a Companhia dentre outros mecanismos conta com:

- a) Código de ética
- b) Canal de denúncias
- c) Política de negociação de ações e divulgação de informações
- d) Política de ética e anticorrupção que trata sobre contribuições e doações, além de temas relacionados a prevenção e detecção de atos de natureza ilícita
- e) Política de Gestão de Riscos Corporativos

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de controles internos eficaz, e todas as ações relacionadas a controles internos estão fundamentadas no uso de critérios éticos refletidos no código de conduta da organização.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Estrutura organizacional envolvida:

- a) Conselho de Administração: O Conselho de Administração estabelece as diretrizes das políticas e procedimentos corporativos.
- b) Diretoria (responsável pela gestão): A Diretoria é responsável pela implementação das políticas e procedimentos corporativos. A Diretoria opera com um sistema de controles internos com o auxílio do Comitê de Auditoria Estatutário e da Auditoria Interna para avaliar periodicamente a eficácia desse sistema de controles internos, bem como prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

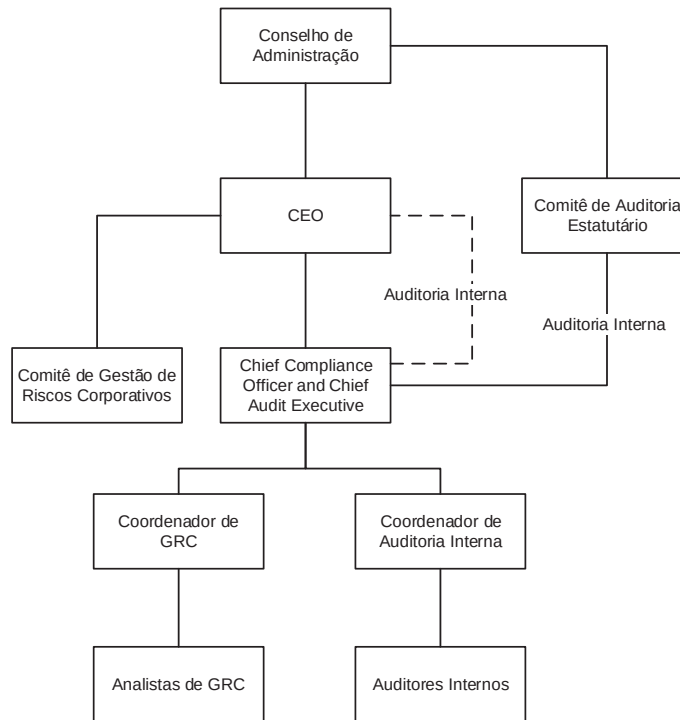
- c) Órgãos de fiscalização e controle

Comitê de Auditoria Estatutário: O Comitê de Auditoria Estatutário, realiza supervisão dos trabalhos da Auditoria Interna e interage com a Auditoria Externa contribuindo para assegurar o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações financeiras divulgadas ao mercado.

Auditoria Interna: A Auditoria Interna, que possui Estatuto aprovado pelo Comitê de Auditoria da Companhia em 31/05/2017, tem a responsabilidade de monitorar, avaliar e realizar recomendações sobre os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pela direção. A auditoria Interna realiza periodicamente auditorias independentes sobre a eficácia e eficiência dos controles. Adicionalmente, o orçamento da área de Auditoria Interna foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, conforme relatório resumido divulgado nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2019.

Governança, Riscos e Compliance (GRC): O Departamento de GRC auxilia a Companhia no mapeamento de processos, identificação de riscos e controles, bem como no desenvolvimento, implementação e monitoramento de planos de ação caso sejam necessários e também é responsável por gerir o programa de Gestão de Riscos da Companhia e o tema de Conformidade (*Compliance*). Atua principalmente como uma gestão de apoio na avaliação interna de riscos e controles internos, incluindo informação, comunicação e monitoramento; trabalha em conjunto com a gestão da Companhia a fim de desafiar e melhorar os processos e controles; mantém um relacionamento com os auditores interno e externo e apoia as suas atividades; verifica o cumprimento das políticas, diretrizes e procedimentos da Companhia.

- c) **se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

A Companhia não possui deficiências significativas sobre os seus controles internos.

- e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Companhia não possui deficiências significativas sobre os seus controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui políticas e procedimentos que tratam do relacionamento com órgãos públicos, incluindo legislações locais e internacionais onde a Companhia possui operações, e que detalham a conduta esperada dos profissionais junto a oficiais governamentais sempre mencionando a relevância de cumprimento as legislações vigentes e que se aplicam a toda a Companhia. Esses documentos são revisados periodicamente de maneira a refletir as melhores práticas e as atualizações as legislações onde a Companhia possui negócios.

Conforme as práticas da Companhia e o disposto no item 5.1b), os seus principais riscos são avaliados duas vezes ao ano, de acordo com sua matriz de riscos. A partir desta análise, suas políticas e práticas são atualizadas, conforme necessidade. Cumpre informar que, por não ser concessionária de serviços públicos e/ou não comercializar diretamente com agentes públicos, a Companhia entende que esta periodicidade é adequada.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Companhia possui um Departamento de Auditoria Interna que reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário. A Auditoria Interna monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e as políticas e procedimentos da Companhia incluindo as políticas e procedimentos sobre o relacionamento com órgãos governamentais, esse monitoramento e avaliações é realizado através de auditorias independentes periódicas que consideram a eficácia e eficiência dos controles internos e aderência dos processos às políticas e procedimentos vigentes.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um novo Código de Conduta revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião no dia 26 de setembro de 2018 e que é aplicável a todos os profissionais, diretores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), Conselho de Administração e a Companhia também encoraja o uso do Código por todos os membros da cadeia de suprimentos e relacionamento que incluem, mas não se limitam a fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários, clientes entre outros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os treinamentos relacionados ao Código de Conduta são realizados de maneira periódica para todos os profissionais e diretores da companhia e englobam os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) e Conselho de Administração, incluem-se nessa abordagem também as políticas e procedimentos relacionados ao tema Ética e Anticorrupção, Brindes e Entretenimento entre outros documentos relacionados, tendo o último treinamento ocorrido em março de 2019 e estando previsto para o segundo semestre de 2020.

De acordo com as novas políticas da Companhia, estes treinamentos ocorrerão pelo menos uma vez ao ano.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Eventuais sanções em caso de descumprimento ao Código de Conduta ou a outras normas da Companhia são previstas em políticas e procedimentos internos e são consideradas após as devidas análises e deliberações junto aos órgãos de Governança Corporativa da Companhia podendo em seu caso mais extremo culminar no desligamento do profissional ou encerramento de relacionamento comercial em caso de parceiro externo.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião no dia 26 de setembro de 2018, estando disponível para consulta pública pelo website da Companhia (<https://www.iochpe.com.br/show.aspx?idCanal=nZlh5DZQAxXMMYGDunjtrg==>)

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de denúncias que é denominado internamente de Canal de Manifestação ativo que é administrado internamente podendo ser acessado por meio telefônico, website ou e-mail independentemente da localidade geográfica ou posição hierárquica do denunciante.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias é aberto e pode ser acessado por seus meios de contato por qualquer diretor, profissional, cliente, fornecedor ou demais pessoas que possuam ou não relacionamento com a Companhia e que desejam relatar algum fato à Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

A Companhia possui em política detalhada o compromisso de não retaliação a profissionais que honestamente efetuaram reporte sobre alguma suspeita de ato que viole o código de conduta ou qualquer outra regulamentação aplicável a Companhia.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias efetuadas pelo canal são recebidas pelo responsável pelo Departamento de Auditoria Interna e também pelo Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário que efetuam o endereçamento e eventuais ações que se fizerem necessárias de acordo com o tema da denúncia.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui política que trata de procedimentos preventivos relacionados à identificação de vulnerabilidades e de riscos de eventuais práticas irregulares nas pessoas jurídicas que podem ser alvo de processo de fusão, aquisição ou reestruturação societária, considerando inclusive se a pessoa jurídica alvo é ou não controlada por Órgãos ou Agentes Públicos.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica face ao disposto nos itens a, b e c acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, porém com relação as práticas de gerenciamento de riscos adotadas, a companhia aprovou junto ao Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2017 a formalização da Política de Riscos Corporativos e revisada em 29 de maio de 2019.

Não obstante, no atual exercício social, a economia global, inclusive o setor de atuação da Companhia, foi impactado adversa e substancialmente pela pandemia causada pelo novo coronavírus Covid-19. A Companhia tem tomado medidas para minimizar os impactos da pandemia, tal como a adequação de sua força produtiva à demanda dos seus clientes e renegociação de determinadas dívidas financeiras.

A incerteza em relação ao atual ambiente político e econômico nos mercados em que a Companhia atua, inclusive à luz da pandemia acima referida, pode alterar de forma significativa os riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	28/05/1940
Forma de Constituição do Emissor	O emissor foi constituído como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo sido transformado em sociedade anônima em 30/08/1969.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	17/07/1984

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A origem da emissora data de 1940, ano de início das suas atividades. Ao longo do tempo, o grupo econômico ao qual a Companhia pertence diversificou suas atividades para o setor financeiro e, subsequentemente, para o setor industrial. Em 1992 a emissora adotou sua denominação atual, Iochpe-Maxion S.A.

A partir da década de 90 a Companhia passou a concentrar sua atuação nos segmentos de autopeças e equipamentos ferroviários, alienando grande parte dos ativos e participações que não eram ligados a esses segmentos. Em 1998, a Companhia iniciou um processo de reestruturação operacional e definição do seu portfólio de negócios.

Paralelamente, foi realizada uma reestruturação societária e financeira que culminou com o aporte de recursos na Companhia, por parte da BNDESPAR e do Banco Bradesco, que passaram a compartilhar o controle societário da Companhia.

No início de 2000, 50% do negócio de equipamentos ferroviários foi alienado para a Amsted Industries, o que originou a formação da *joint venture* AmstedMaxion. Concluído o processo de reestruturação operacional iniciado em 1998, a Companhia passou a conduzir seus negócios através de duas empresas, a controlada em conjunto AmstedMaxion no segmento ferroviário, e a Maxion Sistemas Automotivos com duas divisões, a Rodas e Chassis e a Componentes Automotivos.

Entre 2004 e 2008 a Companhia sofreu novas alterações em sua estrutura societária. Inicialmente, em 2004, o Banco Bradesco vendeu a totalidade da sua participação na Companhia (as ações ordinárias detidas pelo Banco Bradesco foram adquiridas pela Companhia Iochpe, e as ações preferenciais foram vendidas na então BM&FBOVESPA). Posteriormente, em fevereiro de 2006 e após a Companhia aderir ao segmento Nível 1 da BM&FBOVESPA, o BNDESPAR, o FPS e o Fundo Sinergia realizaram oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais.

Em janeiro de 2008 foi realizada a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia para ações ordinárias com o objetivo de ingresso no Novo Mercado da BM&FBOVESPA (atual B3). Em julho de 2008, visando a simplificar sua estrutura operacional e societária a Companhia incorporou a Maxion Sistemas Automotivos, fazendo com que ela voltasse a ter caráter operacional, através da concentração de todas as suas principais operações brasileiras, exceto a então controlada em conjunto AmstedMaxion, em uma única pessoa jurídica.

Em agosto de 2009, a Companhia adquiriu os negócios de rodas da ArvinMeritor no Brasil, México e Estados Unidos, os quais passaram a ser denominados Divisão Fumagalli.

Em maio de 2011, a Companhia adquiriu 50% das ações da Montich S.A., conceituado fabricante argentino de longarinas, chassis e estampados para veículos comerciais. Em maio do mesmo ano, a sociedade adquirida mudou sua denominação social para Maxion Montich S.A.

No início de 2012, a Companhia concluiu o processo de aquisição do Grupo Galaz (Inmagusa), grupo mexicano fabricante de longarinas de aço para veículos comerciais e da Hayes Lemmerz, empresa norte-americana fabricante internacional de rodas automotivas, de aço e de alumínio para veículos leves e de aço, para veículos comerciais.

Com a aquisição da Inmagusa e da Hayes Lemmerz, a Companhia fez uma nova reorganização operacional e passou a conduzir seus negócios através de duas divisões, a Maxion Wheels, que concentra todos os negócios de rodas, e a Maxion Structural Components, que concentra todos os negócios de chassis, longarinas e conjuntos estampados.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em 2015, 2016 e 2019, visando concentrar ainda mais seu foco e posicionamento estratégico no segmento automotivo mundial, a Companhia alienou parte de sua participação na AmstedMaxion, a qual, a partir do final do ano de 2019, passou a ser uma coligada da Companhia.

Em 2018 a Companhia celebrou o aniversário de 100 anos do início da criação do primeiro empreendimento da Família Ioschpe no Brasil, uma serraria criada por Gregório Iochpe no Rio Grande do Sul em 1918.

O objeto social atual da Companhia, conforme descrito em seu Estatuto Social, envolve:

- a) Fabricação, usinagem, montagem, distribuição ou venda de quaisquer tipos de motores, veículos, tratores agrícolas e industriais, de máquinas e implementos agrícolas, máquinas rodoviárias e de construção de colheitadeiras automotrizes, bem como quaisquer aparelhos, instrumentos sobressalentes e acessórios dos mesmos, equipamentos motorizados ou não, componentes para indústria metalúrgica, ferroviária e automobilística, ferramentas, ferramental, caixa de armazenamento e outros produtos conexos utilizados na produção industrial, bem como a exploração da indústria de fundição, esmaltação, estanhagem, plástico, metalúrgica, mecânica em todas suas aplicações e formas, bem como o comércio, beneficiamento, exportação, importação e distribuição dos produtos pertinentes ao ramo;
- b) Importação de matérias-primas e produtos intermediários para a industrialização de produtos acabados relacionados com o objeto social, destinados à comercialização;
- c) Prestação de serviços de assistência técnica à outras empresas do mesmo ramo;
- d) Assistência técnica, locação de serviços, intermediação comercial por conta própria ou de terceiros, comissão ou consignação relativas ao objeto social;
- e) Locação de bens pertencentes ao seu ativo imobilizado;
- f) Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras como sócia, quotista ou acionista;
- g) Representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros, em conexão com os objetivos mencionados;
- h) Implantação e manutenção de centros de treinamento para o uso de seus produtos; e
- i) Desenvolvimento de culturas experimentais em áreas rurais próprias ou de terceiros.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Não há qualquer pedido de falência fundado em valor relevante ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Iochpe-Maxion é uma companhia global, líder mundial na produção de rodas automotivas e um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos nas Américas.

Contamos com 32 unidades fabris, localizadas em 14 países nas Américas do Sul e Norte, Europa, Ásia e África, temos cerca de 16 mil funcionários, o que nos capacita a atender os nossos clientes ao redor do mundo nos prazos e padrões de qualidade e competitividade exigidos por eles.

Somos uma Companhia que possui alto nível de conhecimento técnico e que busca constantemente fornecer soluções inovadoras nas áreas em que atuamos, utilizando macrotendências globais para direcionar o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias de forma independente ou em cooperação com parceiros estratégicos.

Operamos nosso negócio por meio de duas divisões: Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

Na Maxion Wheels, produzimos e comercializamos uma ampla gama de rodas de aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas de alumínio para veículos leves.

Na Maxion Structural Components, produzimos longarinas, travessas e chassis montados para veículos comerciais e conjuntos estruturais para veículos leves.

Adicionalmente, por meio da AmstedMaxion (coligada), produzimos rodas e fundidos ferroviários, fundidos industriais e vagões de carga.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Não aplicável, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

A Companhia opera por meio de duas divisões: Maxion Wheels, Maxion Structural Components.

A Maxion Wheels produz e comercializa uma ampla gama de rodas em aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas em alumínio para veículos leves. A Maxion Structural Components produz longarinas, travessas e chassis acabados para veículos comerciais e itens estampados estruturais para veículos leves. Adicionalmente, a AmstedMaxion (coligada) atua no mercado ferroviário, produzindo vagões de carga, rodas e fundidos ferroviários e fundidos industriais.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida consolidada do emissor

As receitas da Companhia compreendem apenas o segmento automotivo. Os resultados da coligada AmstedMaxion são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Descrição	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil
Segmento Automotivo	100%	10.016.395	100%	9.616.299	100%	7.487.940
Receita Líq. Consolidada	100%	10.016.395	100%	9.616.299	100%	7.487.940

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido consolidado do emissor

As receitas da Companhia compreendem apenas o segmento automotivo. Os resultados da coligada AmstedMaxion são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Descrição	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil
Segmento Automotivo	100%	337.435	100%	201.325	100%	6.403
Lucro do Exercício	100%	337.435	100%	201.325	100%	6.403

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

a) Características do processo de produção

Componentes Estruturais

O processo de produção de componentes estruturais automotivos compreende 4 etapas principais: (i) preparação; (ii) conformação; (iii) montagem; e (iv) pré-tratamento, pintura e acabamento.

- 1) Preparação: o processo de preparação consiste na decapagem, ou seja, desenrolar as bobinas de chapas de aço, seguida do corte das chapas no tamanho necessário ao prosseguimento da produção.
- 2) Conformação: após o processo de preparação, a chapa de aço cortada é prensada e furada em prensas, conforme especificação do tamanho e forma do produto final.
- 3) Montagem: consiste na junção das partes do produto.
- 4) Pré-tratamento, pintura e acabamento: aplicação de tratamento anticorrosão (pintura *E-coat*) e, em seguida, a pintura a pó. Posteriormente o produto é expedido.

Rodas de aço

A produção de rodas de aço do segmento automotivo compreende os seguintes processos: (i) produção do disco; (ii) produção do aro; e (iii) junção de disco e aro.

A produção do disco e do aro, apesar de ser essencialmente semelhante, ocorre separadamente, devido às peculiaridades de formato e função de cada peça. A principal diferença entre os referidos processos encontra-se na etapa de conformação. Na produção do disco, a conformação consiste em repuxar o perfil da peça, estampar furos e torneá-la, enquanto na produção do aro, a conformação consiste em calandrar e soldar a peça, laminá-la, expandi-la e estampar furo de válvula da peça.

Por fim, no processo de junção, o disco e o aro passam pela montagem (soldar e usinar a face interna do disco), controle de qualidade (inspeção de qualidade automatizada) e pré-tratamento, pintura e acabamento (tratamento anticorrosão com pintura *E-coat* e pintura a pó).

Rodas de alumínio

A produção de rodas de alumínio do segmento automotivo é feita por meio do processo de fundição.

O início da produção é a partir da preparação da liga especial que é produzida pela fusão do alumínio primário de alta pureza e outros elementos de liga que garantem a resistência, durabilidade e propriedades mecânicas das rodas.

A liga especial é levada a um sistema de máquinas injetoras de alumínio que trabalham sob pressão, onde ocorre a injeção do metal em um molde especial de aço que tem a forma quase definitiva da roda.

Após a etapa de injeção, as rodas são controladas em um aparelho de raio X de alta definição garantindo que o produto esteja totalmente isento de porosidades e falhas de preenchimento de material.

Em seguida ao Raio X, as rodas são submetidas a um processo de tratamento térmico em fornos especiais, que conferem um nível de resistência ainda maior para garantir de fato a qualidade e segurança do produto.

Após o tratamento térmico, as rodas passam por um processo de usinagem em tornos e furadeiras, onde é retirado todo material de excesso proveniente da fundição.

Na fase final, as rodas passam por um processo totalmente automatizado de preparação de superfície e pintura eletrostática, conferindo, principalmente, três tipos de acabamentos: pintada, diamantada e polida.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Vagões de Carga, rodas e fundidos ferroviários

A produção de vagões de carga, rodas e fundidos ferroviários é feito pela coligada “AmstedMaxion” e suas filiais.

O processo de produção compreende os seguintes processos: (i) produção das rodas; (ii) produção do vagão; e (iii) montagem do vagão.

O processo de produção das rodas envolve as seguintes etapas:

- 1) Fundição: a sucata de aço e outros metais são fundidos em fornos elétricos, transformando-se em metal em fase líquida, o qual é enviado por vazamento a moldes de grafite.
- 2) Resfriamento: consiste no resfriamento e tratamento térmico do produto para adequação da microestrutura do aço.
- 3) Inspeção: são realizados testes de ultrassom, ensaios de partículas magnéticas, entre outros.

A produção dos vagões de carga envolve as seguintes etapas: (i) a conformação; (ii) a produção de fundidos ferroviários; e (iii) a montagem dos fundidos ferroviários com peças adquiridas de terceiros.

A conformação consiste no corte das chapas de aço, conforme especificação do produto. A produção de fundidos ferroviários segue o mesmo procedimento da fundição de rodas, mencionado acima, porém com moldes de grafite adequados ao vagão. Na montagem do vagão, as peças fundidas na planta da AmstedMaxion são unidas a peças adquiridas de terceiros, tais como as peças do sistema de freios.

O processo de produção da Companhia e de suas controladas está sujeito à paralisação decorrente de greves de funcionários, falta de fornecimento ou baixa qualidade de matérias-primas.

Ainda com relação ao processo de produção, a Companhia executa rotinas diárias de manutenção preventiva e reparos em suas unidades fabris, com o objetivo de mitigar riscos inerentes às atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas. Além disso, nos períodos de férias coletivas das montadoras brasileiras, tradicionalmente no mês de dezembro, a Companhia planeja e executa serviços de manutenção mais específicos em suas unidades produtivas. Os referidos serviços de manutenção incluem, por exemplo, desmontagem, remontagem, limpeza, revisão e outros serviços correlatos de rotina, os quais são prestados diretamente por colaboradores da Companhia ou mediante contratação de terceiros, conforme o caso.

As unidades produtivas da Companhia e de suas controladas contam com cobertura securitária de riscos operacionais que envolvem danos materiais e lucros cessantes. Dentre os possíveis sinistros que podem afetar máquinas, equipamentos e produtos em geral e que estão amparados pela referida cobertura, como: danos elétricos, erros e omissões, quebra de maquinário, interrupção de utilidades e serviços, vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça, roubos, dentre outros, nos termos da referida apólice de riscos operacionais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contam com cobertura securitária de responsabilidade civil. Dentre os possíveis sinistros amparados pela referida cobertura, como: danos decorrentes de serviços de reparos e de segurança, poluição, contaminação e/ou vazamentos súbitos e inesperados, riscos contingentes de veículos terrestres motorizados, danos decorrentes de eventos programados, dentre outros, nos termos da referida apólice de responsabilidade civil.

b) Características do processo de distribuição

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Os produtos são distribuídos por transporte rodoviário e usualmente entregues na linha de montagem das montadoras. Determinadas montadoras utilizam o sistema de “*milk run*” em que as mesmas recolhem os produtos nas plantas da Companhia.

No caso dos vagões ferroviários de carga, na maior parte dos casos, os mesmos são colocados na malha ferroviária, a qual passa pela planta da AmstedMaxion, e são direcionados diretamente ao cliente. Quando não existe conexão ferroviária com o cliente, os produtos são enviados por outros meios logísticos, inclusive o transporte rodoviário.

A Companhia não dispõe de centros de distribuição, e distribuindo seus produtos a partir de suas unidades industriais diretamente aos seus clientes. A Companhia não dispõe de frota própria direta ou indireta, contratando serviços de terceiros para as tarefas de distribuição e logística.

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia utiliza dados de mercado e informações fornecidas por consultorias especializadas no mercado automotivo mundial, e estudos internos das áreas comerciais das suas divisões. De acordo com estes estudos, para o mercado global de rodas, a Companhia acredita que encerrou o ano de 2019 na primeira colocação de produção de rodas de aço para veículos leves e pesados com 19% e 17% de participação de mercado, respectivamente. Para o mercado de rodas de alumínio a participação de mercado é de 4% na 9ª colocação. Nos anos de 2018 e 2017 não ocorreram variações significativas nos mercados de atuação da Companhia, sendo que o market share permaneceu estável para esses períodos.

Ainda de acordo com estudos de mercado, a Companhia estima que encerrou o ano de 2019 com 60% e 28% de participação de mercado no mercado de longarinas e chassis, respectivamente, na América do Sul. Considerando o mercado da América do Norte no mesmo período, a participação de mercado da Companhia no mercado de longarinas, foi de 48%. Nos anos de 2018 e 2017 não ocorreram variações significativas nos mercados de atuação da Companhia, sendo que o market share permaneceu estável.

A Companhia tem como característica a atuação em escala global. Como os segmentos de negócios em que atua são historicamente competitivos, a Companhia adotou como estratégia de mercado a expansão e consolidação global de suas atividades. Com o objetivo de competir em nível nacional e internacional, a Companhia desenvolveu e mantém uma plataforma global de produção e distribuição de produtos. Nesse sentido, a relação entre os mercados nacionais e internacionais em que a Companhia atua pode ser descrita da seguinte forma: (i) baixa dependência de plataformas de veículos, como forma de reduzir a exposição a riscos relacionados às variações de preços de matéria-prima ou dependência excessiva da demanda por produtos específicos; (ii) maior eficiência na estruturação de operações, como fator de redução de custos de produção e transporte no mercado nacional e internacional; e (iii) menor exposição a eventos macroeconômicos específicos que podem impactar os resultados operacionais da Companhia.

Por fim, a Companhia apresenta uma relação de significativa dependência com os mercados nacional e internacional, tendo em vista que a Companhia não tem capacidade de gerar demanda pelos seus produtos. A Companhia depende dos pedidos dos seus clientes nacionais e internacionais (montadoras), que oscila de acordo com a demanda do setor automobilístico.

ii. condições de competição nos mercados

Dentre os fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia, podem-se destacar os seguintes:

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- *Barreiras à importação*

No Brasil, a legislação em vigor, os entraves burocráticos, as peculiaridades do mercado, impõem significativos obstáculos às importações de veículos.

A redução ou o aumento desses obstáculos, por exemplo, em função de políticas de governos federais ou estaduais pode impactar significativamente os mercados em que a companhia atua e, por consequência, a própria Companhia.

- *Regimes Automotivos*

O Governo Federal regulamentou no fim de 2012 o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO com uma série de medidas para proteger o mercado local do aumento das importações de veículos dos últimos anos. De acordo com o regime as montadoras de veículos deveriam cumprir determinados requisitos para obter o incentivo de redução dos 30% adicionais do IPI. Dentre eles podemos destacar: (i) investimento de no mínimo 0,15% da receita bruta em pesquisa e desenvolvimento, (ii) realização de, no mínimo, 8 de 12 etapas fabris no Brasil (veículos leves) e, no mínimo, 10 de 14 etapas no Brasil (veículos pesados) e (iii) utilização de, no mínimo, 60% de conteúdo local na fabricação dos veículos. O regime foi encerrado em dezembro de 2017.

Em dezembro de 2018 o governo federal instituiu o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da indústria automotiva brasileira por meio do apoio ao desenvolvimento tecnológico, competitividade, inovação, segurança veicular, proteção ao meio ambiente, eficiência energética e qualidade de autopeças, automóveis, caminhões e ônibus. O regime tem duração de cinco anos e possibilita a redução do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devidos pela Companhia se atendidos certos requisitos, entre eles (i) investimentos mínimos progressivos de 0,70% em 2019 a 1,20% em 2023 da receita bruta em pesquisa e desenvolvimento pela Companhia, (ii) admissão no Programa pelo Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e (iii) regularidade fiscal em relação aos tributos federais. A Companhia foi admitida no Programa em maio de 2019.

- *Imposição de direitos “antidumping”*

Em 2010, a União Europeia implementou uma medida *antidumping* sobre a importação de rodas de alumínio da China. As rodas importadas da China estão sujeitas ao pagamento de 22,3% de imposto para a entrada na União Europeia por um prazo de 5 anos, cujo vencimento ocorreu no final de 2015. O órgão responsável por analisar questões econômicas e de concorrência na comunidade Europeia, analisou esta medida nos últimos anos e prorrogou tal restrição por mais 5 anos a partir do início de 2017.

Em 2020, a União Europeia aplicou outra medida *antidumping* para a importação de rodas da China, desta vez para o mercado de rodas de aço. As tarifas fixadas pela União Europeia são de 50,3% para certos produtores e de 66,4% para os demais produtores chineses. A medida é válida por 5 anos a partir de 4 de março de 2020.

- *Nível de concorrência e principais concorrentes*

A Companhia atua em segmentos de mercados consolidados, os quais contam com empresas notadamente estruturadas, com histórico de atividades no setor e sólida carteira de clientes em suas respectivas regiões de atuação, o que torna tais mercados significativamente competitivos. Nesse sentido, a Companhia conta como principais concorrentes em seus segmentos de mercado as seguintes empresas:

- **América do Sul:** Mangels, Metalsa, Neo Rodas, Polimetal;
- **América do Norte:** Superior, Accuride, Topy, Metalsa;

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- **Europa:** Accuride, Magneto, Borbet, Ronal; e
- **Ásia e outros:** Topy, Steel Strips, Wheels India, Dicastal.
- *Custos de matérias-primas e outras despesas*

A Companhia utiliza como principais matérias-primas necessárias ao seu processo produtivo o aço e o alumínio, cujos preços são influenciados negativa ou positivamente por um mercado competitivo em âmbito global, e, portanto, estão sujeitos a oscilações decorrentes da respectiva relação de oferta e demanda. Além disso, o custo dessas matérias-primas é influenciado de forma direta pela concentração de fornecedores, tanto no Brasil quanto no exterior. Além dos preços estabelecidos em parâmetros internacionais, outras despesas compõem o preço final relacionado à obtenção dessas matérias-primas pela Companhia e suas controladas, quais sejam: a incidência de tributos e demais despesas de logísticas e transporte.

d) Eventual sazonalidade

O mês de dezembro tende a ser o mais fraco do ano devido às tradicionais férias coletivas das montadoras.

e) Principais insumos e matérias-primas, informando:

- i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As matérias-primas necessárias aos produtos da Companhia são o aço e o alumínio. Elas não estão sujeitas a regulações governamentais.

Tendo em vista que a Companhia precisa suprir a demanda de seus clientes com regularidade (*just in time*), é preciso que seja assegurado o fornecimento de matérias-primas por parte de seus fornecedores. Nesse sentido, a Companhia busca manter relações comerciais estáveis e de longo prazo com seus principais fornecedores, de forma a garantir que o fluxo de matérias-primas não seja interrompido nem reduzido inesperadamente.

- ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Temos um grupo concentrado de fornecedores, uma vez que compramos nossas matérias-primas diretamente dos principais fabricantes nas regiões em que a Companhia atua.

Entre os principais fornecedores de aço plano para a Companhia destacam-se ArcelorMittal, CSN, Usiminas, Ternium e Thyssen.

Os principais fornecedores de lingotes de alumínio são EGA, Alba, Hydro e CBA.

A estratégia da Companhia para não ficar exposta à dependência de poucos fornecedores, é dispor de mais de uma fonte fornecedora de matérias-primas para as suas necessidades relevantes, minimizando assim os riscos comerciais e operacionais. Ainda como forma de minimizar riscos, são mantidos estoques mínimos de segurança dos itens relevantes ao processo produtivo, especialmente bobinas de aço e lingotes de alumínio.

- iii. Eventual volatilidade em seus preços

O custo das matérias-primas é o fator individual mais significativo na formação dos nossos preços.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Os eventuais aumentos de preços das matérias-primas nas regiões que a Companhia atua, dependem de variáveis específicas de cada região, sendo que tais aumentos são discutidos e negociados com fornecedores e clientes.

O preço do alumínio acompanha habitualmente a precificação diária da London Metal Exchange (LME), já o do aço acompanha, em algumas regiões, determinadas correlações numéricas e em outras, depende do ambiente de negociação regional.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Em 2019 o Grupo Daimler e a Ford Motor Company representaram 13,0% e 9,5%, respectivamente, da receita operacional líquida da Companhia, equivalente aos montantes de R\$ 1.302,1 milhões e R\$ 951,6 milhões.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas da Companhia são 100% provenientes do segmento automotivo.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O setor de atuação da Companhia não está sujeito à regulação específica e tampouco o exercício de suas atividades está submetido a agências reguladoras no Brasil ou no exterior.

As atividades da Companhia estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis ao ramo da indústria de forma geral, particularmente no que se refere à preservação e conservação do meio ambiente e, portanto, a Companhia no curso normal de seu negócio necessita de autorizações governamentais para o desempenho de suas atividades industriais.

A Companhia acredita que historicamente mantém um bom relacionamento com as autoridades governamentais aplicáveis, tendo obtido e/ou renovado as outorgas, licenças e demais autorizações relevantes necessárias para o exercício de suas atividades.

Da mesma forma, tem cumprido, em todos os aspectos materiais, as condicionantes e exigências técnicas relevantes no âmbito de cada autorização obtida nos últimos três exercícios sociais e no exercício em curso, para o desenvolvimento de suas atividades no atual estágio de seus negócios.

Não obstante o disposto acima, observa-se que foram aplicadas multas pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no valor total aproximado de R\$ 227 mil entre os anos de 2013 e 2017, devido ao ruído causado à noite pela unidade industrial localizada em Santo André, Estado de São Paulo. Em outubro de 2017, a CETESB renovou a licença de operação desta unidade (incluindo sua expansão) por um período de quatro anos, condicionada ao cumprimento de um plano de ação elaborado para reduzir o ruído gerado por suas atividades industriais a níveis aceitáveis pela CETESB e, assim, mitigar os inconvenientes para as comunidades vizinhas. O referido plano de trabalho vem sendo implementado conforme acordado com a CETESB. Em nova medição realizada no final de 2018 pelos assessores técnicos da Companhia, foi constatado que o ruído no entorno do parque industrial de Santo André é superior ao ruído de fundo estabelecido em 2014 como parâmetro a ser observado pela planta. Assim, solicitou-se à CETESB nova medição do ruído de fundo visando à comprovação de tal fato e consequente alteração do parâmetro aplicável. Atualmente, aguarda-se realização de nova medição. A esse respeito, vale observar que a norma NBR 10151:19, que estabelece os parâmetros, sofreu alterações em maio de 2019, tendo o órgão requerido maior prazo para análise e novas medições. Durante o aguardo da nova medição do nível de ruído, medidas mitigatórias com base em estudos técnicos continuam a ser realizadas para manutenção do conforto acústico da região, previsto em nosso plano de negócios.

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A atividade industrial da Companhia no Brasil segue a Política Nacional do Meio Ambiente, que estabelece a obrigação de prévio licenciamento ambiental para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizam recursos naturais. Da mesma forma, a Companhia segue as políticas e regulamentações ambientais das demais jurisdições onde exerce suas atividades, incluindo a obtenção de todas as licenças e autorizações ambientais necessárias.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Todas as licenças ambientais possuem observações e exigências técnicas a serem cumpridas pelo empreendedor, e podem ser canceladas ou não renovadas se alguma das observações ou exigências impostas pela autoridade competente não forem cumpridas.

As atividades industriais das unidades produtivas da Companhia e suas controladas, bem como as leis e regulamentações ambientais são dinâmicas, gerando a contínua necessidade de obtenção de novas licenças ambientais e renovação das existentes.

A Companhia busca atuar de forma proativa na obtenção das licenças ambientais necessárias às suas atividades e busca coordenar junto aos órgãos ambientais ações necessárias para atender alterações potenciais às regulamentações ambientais.

Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal: A Companhia está sujeita à observância de legislação ambiental específica com relação aos seus estabelecimentos que se situem em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e deve obter autorizações específicas para atuar em APPs, as quais preveem as medidas compensatórias que devem ser executadas pela Companhia. A Companhia busca regularizar as ocupações de APP em suas unidades industriais e cumprir os termos e prazos firmados com os órgãos ambientais para tanto.

Resíduos Industriais: Como característica tradicional do setor, as atividades industriais da Companhia geram resíduos, os quais devem ser gerenciados em conformidade com a legislação ambiental. Em certos locais, o gerenciamento de resíduos deve ser acompanhado pelo órgão ambiental, através da emissão de instrumentos de controle, os quais devem ser solicitados pela Companhia. A Companhia busca continuamente minimizar a quantidade de resíduos industriais que gera em suas operações. Em relação às unidades onde tais resíduos são gerados, a Companhia obtém as autorizações necessárias ao gerenciamento de seus resíduos industriais e trata eventuais irregularidades encontradas nesse procedimento perante os órgãos ambientais aplicáveis.

Recursos Hídricos: A Companhia utiliza recursos hídricos no desenvolvimento de suas atividades industriais, tais como a derivação/captação de água de rios, a extração de água de aquíferos subterrâneos e o lançamento de esgotos e efluentes, que normalmente estão sujeitos à obtenção de outorga para uso de recursos hídricos pelo órgão ambiental competente. A Companhia busca continuamente minimizar a quantidade de recursos hídricos consumidos em suas operações.

Produtos Controlados: A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades industriais, necessita de autorizações específicas dos órgãos aplicáveis para gestão de certos produtos químicos (incluindo manuseio, armazenamento, uso industrial, dentre outros). No caso das unidades industriais localizadas no Estado de São Paulo, a gestão de certos produtos químicos está sujeita ao controle especial por parte do Ministério da Justiça – por meio do Departamento de Polícia Federal –, do Ministério da Defesa – por meio do Exército Brasileiro –, bem como da Polícia Civil.

Estudos e investigações ambientais relativos à contaminação do solo ou das águas subterrâneas realizados em nossas unidades industriais podem resultar na necessidade de aplicação de medidas de intervenção, tais como medidas ambientais corretivas ou outras medidas mais restritivas impostas pelas autoridades ambientais relevantes, que são voltadas para a recuperação dessas áreas e redução dos riscos para as comunidades vizinhas que poderiam ser afetadas.

Os métodos operacionais utilizados pela Companhia colocam a eficiência produtiva ao lado do respeito às normas e requisitos vigentes da legislação ambiental em âmbito nacional e internacional.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

A Companhia busca alinhar seus sistemas de gestão de meio ambiente e de gestão de saúde ocupacional e segurança aos padrões internacionais mais avançados. Para tanto, suas unidades produtivas contam com programas estruturados, cujo trabalho é coordenado por comitês de gestão ambiental, são objeto de auditorias ambientais periódicas e todas possuem a certificação ISO 14001:2015.

Atualmente, as unidades que exigem maior atenção no gerenciamento de áreas contaminadas são:

Os resultados das investigações em nossa unidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, confirmaram a existência de contaminação por hidrocarbonetos de petróleo de fase livre e dissolvida (TPH) e certos metais dissolvidos na água subterrânea acima dos níveis aceitos pela CETESB. As operações industriais na planta de Guarulhos foram encerradas em dezembro de 2016. Está em curso a aplicação do plano de monitoramento de remediação da área contaminada em questão, o qual atualmente se encontra em fase de monitoramento de eficiência e eficácia das ações adotadas.

A unidade localizada em Cruzeiro, Estado de São Paulo, foi inserida no cadastro de áreas contaminadas mantido pela CETESB, devido à contaminação por metais e outros elementos inorgânicos na superfície do solo, subsolo e lençol freático. Realizaram-se investigações adicionais, avaliações de risco para a saúde humana e monitoramento da área. A CETESB vem revisando os resultados das investigações realizadas pela unidade e forneceu feedback sobre a implementação de medidas para investigações adicionais por meio da emissão de pareceres técnicos e notificação de violação com advertências de penalidade. Em maio de 2015, os resultados do monitoramento ambiental contínuo indicaram que a contaminação está dentro dos níveis permitidos pela legislação aplicável, e solicitou-se que a CETESB altere o status da área de “contaminada” para “remediada”, atualmente aguarda-se a resposta da CETESB.

Além disso, a CETESB impôs multas no valor agregado de R\$ 227 mil entre 2013 e 2017 devido ao barulho causado pela unidade industrial de Santo André, Estado de São Paulo, durante a noite. Em outubro de 2017, a CETESB renovou a licença de operação da unidade (incluindo sua expansão) por um período de quatro anos, sujeita ao cumprimento de um plano para reduzir o ruído gerado por suas atividades industriais a níveis aceitáveis pela CETESB e, assim, mitigar os inconvenientes para as comunidades vizinhas. O referido plano de trabalho vem sendo implementado conforme acordado com a CETESB. Em nova medição realizada no final de 2018 pelos assessores técnicos da Companhia, foi constatado que o ruído no entorno do parque industrial de Santo André é superior ao ruído de fundo estabelecido em 2014 como parâmetro a ser observado pela planta. Assim, solicitou-se à CETESB nova medição do ruído de fundo visando à comprovação de tal fato e consequente alteração do parâmetro aplicável. Atualmente, aguarda-se realização de nova medição. Em maio de 2019, a norma NBR 10151:19 sofreu mudanças e a agência ambiental solicitou um prazo maior para avaliação e posicionamento para esta medição.

Em outubro de 2019, a planta de rodas de aço em Limeira, Estado de São Paulo, foi autuada pela prefeitura municipal e aberto inquérito civil pelo Ministério Público para investigar se a empresa teria lançado resíduos na galeria de água pluvial. Em novembro de 2019 foi apresentada defesa administrativa perante a Secretaria do Meio Ambiente, e, por não terem sido aceitas as alegações da defesa, foi apresentado recurso em segunda instância administrativa, que atualmente aguarda decisão. No que se refere ao inquérito civil, após avaliação da documentação e esclarecimentos prestados, o Promotor responsável entendeu não existir qualquer crime contra o meio ambiente nas alegações feitas contra a empresa, tendo recomendado o arquivamento do inquérito. Tal recomendação foi encaminhada ao Ministério Público em São Paulo para validação do pedido de arquivamento.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Entre 1980 e 1983, operou-se uma planta de rodas de alumínio em Benicia, Califórnia, EUA. A área dentro e ao redor do local está contaminada com tricloroetileno e firmamos um contrato de compartilhamento de custos com duas outras partes e o grupo está trabalhando para investigar e remediar o local. Em 2015, o Estado da Califórnia aprovou dois estudos de viabilidade/planos de ação de remediação, assegurando remediação contínua das áreas de origem e monitoramento / relatórios nas áreas interna e externa do local. Esta fase provavelmente continuará por 25 anos ou mais.

Operou-se também uma planta de rodas de aço em Romulus, Michigan, EUA, da década de 1950 até a venda do local em 1997. Continua-se a trabalhar com o atual proprietário e com o Estado de Michigan para resolver áreas menores de contaminação.

As instalações na República Tcheca incluem duas áreas históricas de contaminação por óleo em solos e solventes clorados no solo e nas águas subterrâneas. Esforços de reparação estão concluídos e a única obrigação remanescente é o monitoramento e relatórios de rotina.

Nesse sentido, foram investidos cerca de R\$ 21.000 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para fins de cumprimento da legislação ambiental e da adoção de normas de proteção ambiental, o que representa 0,26% das despesas operacionais consolidadas da Companhia.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia e suas controladas não têm dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia que sejam individualmente relevantes para o desenvolvimento das suas atividades, mas entende que deter registros de marcas e patentes é importante para proteger produtos e serviços relativos às suas atividades.

Nesse sentido, a Companhia e suas controladas têm por prática buscar proteção legal para a sua propriedade industrial e detêm diversos registros e pedidos de registro de marcas e patentes no Brasil e no exterior, dos quais os mais relevantes foram destacados no item 9.1.b deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

R\$ mil	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
Região	2019		2018		2017	
	Receita	% na receita líquida total	Receita	% na receita líquida total	Receita	% na receita líquida total
Brasil	2.680.917	26,77%	2.369.451	24,64%	1.831.326	24,46%

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Região	País	R\$ mil - Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
		2019		2018		2017	
		Receita	% da receita líquida total	Receita	% da receita líquida total	Receita	% da receita líquida total
América do Norte	EUA	881.595	8,80%	881.419	9,10%	692.032	9,24%
	México	2.161.212	21,58%	1.930.633	20,08%	1.435.052	19,16%
Ásia + outros	África do Sul	222.691	2,22%	238.456	2,46%	149.114	1,99%
	China	58.781	0,59%	53.636	0,55%	46.537	0,62%
	Índia	308.796	3,08%	332.833	3,44%	265.702	3,55%
	Japão	14.373	0,14%	-	-	-	-
	Tailândia	302.321	3,02%	296.932	3,07%	195.929	2,62%
Europa	Alemanha	539.516	5,39%	625.750	6,46%	539.940	7,21%
	Espanha	297.285	2,97%	273.398	2,82%	232.001	3,10%
	Itália	437.546	4,37%	538.488	5,56%	436.534	5,83%
	Rep. Tcheca	672.411	6,71%	659.547	6,81%	497.444	6,64%
	Turquia	1.438.951	14,37%	1.415.757	14,62%	1.166.328	15,58%
Total¹		7.335.478	73,23%	7.246.848	75,36%	5.656.614	75,54%

¹. As receitas da Companhia são demonstradas pelas origens das vendas.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

R\$ mil - Exercício encerrado em 31 de dezembro de						
Região	2019		2018		2017	
	Receita	% na receita líquida total	Receita	% na receita líquida total	Receita	% na receita líquida total
Brasil	2.680.917	26,77%	2.369.451	24,64%	1.831.325	24,46%
Exterior	7.335.478	73,23%	7.246.848	75,36%	5.656.614	75,54%
Total	10.016.395	100,00%	9.616.299	100,00%	7.487.940	100,00%

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

A Companhia possui subsidiárias em 14 países, as quais estão sujeitas à regulação usual de mercado nessas localidades, tais como cível, trabalhista, ambiental e tributária. As exigências e normas regulatórias destes países podem ser alteradas pelos governos locais, sem prévio aviso, devendo a Companhia e suas subsidiárias observá-las. A observância de tais exigências e normas pode eventualmente exigir da Companhia e de suas subsidiárias dispêndios financeiros adicionais.

Para assegurar o cumprimento contínuo das leis, normas e regulamentos existentes, a Companhia monitora as demandas de seus principais mercados, utilizando os seus escritórios regionais. Dessa forma, a Companhia cumpre as exigências regulatórias aplicáveis aos mercados em que os seus produtos estão presentes.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia já adotou tal prática no passado a tendo interrompido. A Companhia planejava retomar a publicação no primeiro semestre de 2020, inclusive tendo contratado assessores externos para auxiliar a Companhia na elaboração do seu novo relatório sócio ambiental, visando a implementar as melhores práticas, tal como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entretanto, face a interrupção das atividades regulares da Companhia por força da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), decorrente do novo coronavírus “COVID-19”, o processo de elaboração do relatório foi interrompido e será retomado oportunamente. Não obstante, a Companhia publica neste Formulário de Referência as informações relativas a aspectos socioambientais, conforme regulamentação aplicável. A Companhia entende que as informações aqui divulgadas são completas e suficientes possibilitando o entendimento, pelo público em geral, das suas questões e práticas socioambientais. A Companhia permanece atenta às questões socioambientais, assim como às práticas e demandas de seus acionistas, das entidades de regulação e do mercado em geral.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Em 28 de abril de 2017 foi concluída a operação de subscrição pela Greenbrier do Brasil Participações Ltda. ("GBX Brasil") de novas ações representativas de 5% do capital social da Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("Amsted-Maxion Fundição"), pelo preço total de subscrição de R\$ 10.350 mil, passando a deter 24,50% do seu capital social. Desta forma, a Companhia e a Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. ("Amsted Rail Brasil") passaram a deter ações representativas de 37,75% do capital social da Amsted-Maxion Fundição, cada uma. Adicionalmente, naquela mesma data, foi concluída operação de subscrição pela GBX Brasil de novas ações representativas de 40,50% do capital social da Greenbrier Maxion - Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. ("Greenbrier Maxion"), pelo preço total de subscrição de R\$ 63.694 mil, passando a deter 60% do seu capital social, enquanto a Amsted-Maxion Fundição passou a deter 40% do capital social da Greenbrier Maxion. Vide item 15.7 do Formulário de Referência.

Em 1º de novembro de 2019 foi concluída a operação de alienação pela Companhia de participação acionária representando 18,25% do capital social da Amsted-Maxion Fundição, pelo preço total de US\$ 5 milhões, para as atuais demais acionistas GBX Brasil e Amsted Rail Brasil, passando esta última a deter o controle da Amsted-Maxion Fundição. Em decorrência dessa operação, a Companhia reduziu para 19,50% sua participação acionária no capital social da Amsted-Maxion Fundição, que se tornou uma coligada da Companhia, por força do acordo de acionistas existente entre a Companhia e os demais atuais acionistas daquela sociedade. Vide item 15.7 do Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia e/ou suas controladas não celebraram contratos relevantes com terceiros que não estivessem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Todas as informações relevantes quanto a este tópico foram divulgadas nos itens 9.1 (a), (b) e (c) abaixo.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel destinado à produção (Chihuahua)	México			Própria
Gleba de terras e edificações	Brasil	SP	Hortolândia	Alugada
Imóvel destinado à produção (San Luis Potosí)	México			Própria
Máquinas e equipamentos para fabricação de rodas e chassis	Brasil	SP	Cruzeiro	Própria
Máquinas e equipamentos para fabricação de rodas	Brasil	SP	Limeira	Própria
Máquinas e equipamentos (Chihuahua)	México			Própria
Terreno com área total de 34.615,13 m²	Brasil	SP	Limeira	Própria
Imóvel com área total construída de 130.034,50 m²	Brasil	SP	Cruzeiro	Própria
Terreno com área total de 133,00 m²	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Lotes do loteamento Jardim Munhoz (Lotes 1, 2, 3, 4 e 5 da quadra 14)	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Casa comercial com área total de 116,00 m²	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Prédio residencial com área total de 229,50 m²	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Lotes do loteamento Vila Flora n.11, 12, 13 e 14 da Quadra 14	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Prédio residencial com área total de 247,30 m²	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Máquinas e equipamentos para fabricação de vagões e fundidos	Brasil	SP	Santo André	Própria
Terreno com área total de 82.612,50 m²	Brasil	SP	Limeira	Própria
Prédio destinado à indústria 37.237,94 m²	Brasil	SP	Limeira	Própria
Prédio destinado à indústria 19.210,77 m²	Brasil	SP	Limeira	Própria
Imóvel destinado à produção de rodas com área total 40.502,04 m²	Brasil	SP	Santo André	Própria
Máquinas e equipamentos para fabricação de vagões e fundidos	Brasil	SP	Hortolândia	Própria
Imóvel destinado à produção (Akron, Ohio)	Estados Unidos			Própria
Imóvel destinado à produção (Sedalia, Missouri)	Estados Unidos			Própria
Imóvel destinado à produção (Königswinter)	Alemanha			Própria
Imóvel destinado à produção (Brescia)	Itália			Própria
Imóvel destinado à produção (Manresa)	Espanha			Própria
Imóvel destinado à produção (Ostrava-Kuncice)	República Tcheca			Própria
Imóvel destinado à produção (Pune)	Índia			Própria
Imóvel destinado à produção de rodas (Córdoba)	Argentina			Própria
Imóvel com área de 77.366,36 m²	Brasil	MG	Contagem	Própria
Terreno com área total de 399.149,75 m²	Brasil	SP	Cruzeiro	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel destinado à produção de rodas (Nantong)	China			Própria
Máquinas e equipamentos para fabricação de rodas (Córdoba)	Argentina			Própria
Terreno com área total de 39.996,00 m²	Brasil	RJ	Resende	Própria
Imóvel com área total construída de 9.943,72 m²	Brasil	RJ	Resende	Própria
Máquinas e equipamentos (Nantong)	China			Própria
Máquinas e equipamentos para fabricação de componentes automotivos	Brasil	MG	Contagem	Própria
Imóvel destinado à produção de rodas de alumínio (Saraburi)	Tailândia			Própria
Imóvel destinado à produção (Manisa)	Turquia			Própria
Imóvel destinado à produção (Alroad, África do Sul)	África do Sul			Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Maxion classe 12 (Registro nº 010825495) - Comunidade Européia	De 20/04/2012 até 20/04/2022	Nulidade do pedido conforme legislação do referido país.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	Marca Maxion classe 12 (Registro nº 395404) - México	De 22/05/1991 até 16/05/2022	Expiração, caducidade ou nulidade do registro.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	Marca Maxion classe 12 (Registro nº 2012/16490) - África do Sul	De 20/06/2012 até 20/06/2022	Expiração, caducidade ou nulidade do registro.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	Marca Maxion classes 07.20, 07.55 e 07.60 (Registro nº 814854010) - Brasil	De 02/02/1993 até 02/02/2023	Expiração, caducidade ou nulidade do registro.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	Marca Maxion classe 35 (Registro nº 814853960) - Brasil	De 10/03/1992 até 10/03/2022	Expiração, caducidade ou nulidade do registro.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	Marca Maxion classe 37 (Registro nº 814853986) - Brasil	De 25/06/1991 até 25/06/2021	Expiração, caducidade ou nulidade do registro.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	Marca Maxion Classe 08 (Registro nº 820274313) - Brasil	De 13/03/2001 até 20/08/2021	Expiração, caducidade ou nulidade do registro.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	Marca Maxion classe 12 (Registro nº 2012 44647) - Turquia	De 01/07/2013 até 15/05/2022	Expiração, caducidade ou nulidade do registro.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Maxion classe 12 (Registro nº 820274321) - Brasil	De 20/12/2015 até 20/12/2025	Expiração, caducidade ou nulidade do registro.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	Marca Maxion classe 35 (Registro nº 820274275) - Brasil	De 29/11/2015 até 29/11/2025	Expiração, caducidade ou nulidade do registro.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	Marca Maxion classe 12 (Registro nº 3600899) - EUA	De 07/04/2009 até 13/05/2025	Expiração, caducidade ou nulidade do registro.	A perda dos direitos sobre a marca implica na impossibilidade de o titular utilizar a marca e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	-	-	Controlada	México			Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais; e fabricação e comercialização de componentes estruturais leves e automotivos (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, conjuntos soldados, peças estruturais e outros componentes automotivos).	100,000000
31/12/2019	54,424681	0,000000			31/12/2019	690.459.000,00		
31/12/2018	69,979319	0,000000						
31/12/2017	52,864739	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.								
Kalyani Maxion Wheels Limited	-	-	Controlada	Índia			Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço; e fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.	85,000000
31/12/2019	-1,637342	0,000000			31/12/2019	107.113.000,00		
31/12/2018	12,627344	0,000000						
31/12/2017	10,986501	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
A Companhia visa a continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.								
Maxion (Nantong) Wheels, Co. Ltd.	-	-	Controlada	China			Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	195,367976	0,000000		Valor contábil	31/12/2019	75.372.000,00		
31/12/2018	-19,557405	0,000000						
31/12/2017	-11,058151	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia visa continuar atuando no mercado automobilístico, comercializando rodas pesadas e buscando crescimento e manutenção de suas operações no exterior.								
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	-	-	Controlada	Turquia			Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço; fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios; fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis	60,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-1,126721	0,000000		Valor contábil	31/12/2019	277.563.000,00		
31/12/2018	15,446238	0,000000						
31/12/2017	2,290500	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.								
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S	-	-	Controlada	Turquia			Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço; fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios; e fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis	60,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-8,055909	0,000000		Valor contábil	31/12/2019	96.830.000,00		
31/12/2018	10,623950	0,000000						
31/12/2017	11,069629	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia visa a continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.								
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	-	-	Controlada	Tailândia			Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis	100,000000

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil	variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data		Valor (Reais Unidade)		
Valor mercado								
31/12/2019	28,190888	0,000000	0,00	31/12/2019		63.475.000,00		
31/12/2018	19,416375	0,000000	0,00					
31/12/2017	745,189564	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.								
Maxion Wheels Akron LLC	-	Controlada	Estados Unidos				Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	0,464070	0,000000	0,00	31/12/2019		143.313.000,00		
31/12/2018	20,036183	0,000000	0,00					
31/12/2017	8,863728	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.								
Maxion Wheels Czech s.r.o.	-	Controlada	República Tcheca				Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios; e fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	4,925707	0,000000	0,00	31/12/2019		238.472.000,00		
31/12/2018	19,329942	0,000000	0,00					
31/12/2017	26,230084	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.								
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	-	Controlada	México				Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço; e fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios; fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis	100,000000

						Valor mercado			
31/12/2019		-6.498147	0.000000	0,00		Valor contábil	31/12/2019	259.333.000,00	
31/12/2018		18.228088	0.000000	0,00					
31/12/2017		13.062798	0.000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.									
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	02.234.234/0001-29	-		Controlada	Brasil	SP	São Paulo		100.000000
Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço; e fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios; fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis.									
						Valor mercado			
31/12/2019		55.439433	0.000000	0,00		Valor contábil	31/12/2019	271.733.000,00	
31/12/2018		-10.552142	0.000000	0,00					
31/12/2017		-16.454067	0.000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.									
Maxion Wheels Espanha S.L.	-			Controlada	Espanha				100.000000
Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.									
						Valor mercado			
31/12/2019		-3.127507	0.000000	0,00		Valor contábil	31/12/2019	118.353.000,00	
31/12/2018		8.586563	0.000000	0,00					
31/12/2017		11.878648	0.000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.									
Maxion Wheels Italia S.r.l.	-			Controlada	Itália				100.000000
Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis									
						Valor mercado			
31/12/2019		18.802452	0.000000	0,00		Valor contábil	31/12/2019	338.050.000,00	
31/12/2018		42.789470	0.000000	0,00					
31/12/2017		32.999186	0.000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.									

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social		Valor contábil - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data		Valor (Reais Unidade)	Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.	100,000000
Maxion Wheels Sedalia LLC		-	Controlada	Estados Unidos				
				Valor mercado				
31/12/2019		0,990742	0,000000	Valor contábil	31/12/2019	441.784.000,00		
31/12/2018		22,102014	0,000000					
31/12/2017		6,339732	0,000000					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.								
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.		-	Controlada	África do Sul			Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019		10,462931	0,000000	Valor contábil	31/12/2019	142.812.000,00		
31/12/2018		37,667579	0,000000					
31/12/2017		14,368005	0,000000					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.								
Maxion Wheels Werke GmbH		-	Controlada	Alemanha			Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço; e fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019		-9,765844	0,000000	Valor contábil	31/12/2019	253.142.000,00		

31/12/2018	14.524412	0.000000	0,00
31/12/2017	13.796211	0.000000	0,00
Razões para aquisição e manutenção de tal participação			

A Companhia visa continuar atuando no mercado automotivo buscando crescimento e manutenção de suas operações.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

No que se refere ao item 9.1(a) deste Formulário de Referência, o imóvel da Companhia com área total de 74.792,25m², localizado no Município de Contagem/MG, listado no referido item, está alienado fiduciariamente ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais S.A., em garantia aos contratos de empréstimos e financiamentos com a Filial de Contagem/MG.

No que se refere ao item 9.1(c) deste Formulário de Referência, as ações de emissão da Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. (controlada indireta da Companhia), localizada no Município de Castaños, Coahuila, México, estão empenhadas em favor do credor Itaú BBA International Plc, em garantia a um empréstimo de longo prazo celebrado por esta controlada indireta em 4 de setembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, assim como acesso a diferentes fontes de financiamentos para executar seu plano de negócios.

Diante do atual cenário de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a fim de preservar a saúde de todos os colaboradores e seus familiares e combater a propagação do vírus, foram adotados protocolos estabelecidos de acordo com as orientações dos órgãos competentes de cada localidade em que a Companhia atua. Adicionalmente, as viagens nacionais e internacionais foram canceladas, as reuniões presenciais estão sendo substituídas por videoconferências, o acesso de terceiros às unidades da Companhia foi restringido e o regime de trabalho vem sendo ajustado, com o objetivo de evitar ao máximo a concentração de pessoas no mesmo ambiente.

A Companhia monitora diariamente suas unidades no Brasil e no exterior buscando adequar suas atividades em função do volume demandado por seus clientes e das exigências e recomendações emitidas pelas autoridades locais competentes. Assim, novas medidas estão sendo avaliadas e adotadas gradualmente, tais como redução de jornada, férias coletivas e/ou seletivas, variando conforme a unidade de negócio e a localidade em que está situada.

Nos últimos anos a Companhia tem concentrado esforços na contratação de dívidas de curto, médio e longo prazos com custos competitivos em moeda estrangeira em suas controladas, e também em reais no Brasil. Esta estratégia permite um melhor alinhamento de moedas entre o endividamento e a geração de caixa da Companhia.

No ano de 2019, a Companhia captou empréstimo sindicalizado no valor total de EUR 200 milhões, com taxa de Euribor (de 3 meses) + 2,75% ao ano, e com vencimento em 2024. Os recursos obtidos foram utilizados para o pagamento do empréstimo sindicalizado em Euros realizado em 2017 e parte do empréstimo sindicalizado em dólares captado em 2018.

Também em 2019, a Companhia realizou duas emissões de debêntures, a 9ª e 10ª emissões, ambas simples, não conversíveis. A 9ª emissão de debêntures totalizou R\$ 450 milhões, distribuídas em duas séries, sendo a primeira no valor total de R\$ 338,8 milhões com prazo de vencimento de cinco anos, com taxa de CDI + 0,75% ao ano, e a segunda série no valor total de R\$ 111,2 milhões com prazo de vencimento de sete anos, com taxa de CDI + 0,95% ao ano. Já a 10ª emissão de debêntures representou um valor total de R\$ 350,0 milhões, série única, com prazo de vencimento de cinco anos e com taxa de CDI + 0,75% ao ano.

Em 2018 a Companhia realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única no valor total de R\$ 450 milhões, objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. As debêntures de 8ª emissão possuem vencimento de 5 anos com vencimento em março de 2023. Após o procedimento de coleta de intenções de investimento, a taxa fixada foi de CDI + 1,40% ao ano. Os recursos obtidos foram utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros.

A Companhia captou em 2018 empréstimo sindicalizado, envolvendo dois bancos, no montante US\$ 150 milhões, com taxa de 4,00% + Libor de 6 meses, com vencimento em 2023. Os recursos foram utilizados para pré-pagamento do empréstimo sindicalizado em dólares captado em 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As debêntures remanescentes da 6ª emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, emitidas em 2013, foram integralmente convertidas no início de 2018 sendo a última homologação de aumento de capital realizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

Em 2017, a Companhia realizou um aumento de capital social, mediante subscrição privada de ações, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração dentro do capital autorizado da Companhia, no montante de R\$ 400 milhões ao preço de emissão de R\$ 12,70 por ação, cujos recursos foram utilizados para aprimorar a estrutura de capital da Companhia. Os acionistas tiveram opção de integralizar o aumento de capital em moeda corrente ou mediante dação em pagamento de debêntures de 7ª emissão da Companhia, as quais foram emitidas em 2014.

Adicionalmente, no âmbito do aumento de capital, foram emitidos bônus de subscrição de 2ª emissão da Companhia como vantagem adicional aos subscritores das ações, na medida de 1 bônus de subscrição a cada múltiplo de 10 ações subscritas, com o preço de exercício de R\$ 12,70. Tais bônus foram subscritos por seus detentores no período em 2019.

Após o anúncio do aumento de capital, o preço de exercício dos bônus de subscrição de 1ª emissão da Companhia, emitidos como vantagem adicional às debêntures de 7ª emissão, foi alterado para R\$ 12,70 (mesmo valor do aumento de capital) durante um prazo de 60 dias, conforme características do bônus de subscrição. Após o decurso desse prazo, os bônus não exercidos tiveram o preço de exercício restabelecido no seu valor original, ou seja, R\$ 31,25.

Ainda referente ao aumento de capital privado, o preço de conversão por ação das debêntures conversíveis de 6ª emissão, emitidas em 2013, passou a ser de R\$ 12,70 (mesmo valor do aumento de capital) durante o período de conversão, conforme escritura.

O aumento de capital, a conversão de debêntures e o exercício de bônus de subscrição geraram, entre caixa para a Companhia e amortização de dívidas, um valor de aproximadamente R\$ 570 milhões até dezembro de 2017, contribuindo para o aprimoramento da estrutura de capital da Companhia.

Em fevereiro de 2017, a Companhia realizou um empréstimo sindicalizado em Euros com vencimento de 5 anos no total de EU\$ 130 milhões ao custo de 3,60% + Euribor de 3 meses. Os recursos foram utilizados para o pagamento de dívidas de curto prazo.

No exercício de 2016, a Companhia captou empréstimo sindicalizado envolvendo sete bancos no montante de US\$ 275 milhões, com taxa média de 5,44% + Libor de 6 meses. Os recursos foram destinados para pagamentos de empréstimos de curto prazo e a liquidação total da 5ª emissão de debêntures da Companhia, emitida em 2013.

Abaixo a Companhia apresenta alguns indicadores de liquidez.

Índice de liquidez corrente:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício		
	2019	2018	2017
Ativo Circulante	3.357.621	3.523.802	3.048.763
Passivo Circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Liquidez Corrente	1,30	1,08	1,00
-------------------	------	------	------

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez corrente da Companhia foi calculado através divisão matemática do Ativo circulante pelo Passivo circulante.

A Companhia apresenta uma melhora na liquidez corrente nos últimos anos, relacionada principalmente ao trabalho de extensão de nossa dívida, por meio das operações sindicalizadas, conversões de debêntures conversíveis, injeção de capital em 2017 e emissões de dívidas realizadas no último ano.

Índice de liquidez seca:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício		
	2019	2018	2017
Ativo Circulante	3.357.621	3.523.802	3.048.762
(-) Estoques	1.328.470	1.448.021	1.191.445
Ativo Circulante – Estoques	2.029.151	2.075.781	1.857.317
Passivo Circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854
Liquidez Seca	0,79	0,64	0,61

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez seca difere-se do índice de liquidez corrente por conta da exclusão dos estoques em relação ao cálculo anterior, por ele não apresentar liquidez compatível com as demais contas do ativo circulante. Esse índice será inevitavelmente menor do que o índice de liquidez corrente.

Índice de liquidez imediata:

Descrição ⁽¹⁾	2019	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	646.137	486.903	543.331
Passivo Circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854
Liquidez Imediata	0,25	0,15	0,18

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez imediata é calculado através da divisão matemática do saldo de caixa e equivalente de caixa pelo total do passivo circulante. Nesse sentido, nos três últimos exercícios sociais, o caixa da Companhia não era suficiente para a liquidação de todas as obrigações de curto prazo da Companhia, porém o índice apresentou uma melhora nos últimos anos.

Vale ressaltar que para uma análise correta da liquidez da Companhia, não é aconselhável o estudo deste índice de forma isolada, mas sim à luz do setor em que a Companhia opera. Esses indicadores de liquidez não são

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

medidas contábeis definidas pelas normas IFRS e práticas contábeis brasileiras, e a Companhia não os utiliza na sua gestão.

Não obstante, o tema liquidez sempre foi uma questão de atenção pela Companhia, a qual tomou medidas no sentido de melhorar esses índices, como os empréstimos sindicalizados, aumento de capital e novas emissões de debêntures no Brasil.

b) Estrutura de capital

As tabelas abaixo contêm a estrutura de capital da Companhia e demonstra a participação de capital de terceiros para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, considerando: (i) o patrimônio líquido como capital próprio; (ii) a soma do passivo circulante com o passivo não circulante como capital de terceiros; e (iii) a divisão dos itens “(ii)” pelo item “(i)” acima como a participação de capital de terceiros.

Descrição ⁽¹⁾	Exercício		
	2019	2018	2017
Passivo Circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854
Passivo Não Circulante	3.294.817	2.558.834	2.230.889
Total do Passivo	5.878.435	5.820.663	5.291.743
Patrimônio Líquido	3.496.976	3.198.527	2.630.505
Participação de Capital de Terceiros	1,68	1,82	2,01
Participação de Capital de Terceiros (%)	62,7%	64,5%	66,8%
Participação de Capital Próprio (%)	37,3%	35,5%	33,2%

(1) Valores em R\$ mil

Ressaltamos que as variações constatadas no patrimônio líquido nos últimos anos estão relacionadas à variação cambial dos investimentos no exterior. A melhora observada no exercício de 2017 e de 2018 é explicada principalmente pelo aumento de capital ocorrido em 2017 e as conversões de debêntures em 2017 e 2018.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A prática de captação de recursos e gestão de caixa é focada no balanceamento entre os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional, aos recursos provenientes da contratação de financiamentos e a capacidade da Companhia em honrar com as obrigações contratadas, em diferentes cenários previstos de mercado.

Com essa política, os diretores entendem que conseguirão manter o equilíbrio econômico financeiro da Companhia, sem comprometer os seus projetos de crescimento.

O endividamento bancário bruto ao final de 2019 foi de R\$ 3.061,6 milhões, estando R\$ 648,7 milhões (21,2%) registrados no passivo circulante e R\$ 2.412,9 milhões (85,8%) registrados no passivo não circulantes. A posição de caixa ao final de 2019 foi de R\$ 646,1 milhões, sendo 41,5% em reais e 58,5% em outras moedas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As principais linhas de endividamento da Companhia são as captações das debêntures de 8ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures em 2018 e 2019, seguido pelo empréstimo sindicalizado em Euros captado em 2017 e refinanciado em 2019.

O endividamento bancário bruto ao final de 2018 foi de R\$ 2.813,7 milhões, estando R\$ 1.076,1 milhões (38,2%) registrados no passivo circulante e R\$ 1.737,6 milhões (61,8%) registrados no passivo não circulantes. A posição de caixa ao final de 2018 foi de R\$ 486,9 milhões, sendo 15,4% em reais e 84,6% em outras moedas.

As principais linhas de endividamento da Companhia são a captação da 8ª emissão de debêntures em 2018 seguido pelos empréstimos sindicalizados em Dólares captado em 2016 e refinanciado em 2018 seguido do empréstimo sindicalizado em Euros captado em 2017.

A Companhia encerrou o ano de 2017 com endividamento bancário bruto ao final de 2017 foi de R\$ 2.843,3 milhões, estando R\$ 1.352,5 milhões (47,6%) registrados no passivo circulante e R\$ 1.490,7 milhões (52,4%) no passivo não circulante. A posição de caixa ao final de 2017 foi de R\$ 543,3 milhões, sendo 25,1% em reais e 74,9% em outras moedas.

As principais linhas do endividamento da Companhia foram o empréstimo sindicalizado captado em Dólares em 2016, seguido pelo empréstimo sindicalizado captado em Euros em 2017. Destacamos ainda linhas de capital de giro das operações internacionais em dólares que são intencionalmente captadas e renovadas anualmente como linhas curto de prazo com o objetivo de redução do custo do endividamento.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os diretores informam que, quando necessário, a Companhia capta recursos no mercado para o financiamento de capital de giro e para seus investimentos de curto e longo prazo. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item "10.1.f." abaixo.

Em 2017, a controlada Maxis Wheels EAAP Holding GmbH captou empréstimo sindicalizado, envolvendo sete bancos, no montante de EU\$ 130 milhões com taxa de 3,60% + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2022, com dois anos de carência. Os recursos desta captação foram destinados para pagamento de empréstimo de curto prazo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo deste empréstimo era de R\$499,2 milhões (equivalente à EU\$ 125,8 milhões).

Em 2018, a companhia emitiu a 8ª emissão de debêntures simples, com taxa de CDI + 1,40%, com vencimento de 50% em 2023 e 50% 2024, no montante de R\$450 milhões. O recurso desta captação foi destinado para liquidação do empréstimo sindicalizado na controlada Iochpe Holdings, LLC da Tranche B – US\$125 milhões. A controlada Maxis Wheels Sedalia LLC captou empréstimo sindicalizado com taxa de 4% + Libor de 6 meses, envolvendo dois bancos, no montante de US\$150 milhões, com dois anos de carência, com vencimento final em maio de 2023. O recurso deste empréstimo foi destinado para o pagamento antecipado da Tranche A no montante de US\$150 milhões.

A Companhia iniciou os investimentos na controlada Maxis Wheels Aluminum India Pvt. Ltd., e durante o ano de 2018 foi captado o montante de INR\$630 milhões destinado para investimentos e o montante INR\$300 milhões destinado para necessidade de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desse empréstimo no consolidado era de R\$50 milhões (equivalente a INR\$900,7 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019, a Companhia emitiu a 9ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$450,0 milhões distribuídas em duas séries, sendo a primeira série no valor total de R\$338,8 milhões, com taxa de CDI + 0,75% a.a., com prazo de vencimento de quatro e cinco anos. A segunda série, no valor total de R\$111,2 milhões, com taxa de CDI + 0,95% a.a., com prazo de vencimento de cinco e seis anos. O recurso deste empréstimo foi destinado para pagamento da 7ª emissão de debêntures no montante de R\$ 152,9 milhões, liquidação de empréstimo de capital de giro nas controladas Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. e Maxion (Nantong) Wheels Co., LTd., US\$23 milhões e CNY\$86 milhões, respectivamente. E, também para reforço de caixa da Companhia.

Em 2019, as controladas indiretas Maxion Wheels EAAP Holding GmbH, Maxion Wheels Czech s.r.o, e a controlada direta lochpe-Maxion Austria GmbH captaram empréstimo sindicalizado, envolvendo nove bancos, no montante de EUR\$200 milhões com taxa de 2,75% a.a. + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2024. Os recursos foram utilizados para pré-pagar o empréstimo sindicalizado de EUR\$130 milhões e pré-pagar USD\$90 milhões do empréstimo sindicalizado em dólares.

Em 2019, a Companhia emitiu a 10ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$350 milhões, de série única, com taxa de CDI + 0,75% a.a., com prazo de vencimento de 4 e 5 anos. Os recursos foram utilizados principalmente para pré-pagar o saldo remanescente de USD\$60 milhões. E, também para reforço de caixa da Companhia.

Em continuidade com os investimentos na controlada Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd, durante o ano de 2019 foi captado o montante de INR\$776 milhões destinados para investimentos e o montante de INR\$477 milhões destinados para capital de giro. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo no consolidado era de R\$123milhões (equivalente a INR\$2.183milhões).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores entendem que as principais fontes de recursos da Companhia são o caixa gerado pelas suas atividades operacionais e os empréstimos e financiamentos disponíveis no mercado.

Para a necessidade imediata de capital de giro, os diretores entendem que os financiamentos existentes e a disponibilidade de caixa da Companhia são suficientes, e quando necessário, a Companhia buscará recursos de médio e longo prazo disponíveis no mercado, tais como as linhas de crédito que têm disponíveis, seja dos bancos de varejo como dos bancos de fomento, ou poderá emitir valores mobiliários disponíveis no mercado.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Os diretores da Companhia apresentam no quadro abaixo o montante total da dívida de qualquer natureza consolidada da Companhia, que é igual à somatória do total do Passivo circulante e do total do Passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (em Reais):

Descrição ⁽¹⁾	2019	2018	2017
Total do Passivo Circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854
Total do Passivo Não Circulante	3.294.817	2.558.834	2.230.889

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Montante Total de Dívida de qualquer natureza	5.878.435	5.820.663	5.291.743
---	-----------	-----------	-----------

(1) Valores em R\$ mil

Os diretores da Companhia, com base nas suas estratégias e no plano de negócios, entendem que a Companhia possui uma adequada estrutura de endividamento, devidamente segregada entre curto e longo prazo, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento ao plano de investimentos da Companhia. Os diretores da Companhia acreditam que a Companhia tem plena capacidade para obter crédito com terceiros em condições de mercado.

Abaixo, os diretores da Companhia apresentam todos os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (em milhares de Reais):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		Taxa		Em 31 de dezembro de		
	Indexador	anual de juros %	Última data de vencimento	2019	2018	2017
Moeda nacional:						
BNDÉ – EXIM	-	-	-	-	-	98.391
BNDÉ – Finame	-	-	-	-	249	353
BNDÉ – Finame, Finem e Automático	-	-	-	-	11.724	17.014
BNDÉ – Automático	-	-	-	-	386	650
FINAME – PSI	-	5,50	Dezembro de 2020	1.819	7.502	11.843
Financiamento Exportação - Compulsório	-	-	-	-	-	7.507
FINDES PRO-INVEST	-	-	-	-	3.021	8.826
FINEP	-	-	-	-	-	186
FINEP	TJLP	2,00	Junho de 2022	7.155	10.017	12.871
FINEM	-	-	-	-	-	2.324
Leasing	-	2,99	Agosto de 2020	243	1.038	1.567
Nota de Crédito à Exportação	-	-	-	-	-	5.006
Subtotal moeda nacional				9.217	33.937	166.538
Moeda estrangeira:						
Empréstimo BNDÉ - Dólar	-	-	-	-	15.330	16.715
Empréstimo Longo Prazo - Dólar	Libor 6m	2,38	Novembro de 2024	256.073	347.823	354.625
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	MCLR	0,15	Dezembro de 2024	79.369	34.990	-
Syndicate - US\$	-	-	-	-	576.802	901.007
Syndicate - Euro	Euribor 3m	2,75	Fevereiro de 2024	897.916	563.167	499.240
Crédito à exportação - Euro	-	-	-	-	1.950	3.473
Capital de Giro - Dólar	-	-	-	-	69.913	-
Capital de Giro - Dólar	Libor 3m	1,04	Novembro de 2020	165.821	159.553	56.661
Capital de Giro - Dólar	Libor 1m	1,00	Novembro de 2020	40.335	-	-
Capital de Giro - Dólar	-	-	-	-	19.429	139.286
Capital de Giro - Pesos Mexicanos	-	-	-	-	37.693	-
Capital de Giro - Renmimbi Iuan	-	-	-	-	49.560	37.424
Capital de Giro - Euro	-	1,19	Julho de 2026	265.425	248.326	223.596
Capital de Giro - Rúpia	-	6,14	Junho de 2020	15.093	30.984	25.410
Capital de Giro - Rúpia	MCLR	0,15	Novembro de 2020	43.879	15.034	-
Capital de Giro - Rand	-	-	-	-	-	859
Capital de Giro - Bath	-	4,04	Janeiro de 2020	29.338	3	19.224
Leasing - Bath	-	-	-	-	132	-
Leasing - Euro	-	4,00	Fevereiro de 2020	7	87	236
Subtotal moeda estrangeira				1.793.256	2.170.776	2.277.756
Total empréstimos e financiamentos				1.802.473	2.204.713	2.444.294
Debêntures:						
Debêntures - ICVM nr. 400	-	-	-	-	-	239.432
Debêntures - ICVM nr. 400	-	-	-	-	155.769	159.550
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI	1,40	Abril de 2019	452.884	453.223	-
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI	0,80	Fevereiro de 2026	453.829	-	-
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI	0,75	Setembro de 2024	352.397	-	-
Total debêntures				1.259.110	608.992	398.982
Total empréstimos, financiamentos e debêntures				3.061.583	2.813.705	2.843.276
Passivo circulante:				659.566	1.091.381	1.370.449
Custos a amortizar				(10.869)	(15.232)	(17.905)
Total				648.697	1.076.149	1.352.544
Passivo não circulante:				2.431.065	1.761.399	1.512.910
Custos a amortizar				(18.179)	(23.843)	(22.178)
Total				2.412.886	1.737.556	1.490.732

Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) debêntures conversíveis em ações de 6ª emissão - ICVM nº 400; (ii) debêntures simples com bônus de subscrição de 7ª emissão - ICVM nº 400; e (iii) debêntures simples de 8ª emissão - ICVM nº 476, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em série única, e suas emissões foram

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento	Encargos financeiros	Principal em 31/12/19
6ª emissão	Convertíveis em ações	320.000	02/05/2013	01/04/2018	100% CDI + 2% a.a.	-
7ª emissão	Simple com bônus de subscrição	397.732	30/04/2014	01/04/2019	100% CDI + 2% a.a.	-
8ª emissão	Simple	450.000	26/03/2018	26/03/2023	100% CDI + 1,4% a.a.	450.000
9ª emissão	Simple Série 1	338.800	11/02/2019	11/02/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	338.800
9ª emissão	Simple Série 2	111.200	11/02/2019	11/02/2026	100% CDI + 0,95% a.a.	111.200
10ª emissão	Simple	350.000	16/09/2019	16/09/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	350.000

BNDES EXIM

Em 2018 e 2017, a Companhia era parte de Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito – Linha de Financiamento BNDES EXIM Pré Embarque, Programa de Sustentação do Investimento (“PSI”), celebrados com instituições financeiras de primeira linha, cujos saldos em aberto, vencimentos finais e taxas de juros constam da tabela acima. Os recursos desses financiamentos são provenientes de repasses do BNDES e são dedicados ao financiamento da produção de bens para a exportação. Dessa forma, tais contratos contêm obrigações e restrições usuais para financiamentos com recursos do BNDES, particularmente aquelas decorrentes das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES.

A Companhia não contratou nova linhas de BNDES EXIM Pré Embarque em 2018, tendo amortizado todos os contratos existentes na data dos respectivos vencimentos, nesse mesmo ano.

FINAME PSI

A Companhia é parte em Cédula de Crédito Bancário, FINAME e PSI, cujas contra-partes são bancos de primeira linha. São indicados na tabela acima os saldos em aberto, taxas de juros e vencimentos finais. Os recursos desses financiamentos são oriundos de repasses do BNDES e dedicados à aquisição de equipamentos e, portanto, contêm obrigações e restrições usuais para operações com recursos do BNDES, particularmente aquelas decorrentes das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES. Os financiamentos estão garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Linha para Exportação

Financiamento à Exportação - Compulsório contratado em 2015 com a Caixa Econômica Federal. O contrato possui índices financeiros conforme descritos na seção “Condições das Debêntures”, item b). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$7.507. O contrato foi liquidado em setembro de 2018, na data do vencimento.

Cédula de Crédito à exportação contratado em 2015 com o Banco do Brasil, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era R\$5.006. O contrato foi liquidado em setembro de 2018, na data do vencimento.

Capital De Giro – Reais

A Companhia liquidou em 2017 contratos de financiamento de capital de giro, em Reais, cujo montante principal em 31 de dezembro de 2016 era de R\$100.000 mil, obtidos em 2016 com Bancos Brasileiros.

Empréstimo de Longo Prazo

A Controlada indireta da Companhia, Maxion Componentes Estructurales de Mexico S.A. de C.V (a qual foi sucedida pela Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de CV) firmou com o Itaú Unibanco S.A. New York Branch um contrato de financiamento de longo prazo no valor de principal de US\$200.000 mil, cujos valores em aberto, taxas de juros e datas de vencimento final estão indicados na tabela acima. Dentre os termos e condições deste contrato destacam-se (a) a obrigação de manutenção de dívida pari passu com futuros endividamentos da tomadora do empréstimo e dívida subordinada ou quirografária da Companhia, (b) restrições de outorga de garantias a terceiros, (c) obrigação da Companhia em manter índice de dívida líquida sobre EBITDA inferior a 5,9 em 31 de dezembro de 2012; 4,5 em 30 de junho de 2013; 4,0 em 31 de dezembro de 2013; 3,75 em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2014; 4,25 em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2015; 4,0 em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2016, 3,75 em 30 de junho de 2017; 3,50 em 31 de dezembro de 2017; 3,25 em junho de 2018 e 3,0 nas datas de medição após 31 de dezembro de 2018, e (d) restrição à alienação do controle da beneficiária e da Companhia. A Companhia é garantidora dos pagamentos devidos sob o Term Loan Agreement, e, além disso, as ações do capital da Maxion Imagusa e Ingenieria (sucédida pela Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V) foram empenhadas em garantia a este financiamento. Em setembro de 2017, o montante principal restante no total de US\$91 milhões foi refinanciado com objetivo de alonga-lo, sendo seu vencimento final em setembro de 2022, e a obrigação da Companhia em manter índice de dívida líquida sobre EBITDA sendo inferior a 3,5 em todos os semestres até o vencimento. Em novembro de 2019, o montante principal restante no total de US\$61 milhões foi refinanciando com objetivo de alonga-lo e reduzir os juros, sendo seu vencimento final em novembro de 2024, e os juros de 2,20% a.a. + libor de 6 meses.

Capital De Giro – Euro

As controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento, para fins de capital de giro, em Euros, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima. O principal contrato de financiamento foi no montante de principal de €55.000 mil, firmado pela lochpe-Maxion Austria GmbH e o Banco Bradesco S.A. New York Branch, tendo a Companhia como garantidora (“Bradesco Loan Agreement”).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Capital De Giro – Dólar

As controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento, para fins de capital de giro, em Dólar, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima. Os principais contratos de financiamento foram no montante de principal de US\$17.000 mil, US\$24.000 mil e US\$10.000, sendo o primeiro firmado pela Maxion Wheels de México e o Banco do Brasil S.A., New York Branch, tendo a Companhia como garantidora (“Working Capital Facility Agreement”), o segundo deles firmado pela Maxion Wheels do México e o Banco Citibank, N.A., tendo a Companhia como garantidora, e o terceiro deles firmado pela Ingenieria Y Maquinaria de Guadalajara, SA de CV. e o Bank of America N.A.

Syndicated – US\$

Em 14 de junho de 2016, a controlada lochpe Holdings, LLC, captou empréstimo sindicalizado, envolvendo sete bancos, no montante de US\$275.000 mil, com taxa média de 5,44% + Libor de 6 meses, divididos em duas tranches. Tranche A – US\$150.000 mil com vencimento em junho de 2021, com dois anos de carência e recursos destinados para o resgate antecipado, totalidade das debêntures da 5ª Emissão da Companhia; e Tranche B – US\$125.000 mil, com vencimento em junho de 2019, com dois anos de carência, e recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. O referido empréstimo, também possui “covenants”, os quais possuem os mesmos índices financeiros das Debêntures. Em maio de 2018, a Tranch B, foi pré-paga, com recursos da 8ª emissão de debêntures, e Tranch A, foi renegociada com objetivo de alonga-la, sendo o seu vencimento para maio de 2023. Em 2019, a Tranch A foi pré-paga, com recursos do empréstimo sindicalizado em euro e com recursos da 10ª emissão de debêntures.

Syndicated – €

Em 24 de fevereiro de 2017 a controlada Maxion Wheels EAAP Holding GmbH captou empréstimo sindicalizado, envolvendo sete bancos, no montante de €130 milhões com taxa de 3,60% + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2022, com dois anos de carência. Os recursos desta captação foram destinados para pagamento de empréstimo de curto prazo da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2019, o empréstimo sindicalizado foi pré-pago com recursos de captação de um novo empréstimo sindicalizado em euro. A captação foi contratada nas controladas indiretas Maxion Wheels EAAP Holding GmbH, Maxion Wheels Czech s.r.o, e a controlada direta lochpe-Maxion Austria GmbH, envolvendo nove bancos no montante de EUR\$200 milhões com taxa de 2,75% a.a. + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo deste empréstimo era de R\$897,9 milhões (equivalente a €198,2 milhões). O referido empréstimo, também possui covenants financeiros.

Empréstimo de Longo Prazo e Capital de Giro - INR

Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rúpia com taxa de MCLR (“Marginal Cost of Funds Based Lending Rate”) + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$123.248. Os recursos deste empréstimo destinam se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia realizou investimentos significativos para as aquisições do Grupo Galaz e da Hayes Lemmerz, ocorrida em 2012. O saldo dos empréstimos e financiamentos para pagamento dessas aquisições representava 64% do total dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2012. Para esses investimentos, a Companhia obteve financiamentos no montante de aproximadamente US\$871,0 milhões.

Em substituição ao empréstimo ponte contratado no âmbito dos investimentos acima mencionados, a controlada indireta da Companhia, Maxion Componentes Estructurales de Mexico S.A. de C.V (a qual foi sucedida pela Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de CV) contratou uma linha de US\$200,0 milhões, no México, com prazo de 7 anos. Adicionalmente, no exercício de 2013, a Companhia realizou a sua 5ª e 6ª emissões de debêntures. A 5ª emissão, distribuída com esforços restritos nos termos da ICVM nº 476/09, teve o valor nominal total de R\$1.240,0 milhões, prazo de 9 anos, e os recursos dela decorrentes foram destinados à amortização do empréstimo ponte tomado pela lochpe Holdings, LLC, para a aquisição da totalidade do capital social da Maxion Wheels e suas subsidiárias, nos termos do "Term Loan Agreement", datado de 26 de janeiro de 2012, sendo que esta debênture foi liquidada antecipadamente em junho de 2016, com recursos captados pela Tranche A - US\$150.000 mil do empréstimo sindicalizado, captado pela controlada lochpe Holdings, LLC, no montante de US\$275.000 mil, com taxa média de 5,44% + Libor de 6 meses, divididos em duas tranches. Tranche A – US\$150.000 mil com vencimento em junho de 2021, com dois anos de carência; e Tranche B – US\$125.000 mil, com vencimento em junho de 2019, com dois anos de carência, e recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. Por meio da 6ª emissão, a Companhia emitiu debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, distribuídas publicamente, nos termos de ICVM nº 400, no valor nominal total de R\$320,0 milhões, com prazo de 5 anos, cujos recursos foram destinados à amortização da 5ª emissão. No exercício de 2014, a Companhia realizou a sua 7ª emissão de debêntures simples com bônus de subscrição, da espécie quirografária, no valor total de R\$ 400.943, emitidas nos termos da Instrução ICVM nº 400, sob o regime de garantia firme de colocação. Os recursos da 2ª série no valor de R\$ 252.018 foram destinados ao pagamento parcial das debêntures simples da 5ª emissão, ICVM nº 476, e os recursos da 1ª série no valor de R\$148.925 vieram transferidos da opção dos debenturistas da 6ª emissão, que optaram por essa troca na opção de 1 para 1. Atualmente, as debêntures possuem uma única série com as mesmas características.

Em 2017, a controlada Maxion Wheels EAAP Holding GmbH captou empréstimo sindicalizado, envolvendo sete bancos, no montante de €130 milhões com vencimento para fevereiro de 2022, com dois anos de carência. Os recursos desta captação foram destinados para pagamento de empréstimo de curto prazo da Companhia.

Em 2018, a Companhia emitiu a 8ª emissão, distribuída com esforços restritos nos termos da ICVM nº 476/09, teve o valor nominal total de R\$450,0 milhões, prazo de 5 anos, e os recursos dela decorrentes foram destinados à amortização do empréstimo sindicalizado nos Estados Unidos, Tranche B – US\$ 125 mil. Também, neste momento a Companhia, liquidou e captou US\$ 150 mil, na forma de empréstimo sindicalizado, com taxa de 4% + Libor de 6 meses, com vencimento final em maio de 2023.

Em 2019, a Companhia emitiu a 9ª emissão, distribuída com esforços restritos nos termos da ICVM nº 476/09, teve o valor nominal total de R\$450,0 milhões, prazo de 7 anos, e os recursos dela decorrentes foram destinados à amortização da 7ª emissão de debêntures, amortização de capital de giro no México e na China, USD\$23 milhões e CNY\$86 milhões respectivamente e reforço de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019, as controladas indiretas Maxion Wheels EAAP Holding GmbH, Maxion Wheels Czech s.r.o, e a controlada direta lochpe-Maxion Austria GmbH captaram empréstimo sindicalizado, envolvendo nove bancos, no montante de EUR\$200 milhões com taxa de 2,75% a.a. + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2024. Os recursos foram utilizados para pré-pagar o empréstimo sindicalizado de EUR\$130 milhões e pré-pagar USD\$90 milhões do empréstimo sindicalizado em dólares.

Em 2019, a Companhia emitiu a 10ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$350 milhões, de série única, com taxa de CDI + 0,75% a.a., com prazo de vencimento de 4 e 5 anos. Os recursos foram utilizados principalmente para pré-pagar o saldo remanescente de USD\$60 milhões. E, também para reforço de caixa da Companhia.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Além das operações de financiamento indicadas na tabela acima, a Companhia não possui quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas;

Os diretores da Companhia informam que o montante total da dívida de qualquer natureza, definida como o total do Passivo Circulante somado ao total do Passivo Não Circulante consolidado da Companhia, não é contratualmente subordinado, ressalvada a subordinação legal decorrente das garantias reais prestadas pela Companhia aos seus credores financeiros, particularmente o Finame, e ao contrato de financiamento relativo à aquisição do Grupo Galaz. Em 31 de dezembro de 2019, do montante total da dívida de qualquer natureza consolidado da Companhia, que somava R\$5.878.435.000,00, o montante de R\$232.046.000,00 era objeto de garantia real, preferindo, no caso de concurso universal de credores, os créditos quirografários da Companhia, que somavam na referida data o montante de R\$5.646.389.000,00.

Em 31 de dezembro de 2018, do montante total da dívida de qualquer natureza consolidado da Companhia, que somava R\$5.820.663.000,00, o montante de R\$1.481.301.000,00 era objeto de garantia real, preferindo, no caso de concurso universal de credores, os créditos quirografários da Companhia, que somavam na referida data o montante de R\$4.339.362.000,00.

Em 31 de dezembro de 2017, do montante total da dívida de qualquer natureza consolidado da Companhia, que somava R\$5.291.743.000,00, o montante de R\$1.758.096.000,00 era objeto de garantia real, preferindo, no caso de concurso universal de credores, os créditos quirografários da Companhia, que somavam na referida data o montante de R\$3.533.647.000,00.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui diversas operações de crédito junto a bancos de primeira linha, inclusive com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assim como é emissora de debêntures públicas que se encontram em circulação. Essas operações contêm condições usuais de mercado e, portanto, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos relevantes, tais como: (a) inadimplemento de obrigações financeiras da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia, (c) violação de índices financeiros resultantes do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidados, calculado semestralmente, que deverá ser igual ou inferior a 3,50 vezes, em 30/12/2019; e em 30 de junho e 31 de dezembro subsequentes, (d) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (e) limite de venda de ativos; (f) distribuição de dividendos superiores aos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ou superior aos dividendos previstos no estatuto social da Companhia, em caso de mora da Companhia; e (g) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros.

A Companhia está adimplente as suas obrigações.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais utilizados

Os financiamentos já contratados estão com 100% de utilização.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DA COMPANHIA**

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2018	Análise vertical	2019	Análise vertical	Variação 2019/2018
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	9.616.299	100,0%	10.016.395	100,0%	4,2%
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(8.298.023)	-86,3%	(8.831.177)	-88,2%	6,4%
LUCRO BRUTO	1.318.276	13,7%	1.185.218	11,8%	-10,1%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	(75.359)	-0,8%	(53.778)	-0,5%	-28,6%
Gerais e administrativas	(477.112)	-5,0%	(482.968)	-4,8%	1,2%
Honorários da administração	(17.116)	-0,2%	(19.086)	-0,2%	11,5%
Resultado de equivalência patrimonial	(14.457)	-0,2%	(23.902)	-0,2%	65,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	(32.739)	-0,3%	70.771	0,7%	-316,2%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	701.493	7,3%	676.255	6,8%	-3,6%
Receitas financeiras	14.838	0,2%	65.344	0,7%	340,4%
Despesas financeiras	(239.414)	-2,5%	(230.124)	-2,3%	-3,9%
Variação cambial, líquida	3.757	0,0%	(5.124)	-0,1%	-236,4%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	480.674	5,0%	506.351	5,3%	5,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	(148.043)	-1,5%	(178.240)	-1,8%	20,4%
Diferidos	(26.489)	-0,3%	93.304	0,9%	-452,2%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	306.142	3,2%	421.415	4,2%	37,7%
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores	201.325	2,1%	337.435	3,4%	67,6%
Acionistas não controladores	104.817	1,1%	83.980	0,8%	-19,9%

Receita Líquida de Vendas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores informam que a receita líquida da Companhia aumentou de R\$ 9.616.299 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 10.016.3995 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando um crescimento de 4,2%.

Os diretores da Companhia esclarecem que o crescimento de receita observado em 2019 é relacionado principalmente ao crescimento de produção de veículos no Brasil, apesar do impacto decorrente das exportações de veículos. No mercado internacional, observamos uma queda de produção de veículos na Europa, na América do Norte e no mercado Indiano.

A variação cambial afetou de forma positiva o resultado da Companhia em R\$ 359.744,8 mil no ano de 2019. Excluindo o efeito da variação cambial, a receita operacional líquida teria apresentado um crescimento de 0,4% em comparação a 2018.

Custos dos Produtos Vendidos

Os diretores informam que o custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 8.831.177 mil, o que representa um crescimento de 6,4% em relação a 2018, quando o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 8.298.023 mil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o custo dos produtos vendidos representou 88,2% da receita líquida de vendas, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 representaram 86,3% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Lucro Bruto

Os diretores informam que o lucro bruto da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.185.218 mil, o que representa uma redução de 10,1% em relação a 2018, quando o lucro bruto foi de R\$ 1.318.276 mil.

A redução observada em 2019 é explicada principalmente pela redução de produção de veículos nos principais mercados internacionais.

Despesas Operacionais

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 485.061 mil, o que representou uma redução de 19,5% em relação a 2018, quando essas despesas foram de R\$ 602.326 mil.

A redução observada é relacionada à redução de despesas em um cenário de menor produção devido à queda de produção de veículos no mercado internacional. Adicionalmente, os diretores informam que a Companhia obteve decisões favoráveis transitadas em julgado em ações judiciais que pleiteavam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Os efeitos dessas decisões foram apurados pela Companhia e foram reconhecidos R\$ 75.023 na rubrica de "Outras receitas operacionais".

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 2019 o resultado de equivalência patrimonial atingiu um valor negativo R\$ 23.092 mil, uma piora em relação ao valor negativo de R\$ 14.457 mil apresentado em 2018.

Os diretores ressaltam que o resultado da equivalência patrimonial em 2019 foi impactado de forma negativa pela queda de produção no mercado argentino que afetou os resultados da Maxion Montich no período e também pelo desempenho do mercado ferroviário.

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores informam que o lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 676.255 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o que representa uma redução de 3,6% em relação a 2018, quando o Lucro Operacional foi de R\$ 701.493 mil.

Em 2019, lucro operacional antes do resultado financeiro representou 6,8% da receita operacional líquida consolidada, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representou 7,3% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Resultado Financeiro

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado financeiro da Companhia (composto por receitas financeiras, despesas financeiras e variação cambial líquida) foi negativo em R\$ 169.904 mil, uma redução de 23,1% em relação ao resultado negativo de R\$ 220.819 mil ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

A redução em 2018 se deve principalmente à redução em despesas com juros sobre financiamento resultante das negociações de dívida da Companhia, queda do certificado de depósito interbancário (CDI) no período e ao reconhecimento das decisões favoráveis em ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS que impactaram em R\$ 42.610 mil a linha de “receitas financeiras”.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os diretores informam que as despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram o total de R\$ 84.936 mil (composto pela parcela do imposto corrente e diferido) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 51,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, no qual tais despesas atingiram R\$ 174.532 mil.

Lucro Líquido do Exercício

Os diretores informam que o lucro líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 421.415 mil, sendo R\$ 337.435 mil atribuível aos acionistas controladores e R\$ 83.980 aos acionistas não controladores ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando um crescimento de 67,6% em relação ao lucro líquido atribuível aos acionistas controladores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, quando o lucro líquido foi de R\$ 201.325 mil.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2017	Análise vertical	2018	Análise vertical	Variação 2018/2017
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	7.487.940	100,0%	9.616.299	100,0%	28,4%
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(6.332.962)	-84,6%	(8.298.023)	-86,3%	31,0%
LUCRO BRUTO	1.154.978	15,4%	1.318.276	13,7%	14,1%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	(162.157)	-2,2%	(75.359)	-0,8%	-53,5%
Gerais e administrativas	(384.406)	-5,1%	(477.112)	-5,0%	24,1%
Honorários da administração	(14.402)	-0,2%	(17.116)	-0,2%	18,8%
Resultado de equivalência patrimonial	(19.957)	-0,3%	(14.457)	-0,2%	-27,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	(77.500)	-1,0%	(32.739)	-0,3%	-57,8%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	496.556	6,6%	701.493	7,3%	41,3%
Receitas financeiras	55.160	0,7%	14.838	0,2%	-73,1%
Despesas financeiras	(394.624)	-5,3%	(239.414)	-2,5%	-39,3%
Variação cambial, líquida	(7.744)	-0,1%	3.757	0,0%	-148,5%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	149.348	2,0%	480.674	6,4%	221,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	(136.828)	-1,8%	(148.043)	-1,5%	8,2%
Diferidos	67.689	0,9%	(26.489)	-0,3%	-139,1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	80.209	1,1%	306.142	3,2%	281,7%
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores	6.403	0,1%	201.325	2,1%	3044,2%
Acionistas não controladores	73.806	1,0%	104.817	1,1%	42,0%

Receita Líquida de Vendas

Os diretores informam que a receita líquida da Companhia aumentou de R\$ 7.487.940 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 9.616.299 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 28,4%.

Os diretores da Companhia esclarecem que o crescimento de receita observado em 2018 é relacionado principalmente ao crescimento de produção de veículos no Brasil, na Europa e também pelo crescimento de veículos pesados na região do NAFTA.

A variação cambial afetou de forma positiva o resultado da Companhia em R\$ 1.059,9 milhões no ano de 2018. Excluindo o efeito da variação cambial, as vendas teriam apresentado um crescimento de 14,3% em comparação a 2017.

Custos dos Produtos Vendidos

Os diretores informam que o custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 8.298.023 mil, o que representa um crescimento de 31,0% em relação a 2017, quando o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 6.332.962 mil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o custo dos produtos vendidos representou 87,5% da receita líquida de vendas, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 representaram 84,9% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Os custos dos produtos vendidos foram impactados por uma reclassificação adotada desde 2018, de acordo com o pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15, que determina o reconhecimento do frete sobre vendas como custo do serviço prestado e não mais como despesa operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Aplicando o efeito da reclassificação para o período de 2017, os custos dos produtos vendidos em relação a receita operacional líquida teriam aumentado de 86,4% em 2017 para 87,5% em 2018.

Lucro Bruto

Os diretores informam que o lucro bruto da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.318.276 mil, o que representa um aumento de 14,1% em relação a 2017, quando o lucro bruto foi de R\$ 1.154.978 mil.

Aplicando a mesma classificação de fretes sobre vendas, o lucro bruto em relação a receita operacional líquida teria diminuído de 13,9% em 2017 para 13,7% em 2018.

Despesas Operacionais

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 602.326 mil, o que representou uma redução de 5,7% em relação a 2017, quando essas despesas foram de R\$ 638.465 mil.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 2018 o resultado de equivalência patrimonial atingiu um valor negativo R\$ 14.457 mil, uma melhora de 27,6% em relação ao valor negativo de R\$ 19.957 mil apresentado em 2017.

Os diretores ressaltam que o resultado da equivalência patrimonial em 2018 foi impactado de forma negativa pela queda de produção no mercado argentino que afetou os resultados da Maxion Montich no período.

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro

Os diretores informam que o lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 701.493 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representa um aumento de 41,3% em relação a 2017, quando o Lucro Operacional foi de R\$ 496.556 mil.

Em 2018, lucro operacional antes do resultado financeiro representou 7,3% da receita operacional líquida consolidada, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, representou 6,6% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Resultado Financeiro

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado financeiro da Companhia (composto por receitas financeiras, despesas financeiras e variação cambial líquida) foi negativo em R\$ 220.819 mil, uma redução de 36,4% em relação ao resultado negativo de R\$ 347.208 mil ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

A redução em 2018 se deve principalmente à redução em despesas com juros sobre financiamento resultante das negociações de dívida da Companhia e a queda do certificado de depósito interbancário (CDI) no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os diretores informam que as despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram o total de R\$ 174.532 mil (composto pela parcela do imposto corrente e diferido) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 152,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, no qual tais despesas atingiram R\$ 69.139 mil.

Lucro Líquido do Exercício

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores informam que o lucro líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 306.142 mil, sendo R\$ 201.325 mil para os acionistas controladores e R\$ 104.817 para os acionistas não controladores ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 281,7% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, quando o lucro líquido foi de R\$ 80.209 mil.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2016	Análise vertical	2017	Análise vertical	Variação 2017/2016
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	6.816.454	100,0%	7.487.940	100,0%	9,9%
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(5.844.666)	-85,7%	(6.332.962)	-84,6%	8,4%
LUCRO BRUTO	971.788	14,3%	1.154.978	15,4%	18,9%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	(150.931)	-2,2%	(162.157)	-2,2%	7,4%
Gerais e administrativas	(368.226)	-5,4%	(384.406)	-5,1%	4,4%
Honorários da administração	(16.147)	-0,2%	(14.402)	-0,2%	-10,8%
Resultado de equivalência patrimonial	(28.799)	-0,4%	(19.957)	-0,3%	-30,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	71.637	1,1%	(77.500)	-1,0%	-208,2%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	479.322	7,0%	496.556	6,6%	3,6%
Receitas financeiras	57.837	0,8%	55.160	0,7%	-4,6%
Despesas financeiras	(382.253)	-5,6%	(394.624)	-5,3%	3,2%
Variação cambial, líquida	(20.074)	-0,3%	(7.744)	-0,1%	-61,4%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	134.832	2,0%	149.348	2,2%	10,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	(112.502)	-1,7%	(136.828)	-1,8%	21,6%
Diferidos	66.800	1,0%	67.689	0,9%	1,3%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	89.130	1,3%	80.209	1,1%	-10,0%
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores	21.531	0,3%	6.403	0,1%	-70,3%
Acionistas não controladores	67.599	1,0%	73.806	1,0%	9,2%

Receita Líquida de Vendas

Os diretores informam que a receita líquida da Companhia aumentou de R\$ 6.816.454 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 7.487.940 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, representando um crescimento de 9,9%.

Os diretores da Companhia esclarecem que o crescimento de receita observado em 2017 é relacionado principalmente ao crescimento de produção de veículos no Brasil, na Europa e também pelo crescimento de veículos pesados na região do NAFTA.

A variação cambial afetou de forma negativa o resultado da Companhia em R\$ 415,7 milhões no ano de 2017. Excluindo o efeito da variação cambial, as vendas teriam apresentado um crescimento de 15,9% em comparação a 2016.

Custos dos Produtos Vendidos

Os diretores informam que o custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 6.332.962 mil, o que representa um crescimento de 8,4% em relação a 2016, quando o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 5.844.666 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o custo dos produtos vendidos representou 84,6% da receita líquida de vendas, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 representaram 85,7% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

A melhora da relação entre os custos dos produtos vendidos em relação à receita líquida deve-se principalmente as medidas de melhora de produtividade nas operações da Companhia, onde destacamos as fábricas no Brasil.

Lucro Bruto

Os diretores informam que o lucro bruto da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.154.978 mil, o que representa um aumento de 18,9% em relação a 2016, quando o lucro bruto foi de R\$ 971.788 mil. Em 2017 o lucro bruto apresentou uma margem bruta de 15,4%, comparada com uma margem bruta de 14,3% referente ao exercício social findo de 31 de dezembro de 2016.

Despesas Operacionais

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 638.465 mil, o que representou um crescimento de 37,7% em relação a 2016, quando essas despesas foram de R\$ 463.667 mil.

Os diretores destacam que esse crescimento é relacionado a efeitos não recorrentes nos dois períodos, sendo os principais: (i) efeito negativo referente ao valor justo das opções outorgadas aos demais acionistas da controlada em conjunto AmstedMaxion Fundição e (ii) despesas com reestruturação. No ano de 2016, o principal efeito não recorrente foi um ganho gerado com a venda de um imóvel da Companhia localizado em Guarulhos.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes em ambos os períodos, a despesa operacional no ano de 2017 teria apresentado um crescimento de 13,3% em relação ao período anterior.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 2017, o resultado de equivalência patrimonial atingiu um valor negativo R\$ 19.957 mil, uma melhora de 30,7% em relação ao valor negativo de R\$ 28.799 mil apresentado em 2016.

Os diretores ressaltam que o resultado da equivalência patrimonial em 2017 foi impactado de forma negativa por um evento não recorrente e sem efeito no fluxo de caixa, relacionado à capitalização das *joint ventures* da AmstedMaxion pela já acionista Greenbrier do Brasil Participações Ltda. Desconsiderando o efeito não recorrente, o resultado da equivalência patrimonial representaria uma melhora de 109,0% em 2017 em relação a 2016.

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro

Os diretores informam que o lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 496.556 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o que representa um aumento de 3,6% em relação a 2016, quando o Lucro Operacional foi de R\$ 479.322 mil.

Em 2017, lucro operacional antes do resultado financeiro representou 6,6% da receita operacional líquida consolidada, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, representou 7,0% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes de ambos os períodos mencionados nos itens acima, o lucro operacional teria sido de R\$ 547.728 em 2017, com crescimento de 35,4% em relação ao ano anterior. A participação do lucro operacional em relação à receita operacional líquida, teria aumentado de 5,9% em 2016 para 7,3% em 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Financeiro

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado financeiro da Companhia (composto por receitas financeiras, despesas financeiras e variação cambial líquida) foi negativo em R\$ 347.208 mil, um aumento de 0,8% em relação ao resultado negativo de R\$ 344.490 mil ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Os diretores da Companhia informam que a piora do resultado financeiro é explicado principalmente pelo ajuste contábil, não caixa, proveniente da variação do valor justo dos bônus de subscrição relativos às debêntures simples da 7ª emissão, e principalmente da opção contida nas debêntures conversíveis da 6ª emissão. Excluindo-se tal ajuste, o resultado financeiro representaria um valor negativo de R\$ 226.000 mil, uma redução de 35,1% em relação ao ano anterior.

A redução em 2017 se deve principalmente à redução em despesas com juros sobre financiamento resultante das negociações de dívida da Companhia e a queda do certificado de depósito interbancário (CDI) no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os diretores informam que as despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram o total de R\$ 69.139 mil (composto pela parcela do imposto corrente e diferido) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 51,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, no qual tais despesas atingiram R\$ 45.702 mil.

Lucro Líquido do Exercício

Os diretores informam que o lucro líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 80.209 mil, sendo R\$ 6.403 mil para os acionistas controladores e R\$ 73.806 para os acionistas não controladores ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de 10,0% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, quando o lucro líquido foi de R\$ 89.130 mil.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS DA COMPANHIA.

As tabelas abaixo apresentam as principais linhas referentes às contas de ativos, passivos e patrimônio líquido consolidado da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2019 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<u>ATIVO</u>	Consolidado					Variação 2019/2018
	2019	Análise Vertical	2018	Análise Vertical	Variação 2019/2018	
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	646.137	6,9%	486.903	5,4%	32,7%	159.234
Contas a receber de clientes	1.029.650	11,0%	1.253.826	13,9%	-17,9%	- 224.176
Estoques	1.328.470	14,2%	1.448.021	16,1%	-8,3%	- 119.551
Impostos a recuperar	223.589	2,4%	237.675	2,6%	-5,9%	- 14.086
Despesas antecipadas	20.210	0,2%	19.641	0,2%	2,9%	569
Outros créditos	109.565	1,2%	77.736	0,9%	40,9%	31.829
Total do ativo circulante	3.357.621	35,8%	3.523.802	39,1%	-4,7%	- 166.181
NÃO CIRCULANTE						
Impostos a recuperar	166.759	1,8%	29.189	0,3%	0,0%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	306.628	3,3%	257.517	2,9%	0,0%	49.111
Depósitos judiciais	58.495	0,6%	59.468	0,7%	-1,6%	- 973
Partes relacionadas	4.897	0,1%	32.612	0,4%	-85,0%	- 27.715
Outros créditos	1.520	0,0%	4.394	0,0%	-65,4%	- 2.874
Investimentos	74.612	0,8%	46.803	0,5%	59,4%	27.809
Imobilizado	3.590.747	38,3%	3.398.325	37,7%	5,7%	192.422
Intangível	1.740.135	18,6%	1.667.080	18,5%	4,4%	73.055
Direito de uso	73.997	0,8%	-	0,0%	0,0%	73.997
Total do ativo não circulante	6.017.790	64,2%	5.495.388	60,9%	9,5%	522.402
TOTAL DO ATIVO	9.375.411	100,0%	9.019.190	100,0%	3,9%	356.221
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Consolidado					Variação 2019/2018
	2019	Análise Vertical	2018	Análise Vertical	Variação 2019/2018	
CIRCULANTE						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	648.697	6,9%	1.076.149	11,9%	-39,7%	
Fornecedores	1.126.821	12,0%	1.316.897	14,6%	-14,4%	
Obrigações fiscais	121.060	1,3%	121.901	1,4%	-0,7%	
Obrigações sociais e trabalhistas	322.088	3,4%	328.271	3,6%	-1,9%	
Adiantamentos de clientes	27.244	0,3%	109.025	1,2%	-75,0%	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	127.147	1,4%	99.199	1,1%	28,2%	
Outras obrigações	210.561	2,2%	210.387	2,3%	0,1%	
Total do passivo circulante	2.583.618	27,6%	3.261.829	36,2%	-20,8%	
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.412.886	25,7%	1.737.556	19,3%	38,9%	
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	83.753	0,9%	105.150	1,2%	-20,3%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	174.548	1,9%	199.862	2,2%	-12,7%	
Passivo atuarial de plano de pensão	515.932	5,5%	471.053	5,2%	9,5%	
Outras obrigações	107.698	1,1%	45.213	0,5%	138,2%	
Total do passivo não circulante	3.294.817	34,0%	2.558.834	28,4%	28,8%	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.576.954	16,8%	1.407.536	15,6%	12,0%	
Opções outorgadas reconhecidas	3.071	0,0%	3.084	0,0%	-0,4%	
Reservas de lucros	606.530	6,5%	393.156	4,4%	54,3%	
Reserva de capital	6.000	0,1%	127.006	1,4%	0,0%	
Ações em tesouraria	(28.920)	-0,3%	(26.022)	-0,3%	11,1%	
Ajuste de avaliação patrimonial	1.064.843	11,4%	1.017.190	11,3%	4,7%	
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	3.228.478	34,4%	2.921.950	32,4%	10,5%	
Participação dos acionistas não controladores	268.498	2,9%	276.577	3,1%	-2,9%	
Patrimônio líquido total	3.496.976	34,4%	3.198.527	32,4%	9,3%	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.375.411	61,6%	9.019.190	64,5%	3,9%	

Caixa e equivalentes de caixas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixas da Companhia atingiu o montante de R\$ 646.137 mil, comparado com um montante de R\$ 486.903 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de R\$ 159.234 mil, ou 32,7%.

Contas a receber de clientes

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes apresentaram um montante de R\$ 1.029.650 mil, representando uma redução de R\$ 224.176 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2018, quando a linha de contas a receber de clientes da Companhia somou R\$ 1.253.826 mil, uma redução de 17,9%.

Estoques

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, os estoques apresentaram um montante de R\$ 1.328.470 mil, representando uma redução de R\$ 119.551 mil, ou 8,3% quando comparado a 31 de dezembro de 2018, quando os estoques da Companhia somaram R\$ 1.448.021 mil.

Imobilizado

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado da Companhia atingiu o montante de R\$3.590.747 mil, representando um crescimento de R\$192.422 mil, ou um crescimento 5,7%, em relação a 31 de dezembro de 2018, quando o imobilizado da Companhia somou R\$ 3.398.325 mil. Os diretores da Companhia informam que o crescimento é explicado pela variação cambial na conversão do balanço.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os diretores informam que em 2019 os empréstimos e financiamentos (circulante mais não circulante) e debêntures apresentaram um montante de R\$ 3.061.583 mil, um aumento de R\$ 247.878 mil quando comparado ao montante de R\$2.813.705 mil apresentado em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 8,8%.

Fornecedores

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, a conta de fornecedores apresentava um montante de R\$ 1.126.821 mil, uma redução de R\$ 190.079 mil quando comparado ao valor de R\$1.316.897 mil em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 14,4%.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Os diretores informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar atingiram o montante de R\$ 127.147 mil em 31 de dezembro de 2019, tendo um aumento de R\$ 27.948 mil, quando comparado ao valor de R\$ 99.199 mil em 31 de dezembro de 2018.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas apresentava um montante de R\$ 83.753 mil, uma redução de R\$ 21.397 mil, ou uma redução de 20,3%, quando comparado ao valor de R\$ 105.150 mil referente a 31 de dezembro de 2018.

As tabelas abaixo apresentam as principais linhas referentes às contas de ativos, passivos e patrimônio líquido consolidado da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<u>ATIVO</u>	Consolidado					
	2018	Análise Vertical	2017	Análise Vertical	Variação 2018/2017	Variação 2018/2017
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	486.903	5,4%	543.331	6,9%	-10,4%	- 56.428
Contas a receber de clientes	1.253.826	13,9%	1.064.916	13,4%	17,7%	188.910
Estoques	1.448.021	16,1%	1.191.445	15,0%	21,5%	256.576
Impostos a recuperar	237.675	2,6%	159.482	2,0%	49,0%	78.193
Despesas antecipadas	19.641	0,2%	19.657	0,2%	-0,1%	- 16
Outros créditos	77.736	0,9%	69.932	0,9%	11,2%	7.804
Total do ativo circulante	3.523.802	39,1%	3.048.763	38,5%	15,6%	475.039
NÃO CIRCULANTE						
Partes relacionadas	32.612	0,4%	31.961	0,4%	0,0%	
Contas a receber de clientes	-	0,0%	2.220	0,0%	0,0%	- 2.220
Impostos a recuperar	29.189	0,3%	19.435	0,2%	50,2%	9.754
Imposto de renda e contribuição social diferidos	257.517	2,9%	257.236	3,2%	0,1%	281
Depósitos judiciais	59.468	0,7%	61.548	0,8%	-3,4%	- 2.080
Outros créditos	4.394	0,0%	10.231	0,1%	-57,1%	- 5.837
Investimentos	46.803	0,5%	47.339	0,6%	-1,1%	- 536
Imobilizado	3.398.325	37,7%	3.023.091	38,2%	12,4%	375.234
Intangível	1.667.080	18,5%	1.420.424	17,9%	17,4%	246.656
Total do ativo não circulante	5.495.388	60,9%	4.873.485	61,5%	12,8%	621.903
TOTAL DO ATIVO	9.019.190	100,0%	7.922.248	100,0%	13,8%	1.096.942

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Consolidado				
	2018	Análise Vertical	2017	Análise Vertical	Variação 2018/2017
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	912.955	10,1%	1.110.559	14,0%	-17,8%
Debêntures	163.194	1,8%	241.985	3,1%	-32,6%
Fornecedores	1.316.903	14,6%	1.056.299	13,3%	24,7%
Obrigações tributárias	121.901	1,4%	133.550	1,7%	-8,7%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	235.284	2,6%	181.448	2,3%	29,7%
Provisão de férias e encargos	92.987	1,0%	70.488	0,9%	31,9%
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	99.199	1,1%	5.436	0,1%	1724,9%
Outras obrigações	210.381	2,3%	161.294	2,0%	30,4%
Total do passivo circulante	3.261.829	36,2%	3.060.854	38,6%	6,6%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.291.758	14,3%	1.333.735	16,8%	-3,1%
Debêntures	445.798	4,9%	156.997	2,0%	184,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	105.150	1,2%	100.663	1,3%	4,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	199.862	2,2%	169.030	2,1%	18,2%
Passivo atuarial de planos de pensão e benefícios pós emprego	471.053	5,2%	421.237	5,3%	11,8%
Outras obrigações	45.213	0,5%	49.227	0,6%	-8,2%
Total do passivo não circulante	2.558.834	27,9%	2.230.889	28,2%	14,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.407.536	15,6%	1.277.398	16,1%	10,2%
Opções outorgadas reconhecidas	3.084	0,0%	3.080	0,0%	0,1%
Reservas de lucros	393.156	4,4%	319.033	4,0%	23,2%
Reservas de capital	127.006	1,4%	(1.747)	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(26.022)	-0,3%	(12.880)	-0,2%	102,0%
Ajuste de avaliação patrimonial imobilizado	75.288	0,8%	88.692	1,1%	-15,1%
Ajuste de avaliação patrimonial conversao	984.374	10,9%	749.982	9,5%	31,3%
Outros resultados abrangentes Plano de Pensão	(42.472)	-0,5%	(35.705)	-0,5%	19,0%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	2.921.950	22,0%	2.387.853	21,1%	22,4%
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	276.577	3,1%	242.652	3,1%	14,0%
Patrimônio líquido total	3.198.527	25,0%	2.630.505	24,2%	21,6%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.019.190	89,1%	7.922.248	91,0%	13,8%

Caixa e equivalentes de caixas

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixas da Companhia atingiu o montante de R\$ 486.903 mil, comparado com um montante de R\$ 543.331 mil em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$ 56.428 mil, ou 10,4%.

Contas a receber de clientes

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes apresentaram um montante de R\$ 1.253.826 mil, representando um crescimento de R\$ 188.910 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2017, quando a linha de contas a receber de clientes da Companhia somou R\$ 1.064.916 mil, um crescimento de 17,7%. Os diretores da Companhia esclarecem que o aumento da linha de contas a receber é relacionado ao maior nível de vendas em 2018 em relação ao 2017.

Estoques

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, os estoques apresentaram um montante de R\$ 1.448.021 mil, representando um aumento de R\$326.416 mil, ou 37,7% quando comparado a 31 de dezembro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2017, quando os estoques da Companhia somaram R\$1.191.445 mil. Os diretores esclarecem que o aumento da linha de estoques é explicado pelo maior nível de vendas em 2018 em relação a 2017.

Imobilizado

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, o ativo imobilizado da Companhia atingiu o montante de R\$3.398.325 mil, representando um crescimento de R\$375.234 mil, ou um crescimento 12,4%, em relação a 31 de dezembro de 2017, quando o imobilizado da Companhia somou R\$3.023.091 mil. Os diretores da Companhia informam que o crescimento é explicado pela variação cambial na conversão do balanço.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os diretores informam que em 2018 os empréstimos e financiamentos (circulante mais não circulante) e debêntures apresentaram um montante de R\$2.813.705 mil, uma queda de R\$29.571 mil quando comparado ao montante de R\$2.843.276 mil apresentado em 31 de dezembro de 2017, uma queda de 1,0%.

Fornecedores

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, a conta de fornecedores apresentava um montante de R\$ 1.316.903 mil, um crescimento de R\$260.604 mil quando comparado ao valor de R\$1.056.299 mil em 31 de dezembro de 2017, uma variação de 24,7%. Os diretores esclarecem que o aumento da conta de fornecedores é explicado pelo maior nível de vendas em 2018 em relação a 2017.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Os diretores informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar atingiram o montante de R\$99.199 mil em 31 de dezembro de 2018, tendo um aumento de R\$93.763 mil, quando comparado ao valor de R\$5.436 mil em 31 de dezembro de 2017.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas apresentava um montante de R\$ 105.150 mil, um crescimento de R\$4.487 mil, ou crescimento de 4,5%, quando comparado ao valor de R\$100.663 mil referente a 31 de dezembro de 2017.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS DA COMPANHIA.

As tabelas abaixo apresentam as principais linhas referentes às contas de ativos, passivos e patrimônio líquido consolidado da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<u>ATIVO</u>	Consolidado					Variação 2017/2016
	2017	Análise Vertical	2016	Análise Vertical	Variação 2017/2016	
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	543.331	6,9%	431.599	6,1%	25,9%	111.732
Contas a receber de clientes	1.064.916	13,4%	835.158	11,8%	27,5%	229.758
Estoques	1.191.445	15,0%	865.029	12,3%	37,7%	326.416
Impostos a recuperar	159.482	2,0%	125.249	1,8%	27,3%	34.233
Despesas antecipadas	19.657	0,2%	23.054	0,3%	-14,7%	- 3.397
Outros créditos	69.932	0,9%	84.622	1,2%	-17,4%	- 14.690
Total do ativo circulante	3.048.763	38,5%	2.364.711	33,5%	28,9%	684.052
NÃO CIRCULANTE						
Partes relacionadas	31.961	0,4%	-	0,0%	0,0%	
Contas a receber de clientes	2.220	0,0%	-	0,0%	0,0%	2.220
Impostos a recuperar	19.435	0,2%	34.002	0,5%	-42,8%	- 14.567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	257.236	3,2%	188.481	2,7%	36,5%	68.755
Depósitos judiciais	61.548	0,8%	55.066	0,8%	11,8%	6.482
Outros créditos	10.231	0,1%	11.504	0,2%	-11,1%	- 1.273
Investimentos	47.339	0,6%	81.425	1,2%	-41,9%	- 34.086
Imobilizado	3.023.091	38,2%	2.919.881	41,4%	3,5%	103.210
Intangível	1.420.424	17,9%	1.402.045	19,9%	1,3%	18.379
Total do ativo não circulante	4.873.485	61,5%	4.692.404	66,5%	3,9%	181.081
TOTAL DO ATIVO	7.922.248	100,0%	7.057.115	100,0%	12,3%	865.133
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Consolidado					Variação 2017/2016
	2017	Análise Vertical	2016	Análise Vertical	Variação 2017/2016	
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	1.110.559	14,0%	1.166.877	16,5%	-4,8%	
Debêntures	241.985	3,1%	15.931	0,2%	1419,0%	
Fornecedores	1.056.299	13,3%	856.084	12,1%	23,4%	
Obrigações tributárias	133.550	1,7%	77.103	1,1%	73,2%	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	181.448	2,3%	149.649	2,1%	21,2%	
Provisão de férias e encargos	70.488	0,9%	54.180	0,8%	30,1%	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	5.436	0,1%	10.751	0,2%	-49,4%	
Outras obrigações	161.294	2,0%	135.202	1,9%	19,3%	
Total do passivo circulante	3.060.854	38,6%	2.521.719	35,7%	21,4%	
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	1.333.735	16,8%	1.381.843	19,6%	-3,5%	
Debêntures	156.997	2,0%	495.434	7,0%	-68,3%	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	100.663	1,3%	70.650	1,0%	42,5%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	169.030	2,1%	162.883	2,3%	3,8%	
Passivo atuarial de planos de pensão e benefícios pós emprego	421.237	5,3%	383.157	5,4%	9,9%	
Outras obrigações	49.227	0,6%	24.352	0,3%	102,1%	
Total do passivo não circulante	2.230.889	27,5%	2.518.319	35,7%	-11,4%	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.277.398	16,1%	700.000	9,9%	82,5%	
Opções outorgadas reconhecidas	3.080	0,0%	2.952	0,0%	4,3%	
Reservas de lucros	319.033	4,0%	310.193	4,4%	2,8%	
Reservas de capital	(1.747)	0,0%	-	0,0%	0,0%	
Ações em tesouraria	(12.880)	-0,2%	(8.260)	-0,1%	55,9%	
Ajuste de avaliação patrimonial imobilizado	88.692	1,1%	96.851	1,4%	-8,4%	
Ajuste de avaliação patrimonial conversao	749.982	9,5%	633.408	9,0%	18,4%	
Outros resultados abrangentes Plano de Pensão	(35.705)	-0,5%	48.841	0,7%	-173,1%	
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	2.387.853	21,1%	1.783.985	15,6%	33,8%	
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	242.652	3,1%	233.092	3,3%	4,1%	
Patrimônio líquido total	2.630.505	24,2%	2.017.077	18,9%	30,4%	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.922.248	90,4%	7.057.115	90,3%	12,3%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

Caixa e equivalentes de caixas

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, o caixa e equivalentes de caixas da Companhia atingiu o montante de R\$ 543.331 mil, comparado com um montante de R\$ 431.599 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um crescimento de R\$ 111.732 mil, ou 25,9%. Os diretores da Companhia informam que o crescimento é explicado pela melhor geração de caixa no ano de 2017.

Contas a receber de clientes

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes apresentaram um montante de R\$1.064.916 mil, representando um crescimento de R\$229.758 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2016, quando a linha de contas a receber de clientes da Companhia somou R\$835.158 mil, um crescimento de 27,5%. Os diretores da Companhia esclarecem que o aumento da linha de contas a receber é relacionado ao maior nível de vendas em 2017 em relação ao 2016.

Estoques

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, os estoques apresentaram um montante de R\$1.191.445 mil, representando um aumento de R\$326.416 mil, ou 37,7% quando comparado a 31 de dezembro de 2016, quando os estoques da Companhia somaram R\$865.029 mil. Os diretores esclarecem que o aumento da linha de estoques é explicado pelo maior nível de vendas em 2017 em relação a 2016.

Imobilizado

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, o ativo imobilizado da Companhia atingiu o montante de R\$3.023.091 mil, representando um crescimento de R\$103.210 mil, ou um crescimento 13,1%, em relação a 31 de dezembro de 2016, quando o imobilizado da Companhia somou R\$2.919.881 mil. Os diretores da Companhia informam que o crescimento é explicado pela variação cambial na conversão do balanço.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os diretores informam que em 2017 os empréstimos e financiamentos (circulante mais não circulante) e debêntures apresentaram um montante de R\$2.843.276 mil, uma queda de R\$216.809 mil quando comparado ao montante de R\$3.060.085 mil apresentado em 31 de dezembro de 2016, uma queda percentual de 7,1%.

Fornecedores

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, a conta de fornecedores apresentava um montante de R\$1.056.299 mil, um crescimento de R\$200.215 mil quando comparado ao valor de R\$856.084 mil em 31 de dezembro de 2016, uma variação de 23,4%. Os diretores esclarecem que o aumento da conta de fornecedores é explicado pelo maior nível de vendas em 2017 em relação a 2016.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Os diretores informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar atingiram o montante de R\$5.436 mil em 31 de dezembro de 2017, tendo uma redução de R\$5.315 mil, equivalente a 49,4%, quando comparado ao valor de R\$10.751 mil em 31 de dezembro de 2016. Essa redução refere-se ao lucro base de dividendos de 2017 que apresentou uma redução quando comparada ao ano anterior.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas apresentava um montante de R\$100.663 mil, um crescimento de R\$30.013 mil, ou crescimento de 42,5%, quando comparado ao valor de R\$70.650 mil referente a 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) Resultados das operações da Companhia, em especial:****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita;**

100% da receita da Companhia é proveniente do segmento automotivo.

Os diretores informam que no segmento automotivo as receitas da Companhia compreendem a fabricação e comercialização de rodas de aço e alumínio para veículos leves, rodas de aço para veículos comerciais e a fabricação de componentes estruturais para veículos leves e comerciais.

Em 2019 a receita proveniente da fabricação e comercialização de rodas atingiu R\$ 7.806.597 mil, o que representa 77,9% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. Já a fabricação e comercialização de componentes estruturais atingiu R\$ 2.209.798 mil ou 22,1% da receita líquida consolidada.

A seguir são apresentadas as receitas da Companhia, por unidades de negócios, no segmento automotivo.

Receita Operacional Líquida*	2019		2018		2017	
Rodas	7.806.597	77,9%	7.776.814	80,9%	6.181.034	82,5%
Componentes Estruturais	2.209.798	22,1%	1.839.485	19,1%	1.306.905	17,5%
Total	10.016.395	100,0%	9.616.299	100,0%	7.487.940	100,0%

*valores em R\$ mil

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Os diretores informam que a o aumento de produção de veículos no Brasil e a variação cambial contribuíram de forma positiva, e de forma negativa pela queda de volume de produção nos principais mercados internacionais.

Os diretores informam que no ano de 2018 e 2017 o crescimento da produção de veículos no Brasil e na Europa, assim como o crescimento da produção de veículos pesados no NAFTA, contribuíram de forma positiva na receita operacional líquida da Companhia. De forma negativa, os diretores destacam a queda de produção de veículos leves no NAFTA.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A seguir são apresentados os comentários dos diretores da Companhia nos correspondentes à análise dos principais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, que afetam os resultados da Companhia.

Os diretores informam que a variação cambial afetou positivamente o resultado da Companhia em R\$ 359.744,8 milhões em 2019.

Os diretores informam que a variação cambial afetou positivamente o resultado da Companhia em R\$ 1.059,9 milhões em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores informam que em 2017 a variação cambial no período teve um impacto negativo em R\$ 415.698 mil para os resultados da Companhia, impactado principalmente os resultados do primeiro semestre.

Os diretores destacam que em 2016 o Real desvalorizado contribuiu para um crescimento das vendas internacionais da Companhia no primeiro semestre, onde a Companhia obteve um efeito positivo de R\$ 558.636 mil. No segundo semestre, com a valorização do Real, o efeito foi negativo em R\$ 339.932 mil, mas ainda não suficiente para diminuir o impacto positivo observado no primeiro semestre.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os diretores informam que os aumentos observados de matéria prima em todas regiões em 2019, 2018 e 2017 foram negociados com fornecedores e clientes de forma a refletir o histórico de repasse, de acordo com os contratos vigentes.

Os diretores informam que em 2019 o resultado financeiro líquido foi de R\$ 169.904, uma melhora de 23,1% em relação a 2018. A redução é explicada pela redução nas despesas com juros sobre financiamento resultante das renegociações de dívida da Companhia e pelo reconhecimento das decisões favoráveis que pleiteavam a exclusão do ICMS do PIS e COFINS.

Receitas Financeiras	R\$ 65.344 mil
Despesas Financeiras	(R\$ 230.124 mil)
Variação Cambial Líquida	(R\$ 5.124 mil)
Resultado Financeiro	(R\$ 169.904 mil)

Os diretores informam que em 2018 o resultado financeiro líquido foi de R\$ 220.819, uma melhora de 36,4% em relação a 2017. A redução é explicada pela redução nas despesas com juros sobre financiamento resultante das renegociações de dívida da Companhia e pelo ajuste contábil, não caixa, proveniente da variação do valor justo dos bônus de subscrição relativos às debêntures simples da 7ª emissão e principalmente da opção contida nas debêntures conversíveis da 6ª emissão, que impactou o resultado em 2017. Abaixo quadro explicativo do resultado financeiro líquido de 2018.

Receitas Financeiras	R\$ 14.838 mil
Despesas Financeiras	(R\$ 239.414 mil)
Variação Cambial Líquida	R\$ 3.757 mil
Resultado Financeiro	(R\$ 220.819 mil)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores informam que em 2017 o resultado financeiro líquido foi de R\$ 347.208, explicado principalmente pelo efeito contábil, não caixa, proveniente da variação do valor justo dos bônus de subscrição relativos às debêntures simples da 7ª emissão, e principalmente da opção contida nas debêntures conversíveis da 6ª emissão. Excluindo tal ajuste o resultado financeiro líquido teria apresentado um valor de R\$ 226.000 mil em 2017, uma melhora de 35,1% em relação a 2016. Os principais fatores que explicam tal melhora são as renegociações de dívida conduzidas pela Companhia nos últimos anos e a queda do certificado de depósito interbancário (CDI). Abaixo quadro explicativo do resultado financeiro líquido de 2017:

Receitas Financeiras	R\$ 55.160 mil
Despesas Financeiras	(R\$ 394.624 mil)
Variação Cambial Líquida	(R\$ 7.744 mil)
Resultado Financeiro	(R\$ 347.208 mil)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Os diretores informam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos três últimos exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores informam que em 2019 a Companhia celebrou um contrato de associação com a DF Automobile Chassis System Co., Ltd. ("DongFeng"), sociedade chinesa, criando a DongFeng Maxion Wheels Ltd. ("DongFengMaxion"), com o objetivo de construir uma planta destinada à produção de rodas de alumínio para veículos leves a serem comercializadas naquele país, com capacidade de produção de 2,0 milhões de rodas por ano. A DongFengMaxion encontra-se em fase pré-operacional.

Em 1º de agosto de 2019, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com os sócios Amsted Rail Brasil e Greenbrier do Brasil, tendo como objeto a alienação de 18,25% de participação societária na Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. por US\$ 5 milhões. A participação da Companhia na Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. foi reduzida de 37,75% para 19,5%, em linha com a estratégia de concentrar sua atuação no setor automotivo.

Os diretores informam que não houve aquisição ou alienação no exercício social de 2018.

Os diretores informam que em 2017 a Companhia adquiriu aproximadamente 30% da sociedade produtora de rodas de alumínio da Tailândia, passando a deter 100% de tal sociedade. A aquisição reforça a estratégia da Companhia em aumentar a participação em rodas de alumínio e na região Asiática.

c) Eventos ou operações não usuais

Os diretores informam que não houve evento ou operação não usual que tenham causado ou venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2))

a) Impacto geral da adoção da IFRS 16 - Arrendamento

A IFRS 16 introduziu um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários. A IFRS 16 substituiu as orientações atuais de arrendamento, incluindo a IAS 17 (CPC 06 (R1)) - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A data de adoção inicial da IFRS 16 para a Companhia foi em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia optou pela adoção retrospectiva modificada da IFRS 16 de acordo com a IFRS 16:C5(b). Consequentemente, a Companhia não reapresentou as informações comparativas.

Diferentemente da contabilização do arrendatário, a IFRS 16 transferiu substancialmente as exigências de contabilização do arrendador contidas na IAS 17 (CPC 06 (R1)).

b) Impacto da nova definição de arrendamento

A Companhia utilizou o recurso prático disponível na transição para a IFRS 16 para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Portanto, a definição de arrendamento de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4 (equivalente ao ICPC 03) permaneceu aplicável a arrendamentos contratados ou modificados antes de 1º de janeiro de 2019.

A alteração na definição de arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16 distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se o uso de um ativo identificado é controlado pelo cliente. Controle é observado se o cliente:

- Tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso de um ativo identificado.
- Tem o direito de controlar o uso desse ativo.

A Companhia aplicou a definição de arrendamento e correspondente orientação descrita na IFRS 16 a todos os contratos de arrendamento celebrados ou modificados em ou após 1º de janeiro de 2019.

c) Impacto sobre a contabilização do arrendatário

Arrendamentos operacionais

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) mudou a forma como a Companhia contabilizava arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, que não eram registrados no balanço patrimonial.

Na adoção inicial da IFRS 16, para todos os arrendamentos (exceto conforme descrito a seguir), a Companhia:

- a) Reconheceu ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial individual e consolidado, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros.
- b) Reconheceu a depreciação dos ativos de direito de uso e a participação nas obrigações de arrendamento na demonstração individual e consolidada do resultado.
- c) Segregou o valor total de caixa pago em principal (apresentado em atividades de financiamento) e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

juros (apresentado em atividades operacionais) na demonstração individual e consolidada do fluxo de caixa.

Os incentivos a arrendamento (por exemplo, período isento de aluguel) foram reconhecidos como parte da mensuração dos ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento enquanto que na IAS 17 (CPC 06 (R1)) esses incentivos resultavam no reconhecimento de um incentivo de obrigação de arrendamento, amortizados como redução das despesas com aluguéis em base linear.

De acordo com a IFRS 16, os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)). Essa norma substituiu a exigência anterior de reconhecimento da provisão para contratos de arrendamento onerosos.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores e móveis de escritório), a Companhia optou por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto na IFRS 16.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso de R\$73.305 e uma obrigação de arrendamento correspondente no mesmo valor com relação a todos arrendamentos em 1º de janeiro de 2019, exceto os seus arrendamentos de curto prazo e baixo valor.

O impacto no exercício de 2019, correspondeu a uma redução em "Outras despesas" em R\$43.128, aumento na depreciação em R\$36.783 e aumento nas despesas com juros em R\$3.768. O montante de R\$7.090 desses acordos refere-se a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a IFRS 16 no exercício de 2019 resultou no aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em R\$43.128 e a redução do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Em 2019, as obrigações de arrendamento registradas pela Companhia, possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
2020	4.204	31.415
2021	3.689	24.273
2022	410	8.993
2023	323	4.812
2024	261	2.830
2025 até 2032	-	1.150
Total	8.887	73.473

Arrendamentos financeiros

As principais diferenças entre a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) e a IAS 17 (CPC 06 (R1)) com relação aos ativos anteriormente mantidos em arrendamento financeiro correspondem à mensuração das garantias de valor residual fornecidas pelo arrendatário ao arrendador. A IFRS 16 requer que a Companhia reconheça como parte da sua obrigação de arrendamento apenas o valor devido nos termos de uma garantia de valor residual, em vez do valor máximo garantido conforme exigido pela IAS 17. Na adoção inicial, a Companhia apresentou equipamentos anteriormente incluídos no imobilizado na rubrica relacionada aos ativos de direito de uso e a obrigação de arrendamento, anteriormente apresentada em empréstimos, na linha de outras obrigações devido a imaterialidade do montante.

Com base na análise dos arrendamentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 à luz dos

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

fatos e das circunstâncias existentes naquela data, a Administração da Companhia ratificou que essa alteração não impactou os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo.
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

Em caso positivo, a Companhia deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda.

Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

A interpretação é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem reapresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente.

Com base na análise de posições incertas a luz se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento incerto, a Administração da Companhia conclui que a adoção dessas alterações não resultou em quaisquer ajustes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Administração não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17 - Contratos de Seguros;
- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "joint venture";
- Alterações à IFRS 3 - Definição de Negócios;
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de Material;
- Estrutura conceitual nas normas IFRS.

A Administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores da Companhia informam que a Companhia adotou:

(i) o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (revisada em julho de 2014) e as correspondentes alterações relevantes às outras IFRS no exercício corrente, e em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 9 introduziu novas exigências para: 1) A classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; 2) A redução ao valor recuperável de ativos financeiros; e 3) A contabilização geral de "hedge".

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(ii) o IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (conforme alteração em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas na IFRS 15 para abordar cenários específicos.

(iii) o IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil introduziu um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários. A IFRS 16 substituiu as orientações atuais de arrendamento, incluindo a IAS 17 (CPC 06 (R1)) - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A data de adoção inicial da IFRS 16 para a Companhia foi em 1º de janeiro de 2019.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores informam que o relatório do auditor independente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi emitido sem ressalvas e contém um parágrafo de opinião mencionando que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iochpe-Maxion S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, emitidas pelo IASB.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia, bem como das informações contábeis intermediárias, requer que nós, os diretores, em conjunto com a administração, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, na data base das demonstrações financeiras ou informações intermediárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

São utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento dos nossos diretores e da Administração da Companhia, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As principais práticas contábeis são aquelas que têm relevância para determinar a condição financeira e resultados operacionais da Companhia, tendo sua determinação mais subjetiva e complexa. Para que possamos descrever a forma como nos administradores realizamos estas determinações sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas, a tais estimativas e a sensibilidade de julgamentos sob as diferentes circunstâncias, ressaltamos as seguintes práticas contábeis:

Provisão para perdas de crédito esperadas: A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. Ademais, a Companhia constitui provisão para perdas para 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

Provisão para perdas nos estoques: A Companhia tem como procedimento constituir provisão para perdas com estoques de giro lento com base na política definida pela Administração, que leva em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses comparado com o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futura, a provisão para perdas em estoques é constituída entre a diferença do valor contábil e o seu valor recuperável. A Administração julga que o valor reconhecido na provisão para perdas nos estoques seja suficiente para cobrir eventuais perdas financeiras futuras.

Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis:

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências passivas referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável do montante correspondente possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os demais itens que também afetam os registros e resultados da Companhia procedem da seguinte maneira:

Reconhecimento da receita: A Companhia tem como procedimento reconhecer a receita de venda de produtos no resultado na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

A receita de venda de produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. O prazo normal de crédito é de 30 a 90 dias após a entrega.

Reconhecimento de receita decorrente de créditos fiscais: As receitas de créditos fiscais são reconhecidas no resultado apenas quando do transitado em julgado, e habilitação definitiva do crédito por parte dos órgãos competentes, gerando o benefício para a Companhia.

Impostos de renda e contribuição social diferidos: A Companhia tem como premissa a fundamentação da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, onde reconhece também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Ajustes de conversão em moeda estrangeira: A Companhia tem transações de compras e vendas em moeda estrangeira, que compõem o resultado da Companhia, e são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos caracterizados por contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras são convertidos na data de apresentação à taxa de câmbio apurada naquela data.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são ajustadas as práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Critérios para teste de recuperação de ativos: Os bens do ativo imobilizado e do intangível têm seus valores recuperáveis testados anualmente, caso haja indicadores de perda de valor ou rentabilidade, esses são reconhecidos no resultado da Companhia.

Ativo imobilizado: A Companhia tem como prática reconhecer os bens de ativo imobilizado pelo custo histórico de aquisição ou construção para os casos de desenvolvimento interno. A Companhia optou por reconhecer o custo atribuído (deemed cost) com a adoção dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), visando refletir o valor de seus ativos com o seu estado atual, com essa adoção ocorreu um aumento significativo nos ativos imobilizados tendo a contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Vida útil: A Companhia tem como procedimento reconhecer a depreciação de seus ativos imobilizados de forma linear baseando-se as vidas úteis estimadas de cada parte de um ativo imobilizado, que reflete a duração desse ativo e mensuram os benefícios econômicos futuros. As vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente e se necessário são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Gestão de risco e instrumentos financeiros: A Companhia tem como prática reconhecer instrumentos financeiros como: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia gerencia tais instrumentos como Hedge de Fluxo de Caixa e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os diretores informam que a Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Todas as suas participações em controladas ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iv) contratos de construção não terminada

Os diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos (b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Os diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

(b) natureza e o propósito da operação

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos, incluindo:

- (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;**
(ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Os diretores da Companhia ressaltam que os investimentos de capital realizados em 2019, foram empregados na manutenção do parque industrial e na ampliação e melhoria da capacidade produtiva da Companhia.

Nesse sentido ao longo do exercício de 2019, foram investidos R\$ 519,1 milhões dos quais podemos destacar: (i) investimentos em estamparia para veículos pesados na planta de componentes estruturarias localizada no México, (ii) a construção de uma nova unidade de rodas de alumínio na Índia, (iii) expansões de capacidade em unidades de rodas de alumínio na Europa e na América do Norte, e (iv) expansão da capacidade na planta da Tailândia.

Não há desinvestimento em andamento ou previsto pela Companhia.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Os diretores informam que no ano de 2019 não ocorreram aquisições que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

A Companhia desenvolve novos produtos em parceria com outras empresas do segmento automotivo, institutos de pesquisa e universidades de todo o mundo, em conjunto com sua equipe de engenharia avançada. Destacamos no segmento de rodas o projeto da roda flexível, Acorus, em desenvolvimento com uma empresa do segmento de produção de pneus; da MaxHybrid, roda de composição híbrida com centro de alumínio e aro de fibra de carbono; Gen34, roda de aço para veículos comerciais mais leve da categoria; a VersaStyle Lite, roda de aço para veículos leves com grande apelo visual e custo reduzido em relação a uma roda de alumínio; a tecnologia MCPA *Multi Color Paint Application* inspirada no desejo do consumidor de personalização de rodas de alumínio produzidas em larga escala.

No segmento de componentes estruturais, destacamos a IFS – *Independent Front Suspension*, suspensão frontal para caminhões desenvolvida com redução significativa de peso e melhorias de processos.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Os diretores informam que os investimentos em pesquisa para desenvolvimentos de novos produtos, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, totalizaram o montante de R\$ 1,0 milhão.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

Os diretores informam que, além das pesquisas mencionadas no item (i) e (ii) acima, no exercício de 2019 não houve projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os diretores informam que, além das pesquisas mencionadas no item (i) e (ii) acima, no exercício de 2019 não houve projetos em desenvolvimento já divulgados.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os diretores informam que no exercício de 2019 não houve fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia, que já não tenham sido comentados anteriormente.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável. A Companhia não divulga projeções.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Conforme mencionado no item 11.1, a Companhia não divulga projeções.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A Companhia possui um Conselho de Administração, uma Diretoria Estatutária, um Comitê de Auditoria Estatutário, um Comitê de Nomeação e Remuneração (não estatutário) e Comitê Financeiro (não estatutário) e um Conselho Fiscal (não permanente) sendo certo que toda a Diretoria Estatutária e referidos comitês respondem ao Conselho de Administração. Seguem abaixo as atribuições de cada um dos referidos órgãos:

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 13 (treze) membros titulares e até 13 (treze) membros suplentes, e por uma Diretoria Executiva, formada por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 07 (sete) diretores. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Compete ao Conselho de Administração, além das competências atribuídas em lei:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e acompanhar o seu desenvolvimento, orientando, quando for o caso, a gestão da Diretoria Executiva;
- b) aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operação e ou investimentos;
- c) estabelecer a estrutura administrativa da Companhia;
- d) eleger, avaliar e destituir, a qualquer tempo, os Diretores Executivos da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas e alçadas da Diretoria Executiva mencionada no estatuto social;
- e) distribuir dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores, bem como a participação de empregados nos resultados;
- f) estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da Companhia;
- g) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- h) manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria Executiva;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- i) deliberar sobre a destinação do lucro do exercício, o pagamento de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos na forma proposta pela Diretoria Executiva, o que poderá inclusive ocorrer, na forma de dividendos intercalares ou intermediários, a serem declarados com base em balanço a ser levantado na forma do Artigo 41 do estatuto social e, quando necessário, apresentar o orçamento de capital, e, observada a legislação vigente, encaminhar a matéria à deliberação da Assembleia Geral;
- j) manifestar-se sobre o encaminhamento à Assembleia Geral de quaisquer propostas de iniciativa da Diretoria Executiva;
- k) deliberar sobre as contas da Diretoria Executiva, consubstanciadas no Relatório Anual de Administração, bem como sobre as Demonstrações Financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação da Assembleia Geral;
- l) escolher e destituir os auditores independentes;
- m) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posteriormente aliená-las, bem como deliberar aumento de capital dentro do limite do capital autorizado;
- n) deliberar, para posterior apreciação da Assembleia Geral, quando for o caso, sobre operações de fusão, cisão, incorporação em que a Companhia ou suas sociedades controladas sejam parte ou objeto, bem como sobre a constituição de sociedades ou a sua transformação em outro tipo de sociedade, cujos valores ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva definidos pelo Conselho de Administração;
- o) autorizar a Companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
- p) autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;
- q) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias às obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos casos enumerados nesta alínea, exceda os limites fixados pelo próprio Conselho na reunião que anualmente eleger a Diretoria Executiva;
- r) deliberar sobre a formulação de políticas da Companhia referente Plano de Opções de Compra de ações, bem como de participação nos resultados para administradores e empregados a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- s) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos, devendo tais solicitações ser encaminhadas ao Presidente do Conselho;
- t) deliberar sobre a emissão de notas promissórias (commercial papers), bônus de subscrição, bem como debêntures conversíveis ou não em ações;
- u) aprovar a assinatura de contratos com partes relacionadas;
- v) constituir comitês técnicos ou consultivos nos termos do estatuto social e acompanhar o cumprimento das atribuições de tais comitês;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

w) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no estatuto social;

x) deliberar sobre os casos omissos, bem como sobre quaisquer outras matérias previstas no estatuto social;

y) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras estabelecidas pela CVM; e

z) aprovar o regimento interno próprio do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e eventuais modificações ao mesmo, sua dotação orçamentária, anual ou por projeto, bem como eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

É também da competência do Conselho de Administração fixar a orientação da Companhia nas sociedades de que participar e estabelecer o conteúdo do voto a ser exercido pela Companhia, ou por pessoas por esta indicadas, quanto à eleição e destituição de administradores, à alteração de estatutos ou contratos sociais das ditas sociedades, bem como às matérias listadas acima, ainda no tocante as mesmas sociedades.

Ao Conselho de Administração compete, ainda, deliberar sobre a emissão, sem direito de preferência, ou com redução do prazo de preferência de subscrição para os então acionistas, ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nas hipóteses admitidas pelo Artigo 172 e seu parágrafo único da Lei nº 6.404/76.

O Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia define, dentre os objetivos do órgão:

- a) desenvolver o direcionamento estratégico da Companhia;
- b) assegurar a implementação do direcionamento nos planos e atividades da administração da Companhia;
- c) acompanhar o desenvolvimento dos negócios e a performance da Diretoria, em especial o cumprimento dos planos operacionais, o atingimento das métricas de desempenho e a superação em relação ao desempenho de empresas comparáveis, a nível nacional e internacional, assim como em relação a padrões de comparação disponíveis (*benchmark*);
- d) zelar para que a estrutura organizacional da Companhia esteja preparada para implementar o direcionamento estratégico e fazer frente ao desenvolvimento dos negócios;
- e) buscar a geração sustentável de valor para os públicos relacionados à Companhia, em especial aos seus acionistas;
- f) zelar pelo cumprimento de normas éticas, pela transparência na gestão e pela adoção dos princípios de governança corporativa na Companhia; e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

g) cumprir as responsabilidades estabelecidas no estatuto social da Companhia.

Diretoria Estatutária

Vide informações sobre a Diretoria Estatutária no item 12.1 (b) logo abaixo.

Comitê de Auditoria Estatutário

O estatuto social da Companhia prevê a existência obrigatória de um Comitê de Auditoria Estatutário. Vide item 12.1 (ii) para informações sobre o Comitê de Auditoria Estatutário.

Comitê de Nomeação e Remuneração

O Comitê de Nomeação e Remuneração será composto por 3 (três) integrantes, designados pelo Conselho de Administração, dentre os quais no mínimo 2 Conselheiros, para um período de 2 (dois) anos, podendo qualquer integrante ser designado para novos períodos sucessivamente.

O Comitê de Nomeação e Remuneração é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades:

- a) Revisar e recomendar ao Conselho de Administração a remuneração para os executivos da Companhia, incluindo salário, remuneração variável de curto prazo e incentivo de longo prazo;
- b) Revisar periodicamente e recomendar as alterações necessárias nas políticas e programas de remuneração dos executivos da Companhia, a fim de assegurar que estejam alinhadas com o mercado e com o nível de desafios e desempenho esperado dos executivos;
- c) Revisar e recomendar ao Conselho de Administração a remuneração para os conselheiros da Companhia; e
- d) Revisar e recomendar ao Conselho de Administração a contratação de consultor externo para auxiliar o Comitê de Nomeação e Remuneração e o Conselho de Administração na definição das políticas, programas e valores relativos à remuneração de executivos e conselheiros da Companhia.
- e) Analisar o processo de gestão de talentos da Companhia e avaliação dos principais executivos no contexto de planos de sucessão, de forma a recomendar ao Conselho de Administração nomeações para as principais posições executivas da Companhia.

Comitê Financeiro

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

O Comitê será composto por 3 (três) integrantes, designados pelo Conselho, Conselheiros ou não, para um período de 2 (dois) anos, podendo qualquer integrante ser designado para novos períodos sucessivamente.

O Comitê Financeiro é um órgão de apoio do Conselho de Administração e possui a responsabilidade de prover recomendações ao Conselho, com relação às seguintes matérias:

- a) políticas de aplicação financeira;
- b) estrutura de capital e perfil da dívida;
- c) distribuição de dividendos;
- d) acompanhamento dos covenants;
- e) estruturação fiscal e tributária;
- f) emissão, recompra ou resgate de títulos de dívida ou valores mobiliários; e
- g) financiamento dos novos negócios, fusões, cisões ou aquisições.

Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente, composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros e seus respectivos suplentes.

Compete ao Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado:

- a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;
- c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- e) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e
- h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração da Companhia possui regimento interno o qual foi aprovado pelo próprio Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2018.

O Comitê de Auditoria Estatutária possui regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2011.

O Comitê Financeiro e o Comitê de Nomeação e Remuneração possuem regimentos internos que foram aprovados pelo Conselho de Administração em 28 de setembro de 2016.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário, o qual observa os termos da Instrução CVM nº 509/11, conforme alterada.

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Companhia deverá ser composto por, no mínimo, 03 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, com mandato de, no máximo, 10 (dez) anos. O CAE será composto por: (i) ao menos 01 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia, que não participe da Diretoria; e (ii) a maioria de membros independentes.

O CAE da Companhia é responsável pelas seguintes matérias:

- a) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- b) supervisionar as atividades: (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar: a sua independência; a qualidade dos serviços prestados; e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii) da área de controles internos da Companhia; (iii) da área de auditoria interna da Companhia; e (iv) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- c) monitorar a qualidade e integridade: (i) dos mecanismos de controles internos da Companhia; (ii) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- e) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- f) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e
- g) analisar, investigar e apurar denúncias submetidas ao CAE, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, sendo que, no mínimo, uma vez a cada bimestre, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação, devendo as reuniões serem sempre convocadas por seu Coordenador, ou ainda por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do CAE, ou de qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), constituído conforme a Instrução CVM 509/11, o qual é um órgão de assessoramento do Conselho de Administração conforme a referida regra, inclusive tendo em entre seus membros um membro independente do Conselho de Administração. O CAE tem, entre suas demais funções, a supervisão das atividades: (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar: a sua independência; a qualidade dos serviços prestados; e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii) da área de controles internos da Companhia; (iii) da área de auditoria interna da Companhia; e (iv) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A Companhia possui uma política interna que estabelece as condições para contratação de serviços extra-auditoria de seus auditores independentes, a qual prevê que é vedado à Companhia contratar serviços extra-auditoria que possam comprometer a independência de seus auditores. Embora tal política não tenha sido submetida à aprovação do Conselho de Administração, a contratação de serviços extra-auditoria deve ser aprovada pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

A prática de contratação do auditor independente consiste em processo de licitação coordenado pelo CAE, o qual avalia fatores quantitativos e qualitativos, para fins de certificação da independência do auditor independente. Ao final do processo, o CAE submete seu parecer ao Conselho de Administração, o qual é responsável pela aprovação da contratação do auditor independente.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria Estatutária deve ser composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) Diretores sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica.

Compete ao Diretor Presidente:

- (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- (b) submeter ao Conselho de Administração os Planos Anuais e Plurianuais, bem como as demonstrações financeiras previstas em lei que dependam de sua apreciação ou deliberação; e
- (c) suprir o Conselho de Administração com todas as informações necessárias para as deliberações das matérias de competência do Conselho de Administração, previstas no estatuto social da Companhia.

É importante destacar que é vedada a acumulação dos cargos de Diretor Presidente e de Presidente do Conselho de Administração, conforme estabelecido no Regulamento do Novo Mercado e no estatuto social da Companhia.

Compete aos Diretores sem designação específica:

- a) exercer as atividades indicadas pelo Diretor Presidente; e
- b) praticar os atos de gestão autorizados pelo estatuto social da Companhia.

A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura:

- a) do Diretor Presidente em conjunto com outro diretor ou procurador com poderes específicos;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- b) de dois Diretores, sem designação específica, sendo que um deles deverá ser indicado *ad hoc* pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração; e
- c) de um Diretor sem designação específica em conjunto com um procurador com poderes específicos.

A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor nos seguintes casos: (i) perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas; (ii) quando se tratar de receber ou de dar quitação de importâncias ou valores devidas à Companhia; (iii) firmar correspondência e atos de simples rotina; (iv) endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da Companhia; e (v) para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor sem designação específica, designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder de confessar.

As procurações serão sempre outorgadas ou revogadas pelo Diretor Presidente em conjunto com um Diretor sem designação específica, ou por dois Diretores sem designação específica, sendo um deles indicado pelo Diretor Presidente, estabelecendo os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, terão prazo de validade limitado.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Estatuto Social da Companhia prevê um Conselho Fiscal não permanente. Quando instalado, ele deve ser composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei nº 6.404/76. A Companhia teve o seu conselho fiscal instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020. Cumpre ao Conselho Fiscal aprovar seu regimento interno, o que, planeja-se, ocorrerá em agosto de 2020.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A Companhia realiza avaliação do Conselho de Administração a cada dois anos. A Companhia entende que tal periodicidade é suficiente pois os membros do Conselho de Conselheiros da Companhia têm mandato unificado de dois anos, assim eles são avaliados a cada mandato.

O processo de avaliação do desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho de Administração, e dos conselheiros, individualmente considerados, tem sido conduzido com o apoio de empresa de consultoria especializada externa, seguindo critérios e metodologia baseados nas práticas adotadas pelo mercado.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Os membros do conselho de administração foram, em 2017, avaliados de acordo com metodologia de consultoria externa, a qual envolve auto avaliação, avaliação externa e avaliação de dados quantitativos.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados da avaliação são utilizados para formulação de recomendações sobre a forma de melhorar o funcionamento do Conselho de Administração com relação a seus elementos de governança corporativa.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Em 2017, uma empresa de consultoria especializada foi contratada para assessorar a Companhia na avaliação do seu Conselho de Administração, dos seus respectivos membros e dos comitês de assessoramento do referido órgão.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

a) Prazos de convocação

Em regra, as assembleias gerais da Companhia são convocadas observando o prazo de antecedência da primeira convocação de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias, conforme previsto na legislação societária.

Entretanto, no caso das assembleias gerais ordinárias, das assembleias gerais extraordinárias convocadas para ocorrer na mesma data marcada para a assembleia geral ordinária, das assembleias gerais convocadas para deliberar sobre a eleição de membros do conselho fiscal ou do conselho de administração, ou ainda das assembleias gerais extraordinárias em relação às quais a Companhia disponibilizar boletim de voto a distância, a Companhia tem como prática divulgar o edital de convocação da respectiva assembleia no Sistema Empresas.NET com, pelo menos, 1 (um) mês de antecedência em relação à realização da assembleia, simultaneamente à correspondente Proposta da Administração.

b) Competências

A Companhia não adota prática diferenciada quanto à competência da assembleia em relação ao previsto na legislação societária. Nos termos do artigo 122 da Lei nº 6.404/76, compete privativamente à assembleia geral: (a) reformar o estatuto social; (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia, ressalvado o disposto no inciso II do artigo 142 da Lei nº 6.404/76; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista (artigo 120 da Lei nº 6.404/76); (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (h) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata. Também compete à assembleia geral fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, na forma do artigo 152 da Lei nº 6.404/76.

Nos termos do artigo 132 da Lei nº 6.404/76, compete especificamente à assembleia geral ordinária: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (c) eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso.

Nos termos do estatuto social da Companhia, compete, ainda, à assembleia geral, dentre outras matérias, dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Os documentos relativos à assembleia geral serão disponibilizados na sede da Companhia, localizada na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, CEP 12730-900, na Cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, bem como nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

d) Identificação e administração de conflito de interesses

No tocante à administração de conflitos de interesses nas votações em assembleia geral, a Política de Transações com Partes Relacionadas e Outras Situações de Conflito de Interesses da Companhia, em linha com a legislação aplicável, estabelece que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. Em havendo manifestações dos presentes sobre suposto conflito de interesses de acionista, cujo voto tenha sido computado, o presidente ou secretário da mesa da assembleia deverá receber e processar tais alegações, sem prejuízo das disposições legais sobre a anulabilidade da decisão.

A referida Política de Transações com Partes Relacionadas e Outras Situações de Conflito de Interesses foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26/09/2018, e encontra-se disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, desde que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por meio de seus representantes legais ou de mandatários devidamente constituídos, de acordo com seus atos constitutivos e com as regras do Código Civil brasileiro. A procuração deverá conter reconhecimento da firma do outorgante ou ser assinada digitalmente com certificação digital no padrão da ICP-Brasil.

A representação de acionistas de nacionalidade estrangeira deverá ser feita nos termos da lei aplicável. Os documentos emitidos em países estrangeiros devem ser apostilados ou legalizados junto às Repartições Consulares do Brasil no exterior, conforme aplicável. A Companhia não exigirá a tradução de documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Documentos originalmente

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

emitidos em qualquer outro idioma deverão estar acompanhados da respectiva tradução juramentada para o português.

No caso de realização de assembleia exclusivamente digital ou parcialmente digital, o acionista que optar por participar e votar a distância durante a assembleia, por meio do sistema eletrônico que venha a ser disponibilizado pela Companhia, deverá seguir as instruções constantes do manual para participação na respectiva assembleia, bem como preencher o seu cadastro e anexar os documentos acima indicados imprimevelmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da assembleia. Conforme previsto na regulamentação em vigor, aquele que não realizar o seu cadastro, acompanhado da documentação solicitada, dentro do prazo acima mencionado não poderá participar da assembleia via sistema eletrônico.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Como regra geral, o acionista que optar por enviar seu boletim de voto a distância diretamente para a Companhia poderá entregá-lo, juntamente com os demais documentos exigidos: (i) em via física, na filial da Companhia localizada na Rua Luigi Galvani, nº 146, 13º andar, CEP 04575-020, São Paulo - SP, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, ou (ii) em formato eletrônico, por meio do endereço de correio eletrônico: assembleia@iochpe.com.br.

Não obstante o acima disposto, considerando o atual contexto de pandemia, excepcionalmente em 2021 o boletim de voto a distância e os documentos que o acompanham deverão ser entregues exclusivamente em formato eletrônico, por meio do endereço de correio eletrônico: assembleia@iochpe.com.br.

Observa-se que os documentos em formato eletrônico a serem entregues deverão observar o formato PDF e o limite de até 20 MB para envio de anexos.

Documentos exigidos para que a instrução de voto enviada diretamente à Companhia seja considerada válida

(i) Boletim de voto a distância devidamente preenchido, rubricado e assinado. Também será aceito o envio do boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado digitalmente com certificação digital no padrão da ICP-Brasil. Não será exigido o reconhecimento de firma, notariação ou consularização de assinatura no boletim de voto a distância.

(ii) Cópia simples dos seguintes documentos:

- a)** Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do signatário do boletim. Na hipótese de representação por procurador, este deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano e ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, observado ainda que a procuração deverá conter reconhecimento de firma do outorgante ou ter sido assinada digitalmente com certificação digital no padrão da ICP-Brasil.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

- b) Para pessoas jurídicas:** estatuto ou contrato social vigente; documentos que comprovem os poderes do(s) signatário(s) do boletim para representar o acionista; e documento de identidade com foto do(s) signatário(s) do boletim.
- c) Para fundos de investimento:** regulamento vigente do fundo; estatuto ou contrato social vigente do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; documentos que comprovem os poderes do(s) signatário(s) do boletim para representar o acionista; e documento de identidade com foto do(s) signatário(s) do boletim.

A representação de acionistas de nacionalidade estrangeira deverá ser feita nos termos da lei aplicável. Os documentos emitidos em países estrangeiros devem ser apostilados ou legalizados junto às Repartições Consulares do Brasil no exterior, conforme aplicável. A Companhia não exigirá a tradução de documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Documentos originalmente emitidos em qualquer outro idioma deverão estar acompanhados da respectiva tradução juramentada para o português.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

O boletim de voto a distância será considerado válido se observados os termos acima e recebido pela Companhia até 07 (sete) dias antes da data de realização da assembleia. Eventuais boletins recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados. A efetiva data de recebimento do voto será a data de recebimento, pela Companhia, do boletim de voto a distância e de todos os documentos que o acompanham, em formato eletrônico, conforme indicado acima.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância. Não obstante, conforme mencionado na letra “g” acima, os acionistas poderão enviar o boletim de voto a distância em formato eletrônico, para o endereço de correio eletrônico: assembleia@iochpe.com.br, observadas as demais regras previstas naquele item.

Em 2020 a Companhia não disponibilizou sistema eletrônico de participação a distância na assembleia geral ordinária. No entanto, considerando as orientações do Ministério da Saúde para prevenção e enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19) e visando à preservação da saúde de seus acionistas, colaboradores e demais pessoas envolvidas na realização das assembleias, a Companhia realizará em 2021 sua assembleia geral ordinária de modo exclusivamente digital, disponibilizando para tanto sistema eletrônico para participação e voto a distância durante a assembleia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Dessa forma, na assembleia geral ordinária de 2021 os acionistas poderão: (i) enviar boletim de voto a distância previamente à realização da assembleia, ou (ii) mediante cadastro prévio, participar e votar a distância durante a assembleia geral ordinária por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, conforme indicado no respectivo manual para participação na assembleia. Esclarece-se que os acionistas que assim desejarem poderão também simplesmente participar da assembleia por meio do sistema eletrônico, tenham ou não enviado boletim de voto a distância. Observa-se que, nos termos da regulamentação aplicável, serão desconsiderados pela mesa da assembleia os boletins de voto a distância enviados pelos acionistas que participem da assembleia por meio do sistema eletrônico e optem por votar durante a assembleia.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não adota prática diferenciada quanto a mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas em relação ao previsto na legislação societária.

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação ou candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal no boletim de voto a distância, será necessário apresentar tais propostas, juntamente com os documentos pertinentes (incluindo as informações mencionadas no artigo 21-M da Instrução CVM nº 481/09), por meio de: (i) correspondência física enviada à filial da Companhia localizada na Rua Luigi Galvani, nº 146, 13º andar, CEP 04575-020, São Paulo - SP, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, ou (ii) em formato eletrônico, por meio do endereço de correio eletrônico: assembleia@iochpe.com.br; devendo, em qualquer caso, ser observados os prazos estabelecidos na regulamentação vigente. Eventuais propostas recepcionadas pela Companhia intempestivamente serão desconsideradas. A efetiva data de recebimento da proposta será a data de recebimento, pela Companhia, da proposta e de todos os documentos que a acompanham conforme indicado acima.

j) disponibilização de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia mantém página na rede mundial de computadores (www.iochpe.com.br) com uma seção específica para relacionamento com investidores (Fale com RI), por meio da qual pode receber comentários e questões dos acionistas, inclusive sobre as pautas das assembleias.

k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Nos termos do estatuto social da Companhia, só poderão participar da assembleia geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, até a data de realização da assembleia, perante o agente contratado pela Companhia para prestar tais serviços.

Para serem admitidos à assembleia, independentemente da forma de sua realização (de modo presencial, exclusivamente digital ou parcialmente digital), as pessoas deverão provar a sua qualidade de acionista, ou de

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

representante de acionista, mediante o depósito prévio dos seguintes documentos: (i) documento hábil de sua identidade com foto; (ii) no caso de acionista pessoa jurídica: (a) estatuto ou contrato social vigente e documentos que comprovem os poderes do representante legal; ou (b) para fundo de investimento, regulamento vigente do fundo, bem como estatuto ou contrato social vigente do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do artigo 41 da Lei nº 6.404/76, e, conforme o caso, (iv) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante ou assinado digitalmente com certificação digital no padrão da ICP-Brasil.

Todavia, no caso de realização de assembleia exclusivamente digital ou parcialmente digital, o acionista que optar por participar e votar a distância durante a assembleia, por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, deverá seguir as instruções constantes do manual para participação na respectiva assembleia, bem como preencher o seu cadastro e anexar os documentos nele indicados imprerivelmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da assembleia. Conforme previsto na regulamentação em vigor, aquele que não realizar o seu cadastro, acompanhado da documentação solicitada, dentro do prazo acima mencionado não poderá participar da assembleia via sistema eletrônico.

Os editais de convocação de assembleias da Companhia, os manuais para participação e os modelos de boletim de voto a distância, a serem divulgados pela Companhia, poderão conter informações adicionais para os acionistas que optarem por (i) enviar boletim de voto a distância previamente à realização da assembleia; ou (ii) participar e votar a distância durante a assembleia por meio de sistema eletrônico, quando a Companhia optar em realizar sua assembleia de modo exclusivamente digital ou parcialmente digital.

Ressalta-se que os acionistas que optarem por exercer o direito de voto a distância por meio do boletim de voto a distância poderão: (i) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos para tanto nos termos da Instrução CVM nº 481/09, ou (ii) preencher e enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia, conforme orientações contidas na letra “g” acima.

Os acionistas que optarem por exercer o direito de voto a distância por intermédio de seu custodiante ou do escriturador das ações de emissão da Companhia deverão transmitir suas instruções de voto a eles, observados os prazos constantes na Instrução CVM nº 481/09 e as regras determinadas pelo correspondente prestador de serviços.

Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, os acionistas deverão transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para o seu custodiante ou para o escriturador em até 07 (sete) dias antes da data de realização da assembleia, salvo se prazo diverso for estabelecido por seu custodiante ou pelo referido escriturador. Assim, os acionistas deverão entrar em contato com o respectivo custodiante ou com o escriturador e verificar os procedimentos e prazos por eles estabelecidos para a emissão das instruções de voto via boletim de voto a distância, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal finalidade.

Os dados de contato do escriturador das ações de emissão da Companhia são os seguintes:

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar - São Paulo, SP CEP 04538-132

Telefone:

Atendimento a acionistas: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 09:00 às 18:00 horas

Endereço de correio eletrônico: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

* * * * *

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Em 2019, o Conselho de Administração reuniu-se 11 vezes ordinariamente, sendo uma reunião a cada mês, ressalvado o mês de junho, e 30 vezes extraordinariamente.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Nos termos do Acordo de Voto da Companhia datado de 28 de outubro de 2013, conforme aditado em 18 de dezembro de 2013 e 30 de janeiro de 2019, sempre que fizer parte da ordem do dia de uma reunião do conselho de administração qualquer das matérias listadas abaixo, as partes do Acordo de Voto devem fazer com que seus representantes no conselho de administração da Companhia exerçam seus respectivos direitos de voto em tal órgão, sempre de forma conjunta, como um bloco, e em consonância com a orientação prevalecente sobre a respectiva matéria deliberada na correspondente reunião prévia entre as partes do Acordo de Voto:

- (a) qualquer proposta de alteração do estatuto social da Companhia;
- (b) emissão de ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações de emissão da Companhia;
- (c) emissão de notas promissórias (*commercial papers*) ou debêntures conversíveis ou não em ações da Companhia;
- (d) emissão de notas promissórias (*commercial papers*), bem como de debêntures conversíveis ou não em ações de emissão de qualquer sociedade em que a Companhia participe;
- (e) fusão, cisão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) em que a Companhia ou qualquer sociedade em que a Companhia participe seja parte ou objeto;
- (f) aquisição de participação societária pela Companhia ou por qualquer sociedade em que a Companhia participe;
- (g) alienação de participações societárias detidas pela Companhia ou por qualquer sociedade em que a Companhia participe;
- (h) proposta de chapa para eleição dos membros do conselho de administração da Companhia, nos termos do artigo 22 do estatuto social (atual artigo 19, conforme consolidação do estatuto social da Companhia aprovada na assembleia geral extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2019);
- (i) eleição de diretores da Companhia;
- (j) qualquer proposta de mudança na política de distribuição de dividendos da Companhia; e
- (k) qualquer dívida que para ser contraída pela Companhia necessite da aprovação prévia do conselho de administração, conforme disposto no estatuto social da Companhia.

As partes do Acordo de Voto se obrigam a realizar, previamente a qualquer reunião do conselho de administração da Companhia que tenha em sua ordem do dia qualquer das matérias listadas acima, uma reunião com o objetivo de estabelecer a posição a ser uniformemente sustentada nas reuniões de conselho a que tais reuniões prévias antecedam.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Caso qualquer das matérias listadas acima, que não esteja incluída na ordem do dia de uma reunião do conselho de administração, venha a ser por qualquer razão submetida à deliberação dos membros presentes à reunião do conselho de administração, as partes do Acordo de Voto se obrigam a fazer com que seus representantes no conselho de administração da Companhia se posicionem de forma contrária à apreciação pelo conselho de tal matéria.

Na hipótese de não ocorrer a reunião prévia em decorrência da ausência de todas as partes do Acordo de Voto, os representantes destas no conselho de administração da Companhia poderão exercer seu direito de voto livremente na respectiva reunião do conselho de administração.

Na hipótese de qualquer membro do conselho de administração indicado pelas partes do Acordo de Voto não comparecer, se abster ou votar em reunião do conselho de administração da Companhia de forma contrária à orientação prevalecente em reunião prévia, os demais representantes das partes no conselho de administração poderão votar com os votos de tal representante.

Qualquer voto em desacordo com as deliberações tomadas em reunião prévia será considerado nulo, inválido e ineficaz, incumbindo ao presidente da reunião do conselho de administração declarar a nulidade, invalidade e ineficácia do respectivo voto.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras relacionadas a situações de conflito de interesses estão disciplinadas na Política de Transações com Partes Relacionadas e Outras Situações de Conflito de Interesses, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de setembro de 2018, a qual se encontra disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.org.br) na rede mundial de computadores.

Nos termos da referida política, ocorrem situações de conflito de interesses na Companhia quando algum administrador ou outro membro do pessoal chave da administração, acionista ou outro agente de governança não é independente em relação à matéria em discussão e pode influenciar ou tomar decisões motivado por seus interesses particulares (ou de membros próximos de sua família) ou por interesses distintos daqueles da Companhia.

A pessoa que não é independente em relação à matéria em discussão ou deliberação no Conselho de Administração da Companhia deve manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesses ou interesse particular, explicando a natureza e extensão do seu interesse, seja ou não tal matéria relacionada a uma transação com parte relacionada. Caso não o faça, qualquer pessoa que tiver ciência do potencial conflito deverá manifestá-lo prontamente.

Tão logo identificado o conflito de interesses em relação a um tema específico, de forma a garantir a independência e isenção da decisão, o conselheiro envolvido deverá se ausentar das discussões e se abster de votar, devendo tal impedimento constar do documento que deliberar sobre a matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração, tal pessoa poderá participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria no Conselho de Administração.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Na forma da Lei das Sociedades por Ações, é vedado ao administrador da Companhia intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores.

Em havendo manifestações dos presentes sobre suposto conflito de interesses de administrador, cujo voto tenha sido computado, o presidente ou secretário da mesa da reunião do Conselho de Administração da Companhia deverá receber e processar tais alegações, sem prejuízo das disposições legais sobre a anulabilidade da decisão.

Adicionalmente, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo: (i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; (ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros.

A Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração aprovada formalmente.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

O estatuto social prevê que a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos regulamentos da B3, no Regulamento de Sanções, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo a arbitragem conduzida em conformidade com este último Regulamento.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Elcio Mitsuhiro Ito 246.653.588-26	05/04/1975 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria	02/12/2019	Término na AGO de 2021	0
		19 - Outros Diretores	02/12/2019	Não	0%
		Diretor sem designação específica e de Relações com Investidores			
Paulo Marcio Almada dos Santos 021.641.228-52 Não ocupa outro cargo.	21/03/1963 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	1
		19 - Outros Diretores	26/04/2019	Não	0%
		Diretor sem designação específica			
Marcos Sergio de Oliveira 008.516.768-12 Não ocupa outro cargo.	07/03/1960 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	3
		10 - Diretor Presidente / Superintendente	26/04/2019	Não	0%
Mauro Knijnik 002.231.740-68 Não ocupa outro cargo.	10/06/1940 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	3
		23 - Conselho de Administração (Suplente)	26/04/2019	Não	0%
Mauro Litwin Iochpe 154.727.520-00 Não ocupa outro cargo.	11/04/1948 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	22
		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2019	Não	0%
Nildeimar Secches 589.461.528-34 Não ocupa outro cargo.	24/11/1948 Engenheiro Mecânico	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 20121	7
		21 - Vice Presidente Cons. de Administração	26/04/2019	Não	100%
Alexandre Gonçalves Silva 022.153.817-87	06/03/1945 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	0
		27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2019	Não	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome		Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF		Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Sergio Luiz Silva Schwartz		21/11/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	3
383.104.659-04	Industrial		27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2019	Não	100%
Não ocupa outro cargo.						
Salomão Ioschpe		09/04/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	10
400.517.220-20	Economista		23 - Conselho de Administração (Suplente)	26/04/2019	Não	0%
Não ocupa outro cargo.						
Gustavo Berg Ioschpe		15/02/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	16
920.901.680-72	Empresário e Economista		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2019	Não	100%
Não ocupa outro cargo.						
Debora Berg Ioschpe		24/05/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	6
801.868.310-72	Empresária		23 - Conselho de Administração (Suplente)	26/04/2019	Não	0%
Não ocupa outro cargo.						
Iboly Brochmann Ioschpe		24/06/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	22
000.922.820-91	Economista		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2019	Não	100%
Não ocupa outro cargo.						
Claudia Ioschpe		30/12/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	8
938.905.590-34	Jornalista		23 - Conselho de Administração (Suplente)	26/04/2019	Não	0%
Não ocupa outro cargo.						
Leandro Kolodny		14/04/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	16

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
000.754.180-53	Engenheiro Agrônomo	23 - Conselho de Administração (Suplente)	26/04/2019	Não	95.12%
Não ocupa outro cargo.					
Israel Vainboim	01/06/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	6
090.997.197-87	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2019	Não	97.56%
Não ocupa outro cargo.					
Ronald John Aldworth	21/12/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	6
052.981.130-87	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	26/04/2019	Não	0%
Não ocupa outro cargo.					
Dan Ioschpe	25/02/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	4
439.240.690-34	Administrador de Empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	26/04/2019	Não	100%
Não ocupa outro cargo.					
Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira	20/04/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2 (dois) anos com término na AGO de 2021	6
090.709.317-53	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2019	Não	100%
Não ocupa outro cargo.					
William Cordeiro	06/07/1991	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 (um) ano com término na AGO de 2021	0
092.197.196-65	Engenheiro	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/05/2020	Não	0%
Não ocupa outro cargo.					
Thiago Costa Jacinto	08/09/1985	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 (um) ano com término na AGO de 2021	0
010.562.761-50	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/05/2020	Não	0%
Não ocupa outro cargo.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento		Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão		Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Antônio Carlos Foschini	18/09/1942		Conselho Fiscal	30/04/2020	1 (um) ano com término na AGO de 2021	0
093.905.538-49	Administrador de Empresas		45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/05/2020	Não	0%
Não ocupa outro cargo.						
Oscar Antônio Fontoura Becker	24/05/1952		Conselho Fiscal	30/04/2020	1 (um) ano com término na AGO de 2021	0
113.713.660-04	Administrador de Empresas		48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/05/2020	Não	0%
Não ocupa outro cargo.						
Maurício Diácoli	29/09/1960		Conselho Fiscal	30/04/2020	1 (um) ano com término na AGO de 2021	0
036.302.838-29	Auditor		45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/05/2020	Não	0%
Não ocupa outro cargo.						
Luiz Paiva Branco	08/08/1949		Conselho Fiscal	30/04/2020	1 (um) ano com término na AGO de 2021	0
494.442.718-20	Economista		48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/05/2020	Não	0%
Não ocupa outro cargo						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						

Elcio Mitsuihiro Ito - 246.653.588-26

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, possui MBA Finanças pela Saint Mary’s University no Canadá e Mestrado em Economia Política pela PUC-SP. Profissional com mais de 20 anos de experiência nas áreas Financeira, Planejamento e Commodities, iniciou sua trajetória no Lloyds Bank (corporate bank/ trader) e construiu carreira de 10 anos na General Motors, dos quais 4 anos nos EUA, Suíça e Alemanha, focado na área financeira, sendo sua última posição como Tesoureiro da operação brasileira. Em 2011 ingressou na BRF como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, agregando funções como Planejamento Estratégico e PMO. Em 2017 atuou como CFO interino por 6 meses e em outubro do mesmo ano assumiu o cargo de Vice-Presidente de Planejamento e Commodities. Após 1 ano, o Sr. Elcio voltou a assumir a posição de CFO da BRF. O Sr. Elcio Mitsuihiro Ito ingressou na Iochpe-Maxion em dezembro de 2019 como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

O Sr. Elcio Mitsuihiro Ito, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Paulo Márcio Almada dos Santos - 021.641.228-52

Graduado em Administração de Empresas, pós graduado em Gestão de Recursos Humanos pela FAAP, possui especialização em gestão empresarial pela Fundação Dom Cabral e ISE/IESE. Atuou em empresas dos segmentos Aeroespacial, Transporte e Metalúrgico. Ingressou na Companhia em 1989, atuando nas áreas de Manufatura e de Recursos Humanos. Atualmente ocupa a posição de Diretor Corporativo de Recursos Humanos da Divisão Structural Components.O Sr. Paulo Márcio Almada dos Santos, Diretor eleito em 27 de janeiro de 2016, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve

sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcos Sergio de Oliveira - 008.516.768-12

Formado em engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) e Pós Graduação em Administração de Empresas. Com mais de 36 anos de experiência na indústria automotiva, atuou no comando das operações da Ford Motor Company no México, África do Sul, Brasil e Mercosul, e ocupou posições nas áreas de Desenvolvimento de Produtos e Manufatura no Brasil, Espanha, México e nos EUA. Ingressou na Companhia em 2012 como Vice Presidente Corporativo e é desde 2014 o seu Diretor Presidente. O Sr. Marcos S. Oliveira, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Mauro Knijnik - 002.231.740-68

É formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Foi Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL (setor de atividade: financeiro), das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul, Presidente da Junta de Coordenação Financeira do Estado do Rio Grande do Sul e Vice-Presidente da Iochpe-Maxion S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion de 1984 a 2015. O Sr. Mauro Knijnik declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Mauro Litwin Iochpe - 154.727.520-00

Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre-RS. É membro do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 1992. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Iochpe, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia. O Sr. Mauro Litwin Iochpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nildemar Secches - 589.461.528-34

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo e curso de doutorado em Economia pela Unicamp-Campinas. Foi Presidente do Conselho de Administração da BR Foods (Setor de atividade: Alimentos), tendo sido Diretor Presidente desta empresa de 1995 até 2008. É membro do Conselho de Administração da WEG (setor de atividade: Indústria), empresa controlada por acionistas da Companhia que detêm participação indireta superior a 5% do seu capital social, Grupo Ultra (setor de atividade: energia) e Suzano (setor de atividade: papel e celulose). É membro do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 2004. É membro independente, segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Nildemar Secches declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alexandre Gonçalves Silva - 022.153.817-87

Formado em Engenharia Mecânica pela PUC do Rio de Janeiro. É Presidente do Conselho de Administração da Embraer (setor de atividade: aviação), da Companhia Nitroquímica do Brasil (setor de atividade: química), Votorantim Cimentos (setor de atividade: construção civil), Grupo Ultra (setor de atividade: energia). Foi membro do Conselho de Administração da Tectis (setor de atividade: energia), PDG (setor de atividade: construção), Alupar (setor de atividade: energia), CSN (setor de atividade: siderurgia), TAM (setor de atividade: aviação), Tupy (setor de atividade: indústria). O Sr. Alexandre Gonçalves Silva também ocupa cargo de administração em organização de terceiro setor: AMCHAM (Câmara de Comércio Americana) como Conselheiro. É membro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Alexandre Gonçalves Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sergio Luiz Silva Schwartz - 383.104.659-04

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Joinville, com Pós-Graduação na UDESC e MBA na FGV-SP. Ingressou no Grupo WEG em 1985 ocupando cargos nas áreas de Suprimentos, Planejamento Comercial, Logística e Diretoria Internacional, e entre 2008 e 2015 ocupava o cargo de Vice Presidente e CFO da WEG S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da WEG S.A. (setor de atividade: indústria) e da WPA Participações e Serviços S.A. (setor de atividade: financeiro), empresas controladas por acionistas da Companhia que detêm participação indireta superior a 5% do seu capital social. Também é membro do conselho de administração da Welle Tecnologia Laser S.A. (setor de atividade: indústria) e da Oxford Porcelanas S.A. (setor de atividade: indústria). É membro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Sergio Luiz Silva Schwartz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Salomão Ioschpe - 400.517.220-20

Formado em Economia e Finanças e Estudos Políticos pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris e MBA pela Case Western Reserve University. Um dos Fundadores da Insolo Agroindustrial (setor de atividade: agronegócio), e Diretor Presidente da Insolo de 2007 a 2017, e desde 2003 é proprietário e presidente da BMA Automotive (setor de atividade: consultoria), empresa baseada em Cleveland, Ohio. Foi Diretor das operações da Iochpe-Maxion na América do Norte de 1994 a 1999 e Diretor da Divisão Eletrônica Automotiva da Iochpe-Maxion de 1991 a 1994. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia. O Sr. Salomão Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gustavo Berg Ioschpe - 920.901.680-72

Formado em Strategic Management e Ciência Política pela University of Pennsylvania (Wharton) e Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional pela Yale University. É fundador e presidente da Big Data, empresa de Inteligência Artificial (setor de atividade: tecnologia). Sr. Gustavo Berg Ioschpe também ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organização de terceiro setor, quais sejam: membro do Conselho de Administração do Instituto Ayrton Senna e da Fundação Ioschpe. É membro do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 2007. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia. O Sr. Gustavo Berg Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Debora Berg Ioschpe - 801.868.310-72

Designer de joias formada em desenho industrial pela Universidade Luterana do Brasil e cursos em Gemologia, desenho de superfície e ourivesaria. É proprietária da Pink Joias Eirele desde 2011 (setor de atividade: joalheria). É membro do Conselho do Instituto Arte na Escola. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia. A Sra. Débora Berg Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Iboly Brochmann Ioschpe - 000.922.820-91

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É membro do CA da Iochpe-Maxion desde 1984. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia. O Sr. Iboly Brochmann Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Claudia Ioschpe - 938.905.590-34

É jornalista formada pela Universidade Luterana Brasil (ULBRA). Trabalhou no Grupo RBS (setor de atividade: comunicação) em diversas funções de 2005 a 2011. Anteriormente trabalhou nas áreas de marketing e jornalismo de várias empresas. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia. A Sra. Cláudia Ioschpe declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Leandro Kolodny - 000.754.180-53

Formado em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui especialização em Economia e Administração Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atuou como Diretor de várias empresas ligadas à Iochpe-Maxion e é sócio-gerente da L.Kolodny Participações Ltda (setor de atividade: imobiliário). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia. O Sr. Leandro Kolodny declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Israel Vainboim - 090.997.197-87

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e MBA pela Stanford University. É Presidente da Vinhedo Investimentos (setor de atividade: financeiro), membro do Conselho de Administração do FGC - Fundo Garantidor de Crédito, do Conselho Consultivo Internacional da General Atlantic Partners (setor de atividade: financeiro), do Conselho Consultivo do Banco Finantia (setor de atividade: financeiro), e Vice-Presidente da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein (setor de atividade: saúde). O Sr. Israel Vainboim também ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organização de terceiro setor, quais sejam: membro do Conselho Deliberativo do MAM – SP e membro dos Conselhos do MASP, Instituto Alfredo Volpi de Arte Moderna e Instituto de Arte Contemporânea (IAC). É membro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado.

O Sr. Israel Vainboim declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ronald John Aldworth - 052.981.130-87

É formado em Administração de Empresas pela Fox School of Business da Temple University, Estados Unidos. Atuou em funções executivas e como consultor em diversas empresas da Iochpe-Maxion de 1982 a 2007. Foi Diretor Financeiro da Insole Agroindustrial entre 2007 e 2017. O Sr. Ronald John Aldworth declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Dan Ioschpe - 439.240.690-34

Formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com Pós- Graduação pela ESPM – SP e MBA pela Tuck School do Dartmouth College. Ingressou na Companhia em 1986, onde exerceu vários cargos até junho de 1996, quando saiu para assumir a Presidência da AGCO no Brasil. Retornou à Companhia em janeiro de 1998, assumindo no mesmo ano a Presidência. Em Abril de 2014 deixou a Presidência da Companhia assumindo a Presidência do seu Conselho de Administração. É membro do Conselho de Administração da WEG, Cosan, BRF, Marcopolo e Embraer. É também presidente do Conselho de Administração do Sindipeças e IEDI. O Sr. Dan Ioschpe, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira - 090.709.317-53

Engenheiro Mecânico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com pós-graduação na PUC-RJ e na London Business School. É membro do Conselho de Administração do Walmart (setor de atividade: varejo), membro do Conselho Consultivo da Extrafarma (setor de atividade: farmacêutico) e da Rencitas (setor de atividade: terceiro setor). Foi Presidente dos Conselhos de Administração da Localfro (setor de atividade: logística) e do Hospital São Luiz (setor de atividade: saúde), e foi membro do Conselho de Administração da Aracruz (setor de atividade: papel e celulose), Aratril (setor de atividade: química), Copesul (setor de atividade: energia), Riocell (setor de atividade: papel e celulose), Perdigão (setor de atividade: alimentício), Pão de Açúcar (setor de atividade: varejo) e TAM (setor de atividade: aviação). Foi CEO da Makro Atacadista (setor de atividade: varejo), Net Serviços de Comunicação (setor de atividade: comunicação), Petrobrás Distribuidora (setor de atividade: combustíveis) e Grupo Pão de Açúcar (setor de atividade: varejo). Foi Diretor do Grupo Ultra (setor de atividade: energia), Senior Investment Officer do IFC (setor de atividade: financeiro) e executivo do BNDES (setor de atividade: financeiro) e do Banco Denasa de Investimentos (setor de atividade: financeiro). É membro do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 2008. É membro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

William Cordeiro - 092.197.196-65

Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos. Sócio fundador e analista de renda variável na Alaska Asset Management desde 2015. Em 2014, foi analista de renda variável na Venturestar. Atualmente, ocupa cargo de conselheiro fiscal na Marcopolo S.A e na Randon S.A desde 2017. Também é conselheiro fiscal na Valid Soluções S.A desde 2019. Já ocupou cargos suplentes no Conselho Fiscal da Rumo S.A, Log-In Logística Intermodal S.A e Celesc S.A. Ocupou cargo suplente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A.

Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50

Graduado em Economia pela Fundação Armando Alvares Penteado. Possui doze anos de experiência no mercado financeiro. Sócio fundador e analista de empresas na Alaska Asset Management desde 2015. Iniciou sua carreira em 2006 e passou por instituições como CM Capital Markets Asset Management, Ashmore Brasil e TCJ Investimentos. Membro do Conselho de Administração da Unicasa Indústria de Móveis S.A e do Conselho Fiscal da Celesc S.A. Foi membro do Conselho Fiscal da Rumo S.A, Comgás S.A., Log-In Logística Intermodal S.A., Magnesita Refratários S.A. e Magazine Luiza S.A.

Antônio Carlos Foschini - 093.905.538-49

Formado em Administração de Empresas com Pós Graduação em Administração Econômico Financeira na Universidade Inst. Municipal Ensino Superior S.C. Sul - IMES. Atuou na Massey Perkins S/A como Gerente de Custo e Preço do Produto, Gerente de Preços e Planejamento e Controller da Divisão de Motores. Ingressou em 1996 na Iochpe-Maxion S.A como Superintendente de Controller Corporativo e depois como Superintendente de Auditoria Interna Corporativa até 2013. Foi membro do Comitê de Auditoria da Iochpe-Maxio em 2015 e 2016. Atualmente é Sócio Proprietário da Empresa A C Foschini Contábil Ltda.

Oscar Antônio Fontoura Becker - 113.713.660-04

Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou como Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Iochpe-Maxion S.A. até 2016; e anteriormente, ocupou diversos cargos em empresas do Grupo Iochpe, inclusive Diretor da Companhia Iochpe, holding de instituições não financeiras. Em 2017 e 2018 atuou como consultor da Iochpe-Maxion S.A.

Maurício Diácoli - 036.302.838-29

Profissional de Auditoria e Consultoria, com experiência de mais de 15 anos em Empresa Internacional de Auditoria e Consultoria, com especialização em Contabilidade Nacional e Internacional. Sócio majoritário e fundador da LM Auditores e Associados desde agosto de 1995 e da Organização Contábil LM Ltda. a partir de setembro de 1998. Responsável técnico das empresas LM perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e o Conselho Regional de Contabilidade - CRC. Auditor independente registrado sobre número 452 no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes do Conselho Federal de Contabilidade. Participante do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (IBRACON). Conselheiro Fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e Conselheiro Fiscal da Iochpe-Maxion S.A de 2002 a 2017.

Luiz Paiva Branco - 494.442.718-20

Experiência profissional de 35 anos em Controladoria na Fábrica Nacional de Vagões S.A, hoje Iochpe Maxion S.A, tendo iniciado em 1971, como Auxiliar de Controladoria e encerrado em maio de 2006 como Gerente de Controladoria. Nos últimos 5 anos, atuou e atualmente ainda atua como: sócio proprietário com 50% do capital da Lupa Consultoria Econômica S/S Ltda., empresa de consultoria econômica, desde sua fundação em julho de 2004, diretor presidente do Grupo Biondi, composto por empresas com foco no transporte de cargas, desde junho de 2006, Conselheiro Fiscal Suplente da Companhia de 2013 a 2017.

Tipo de Condenação		Descrição da Condenação
N/A	Eício Mitsuhiro Ito - 246.653.588-26	
	Paulo Marcio Almada dos Santos - 021.641.228-52	
N/A	Marcos Sergio de Oliveira - 008.516.768-12	
	Mauro Knijnik - 002.231.740-68	
N/A	Mauro Litwin Iochpe - 154.727.520-00	
	Nildemar Secches - 589.461.528-34	
N/A	Alexandre Gonçalves Silva - 022.153.817-87	
	Sergio Luiz Silva Schwartz - 383.104.659-04	
N/A	Salomão Ioschpe - 400.517.220-20	
	Gustavo Berg Ioschpe - 920.901.680-72	
N/A	Debora Berg Ioschpe - 801.868.310-72	
	Iboly Brochmann Ioschpe - 000.922.820-91	
N/A	Claudia Ioschpe - 938.905.590-34	
	Leandro Kolodny - 000.754.180-53	
N/A	Israel Vainboim - 090.997.197-87	

N/A	
Ronald John Aldworth - 052.981.130-87	
N/A	
Dan Ioschpe - 439.240.690-34	
N/A	
Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira - 090.709.317-53	
N/A	
William Cordeiro - 092.197.196-65	
N/A	
Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50	
N/A	
Antônio Carlos Foschini - 093.905.538-49	
N/A	
Oscar Antônio Fontoura Becker - 113.713.660-04	
N/A	
Maurício Diácoli - 036.302.838-29	
N/A	
Luiz Paiva Branco - 494.442.718-20	
N/A	

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê		Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato	
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados		Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões	
Outros cargos/funções exercidas no emissor								
Edmilson Baraldi	Comitê de Auditoria	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)		06/06/1948	31/05/2017	2027	
027.699.998-34					31/05/2017	0	100%	
Não exerce outro função								
Edward Ruiz	Comitê de Auditoria	Contador	Membro do Comitê (Efetivo)		10/04/1950	31/05/2017	2027	
052.399.217-33					31/05/2017	0	100%	
Não exerce outra função								
Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira	Comitê de Auditoria	Engenheiro Mecânico	Membro do Comitê (Efetivo)		20/04/1947	31/05/2017	2027	
090.709.317-53					31/05/2017	0	100%	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Nomeação e Remuneração								
Adriano Ricardo dos Santos	Comitê de Risco	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)		31/07/1971	30/05/2019	Indefinido	
095.014.718-45					30/05/2019	0	100%	
Diretor Corporativo de Controladoria								
Elcio Mitsuhiro Ito	Comitê de Risco	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)		05/04/1975	02/12/2019	AGE de 2021	
246.653.588-26					02/12/2019	0	100%	
Diretor sem designação específica e de Relações com Investidores								
Thiago Hideki Fugita	Comitê de Risco	Administrador de Empresas	Outros		24/06/1986	30/05/2019	Indefinido	
359.496.898-79				Coordenador do Comitê		30/05/2019	0	100%
Head de Governança, Riscos e Compliance & Auditoria Interna								
Israel Vainboim	Comitê Financeiro	Engenheiro Mecânico	Membro do Comitê (Efetivo)		01/06/1944	01/06/2019	02(dois) anos	
090.997.197-87					29/05/2019	4	100%	
Membro Independente do Conselho de Administração.								
Nildemar Secches	Comitê Financeiro	Engenheiro Mecânico	Membro do Comitê (Efetivo)		24/11/1948	01/06/2019	02(dois) anos	
589.461.528-34					29/05/2019	4	100%	
Vice-presidente (membro independente) do Conselho de Administração.								
Sergio Luiz Silva Schwartz	Comitê Financeiro	Industrial	Membro do Comitê (Efetivo)		21/11/1960	01/06/2019	02(dois) anos	
383.104.659-04					29/05/2019	1	100%	

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Membro Independente do Conselho de Administração e do Comitê de Nomeação e Remuneração						
Alexandre Gonçalves Silva	Comitê de Remuneração	Engenheiro Mecânico	Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/1948	01/06/2019	02(dois) anos
022.153.817-87				29/05/2019	0	100%
Membro do Conselho de Administração						
Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira	Comitê de Remuneração	Engenheiro Mecânico	Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/1947	01/06/2019	02(dois) anos
090.709.317-53				29/05/2019	4	92.86%
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê Financeiro						
Sergio Luiz Silva Schwartz	Comitê de Remuneração	Industrial	Membro do Comitê (Efetivo)	21/11/1960	01/06/2019	02(dois) anos
383.104.659-04				29/05/2019	1	100%
Membro Independente do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Edmilson Baraldi - 027.699.998-34						
O Sr. Baraldi é formado em Administração de Empresas pelo Instituto de Ciências Aplicadas em 1973 e em Contabilidade, tendo cursos de especializações em administração financeira. Ele tem ampla experiência em finanças de empresas no setor automobilístico, tendo atuado na Fumagalli, Rockwell, Meritor, Arvin Meritor, inclusive nos Estados Unidos em 1986 e no período entre 2001 a 2004.O Sr. Edmilson Baraldi, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.						
Edward Ruiz - 052.399.217-33						
Edward Ruiz possui mais de 46 anos de experiência em contabilidade pública e privada. É contador público desde 1972 e responsável por auditorias em empresas dos setores de mineração e energia no Brasil e nos Estados Unidos.						
O Sr. Ruiz se aposentou da Deloitte em 2012, onde trabalhou desde 1997 e, mais recentemente, atuou como sócio de auditoria e membro do grupo de especialistas em IFRS da Deloitte. Como chefe do grupo de Mercados de Capitais da Deloitte, o Sr. Ruiz assessorou empresas em questões de relatórios financeiros e regulatórios relacionados a ofertas públicas iniciais e ofertas secundárias nos mercados de capitais brasileiro, norte-americano e europeu.						
Antes da Deloitte, ele ocupou cargos executivos em auditoria interna no J.P. Morgan e na PepsiCo nos Estados Unidos. Iniciou sua carreira em contabilidade pública com Arthur Young em 1971. Desde que deixou a Deloitte, o Sr. Ruiz adquiriu ampla experiência em nível de diretoria como membro e presidente de vários comitês de auditoria de empresas de capital aberto no Brasil. O Sr. Ruiz é bacharel pela Pace University.						
Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira - 090.709.317-53						

Engenheiro Mecânico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com pós-graduação na PUC-RJ e na London Business School. É membro do Conselho de Administração do Walmart (setor de atividade: varejo), membro do Conselho Consultivo da Extrafarma (setor de atividade: farmacêutico) e da Rentas (setor de atividade: terceiro setor). Foi Presidente dos Conselhos de Administração da Localfrío (setor de atividade: logística) e do Hospital São Luiz (setor de atividade: saúde), e foi membro do Conselho de Administração da Aracruz (setor de atividade: papel e celulose), Arafertil (setor de atividade: química), Copesul (setor de atividade: energia), Riocell (setor de atividade: papel e celulose), Perdigão (setor de atividade: alimentício), Pão de Açúcar (setor de atividade: varejo) e TAM (setor de atividade: aviação). Foi CEO da Makro Atacadista (setor de atividade: varejo), Net Serviços de Comunicação (setor de atividade: comunicação), Petróbrás Distribuidora (setor de atividade: combustíveis) e Grupo Pão de Açúcar (setor de atividade: varejo). Foi Diretor do Grupo Ultra (setor de atividade: energia), Senior Investment Officer do IFC (setor de atividade: financeiro) e executivo do BNDES (setor de atividade: financeiro) e do Banco Denasa de Investimentos (setor de atividade: financeiro). É membro do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 2008. É membro independente, segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adriano Ricardo dos Santos - 095.014.718-45

O Sr. Santos é formado em Administração de Empresas pela PUC-MG, pós-graduado em Controladoria pela UNIP e possui MBA em Finanças no Insper. Iniciou sua carreira no setor automotivo em Contabilidade e Planejamento Financeiro na década de 90. Ingressou na Iochpe-Maxion em 2001 e ocupou os cargos de Analista Sênior de Controladoria, Coordenador da Controladoria e Gerente de Controladoria Corporativa. Desde 2013 ocupa o cargo de Diretor de Controladoria.

Elcio Mitsuhiro Ito - 246.653.588-26

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, possui MBA Finanças pela Saint Mary's University no Canadá e Mestrado em Economia Política pela PUC-SP. Profissional com mais de 20 anos de experiência nas áreas Financeira, Planejamento e Commodities, iniciou sua trajetória no Lloyds Bank (corporate bank/ trader) e construiu carreira de 10 anos na General Motors, dos quais 4 anos nos EUA, Suíça e Alemanha, focado na área financeira, sendo sua última posição como Tesoureiro da operação brasileira. Em 2011 ingressou na BRF como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, agregando funções como Planejamento Estratégico e PMO. Em 2017 atuou como CFO interino por 6 meses e em outubro do mesmo ano assumiu o cargo de Vice-Presidente de Planejamento e Commodities. Após 1 ano, o Sr. Elcio voltou a assumir a posição de CFO da BRF. O Sr. Elcio Mitsuhiro Ito ingressou na Iochpe-Maxion em dezembro de 2019 como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

O Sr. Elcio Mitsuhiro Ito, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Thiago Hideki Fugita - 359.496.898-79

O Sr. Fugita é formado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e atualmente responde pelas áreas de Governança, Riscos e Compliance e também pela área de Auditoria Interna da Iochpe-Maxion. Fugita possui passagem por importante consultoria contábil e estratégica onde desenvolveu uma trajetória de sucesso por 10 anos antes de se juntar a Iochpe-Maxion em 2017 na área de Governança, Riscos e Compliance, em 2018 Fugita passou também a responder pela área de Auditoria Interna.

Israel Vainboim - 090.997.197-87

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e MBA pela Stanford University. É Presidente da Vinhedo Investimentos (setor de atividade: financeiro), membro do Conselho de Administração da Embraer (setor de atividade: aviação), do Conselho Consultivo Internacional da General Atlantic Partners (setor de atividade: financeiro), do Conselho Consultivo do Banco Finantia (setor de atividade: financeiro), e Vice-Presidente da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein (setor de atividade: saúde). O Sr. Israel Vainboim também ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organização de terceiro setor, quais sejam: Presidente do Conselho da Câmara Brasil Israel de Comércio e Indústria, membro do Conselho Deliberativo do MAM – SP e membro dos Conselhos do MASP, Instituto Alfredo Volpi de Arte Moderna e Instituto de Arte Contemporânea (IAC). É candidato a membro independente, segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Israel Vainboim declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nildemar Secches - 589.461.528-34

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo e curso de doutorado em Economia pela Unicamp-Campinas. Foi Presidente do Conselho de Administração da BR Foods (Setor de atividade: Alimentos), tendo sido Diretor Presidente desta empresa de 1995 até 2008. É membro do Conselho de Administração da WEG (setor de atividade: Indústria), empresa controlada por acionistas da Companhia que detêm participação indireta superior a 5% do seu capital social, Grupo Ultra (setor de atividade: energia) e Suzano (setor de atividade: papel e celulose). É membro do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 2004. O Sr. Nildemar Secches declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sergio Luiz Silva Schwartz - 383.104.659-04

Sergio Luiz Silva Schwartz - 383.104.659-04

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Joinville, com Pós-Graduação na UDESC e MBA na FGV-SP. Ingressou no Grupo WEG em 1985 ocupando cargos nas áreas de Suprimentos, Planejamento Comercial, Logística e Diretoria Internacional, e entre 2008 e 2015 ocupava o cargo de Vice Presidente e CFO da WEG S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da WEG S.A. (setor de atividade: indústria) e da WPA Participações e Serviços S.A. (setor de atividade: financeiro), empresas controladas por acionistas da Companhia que detêm participação indireta superior a 5% do seu capital social. Também é membro do conselho de administração da Welle Tecnologia Laser S.A. (setor de atividade: indústria) e da Oxford Porcelanas S.A. (setor de atividade: indústria). É membro independente, segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Sergio Luiz Silva Schwartz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alexandre Gonçalves Silva - 022.153.817-87

Formado em Engenharia Mecânica pela PUC do Rio de Janeiro. É Presidente do Conselho de Administração da Embraer (setor de atividade: aviação), da Companhia Nitroquímica do Brasil (setor de atividade: química), Votorantim Cimentos (setor de atividade: construção civil), Grupo Ultra (setor de atividade: energia). Foi membro do Conselho de Administração da Tecsis (setor de atividade: energia), PDG (setor de atividade: construção), Alupar (setor de atividade: energia), CSN (setor de atividade: siderurgia), TAM (setor de atividade: aviação), Tupy (setor de atividade: indústria). O Sr. Alexandre Gonçalves Silva também ocupa cargo de administração em organização de terceiro setor: AMCHAM (Câmara de Comércio Americana) como Conselheiro. É membro independente, segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Alexandre Gonçalves Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação		Descrição da Condenação
Edmilson Baraldi - 027.699.998-34		
N/A		
Edward Ruiz - 052.399.217-33		
Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira - 090.709.317-53		
Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira - 090.709.317-53		
Adriano Ricardo dos Santos - 095.014.718-45		
Elcio Mitsuhiro Ito - 246.653.588-26		
Thiago Hideki Fugita - 359.496.898-79		
Israel Vainboim - 090.997.197-87		
Nildemar Secches - 589.461.528-34		
Sergio Luiz Silva Schwartz - 383.104.659-04		
Sergio Luiz Silva Schwartz - 383.104.659-04		
Alexandre Gonçalves Silva - 022.153.817-87		

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Iboty Brochmann Ioschpe	000.922.820-91	Iochpe-Maxion	61.156.113/0001-75	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Claudia Ioschpe	938.905.590-34	Iochpe-Maxion	61.156.113/0001-75	
Membro suplente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
Tio do atual Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A, tio do Conselheiro Salomão Ioschpe, primo do Conselheiro Gustavo Berg Ioschpe, primo da Conselheira suplente Débora Berg Ioschpe, primo do Conselheiro Mauro L. Iochpe e pai da Conselheira suplente Claudia Ioschpe.				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Gustavo Berg Ioschpe	920.901.680-72	Iochpe-Maxion	61.156.113/0001-75	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Debora Berg Ioschpe	801.868.310-72	Iochpe-Maxion	61.156.113/0001-75	
Membro suplente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
Irmão da Conselheira suplente Debora Berg Ioschpe e primo do Conselheiro Iboty Brochmann Ioschpe.				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Salomão Ioschpe	400.517.220-20	Iochpe-Maxion	61.156.113/0001-75	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Dan Ioschpe	439.240.690-34	Iochpe-Maxion	61.156.113/0001-75	
Presidente do Conselheiro de Administração da Iochpe Maxion S.A.				
<u>Observação</u>				
Irmão do atual Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A, sobrinho do Conselheiro Iboty B. Ioschpe e primo do Conselheiro Mauro L. Iochpe.				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcos Sergio de Oliveira	008.516.768-12	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Greenbrier Maxion - Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	21.042.930/0001-88		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcos Sergio de Oliveira	008.516.768-12	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
AmstedMaxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.	01.599.436/0001-01		
Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.			
<u>Observação</u>			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

Companhia e suas controladas mantêm duas apólices de seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores (D&O), as quais visam a garantir aos administradores da Companhia e de suas controladas o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções.

A primeira apólice foi contratada pela Companhia e por suas controladas no Brasil, exceto pela Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários, com a seguradora Generali Brasil Seguros S.A., e está em vigor a partir 01 de fevereiro de 2020 até 01 de fevereiro de 2021. O limite máximo de garantia vigente é de US\$ 30 milhões e o valor do prêmio de seguro de responsabilidade civil para os administradores é de US\$ 54.763,80.

A segunda apólice foi contratada pela lochpe-Maxion Austria GmbH e suas controladas no exterior e possui um limite máximo de garantia de EUR\$ 25 milhões, coberto pela seguradora AXA XL Insurance. A apólice está em vigor a partir 01 de novembro de 2019 até 01 de novembro de 2020 e o valor do prêmio de seguro de responsabilidade civil para os administradores é de EUR\$ 88.410,83 mil.

Embora a Companhia tenha contratado as apólices descritas acima, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas mesmas. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As práticas da Companhia relativas à remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia têm por objetivo servir como ferramenta de atração, motivação e retenção de profissionais, buscando assegurar que referida remuneração seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e proporcionando o alinhamento dos seus interesses com os interesses de longo prazo da Companhia.

A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) é estabelecida pela assembleia de acionistas da Companhia, a qual tem por prática fixá-la no mínimo legal de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião realizada em 26 de setembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou formalmente sua política de remuneração para estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas e, conseqüentemente, aplicadas para determinar a remuneração dos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como dos comitês de assessoramento deste órgão, estatutários ou não. A referida política encontra-se disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

b) composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os elementos da remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal (quando instalado), do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração, em linha com os objetivos traçados, são estabelecidos de maneira diferenciada para cada órgão da Companhia, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a remuneração fixa, não atrelada à sua participação em reuniões, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa a recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. A remuneração fixa pode ainda ser acrescida em 30%, para o conselheiro que participa de somente um comitê, ou em 50%, em razão da participação dos conselheiros em dois ou mais comitês, como forma de incentivo à participação dos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

Adicionalmente, a remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser diferenciada, em razão de suas atribuições específicas e, conseqüentemente, maior demanda de tempo.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, não participando, portanto, dos planos de incentivo de curto ou de longo prazo da Companhia. Os Conselheiros também não fazem jus a benefício pós-emprego.

Diretoria (estatutária e não estatutária)

Os membros da Diretoria, estatutários ou não, fazem jus à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa a recompensar, atrair e reter os profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia. Como parte da remuneração fixa, a Companhia concede ainda aos membros da Diretoria os

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

seguintes benefícios diretos e indiretos: vale refeição, seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, plano de saúde, veículo e, em alguns casos, plano odontológico.

Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, pago em forma de bônus calculado sobre o desempenho anual da Companhia. O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas estipuladas para o período tiverem sido alcançadas.

Ainda como parte da remuneração variável, a Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo pelo qual os diretores da Companhia são elegíveis a um prêmio em dinheiro referenciado no valor das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores e no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC") de longo prazo. As características deste plano de incentivo de longo prazo estão detalhadas no item 13.4 do Formulário de Referência, indicado abaixo. O objetivo do incentivo de longo prazo é (i) a retenção dos participantes e (ii) recompensar o resultado de um período mais longo (2 a 4 anos), também na hipótese das metas estipuladas para estes períodos terem sido alcançadas, metas essas que são diferentes daquelas estipuladas para o curto prazo. Esta prática visa a alinhar os interesses de longo prazo dos diretores com aqueles dos acionistas e da Companhia.

Até o ano de 2015 a Companhia possuía um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus diretores por meio do qual havia destinação de parte do bônus anual (incentivo de curto prazo) recebido pelos executivos para aquisição de ações de emissão da Companhia, o que lhes garantia o direito de futuramente exercer opções para a compra de novas ações de emissão da Companhia. No 5º e último programa outorgado pela Companhia em 2015 (referente ao exercício social de 2014), o Conselho de Administração decidiu outorgar aos beneficiários um número de opções equivalente a 25% da sua participação nos resultados, sem a contrapartida de aquisição em bolsa de valores de ações próprias. A partir do ano de 2016 (referente ao exercício social de 2015), não houve outorga de novos programas do referido plano de opção de compra de ações (*stock options*). As características do referido plano de opção de compra de ações (*stock option*) estão detalhadas no item 13.4 do Formulário de Referência.

Os diretores também farão jus a um benefício pós-emprego, representado por plano de complementação de benefícios de aposentadoria, oferecido pela Companhia por intermédio de um plano de previdência privada complementar, administrado por uma gestora independente de grande porte, de forma a alinhar seus benefícios àqueles concedidos pelas demais empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) acompanha a legislação existente, a qual prevê, além do reembolso obrigatório de despesas de locomoção e estada necessárias para o desempenho da função, compensação não inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor estatutário, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros distribuídos aos diretores. Ainda, os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a qualquer remuneração variável, tampouco a benefícios.

Comitê de Auditoria Estatutário e outros Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração que não sejam membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa a título de honorários.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração que sejam membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa descrita acima

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

para aquele órgão, que prevê um acréscimo de até 50% da remuneração base do conselheiro, como forma de incentivo à participação dos referidos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável ou outros benefícios.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Exercício social findo em 31/dez/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	57,061418%	100,000000%
Salário ou pró-labore	75,394820%	40,602336%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,526216%	2,597875%	0,000000%
Participações em comitês	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	15,078964%	13,861208%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	40,879142%	0,000000%
Bônus	0,000000%	26,815604%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	14,063538%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,059440%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	46,958207%	100,000000%

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Exercício social findo em 31/dez/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária
Salário ou pró-labore	88,305328%	36,412079%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	11,694672%	2,144548%	0,000000%
Participações em comitês	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	8,401579%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	50,993399%	0,000000%
Bônus	0,000000%	36,667810%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	14,325588%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,048394%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	45,616204%	100,000000%	100,000000%
Salário ou pró-labore	88,879475%	36,805977%	100,000000%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	11,120525%	2,448755%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Exercício social findo em 31/dez/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Outros	0,000000%	6,361472%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	51,986498%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	39,954525%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	12,031973%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,397298%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	100,000000%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Anualmente a remuneração fixa é reajustada da seguinte forma:

Conselho de Administração e membros do Comitê de Auditoria Estatutário e outros comitês: A remuneração fixa é reajustada anualmente com base na aplicação de indicadores públicos de inflação (IPCA calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Diretoria: A remuneração fixa dos diretores é reajustada anualmente com base em pesquisa salarial específica.

Adicionalmente ao disposto acima, periodicamente é realizada uma pesquisa de mercado, coordenada pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria especializada em remuneração executiva. O resultado desta pesquisa é levado em consideração para fins de recomendação de revisão da remuneração. Eventualmente, podem vir a ser realizadas pesquisas específicas para determinadas posições chave, visando tornar ainda mais precisa a análise.

O grupo de empresas que constituirá a amostra para a pesquisa será definido pelo Comitê de Nomeação e Remuneração da Companhia, buscando empresas de porte e mercados semelhantes.

No caso dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, o referido Comitê fará a recomendação dos ajustes, recomendação esta que será submetida à aprovação do Conselho de Administração, para que sejam definidos os ajustes necessários, garantindo a competitividade da remuneração individual dos administradores.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A remuneração variável de curto prazo dos diretores é calculada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e está atrelada ao Lucro Líquido e Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (LAIR) e ROIC, conforme o caso, apurados anualmente pela Companhia. As informações referentes à remuneração baseada em ações (incentivo de longo prazo) são detalhadas no item 13.4 do Formulário de Referência

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa ao recrutamento e retenção dos profissionais adequados às necessidades da Companhia e considera as composições referenciais de mercado na época da contratação de cada profissional específico, baseado em suas experiências e capacidade técnica.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não existem membros não remunerados pela Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os itens de remuneração fixa, são levadas em consideração a performance do diretor e suas metas individuais. Para a remuneração variável de curto prazo, são levados em consideração o Lucro Líquido e Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (LAIR) e ROIC. Para a remuneração variável de longo prazo são levadas em considerações o tempo de permanência na Companhia e as metas de ROIC.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No ciclo anual do planejamento do plano de negócio da Companhia são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que, por sua vez, são desdobrados por toda a organização sob a forma de metas financeiras das operações de negócios e das unidades, buscando estimular a melhoria contínua dos resultados gerais da Companhia.

Havendo o cumprimento das metas traçadas, os diretores da Companhia farão jus à remuneração variável de curto prazo.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio.

A remuneração fixa alinha-se aos interesses de curto prazo da Companhia e visa à recompensa imediata dos administradores, de acordo com as melhores práticas do mercado, no que a Companhia entende ser suficiente para propiciar a retenção de talentos no curto prazo.

Já as práticas de remuneração variável, em especial na forma de bônus anuais, atuam como um híbrido entre os interesses de curto (ao referir-se aos resultados atingidos) e também de médio e longo prazo (retenção e resultados a atingir) da Companhia.

As práticas de incentivos de longo prazo baseados em ações, conforme detalhado no item 13.4 do Formulário de Referência, asseguram o comprometimento de seus beneficiários com a continuidade da Companhia e seus interesses no longo prazo.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Não há qualquer remuneração suportada por subsidiárias ou controladas. A Companhia não possui acionista controlador.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

A Companhia possui um Comitê de Nomeação e Remuneração, atualmente composto por membros do Conselho de Administração, o qual anualmente avalia e debate a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, com base em estudos e pesquisas de mercado coordenados pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria externa especializada. Após tal avaliação, o Comitê de Nomeação e Remuneração apresenta sua recomendação ao Conselho de Administração, que delibera acerca da remuneração individual dos membros dos órgãos da administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual dos administradores da Companhia é fixada com base em estudos e pesquisas de mercado coordenados pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria externa especializada, os quais levam em consideração as práticas e valores de remuneração de empresas de porte e segmentos de atuação similares à Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Conforme mencionado no item 13.1.a. acima, a política de remuneração da administração da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de setembro de 2018. O Comitê de Nomeação e Remuneração e o Conselho de Administração da Companhia avaliarão anualmente a adequação da referida política.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.118.460,00	5.781.808,00	602.272,00	10.502.540,00
Benefícios direto e indireto	611.402,00	576.690,00	0,00	1.188.092,00
Participações em comitês	711.370,00	0,00	0,00	711.370,00
Outros	965.966,00	2.197.087,00	115.636,00	3.278.689,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.883.795,00	0,00	6.883.795,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.789.418,00	0,00	1.789.418,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	364.002,00	0,00	364.002,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação			1 A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. Valor previsto caso seja instalado o Conselho Fiscal no exercício corrente.	
Total da remuneração	6.407.199,00	17.592.801,00	693.817,00	24.693.817,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	0,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.730.485,00	5.244.431,00	0,00	9.974.916,00
Benefícios direto e indireto	556.998,00	335.556,00	0,00	892.554,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	881.667,00	1.790.393,00	0,00	2.672.060,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.463.657,00	0,00	3.463.657,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.816.527,00	0,00	1.816.527,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	266.009,00	0,00	266.009,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	6.169.150,00	12.916.574,00	0,00	19.085.723,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	0,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.057.184,00	4.386.242,00	93.080,00	8.536.506,00
Benefícios direto e indireto	562.499,00	258.335,00	0,00	820.834,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.012.064,00	0,00	1.012.064,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.417.048,00	0,00	4.417.048,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.725.677,00	0,00	1.725.677,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	246.752,00	0,00	246.752,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	5.069.683,00	12.046.119,00	93.080,00	17.208.881,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.057.681,00	3.633.025,00	358.769,00	8.049.475,00
Benefícios direto e indireto	473.982,00	241.710,00	0,00	715.692,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	627.925,00	0,00	627.925,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.943.811,00	0,00	3.943.811,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.187.646,00	0,00	1.187.646,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	236.631,00	0,00	236.631,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.531.663,00	9.870.748,00	358.769,00	14.761.179,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Total
Número de membros	-	4	-	4
Número de membros remunerados	-	4	-	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.966.798	-	1.966.798
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	6.883.795	-	6.883.795
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	4.916.996	-	4.916.996
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

¹ A Companhia possui conselho fiscal de funcionamento não permanente. Valor previsto caso seja solicitada a instalação do Conselho Fiscal no exercício corrente.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.492.152	-	2.007.749
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.222.531	-	4.417.047
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	3.730.379	-	4.684.747
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	3.463.657	-	3.463.657
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.007.749	-	2.007.749
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.417.047	-	4.417.047
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	4.684.747	-	4.684.747
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	4.417.047	-	4.417.047
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.863.217	-	1.863.217
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.347.508	-	4.347.508

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.031.768	-	2.031.768
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.740.792	-	4.740.792
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	3.386.280	-	3.386.280
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	4.402.164	-	4.402.164
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	3.105.363	-	3.105.363
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	3.943.810	-	3.943.810
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A remuneração baseada em ações na Companhia consiste em dois Planos: (i) o Plano de Opção de Compra de Ações outorgado entre 2009 até 2015, e (ii) o Plano de Incentivo de Longo Prazo, outorgado a partir de 2016 em substituição ao Plano anterior.

Abaixo encontram-se as informações sobre cada plano.

1) Plano Opção de Compra de Ações

a) termos e condições gerais

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações (o “Plano”), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2009 e alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de maio de 2014.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por administrar o Plano, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano.

Para fazer frente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano, a Companhia poderá utilizar-se de novas ações a serem emitidas por meio de aumento de capital, bem como de ações mantidas em tesouraria.

O Conselho de Administração criará, no âmbito do Plano e em conformidade com as necessidades da Companhia, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (os “Programas”), nos quais serão definidos: (i) os beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga e, eventualmente, a divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) o prazo de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) eventuais restrições à disponibilidade das ações recebidas pelo exercício da opção; e (vi) quaisquer termos e condições que não sejam contrários às diretrizes estabelecidas no Plano.

São elegíveis para participar do Plano os gestores da Companhia e de suas controladas que participem do programa de incentivo de Participação nos Resultados, conforme definido abaixo. Para de fato receberem as opções de compra de ações no âmbito do Plano e dos respectivos Programas, os gestores (“Beneficiários”) deverão destinar parcela da gratificação anual paga pela Companhia, referente ao ano anterior, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“Participação nos Resultados”), para aquisição, em bolsa de valores, de ações de emissão da Companhia (“Ações Próprias”) e nos percentuais definidos em cada Programa. É importante esclarecer que a destinação da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias é uma faculdade do Beneficiário.

Os membros do Conselho de Administração não são beneficiários do Plano.

Até a presente data, por meio dos Programas já lançados, a Companhia adotou o modelo descrito abaixo para suas outorgas de opções.

Os beneficiários deverão destinar 75%, 50% ou 25% da Participação nos Resultados paga pela Companhia para a aquisição de ações próprias (“Porcentagem da Participação nos Resultados”). A Porcentagem da Participação nos Resultados destinada para aquisição de Ações Próprias determinará os números de opções que terá direito a exercer. Caso o Beneficiário deixe de destinar a Porcentagem da Participação nos Resultados à aquisição de Ações Próprias, não fará jus ao recebimento das opções.

Para o Quinto Programa, último programa aberto, o Conselho de Administração decidiu outorgar ao beneficiário, nos termos da Cláusula 3.2.1 do Plano de Opção de Compra de Ações, um número de opções equivalente a 25% da sua Participação nos Resultados, de acordo com a formula abaixo, sem a contrapartida de aquisição em bolsa

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

de valores de ações próprias. O participante que decidir investir os percentuais do seu PRP, além dos 25% mencionados acima, receberá opções adicionais de acordo com a formula abaixo.

A Porcentagem da Participação nos Resultados deverá ser definida livremente pelo Beneficiário e utilizadas para aquisição das Ações Próprias, dentro dos prazos determinados nos respectivos Programas e nos limites dispostos acima, e posteriormente comprovada à Companhia, mediante apresentação da respectiva nota de corretagem.

Qualquer valor destinado pelo Beneficiário à aquisição de Ações Próprias, acima dos percentuais definidos de 75%, 50% e 25%, será desconsiderado, sendo o valor destinado sempre arredondado, de maneira a considerar sempre o percentual de destinação imediatamente abaixo.

Decorrido os prazos mencionados acima, o número de opções que cada Beneficiário terá direito será definido mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$O = (B * M) / P$$

Onde:

“O”: número de opções outorgadas ao Beneficiário;

“B”: valor, em reais, da Participação nos Resultados destinado pelo Beneficiário à aquisição de Ações Próprias;

“M”: múltiplo sobre o valor da Participação nos Resultados destinado à aquisição de Ações Próprias, definido conforme as especificações abaixo; e

“P”: preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da B3, imediatamente subsequentes ao término do prazo para a compra das Ações Próprias.

O múltiplo “M” mencionado acima terá um valor numérico fixo para cada Beneficiário, que será o seguinte:

(i) se o Beneficiário tiver destinado 75% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, “M” será equivalente a 2,0;

(ii) se o Beneficiário tiver destinado 50% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, “M” será equivalente a 1,5; e

(iii) se o Beneficiário tiver destinado 25% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, “M” será equivalente a 1,0.

Uma vez definido o número de opções, conforme os critérios mencionados acima, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (o “Contrato”), a ser celebrado com cada Beneficiário. O Contrato deverá definir o número de ações que o Beneficiário de fato terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das opções, bem como o preço por ação e quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano ou o respectivo Programa.

O preço de exercício das opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da B3, imediatamente anteriores à data inicial para a aquisição das Ações Próprias, a ser estabelecida no Programa, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração em cada Programa.

A aquisição das opções objeto do Plano deverá ser realizada mediante pagamento em até 5 dias úteis após a data da efetiva transferência das ações, em moeda corrente nacional por meio de: (i) cheque nominal à Companhia;

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

Adicionalmente, conforme os Programas lançados até a presente data, as opções são divididas em 3 lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em 2, 3 e 4 anos contados da data do início de cada Programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada Lote Anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, numa única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de 3 anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de 10 dias. Após o decurso deste prazo, o Beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito a indenização.

No tocante à transferência de ações no âmbito do Plano, salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, caso o Beneficiário venda, transfira ou, de qualquer forma, aliene as Ações Próprias, em quantidade superior ou não proporcional as opções já exercidas que lhe foram outorgadas, caducarão, sem direito a qualquer indenização, todas as opções ainda não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não. O disposto acima também se aplica caso o Beneficiário onere as Ações Próprias ou institua sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto neste Plano.

Já, no tocante das ações subscritas ou adquiridas em virtude do exercício das opções, estas estarão livres e desembaraçadas para alienação a qualquer momento, a partir da sua data de aquisição.

b) principais objetivos do plano

Conforme definido, no Capítulo I do Plano, os principais objetivos são:

- Estimular a expansão da Companhia de forma a atingir as metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos que visem uma maior integração de seus empregados, na qualidade de acionistas da Companhia;
- Possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e formas previstos no Plano; e
- Promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses de seus acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus administradores e empregados.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui para os objetivos apresentados no item “b” acima, por meio do maior alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia e de seus acionistas.

O retorno do capital investido pelos beneficiários no âmbito do Plano fica intimamente ligado ao bom desempenho da Companhia, dado que para participar do Plano os Beneficiários devem comprometer parte da gratificação anual na compra de ações da Companhia em bolsa de valores e, ainda, o exercício das opções se mostra vantajosa com a valorização das ações de emissão da Companhia.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano e as outorgas de opções realizadas em seu âmbito integram a política de remuneração da Companhia de maneira a balancear a composição da remuneração de seus executivos entre diferentes indicadores e componentes relacionados com o desempenho de curto, médio e longo prazo, ao vincular parte dos possíveis ganhos dos executivos ao desempenho da Companhia no longo prazo, seja pelo ganho decorrente da valorização

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

das ações, seja pela possibilidade de exercício das opções em condições mais vantajosas se comparadas ao valor das ações negociadas em bolsa. Desta forma, a Companhia reforça a meta dos executivos de criar valor para seus acionistas, alinhando o objetivo de sua política de remuneração com as perspectivas dos investidores.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração como um todo tem por objetivo reforçar o alinhamento dos interesses dos administradores e dos acionistas, no horizonte de tempo que vai do médio ao longo prazo, especialmente ao condicionar o exercício das opções ao decurso do prazo de carência. Assim, os ganhos para as partes estão fortemente vinculados à entrega de resultados e à valorização dos negócios da Companhia ao longo do tempo, servindo para estimular a geração de resultados desde o curto prazo, e com efeitos agregados para o longo prazo.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de ganhos acima da média de mercado atrai e retém os profissionais desejados pela organização, contribuindo para sua permanência durante os prazos aplicáveis.

f) número máximo de ações abrangidas

As opções outorgadas no âmbito do Plano não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência deste, o limite máximo de 5% do total de ações do capital social da Companhia, a qualquer tempo, considerando-se neste total o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima.

h) condições de aquisição de ações

Após o recebimento da Participação nos Resultados, o Beneficiário deverá destinar parte do valor recebido à aquisição de Ações Próprias, nos termos de cada Programa. Uma vez comprovada tal aquisição, mediante apresentação da respectiva nota de corretagem, o Beneficiário terá então direito ao recebimento das opções, na quantidade definida pelo Conselho de Administração. Cada Programa deverá definir, dentre outros, os prazos de carência que deverão ser respeitados, bem como se as opções serão ou não divididas em lotes.

Para o exercício das opções, cada beneficiário deverá comunicar à Companhia ou à controlada em que desempenhe suas funções, conforme o caso, por escrito, sobre a sua decisão de exercer a opções, com antecedência mínima de 10 dias da data de exercício.

Quando decorrido o respectivo prazo de carência e informado a Companhia nos termos acima, o Beneficiário deverá pagar o preço de exercício, determinado nos termos do Plano e respectivo Programa, em até 5 dias úteis após a data da efetiva transferência das ações pela Companhia, em moeda corrente nacional por meio de: (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

Até a presente data, nos termos do Programas já lançados, a partir do 2º ano das aquisições das ações próprias no mercado o Beneficiário terá o direito de adquirir da tesouraria da Companhia 1/3 das opções a que ele tem direito, conforme as regras do Programa, ao preço de exercício estabelecido quando da compra das ações próprias, corrigidos pelo IPCA. Essa mesma regra será aplicada anualmente até que se complete os 3/3 das opções.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

As Ações Próprias serão adquiridas pelo Beneficiário em bolsa de valores a preços de mercado.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Já o preço de exercício das opções é calculado pelo valor médio das ações da Companhia nos 20 pregões da B3, imediatamente anteriores à data inicial para a aquisição das Ações Próprias, a ser estabelecida no Programa, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração em cada Programa.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Segundo o Plano, o Conselho de Administração deverá estabelecer os prazos de carência de cada outorga nos Programas a serem lançados.

Nos termos dos Programas já lançados, as opções serão divididas em 3 lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em 2, 3 e 4 anos contados da data de cada Programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, numa única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de 3 anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de 10 dias. Após o decurso deste prazo, o Beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito a indenização.

k) forma de liquidação

Para fazer frente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano, a Companhia poderá utilizar-se de novas ações a serem emitidas por meio de aumento de capital, bem como de ações mantidas em tesouraria.

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas e nos respectivos Contratos.

Para o exercício das opções, cada Beneficiário deverá comunicar à Companhia ou à controlada em que desempenhe suas funções, conforme o caso, por escrito, sobre a sua decisão de exercer as opções, com antecedência mínima de 10 dias da data de exercício.

Nos termos do Plano, o Beneficiário deverá pagar o preço de exercício em até 5 dias úteis após a data da efetiva transferência das ações pela Companhia, em moeda corrente nacional por meio de: (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

Os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

l) restrições à transferência das ações

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, caso o Beneficiário venda, transfira ou, de qualquer forma, aliene as Ações Próprias, em quantidade superior ou não proporcional as opções já exercidas, caducarão, sem direito a qualquer indenização, todas as opções ainda não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não. Após o exercício das opções outorgadas ao Beneficiário, as Ações Próprias ficarão livres e desembaraçadas de forma proporcional as opções exercidas, para alienação a qualquer tempo. O disposto acima também se aplica caso o Beneficiário onere as Ações Próprias ou institua sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano.

As Ações subscritas ou adquiridas em virtude do exercício das opções, estarão livres e desembaraçadas para alienação a qualquer momento, a partir da sua data de aquisição.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, sempre observado o disposto abaixo: (i) alterar ou extinguir o Plano, no interesse da Companhia; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; e (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes.

Não obstante o disposto acima, nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, excetuados os ajustamentos permitidos pelo Plano, aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas, conforme definido no item “f” acima, nem alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra sem o consentimento do Beneficiário.

Na hipótese de transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em qualquer caso, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções dos Programas em vigência, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário. Após o referido prazo, o Plano terminará e todas as opções outorgadas não exercidas caducarão sem direito à indenização.

Na hipótese de dissolução ou liquidação da Companhia, os Beneficiários poderão exercer suas opções, que já possam ser exercidas, no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Após a realização desta, tais opções, bem como o Plano, Programas e Contratos vigentes, serão todos extintos.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração, no caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário por iniciativa da Companhia, sem justa causa, caducarão, sem aviso prévio nem qualquer indenização, todas as opções outorgadas cujo prazo de carência ainda não tenha decorrido. Neste caso, o Beneficiário terá o direito de exercer as opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, no prazo de 30 dias.

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração, no caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário por iniciativa da Companhia, por justa causa, ou por iniciativa do Beneficiário, caducarão, sem aviso prévio nem indenização, todas as opções outorgadas e ainda não exercidas, tendo ou não decorrido os respectivos prazos de carência.

Se o Beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, as opções cujo prazo de carência já tenha decorrido poderão ser exercidas pelo Beneficiário ou por seus herdeiros e sucessores, conforme o caso, por um período de 1 ano a contar da data do óbito ou invalidez permanente. Já as opções cujo prazo de carência ainda não tenha decorrido caducarão sem direito a indenização.

Nesse caso, as Ações Próprias de titularidade do Beneficiário ficarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento.

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de aposentadoria do Beneficiário, caducarão, sem aviso prévio nem qualquer indenização, todas as opções cujo prazo de carência ainda não tenha decorrido. Neste caso, o Beneficiário terá o direito de exercer as opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, no prazo de 90 dias a contar da data de aposentadoria, ou até o término do prazo para o exercício da opção, se restar prazo inferior a 90 dias.

Ressalta-se que nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 não houve outorga para a Diretoria Estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

2) Plano de Incentivo de Longo Prazo

a) termos e condições gerais

A Companhia possui um Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual configura o pagamento de um prêmio a determinados executivos da Companhia.

São elegíveis para participar do ILP os principais gestores da Companhia e de suas controladas, conforme determinação do Conselho de Administração. Atualmente os membros do Conselho de Administração não são beneficiários do Plano.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por administrar o ILP, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do ILP.

De acordo com os termos do ILP, o Conselho de Administração criará Programas, periodicamente, no âmbito do Plano e em conformidade com os planos estratégicos da Companhia, nos quais serão definidos: (i) os Beneficiários; (ii) o valor de referência do prêmio que o Beneficiário fará jus; (iii) os prazos e condições para o recebimento do prêmio; e (v) demais termos, condições e restrições aplicáveis ao respectivo Programa, que não sejam contrários às diretrizes gerais do Plano.

O valor do prêmio será fixado da seguinte forma: (a) o Conselho de Administração fixará, a seu critério, para cada outorgado, um número ("Fator Referencial") que, após multiplicado pelo montante do salário bruto mensal do Beneficiário, será dividido pelo preço médio da ação de emissão da Companhia dos últimos 20 (vinte) pregões anteriores ao período de oito dias que antecede a data da outorga do Programa; e (b) as unidades resultantes de tal divisão serão separadas, em dois grupos, conforme proporção definida pelo Conselho de Administração, sendo o primeiro grupo denominado *Restricted Stock Units* ("RSU") e o segundo grupo denominado *Performance Shares* ("PS").

Frise-se que o Fator Referencial relativo aos administradores da Companhia será fixado pelo Conselho de Administração observando-se o montante global da remuneração dos administradores estabelecido pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Programas, as RSUs serão liquidadas em três tranches distintas, sendo: (a) 33,4% das RSUs liquidadas até o dia 30 de abril do ano em que a data de outorga completar o seu 2º aniversário; (b) 33,3% das RSUs liquidadas até o dia 30 de abril do ano em que a data de outorga completar o seu 3º aniversário; e (c) 33,3% das RSUs liquidadas até o dia 30 de abril do ano em que a data de outorga completar o seu 4º aniversário.

O montante a ser pago ao beneficiário por cada RSU liquidada será equivalente ao preço médio ponderado das ações da Companhia negociadas nos 20 (vinte) pregões anteriores à data de liquidação aplicável.

Por sua vez, sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Programas, as PSs serão liquidadas até o dia 30 de abril do ano em que a data de outorga completar o seu 4º aniversário, ressalvado que as PSs somente serão devidas e pagas pela Companhia ao beneficiário de acordo com o atingimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração com base no ROIC médio apurado nos anos fiscais relativos ao respectivo Programa. As efetivas metas de ROIC e montantes devidos serão estabelecidas pelo Conselho de Administração. O montante a ser pago ao Beneficiário por cada PS liquidada será equivalente ao preço médio ponderado das ações da Companhia negociadas nos 20 (vinte) pregões anteriores à data de liquidação aplicável.

O pagamento dos montantes referentes à liquidação das RSUs ou PSs serão realizados pela Companhia exclusivamente em moeda corrente, não havendo pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**b) principais objetivos do plano**

Os objetivos principais do ILP são os seguintes:

- (a) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo pelos administradores e empregados da Companhia;
- (b) possibilitar à Companhia a manutenção de seus principais profissionais, assim como a atração de novos talentos; e
- (c) alinhar a remuneração e benefícios outorgados aos administradores e empregados da Companhia (i) com a performance das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores em que são negociadas; e (ii) com a performance econômico-financeira da Companhia.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O ILP contribui para os objetivos apresentados no item “b” acima, por meio do maior alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia e de seus acionistas. O recebimento do prêmio pelos beneficiários no âmbito do ILP fica atrelado ao bom desempenho da Companhia, particularmente no que se refere à valorização das ações da Companhia e de atingimento das metas de ROIC.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano e as outorgas de opções realizadas em seu âmbito integram a política de remuneração da Companhia de maneira a balancear a composição da remuneração de seus executivos entre diferentes indicadores e componentes relacionados com o desempenho de curto, médio e longo prazo, ao vincular parte dos possíveis ganhos dos executivos ao desempenho da Companhia no longo prazo. Desta forma, a Companhia reforça a meta dos executivos de criar valor para seus acionistas, alinhando o objetivo de sua política de remuneração com as perspectivas dos investidores.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração como um todo tem por objetivo reforçar o alinhamento dos interesses dos administradores e dos acionistas, no horizonte de tempo que vai do médio ao longo prazo, especialmente ao condicionar o recebimento do ILP ao decurso do prazo de carência e atingimento das metas de ROIC. Assim, os ganhos para as partes estão fortemente vinculados à entrega de resultados e à valorização dos negócios da Companhia ao longo do tempo, servindo para estimular a geração de resultados desde o curto prazo, e com efeitos agregados para o longo prazo.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de ganhos acima da média de mercado atrai e retém os profissionais desejados pela organização, contribuindo para sua permanência durante os prazos aplicáveis.

f) número máximo de ações abrangidas

O ILP não abrange ações da companhia, trata-se do pagamento de um prêmio em moeda corrente, na forma de RSU e PS, conforme descritas no item a) acima.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

O ILP não envolve outorga de opções aos administradores da Companhia, trata-se do pagamento de um prêmio em moeda corrente, na forma de RSU e PS, conforme descritas no item a) acima.

h) condições de aquisição de ações

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

O ILP não envolve aquisição de ações pelos administradores da Companhia, trata-se do pagamento de um prêmio em moeda corrente, na forma de RSU e PS, conforme descritas no item a) acima.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O ILP não envolve preço de aquisição ou exercício para aquisição de ações pelos administradores da Companhia, trata-se do pagamento de um prêmio em moeda corrente, na forma de RSU e PS, conforme descritas no item a) acima.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

De forma a alinhar a performance dos administradores da Companhia aos resultados da Companhia no longo prazo, o ILP estabelece que as RSUs serão liquidadas em três tranches distintas, de um terço cada, liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu 2º, 3º e 4º aniversários, respectivamente. As PSs serão liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu 4º aniversário.

k) forma de liquidação

O pagamento dos montantes referentes à liquidação das RSUs ou PSs serão realizados pela Companhia exclusivamente em moeda corrente, não havendo pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia.

l) restrições à transferência das ações

Não há transferência de ações no âmbito do ILP.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há critérios ou eventos específicos que quando observados ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano. Todavia, o Conselho de Administração da Companhia, órgão responsável pela administração do plano, poderá a seu critério alterar ou extinguir o plano. O plano tem prazo de vigência de 10 (dez) anos contados de abril de 2016.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração: (i) no caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do beneficiário, caducarão todas as RSUs e PSs outorgadas ao beneficiário em questão. No entanto, se o beneficiário se aposentar, deixando de exercer suas atividades na Companhia, as RSUs a ele outorgadas serão devidas proporcionalmente ao tempo em que seu contrato de trabalho ou mandato permaneceu em vigor; se o beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função, as RSUs a ele outorgadas serão devidas em sua totalidade; e (ii) as PSs somente serão devidas e pagas na medida em que os respectivos beneficiários permaneçam continuamente vinculados à Companhia, pelo período compreendido entre a data de outorga e data de liquidação aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Plano de Opção de Compra de Ações:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	N/A	4*		
Número de membros remunerados	N/A	4*		
Outorga de opção de compras de ações				
Data de outorga	N/A	2019	2018	2017
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga				
2018	2017		2016	
N/A	N/A		N/A	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas				
2018	2017		2016	
N/A	N/A		N/A	

* Número de membros previsto para o exercício social de 2019.

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	-	3		
Número de membros remunerados	-	3		
Outorga de opção de compras de ações				
Data de outorga	N/A	2019	2018	2017
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga				
2019	2018		2017	
N/A	N/A		N/A	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas				
2019	2018		2017	
N/A	N/A		N/A	

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	-	3		
Número de membros remunerados	-	3		
Outorga de opção de compras de ações				
Data de outorga	N/A	2017	2016	2015
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga				
2017	2016		2015	
N/A	N/A		N/A	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas				
2017	2016		2015	
N/A	N/A		N/A	

Plano de Incentivo de Longo Prazo:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	N/A	4*		
Número de membros remunerados	N/A	4*		
Outorga de RSUs e PSs				
Data de outorga	N/A	2019	2018	2017

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Quantidade total de RSUs e PSS outorgadas	-	89.754	83.696	115.166
Prazo de liquidação das RSUs e PSS	N/A	RSUs 33,4% 16/03/2021 RSUs 33,3% 15/03/2022 RSUs 33,3% 15/03/2023 PSS 100% 15/03/2023	RSUs 33,4% 16/03/2020 RSUs 33,3% 15/03/2021 RSUs 33,3% 15/03/2022 PSS 100% 15/03/2022	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSS 100% 27/04/2021
Prazo máximo para liquidação das RSUs e PSS	N/A	RSUs 33,4% 16/03/2021 RSUs 33,3% 15/03/2022 RSUs 33,3% 15/03/2023 PSS 100% 15/03/2023	RSUs 33,4% 16/03/2020 RSUs 33,3% 15/03/2021 RSUs 33,3% 15/03/2022 PSS 100% 15/03/2022	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSS 100% 27/04/2021
Prazo de restrição à transferência das RSUs e PSS	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				
(a) Das RSUs e PSS em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das RSUs e PSS perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das RSUs e PSS exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das RSUs e PSS na data da outorga				
2018		2017		2016
N/A		N/A		N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas				
2018		2017		2016
N/A		N/A		N/A

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	-	3		
Número de membros remunerados	-	3		
Outorga de RSUs e PSs				
Data de outorga	N/A	2017	2016	2015
Quantidade total de RSUs e PSs outorgadas	-	115.166	117.980	-
Prazo de liquidação das RSUs e PSs	N/A	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSs 100% 27/04/2021	RSUs 33,4% 27/04/2018 RSUs 33,3% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 PSs 100% 27/04/2020	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Prazo máximo para liquidação das RSUs e PSs	N/A	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSs 100% 27/04/2021	RSUs 33,4% 27/04/2018 RSUs 33,3% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 PSs 100% 27/04/2020	N/A
Prazo de restrição à transferência das RSUs e PSs	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				
(a) Das RSUs e PSs em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das RSUs e PSs perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das RSUs e PSs exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das RSUs e PSs na data da outorga				
2017		2016		2015
N/A		N/A		N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as RSUs e PSs outorgadas				
2017		2016		2015
N/A		N/A		N/A

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	-	3		
Número de membros remunerados	-	3		
Outorga de RSUs e PSS				
Data de outorga	N/A	2017	2016	2015
Quantidade total de RSUs e PSS outorgadas	-	115.166	117.980	-
Prazo de liquidação das RSUs e PSS	N/A	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSS 100% 27/04/2021	RSUs 33,4% 27/04/2018 RSUs 33,3% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 PSS 100% 27/04/2020	N/A
Prazo máximo para liquidação dasRSUs e PSS	N/A	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSS 100% 27/04/2021	RSUs 33,4% 27/04/2018 RSUs 33,3% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 PSS 100% 27/04/2020	N/A
Prazo de restrição à transferência das RSUs e PSS	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
(a) Das RSUs e PSs em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das RSUs e PSs perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das RSUs e PSs exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das RSUs e PSs na data da outorga				
2017		2016		2015
N/A		N/A		N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as RSUs e PSs outorgadas				
2017		2016		2015
N/A		N/A		N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Plano de Opção de Compra de Ações:

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	-	3		
Número de membros remunerados	-	3		
Opções de compras de ações não exercíveis				
	N/A	2019	2018	2017
Quantidade	-	-	-	-
Data em que serão exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Opções de compras de ações exercíveis				
Quantidade	-	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Ressalta-se que nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 não houve outorga para a Diretoria Estatutária.

Plano de Incentivo de Longo Prazo:

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	-	3		
Número de membros remunerados	-	3		
Opções de compras de ações não exercíveis				
	N/A	2018	2017	2016
Quantidade	-	127.156	115.166	117.980
Data em que serão exercíveis	N/A	RSUs 33,4% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 RSUs 33,3% 27/04/2022 PSs 100% 27/04/2022	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSs 100% 27/04/2021	RSUs 33,4% 27/04/2018 RSUs 33,3% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 PSs 100% 27/04/2020
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	27/04/2021	27/04/2021	27/04/2020
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Opções de compras de ações exercíveis				
Quantidade	-	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entreguesPlano de Opção de Compra de Ações:

Remuneração baseada em ações no exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	3
Número de membros remunerados	-	3
Opções de compra de ações exercidas		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de aquisição*	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações no exercício social de 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	3
Número de membros remunerados	-	3
Opções de compra de ações exercidas		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de aquisição*	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Remuneração baseada em ações no exercício social de 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	3
Número de membros remunerados	-	3
Opções de compra de ações exercidas		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de aquisição*	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

*Ações que o participante do plano teve que comprar no mercado para poder participar do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme as regras do Plano.

Ressalta-se que nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 não houve outorga para a Diretoria Estatutária.

Plano de Incentivo de Longo Prazo:

As informações solicitadas neste item 13.7 não se aplicam ao Plano de Incentivo de Longo Prazo.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

1) Plano Opção de Compra de Ações

a) Modelo de precificação

Para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações, a Companhia utiliza o modelo matemático de Black & Scholes, o qual considera as premissas matemáticas elencadas abaixo.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções outorgadas devem ser avaliadas na data da respectiva outorga (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Companhia considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é o Valor de Mercado base para cálculo dos preços de exercício.

Preço de exercício

O preço de exercício nas outorgas foi corrigido monetariamente pela variação do índice IPCA. De modo a incorporar essa condição contratual, o preço de exercício foi corrigido periodicamente ao longo do período, de modo que no momento do exercício o valor desembolsado se refere ao montante corrigido, até o instante em que as regras correspondentes foram aplicadas.

Volatilidade Esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações da Companhia.

Prazo de vida da opção

O prazo contratual de todos os Programas já lançados até a presente data para exercício das opções é de 3 anos a contar da data em que se tornaram exercíveis, ou seja, além do prazo de carência.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Essa variável foi calculada a partir do histórico de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto a B3 (taxa swap DI x Pré), de acordo com o prazo de vencimento da opção.

Os elementos para o cálculo utilizando o modelo matemático de Black & Scholes em, encontram-se na tabela abaixo:

Descrição das premissas	Indicadores
	Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

	Programa 2019	Programa 2018	Programa 2017
Preço médio ponderado das ações	N/A	N/A	N/A
Preço de exercício	N/A	N/A	N/A
Volatilidade esperada	N/A	N/A	N/A
Prazo de vida da opção	N/A	N/A	N/A
	N/A	N/A	N/A
	N/A	N/A	N/A
Dividendos esperados	N/A	N/A	N/A
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A
	N/A	N/A	N/A
	N/A	N/A	N/A

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Cálculo do desvio padrão das cotações diárias dos últimos 7 anos, contados desde 1º de janeiro de 2009 até 30 de dezembro de 2015.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não houve incorporação de outra característica das opções na mensuração de seu valor justo.

2) Plano de Incentivo de Longo Prazo

Considerando que o Plano de Incentivo de Longo Prazo não envolve liquidação em ações, o disposto nos itens a) a e) do item 13.8 não se aplica ao caso.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

Órgão	Qtd. Ações Ordinárias	%
Conselho de Administração	11.135.200	7,24%
Diretoria Estatutária	29.886	0,02%
Total	11.165.086	7,26%

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros	-	3
Nome do plano	-	Brasil Prev Seguros e Previdência S.A. (contribuição definida)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	Não há administrador em condições de se aposentar.
Condições para se aposentar antecipadamente	-	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	1.863.744
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	266.009
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Não há possibilidade

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	9,00	9,00	9,00	0,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00	9,00	9,00	0,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração	7.207.552,00	6.924.209,00	5.854.566,23	1.521.275,00	1.281.477,00	896.435,97	0,00	31.026,00	119.590,00
Valor da menor remuneração	1.746.345,00	1.477.345,00	1.255.155,93	412.640,00	332.485,00	321.433,71	0,00	31.026,00	119.590,00
Valor médio da remuneração	4.305.525,00	4.015.372,00	3.290.249,37	685.461,00	563.298,00	503.518,07	0,00	31.026,00	119.590,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal	
31/12/2019	O Conselho Fiscal não foi instalado nas AGOs de 2019
31/12/2018	O Conselho Fiscal não foi instalado na AGO de 2018. O valor de salário ou pró labore se refere ao período de janeiro a abril de 2018.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Não houve, em relação aos três últimos exercícios sociais, qualquer valor reconhecido no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupavam.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Não houve, em relação aos três últimos exercícios sociais, qualquer valor reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Localização		Atividade	2019	2018	2017
Brasil	Minas Gerais	Administrativo	20	29	29
		Produção	556	641	602
	Rio de Janeiro	Administrativo	36	28	26
		Produção	341	236	181
	São Paulo	Administrativo	897	847	803
		Produção	4.962	5.171	4.461
	Subtotal Brasil	Administrativo	953	904	858
		Produção	5.859	6.048	5.244
Exterior	África do Sul	Administrativo	62	58	48
		Produção	247	255	241
	Alemanha	Administrativo	162	162	141
		Produção	339	342	338
	China	Administrativo	28	30	32
		Produção	98	97	97
	Espanha	Administrativo	49	48	48
		Produção	177	169	171
	EUA	Administrativo	106	106	136
		Produção	318	332	303
	Índia	Administrativo	148	218	174
		Produção	665	298	274
	Itália	Administrativo	77	72	72
		Produção	272	288	297
	México	Administrativo	547	560	498
		Produção	2.909	2.712	2.172
	República Tcheca	Administrativo	150	143	137
		Produção	682	659	628
	Tailândia	Administrativo	95	94	90
		Produção	384	354	369
	Turquia	Administrativo	222	214	206
		Produção	1.485	1.464	1.399
	Japão	Administrativo	6	6	6
		Produção	-	-	-
	Subtotal Exterior	Administrativo	1.652	1.711	1.588
		Produção	7.576	6.970	6.289
Total Geral		Administrativo	2.605	2.615	2.446
		Produção	13.435	13.018	11.533

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

	Total	16.040	15.633	13.979
--	--------------	---------------	---------------	---------------

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Localização		Atividade	2019	2018	2017
Brasil	Minas Gerais	Administrativo	-	-	-
		Produção	28	26	18
	Rio de Janeiro	Administrativo	-	-	-
		Produção	-	-	-
	São Paulo	Administrativo	67	42	11
		Produção	590	677	437
	Subtotal Brasil	Administrativo	67	42	11
		Produção	618	703	455
Exterior	África do Sul	Administrativo	-	-	-
		Produção	6	29	40
	Alemanha	Administrativo	11	5	6
		Produção	12	8	7
	China	Administrativo	-	-	-
		Produção	43	45	48
	Espanha	Administrativo	1	1	-
		Produção	9	3	-
	EUA	Administrativo	-	3	5
		Produção	-	18	26
	Índia	Administrativo	-	-	-
		Produção	104	263	280
	Itália	Administrativo	4	1	5
		Produção	106	152	142
	México	Administrativo	12	20	19
		Produção	41	2	5
	República Tcheca	Administrativo	4	6	10
		Produção	117	146	150
	Tailândia	Administrativo	-	-	-
		Produção	40	78	42
	Turquia	Administrativo	-	-	-
		Produção	-	-	4
	Japão	Administrativo	-	-	-
		Produção	-	-	-
	Subtotal Exterior	Administrativo	32	36	45
		Produção	478	744	744

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Total Geral	Administrativo	99	78	56
	Produção	1.096	1.447	1.199
	Total	1.195	1.525	1.255

b) Índice de rotatividade da Companhia e de suas subsidiárias

Companhia	2019	2018	2017
Índice de rotatividade	2,95%	3,00%	1,20%

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

O aumento observado no número de funcionários em 2019 é relacionado principalmente a contratações no México, devido ao crescimento da demanda de longarinas para veículos comerciais na América do Norte.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui duas categorias de cargos, quais sejam os horistas e os mensalistas. Para ambas as categorias os salários são baseados na média do mercado das regiões onde a Companhia atua, sendo as pesquisas de mercado relativas aos salários realizadas anualmente.

Os aumentos salariais ocorrem em conformidade com a legislação aplicável. Adicionalmente, os ajustes coletivos baseiam-se nas negociações sindicais anuais, enquanto que os critérios individuais são apurados por meio de enquadramento funcional, desempenho e promoção.

Em relação à remuneração variável, esta é aplicada de forma diferenciada entre diretoria e gerência e demais empregados.

Para a diretoria e gerência, a remuneração variável é diretamente relacionada ao atingimento de metas anuais pré-estabelecidas e tem limites de participação de acordo com o nível hierárquico, divididas da seguinte forma:

Diretores Seniores – até 14 salários nominais

Diretores – até 6 salários nominais

Gerentes – até 3 salários nominais

Para os demais empregados, a remuneração variável esta relacionada à negociação anual de PLR com os respectivos sindicatos.

No tocante aos incentivos de longo prazo, alguns gestores da Companhia ou de suas controladas poderão ser contemplados com outorgas de opção de compra de ações de emissão da Companhia, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, detalhado no item 13.4 deste Formulário de Referência (o “Plano”).

b) política de benefícios

A Companhia com base nos cargos, fornece aos seus empregados benefícios como, assistência médica, assistência odontológica, farmácia privativa, convênio com farmácias, seguro de vida, restaurante ou vale refeição, vale transporte, cesta de natal, cesta básica, brinquedos para dependentes, auxílio-educação, cooperativa de crédito, plano de previdência privada, veículo, auxílio combustível e telefone celular.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

A Companhia possui dois planos de remuneração baseados em ações, o Plano de Opção de Compra de Ações outorgado até o ano de 2015, e o Plano de Incentivo de Longo Prazo que o substituiu a partir de 2016. Mais informações sobre os Planos de remuneração baseados em ações encontram-se no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

Nas operações brasileiras os empregados da Companhia são representados pelos seguintes sindicatos dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente: (i) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de material elétrico de Belo Horizonte, Contagem e Região; (ii) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora e Região; (iii) Sindicato dos Metalúrgicos de Resende e Região; (iv) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico e Eletroeletrônico de Limeira e Região; (v) Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Limeira; (vi) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santo André e Mauá; (vii) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Guarulhos; (viii) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Cruzeiro; (ix) Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo; e (x) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Região.

A Companhia é representada pelos seguintes sindicatos: (i) Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); (ii) Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores; e (iii) Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários, e negociam Acordos Coletivos anualmente a cada data base da categoria.

Nas operações internacionais a maior parte dos empregados também são representados pelos respectivos sindicatos da categoria em cada país.

Em geral, a Companhia tem mantido um bom relacionamento com seus empregados e os respectivos sindicatos das categorias das suas várias unidades de produção, tendo havido poucas greves, ressalvado que em uma unidade, a AmstedMaxion (coligada), localizada em Hortolândia, Estado de São Paulo, há um histórico desde 2006 de algumas paralizações, particularmente à época de negociação dos dissídios coletivos.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 23/05/2019						
1.349.827	0,878	0	0,000	1.349.827	0,878	
Alaska Investimentos Ltda.						
11.752.203/0001-50	Brasileira-SP	Não	Não	14/02/2020		
20.466.662	13,314	0	0,000	20.466.662	13,314	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Aline Kolodny Nemetz						
554.234.930-72	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
1.335.674	0,869	0	0,000	1.335.674	0,869	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Compass Group LLC						
33.868.597/0001-40	Estatunidense	Não	Não	23/05/2019		
9.647.830	6,276	0	0,000	9.647.830	6,276	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Dan Ioschpe						
439.240.690-34	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
3.523.450	2,292	0	0,000	3.523.450	2,292	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Debora Berg Ioschpe						
801.868.310-72	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
2.254.876	1,467	0	0,000	2.254.876	1,467	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
EVELYN NOEMI BERG IOSCHPE						
056.683.950-49	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
472.900	0,308	0	0,000	472.900	0,308	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Fundo de Investimento em Ações WPA EST Investimento no Exterior						
14.713.884/0001-36	Brasileira	Não	Não	23/05/2019		
15.233.647	9,910	0	0,000	15.233.647	9,910	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
G7 Cinema Ltda.						
07.139.247/0001-32	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
1.077.282	0,701	0	0,000	1.077.282	0,701	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Glauícia Stifelman						
785.258.700-30	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
360.000	0,234	0	0,000	360.000	0,234	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Gustavo Berg Ioschpe						
920.901.680-72	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
3.369.879	2,192	0	0,000	3.369.879	2,192	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
IBI Participações e Negócios S.A.						
92.198.035/0001-03	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
995.126	0,647	0	0,000	995.126	0,647	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Inova Investimentos Ltda.						
03.541.634/0001-40	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
1.962.412	1,277	0	0,000	1.962.412	1,277	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
IVONCY BROCHMANN IOSCHPE						
000.922.900-00	Brasileira-RS	Sim	Não	23/05/2019		
4.395.414	2,859	0	0,000	4.395.414	2,859	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Leandro Kolodny						
000.754.180-53	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
807.732	0,525	0	0,000	807.732	0,525	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Luciano Iochpe Kolodny						
602.537.620-49	Brasileiro	Sim	Não	23/05/2019		
219.497	0,143	0	0,000	219.497	0,143	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Composição capital social						
Marcio Iochpe Kolodny						
525.270.770-72	Brasileira	Sim	Não	23/05/2019		
122.013	0,079	0	0,000	122.013	0,079	
Classe Ação						
TOTAL	0	0,000				
Mauro Litwin Iochpe						
154.727.520-00	Brasileira-RS	Sim	Não	23/05/2019		
1.127.190	0,733	0	0,000	1.127.190	0,733	
Classe Ação						
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
84.458.344	54,945	0	0,000	84.458.344	54,945	
Salomão Ioschpe						
400.517.220-20	Brasileira-RS	Sim	Não	23/05/2019		
539.846	0,351	0	0,000	539.846	0,351	
Classe Ação						
TOTAL	0	0,000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
TOTAL						
153.719.601	100,000	0	0,000	153.719.601	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física	47.057
Quantidade acionistas pessoa jurídica	373
Quantidade investidores institucionais	244

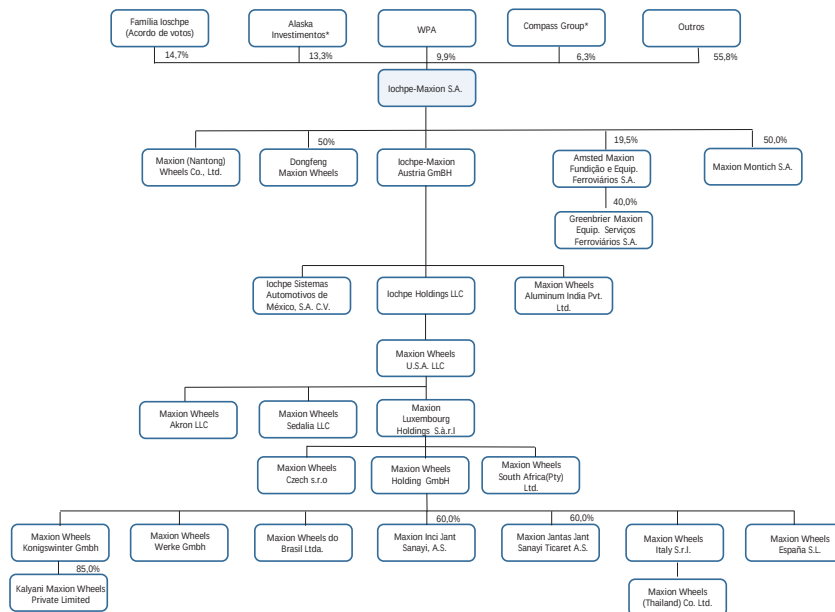
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	141.465.625	92,028%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	141.465.625	92,028%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Segue abaixo organograma simplificado dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando os acionistas com participação igual ou superior a 5% do capital social do emissor, as principais controladas e coligadas do emissor, participações do emissor em sociedades do grupo, participações de sociedades do grupo no emissor e principais sociedades sob controle comum. A Companhia não tem controle definido.



* Participação acionária detida por fundos de investimentos e/ou carteiras sob gestão discricionária comum da entidade em questão.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Em função do advento do seu termo contratual, extinguiu-se no dia 26 de outubro de 2013, o acordo de acionistas da Companhia celebrado em 04 de dezembro de 2007.

Posteriormente, em 28 de outubro e 18 de dezembro de 2013, respectivamente, foram arquivados na sede da Companhia um novo Acordo de Voto e o seu Primeiro Aditamento. Em 30 de janeiro de 2019 foi celebrado o Segundo Aditamento ao referido Acordo de Voto, arquivado na sede da Companhia, com o fim de atualizar as suas partes, para refletir a retirada de Mirela Litvin Iochpe Wainstein e formalizar o ingresso de herdeiros, sucessores e pessoas controladas pelas partes originais, conforme previsto no próprio Acordo, sem que sejam alterados seus termos e condições, que seguem descritos abaixo.

a) Partes

Ivony Brochmann Ioschpe, Inova Investimentos Ltda. (sociedade controlada por Ivony Brochmann Ioschpe), Dan Ioschpe, Salomão Ioschpe, IBI Participações e Negócios S.A. (sociedade controlada por Iboty Brochmann Ioschpe), Iboty Brochmann Ioschpe, Glaucia Stifelman, Debora Berg Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda. (sociedade controlada por Gustavo Berg Ioschpe), Mauro Litwin Iochpe, Aline Kolodny Nemetz, Leandro Kolodny, Luciano Iochpe Kolodny e Márcio Iochpe Kolodny, na qualidade de acionistas da Companhia.

Em razão do falecimento, ocorrido em 24 de novembro de 2019, da Sra. Evelyn Noemi Berg Ioschpe, que era parte do acordo de acionistas, as ações de emissão da Companhia então detidas por ela estão sendo transferidas aos seus herdeiros Debora Berg Ioschpe e Gustavo Berg Ioschpe, que também já são partes do acordo de acionistas.

b) data de celebração

28 de outubro de 2013, aditado em 18 de dezembro de 2013 e 30 de janeiro de 2019.

c) prazo de vigência

O Acordo de Voto vigorará, a partir da data de sua assinatura, pelo prazo de cinco anos, tendo sido renovado automaticamente por mais cinco anos, em face da ausência de notificação por qualquer das partes às demais, até seis meses antes do término do prazo inicial de cinco anos, manifestando-se contrariamente à prorrogação do prazo de vigência.

O Acordo de Voto deixará ainda de vigorar em caso de desvinculação total de todas as partes do acordo, com exceção de uma, nos termos previstos no Acordo de Voto, ou em caso de decisão conjunta de todas as partes.

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Em qualquer assembleia geral da Companhia, independente da respectiva ordem do dia, as partes do Acordo de Voto deverão exercer seu direito de voto sempre de forma conjunta, como um bloco, e em consonância com a orientação prevalecente sobre a respectiva matéria conforme determinado na reunião prévia correspondente.

As partes do Acordo de Voto se obrigam a realizar, previamente a qualquer assembleia geral, independente da ordem do dia, uma reunião com o objetivo de estabelecer a posição a ser uniformemente sustentada pelas partes nas assembleias gerais da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

A reunião prévia será realizada no escritório da corporação da Companhia, localizado na cidade de São Paulo, 2 (duas) horas antes do horário para a qual estiver convocada a assembleia geral a que se refira, sem necessidade de qualquer convocação prévia, ou em outro local ou hora acordados por todas as partes.

De cada reunião prévia será lavrada ata consubstanciando o resumo das deliberações tomadas e fixando a orientação prevalecente.

As reuniões prévias serão instaladas com a presença de qualquer parte do Acordo de Voto, não havendo quorum mínimo para a sua instalação. As matérias submetidas à deliberação em reunião prévia serão aprovadas mediante o voto favorável das partes representando a maioria das ações vinculadas ao Acordo de Voto presentes a tal reunião, descontando-se as abstenções.

Todas as partes do Acordo de Voto são obrigadas a votar nas assembleias gerais da Companhia com a totalidade das ações de emissão da Companhia de que sejam titulares sempre em conformidade com a instrução de voto deliberada em reunião prévia, estejam ou não tais ações vinculadas ao Acordo de Voto.

Na hipótese de não ocorrer a reunião prévia em decorrência da ausência de todas as partes do Acordo de Voto, estas poderão exercer seu direito de voto livremente na respectiva assembleia.

Na hipótese de qualquer parte vinculada ao Acordo de Voto não comparecer, se abster ou votar em assembleia geral da Companhia de forma contrária à orientação prevalecente em reunião prévia, as demais partes poderão votar com os votos de tal parte conforme deliberação tomada na reunião prévia.

Qualquer voto em desacordo com as deliberações tomadas em reunião prévia será considerado nulo, inválido e ineficaz, incumbindo ao presidente da assembleia declarar a nulidade, invalidade e ineficácia do respectivo voto.

e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Tanto para fins da aprovação da chapa para eleição dos membros do conselho de administração, nos termos do Art. 19 do estatuto social da Companhia, quanto para fins da eleição de diretores da Companhia, cada uma das partes do Acordo de Voto se obriga a exercer seu direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, bem como a fazer com que seus representantes no conselho de administração da Companhia exerçam seus respectivos direitos de voto em tal órgão, de forma conjunta, como um bloco, e em consonância com a orientação prevalecente sobre a respectiva matéria conforme determinado na reunião prévia correspondente.

As partes do Acordo de Voto comprometem-se a indicar apenas conselheiros e diretores que possuam formação acadêmica, experiência de gestão de negócios, conhecimento das melhores práticas de governança corporativa, tempo disponível e visão estratégica compatíveis com o cargo a ser ocupado e que não possuam interesse em sociedades concorrentes da Companhia ou reputação desabonadora em suas experiências profissionais anteriores. Adicionalmente, comprometem-se a votar na reunião prévia em questão, de forma a não permitir que as partes do Acordo de Voto, seus ascendentes, descendentes ou colaterais, todos até o 3º grau, ou ainda, cônjuges ou conviventes ocupem a maioria dos assentos do conselho de administração da Companhia.

f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Constitui condição à alienação de ações vinculadas ao Acordo de Voto a sua prévia desvinculação do referido acordo; entendendo-se por alienação a venda, cessão, doação, empréstimo, aluguel, incorporação ao capital de outra sociedade e/ou qualquer outro ato que resulte na transferência ou disposição de ações.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

As partes do Acordo de Voto terão o direito de, a qualquer momento, nos termos do referido acordo, (i) desvincular do referido acordo parte ou a totalidade das ações de sua titularidade vinculadas ao mesmo, e (ii) vincular ações de emissão da Companhia de sua titularidade que se encontrem livres e desoneradas de ônus que limitem o exercício de voto, mediante o envio de notificação às demais partes do Acordo de Voto.

No entanto, as partes do Acordo de Voto não poderão (i) desvincular do referido acordo, ou (ii) alienar (inclusive mediante empréstimo) ou constituir ônus que tenha como consequência a limitação de seu direito de voto, quaisquer de suas ações vinculadas ao Acordo de Voto no período de 100 (cem) dias anteriores ao término do prazo do mandato dos membros do conselho de administração da Companhia ("Período de Black Out").

Adicionalmente, na hipótese de falecimento, renúncia, destituição ou qualquer outro evento que resulte na vacância do cargo de qualquer membro do conselho de administração da Companhia (exceto caso haja suplente eleito e disponível para ocupar tal cargo), as partes do Acordo de Voto não poderão de forma alguma, (i) desvincular do referido acordo, ou (ii) alienar (inclusive mediante empréstimo) ou constituir ônus que tenha como consequência a limitação de seu direito de voto, quaisquer de suas ações vinculadas ao Acordo de Voto até a realização da reunião do conselho de administração ou assembleia geral da Companhia, conforme o caso, que elegerá os membros que cumprirão o restante do mandato, sendo certo, no entanto, que tal vedação deixará de vigorar caso a respectiva reunião ou assembleia geral não seja realizada no prazo de até 100 (cem) dias contados da data de vacância do cargo ("Período de Black Out Extraordinário").

Não obstante o disposto acima, a alienação de ações vinculadas ao Acordo de Voto para herdeiros ou para pessoas controladas, pela parte do Acordo de Voto, seus controladores, herdeiros ou sucessores poderá ser livremente efetuada pela parte sem necessidade de desvinculação de tais ações (ainda que durante o Período de Black Out ou Período de Black Out Extraordinário), mantendo-se estas ações vinculadas ao Acordo de Voto, desde que o cessionário em questão adira formalmente ao referido acordo, sem ressalvas ou condições, por meio de envio de correspondência escrita e assinada neste sentido.

O Acordo de Voto não possui cláusulas relativas à preferência para aquisição de ações de emissão da Companhia.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Sempre que fizer parte da ordem do dia de uma reunião do conselho de administração qualquer das matérias listadas abaixo, as partes do Acordo de Voto devem fazer com que seus representantes no conselho de administração da Companhia exerçam seus respectivos direitos de voto em tal órgão, sempre de forma conjunta, como um bloco, e em consonância com a orientação prevalecente sobre a respectiva matéria deliberada na correspondente reunião prévia entre as partes do Acordo de Voto:

- (a) qualquer proposta de alteração do estatuto social da Companhia;
- (b) emissão de ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações de emissão da Companhia;
- (c) emissão de notas promissórias (*commercial papers*) ou debêntures conversíveis ou não em ações da Companhia;
- (d) emissão de notas promissórias (*commercial papers*), bem como de debêntures conversíveis ou não em ações de emissão de qualquer sociedade em que a Companhia participe;
- (e) fusão, cisão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) em que a Companhia ou qualquer sociedade em que a Companhia participe seja parte ou objeto;

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

- (f) aquisição de participação societária pela Companhia ou por qualquer sociedade em que a Companhia participe;
- (g) alienação de participações societárias detidas pela Companhia ou por qualquer sociedade em que a Companhia participe;
- (h) proposta de chapa para eleição dos membros do conselho de administração da Companhia, nos termos do artigo 22 do estatuto social (atual artigo 19, conforme consolidação do estatuto social da Companhia aprovada na assembleia geral extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2019);
- (i) eleição de diretores da Companhia;
- (j) qualquer proposta de mudança na política de distribuição de dividendos da Companhia; e
- (k) qualquer dívida que para ser contraída pela Companhia necessite da aprovação prévia do conselho de administração, conforme disposto no estatuto social da Companhia.

As partes do Acordo de Voto se obrigam a realizar, previamente a qualquer reunião do conselho de administração da Companhia que tenha em sua ordem do dia qualquer das matérias listadas acima, uma reunião com o objetivo de estabelecer a posição a ser uniformemente sustentada nas reuniões de conselho a que tais reuniões prévias antecedam.

Tal reunião prévia será realizada no local de realização da referida reunião do conselho de administração 2 (duas) horas antes do horário da reunião do conselho a que se refira, sem necessidade de qualquer convocação prévia, ou em outro local ou hora acordados por todas as partes.

Serão aplicáveis às reuniões prévias que antecedam reuniões do conselho de administração as mesmas regras previstas no item 15.5 “d” acima para as reuniões prévias das assembleias gerais de acionistas da Companhia.

Caso qualquer das matérias listadas acima, que não esteja incluída na ordem do dia de uma reunião do conselho de administração, venha a ser por qualquer razão submetida à deliberação dos membros presentes à reunião do conselho de administração, as partes do Acordo de Voto se obrigam a fazer com que seus representantes no conselho de administração da Companhia se posicionem de forma contrária à apreciação pelo conselho de tal matéria.

Na hipótese de não ocorrer a reunião prévia em decorrência da ausência de todas as partes do Acordo de Voto, os representantes destas no conselho de administração da Companhia poderão exercer seu direito de voto livremente na respectiva reunião do conselho de administração.

Na hipótese de qualquer membro do conselho de administração indicado pelas partes do Acordo de Voto não comparecer, se abster ou votar em reunião do conselho de administração da Companhia de forma contrária à orientação prevalecente em reunião prévia, os demais representantes das partes no conselho de administração poderão votar com os votos de tal representante.

Qualquer voto em desacordo com as deliberações tomadas em reunião prévia será considerado nulo, inválido e ineficaz, incumbindo ao presidente da reunião do conselho de administração declarar a nulidade, invalidade e ineficácia do respectivo voto.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

A Companhia não possui um grupo de controle. Em relação à participação dos administradores da Companhia, não houve alteração relevante nos três últimos exercícios sociais.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Seguem descritas abaixo as principais operações societárias ocorridas no grupo que tiveram efeito relevante para a Companhia, nos três últimos exercícios sociais (2019, 2018 e 2017):

a. Evento	Alienação pela Companhia de parte de sua participação acionária no capital social da Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. para demais acionistas atuais
b. Principais condições do negócio	Em 1º de novembro de 2019 foi concluída operação de alienação pela Companhia de participação acionária representando 18,25% do capital social da então controlada em conjunto Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("Amsted-Maxion Fundição") para as atuais demais acionistas, pelo preço total de US\$ 5 milhões, de forma que Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. ("<u>Amsted Rail Brasil</u>") e Greenbrier do Brasil Participações Ltda. ("<u>GBX Brasil</u>") passaram a deter, respectivamente, 51% e 29,5% do capital social da Amsted-Maxion Fundição. Desta forma, a Companhia reduziu sua participação acionária para 19,50% do capital social da Amsted-Maxion Fundição, que se tornou uma coligada da Companhia, por força do acordo de acionistas existente entre Amsted Rail Brasil, GBX Brasil e a Companhia. As operações foram aprovadas, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Como parte da operação, foi celebrado aditamento ao acordo de acionistas da Amsted-Maxion Fundição, com o fim de eliminar as opções de compra anteriormente outorgadas pela Companhia à Amsted Rail Brasil e à GBX Brasil, bem como ajustar certos direitos dos acionistas de forma a refletir a consolidação do controle acionária da Amsted-Maxion Fundição pela Amsted Rail Brasil.
c. Sociedades envolvidas	Iochope-Maxion S.A., Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A., Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. e Greenbrier do Brasil Participações Ltda.
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
e. Quadro societário antes e depois da	O capital social da Amsted-Maxion Fundição, que antes era detido 37,75% pela Companhia, 37,75% pela Amsted Rail Brasil e 24,50% pela GBX Brasil, após a conclusão da operação, passou a ser

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

operação	composto da seguinte forma: 51% detido pela Amsted Rail Brasil, 29,50% detido pela GBX Brasil e 19,50% detido pela Companhia.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.

a. Evento	Subscrição de novo aumento de capital na Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. e na Amsted-Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. (atualmente denominada Greenbrier Maxion - Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.) pela Greenbrier do Brasil Participações Ltda.
b. Principais condições do negócio	Em 28 de abril de 2017 foi concluída operação de subscrição pela GBX Brasil de novas ações representativas de 5% do capital social da Amsted-Maxion Fundição, pelo preço total de subscrição de R\$ 10.350 mil, passando a deter 24,50% do seu capital social. Desta forma, a Companhia e a Amsted Rail Brasil passaram a deter ações representativas de 37,75% do capital social da Amsted-Maxion Fundição, cada uma. Adicionalmente, naquela mesma data, foi concluída operação de subscrição pela GBX Brasil de novas ações representativas de 40,50% do capital social da Greenbrier Maxion - Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. ("<u>Greenbrier Maxion</u>"), pelo preço total de subscrição de R\$ 63.694 mil, passando a deter 60% do seu capital social, enquanto a Amsted-Maxion Fundição passou a deter 40% do capital social da Greenbrier Maxion. As operações foram aprovadas, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Como parte da operação, foi celebrado aditamento ao acordo de acionistas da Amsted-Maxion Fundição, com o fim principal de adequar as opções de compra de ações adicionais representativas do capital social da Amsted-Maxion Fundição então detidas pela Amsted Rail Brasil e pela GBX Brasil, sendo que a opção de compra outorgada à GBX Brasil estará condicionada ao exercício pela Amsted Rail Brasil de sua opção de compra, estando sujeitas ainda a

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

	outros termos e condições negociados pelas partes. Adicionalmente, Amsted-Maxion Fundição e GBX Brasil celebraram aditamento ao acordo de acionistas da Greenbrier Maxion, sociedade controlada em conjunto por elas, com o fim principal de eliminar a opção de compra de ações então detida pela GBX Brasil.
c. Sociedades envolvidas	lochpe-Maxion S.A., Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A., Amsted-Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. (atualmente denominada Greenbrier Maxion - Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.), Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. e Greenbrier do Brasil Participações Ltda.
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
e. Quadro societário antes e depois da operação	O capital social da Amsted-Maxion Fundição, que antes era detido 40,25% pela Companhia e 40,25% pela Amsted Rail Brasil, após a conclusão da operação, passou a ser composto da seguinte forma: 37,75% detido pela Companhia, 37,75% detido pela Amsted Rail Brasil e 24,50% detido pela GBX Brasil. O capital social da Greenbrier Maxion, que antes era detido 80,50% pela Companhia e 19,50% pela GBX Brasil, após a conclusão da operação, passou a ser composto da seguinte forma: 40% detido pela Amsted-Maxion Fundição e 60% pela GBX Brasil.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

No item 15.1/2 deste Formulário de Referência, elaborado com base no extrato acionário fornecido à Companhia por seu agente escriturador, Itaú Corretora de Valores S.A., faz-se constar que a Sra. Evelyn Noemi Berg Ioschpe é detentora de 472.900 ações de emissão da Companhia. Todavia cumpre informar que a Sra. Evelyn faleceu e, portanto, tais ações estão em fase de transferência a seus herdeiros, o Sr. Gustavo Berg Ioschpe e a Sra. Debora Berg Ioschpe, ambos partes do Acordo de Voto dos membros da família Ioschpe, o qual encontra-se descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

A Companhia e suas controladas realizam, no curso normal dos seus negócios, operações com suas controladas e outras partes relacionadas, tais como (i) empréstimos, (ii) outorga de garantias, (ii) operações comerciais de compra e venda de máquinas e equipamentos, produtos e insumos; e (iii) remuneração da administração. Com relação à remuneração da administração, vide o item 13 deste Formulário de Referência.

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas e Outras Situações de Conflito de Interesses, aprovada por seu Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de setembro de 2018, com o objetivo de estabelecer regras e procedimentos para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas como um todo, com plena independência e transparência aos seus acionistas e ao mercado em geral. A referida política está em consonância com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Nas transações com partes relacionadas nos termos definidos na referida política, devem ser observadas as seguintes condições:

- (a) As transações devem observar as condições de mercado e, ainda, estar em consonância com as diretrizes dispostas no Código de Conduta e nas demais políticas internas da Companhia, em especial as políticas de alçadas de aprovação, compras e preços de transferência;
- (b) As transações devem ser formalizadas por escrito, especificando-se seus principais termos e condições e a existência de eventuais garantias; e
- (c) O processo de decisão que precede as transações deve ser documentado de modo a permitir posterior verificação das condições de mercado, quando necessário.

Como regra geral, além de seguirem o fluxo ordinário existente para negociação, análise e aprovação de operações no âmbito da Companhia (e ainda sem prejuízo das competências legais ou estatutárias aplicáveis), as transações com partes relacionadas envolvendo a Companhia ou suas controladas devem ser aprovadas por, ao menos, dois Diretores Estatutários da Companhia, sendo que as transações com partes relacionadas que envolvam montante significativo também deverão ser submetidas à deliberação do Conselho de Administração da Companhia. Considera-se de montante significativo a transação ou conjunto de transações correlatas cujo valor, a cada período de 12 (doze) meses consecutivos, supere 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, apurado com base nas últimas demonstrações financeiras divulgadas.

Ainda, são expressamente vedadas transações com partes relacionadas nas seguintes hipóteses:

- (a) concessão de empréstimos a qualquer parte relacionada de forma não onerosa ou mediante cobrança de taxas de juros inferiores àquelas que representem as Condições de Mercado;
- (b) concessão de empréstimos em favor dos acionistas controladores da Companhia (se houver) e dos administradores da Companhia e de suas controladas, bem como em favor de membros próximos de sua família, ou de pessoas a eles vinculadas; e
- (c) reestruturações societárias, tais como operações de fusão, incorporação e incorporação de ações, que não assegurem tratamento equitativo a todos os seus acionistas.

Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia: (i) avaliar e monitorar, juntamente com a administração da Companhia e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; e (ii) avaliar, monitorar e recomendar à administração da Companhia a correção ou aprimoramento da referida política.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Demais informações, regras e procedimentos aplicáveis às transações com partes relacionadas podem ser consultados na referida política, a qual se encontra disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Maxion Montich S.A.	02/01/2019	37.616.729,00	6.568.785	37.616.729	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada em conjunto							
Objeto contrato	Transação comercial rotineira de venda de componentes para chassis, as quais se renovam anualmente, entre a Companhia (Cruzeiro) e Maxion Montich S.A. O montante envolvido refere-se aos valores incorridos no ano de 2019. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2020.						
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não há condições de rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Venda de componentes para chassis entre a Companhia e sua controlada em conjunto						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AmstedMaxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	28/04/2017	31.489.000,00	4.970.677,54	31.489.000,00	28/04/2020	SIM	9,027800
Relação com o emissor							
Coligada							
Objeto contrato	A Companhia concedeu um Empréstimo Intercompanhia de R\$ 31.489.000 (equivalente na época a US\$ 10 milhões) para sua controlada em conjunto, juntamente com os outros Sócios. Os valores estão em Reais. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2019.						
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	28/04/2020						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo Intercompanhia, Recurso utilizado para pagar empréstimos Bancários da empresa controlada em Conjunto.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Maxion Montich do Brasil Ltda.	07/12/2018	5.000.000,00	5.351.542,47	5.000.000,00	24/11/2021	SIM	5,380000
Relação com o emissor							
Controlada em conjunto							
Objeto contrato	A Companhia é avalista da sua controlada em conjunto de Contratos de Capital de Giro e seus Aditivos com o Banco Santander. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2019.						
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
Não há condições de rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Nota de crédito exportação. Recurso utilizado para sustentar as operações do dia-a-dia da empresa.							
Posição contratual do emissor							
Outra							
Especificar							
Avalista							
Maxion Montich do Brasil Ltda.	07/12/2018	5.000.000,00	5.351.542,47	5.000.000,00	24/11/2021	SIM	5,380000
Relação com o emissor							
Controlada em conjunto							
Objeto contrato							
A Companhia é avalista da sua controlada em conjunto de Contratos de Capital de Giro e seus Aditivos com o Banco Santander. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2019.							
Garantia e seguros							
Não há garantias e seguros relacionados							
Rescisão ou extinção							
Não há condições de rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Capital de giro. Recurso utilizado para sustentar as operações do dia-a-dia da empresa.							
Posição contratual do emissor							
Outra							
Especificar							
Avalista							
Maxion Montich do Brasil Ltda.	05/09/2019	3.500.000,00	3.606.906,00	n/a	1 (um) ano	SIM	5,360000
Relação com o emissor							
Controlada em conjunto							
Objeto contrato							
A Companhia é avalista da sua controlada em conjunto de Contratos de Capital de Giro e seus Aditivos com o Banco ABC Brasil. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2020							
Garantia e seguros							
Não há garantias e seguros relacionados							
Rescisão ou extinção							
Em caso de rescisão ou extinção será necessário efetuar um pagamento de Compensação financeira conforme Valor da Compensação Financeira = VLA x NDA x VDU/U (VLA = valor líquido antecipado / NDA = número de dias antecipados / VDU = valor diário unitário / U = unidade de VDU = R\$ 1.000,00).							
Natureza e razão para a operação							
Em caso de rescisão ou extinção será necessário efetuar um pagamento de Compensação financeira conforme Valor da Compensação Financeira = VLA x NDA x VDU/U (VLA = valor líquido antecipado / NDA = número de dias antecipados / VDU = valor diário unitário / U = unidade de VDU = R \$ 1.000,00).							
Posição contratual do emissor							
Outra							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Maxion Montich do Brasil Ltda.	Avalista 07/12/2018	10.000.000,00	10.676.947,95	10.000.000,00	30/11/2020	SIM	5,180000
Relação com o emissor							
Controlada em conjunto							
Objeto contrato							
A Companhia é avalista da sua controlada em conjunto de Contratos de Capital de Giro e seus Aditivos com o Banco Santander. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2019.							
Garantia e seguros							
Não há garantias e seguros relacionados							
Rescisão ou extinção							
Não há condições de rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Capital de giro. Recurso utilizado para sustentar as operações do dia-a-dia da empresa.							
Posição contratual do emissor							
Outra							
Especificar							
AmstedMaxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	Avalista 02/01/2019	22.566.500,00	4.902.285,00	22.566.500,00	30 anos, sendo que poderá ser prorrogado automaticamente por períodos sucessivos de 5 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Coligada							
Objeto contrato							
Em 01/08/2016, a Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. e a Companhia, visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato para o compartilhamento de infraestrutura e das instalações localizadas nas propriedades que as partes possuem em Cruzeiro, SP, uma vez que tais propriedades são adjacentes e estão localizadas na mesma planta industrial. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2019.							
Garantia e seguros							
Não há garantias e seguros relacionados							
Rescisão ou extinção							
Não há condições de rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Compartilhamento de infraestrutura e das instalações localizadas nas propriedades que ambas partes possuem em Cruzeiro, SP							
Posição contratual do emissor							
Outra							
Especificar							
AmstedMaxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	N/A 02/01/2019	22.881,00	8.414	22.881	Indeterminada	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Transação comercial rotineira de venda de sucatas, entre a Companhia e a AmstedMaxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. O montante envolvido refere-se aos valores incorridos no ano de 2019. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2020.						
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não há condições de rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Venda de sucatas entre a Companhia e sua controlada em conjunto						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade***a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses***

Em relação às transações com partes relacionadas mencionadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, assegurou-se que pessoas eventualmente não independentes em relação às referidas matérias não participassem das deliberações dos órgãos de administração que se manifestaram sobre o assunto, de forma a garantir a independência e isenção da decisão. Observa-se que as partes relacionadas em questão e seus representantes que participaram nas referidas operações não possuem ingerência sobre o processo decisório no âmbito da Companhia.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia busca assegurar que todas as operações realizadas com suas partes relacionadas apresentem termos não menos favoráveis à Companhia do que aqueles que ela poderia obter em negociações com terceiros não considerados partes relacionadas. Tais operações são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Desta forma, as operações da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado, observando-se preços e condições usuais entre partes não vinculadas, definindo prazos para pagamento das obrigações pecuniárias neles estabelecidas, bem como taxas de juros de mercado e obrigações não pecuniárias. Assim, as transações com partes relacionadas não geram quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às empresas do grupo envolvidas.

No que se refere à garantia (fiança) prestada pela Companhia em relação aos contratos de financiamento tomados pela Maxion Montich do Brasil Ltda., sua controlada indireta em conjunto, a Companhia entende que tais financiamentos são estratégicos na medida em que viabilizam os negócios de sua controlada em conjunto. Tal fato, por si, se traduz em um benefício para a Companhia. De todo modo, em contrapartida à fiança concedida, a Companhia faz jus a uma remuneração, equivalente a um percentual dos valores financiados, o qual foi fixada com base nas condições ofertadas à controlada por terceiros. Por essa razão a Companhia acredita que a remuneração é adequada e está em linha com as práticas usuais de mercado. A fiança é requisitada pelas instituições financeiras à luz de sua análise do risco de crédito e da capacidade econômico-financeira da financiada e de seu grupo econômico vis-à-vis os montantes, termos e condições dos financiamentos, sendo tal fiança prática comum para operações desta natureza.

No que tange ao contrato de empréstimo realizado pela Companhia tendo como tomadora a Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A., sua coligada, a Companhia entende que tal financiamento concedido por ela e também pelos demais acionistas da Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. é estratégico na medida em que viabiliza os negócios da controlada em conjunto. A taxa de juros foi fixada em linha com as condições ofertadas à Companhia por terceiros em operações similares. O contrato de empréstimo prevê ainda cláusulas de prazo, obrigações não pecuniárias e penalidades por inadimplemento conforme padrão de mercado.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

As operações de venda (exportação para a Argentina) de componentes estruturais para a Maxion Montich S.A., controlada em conjunto da Companhia, são realizadas no curso ordinário dos negócios da Companhia, mediante pagamento de contraprestação negociada com base nas condições praticadas pela Companhia com terceiros independentes em situações similares, observando-se ainda as regras de preços de transferência aplicáveis.

As operações de venda de sucata para a Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A., coligada da Companhia, também são realizadas no curso ordinário dos negócios desta última, mediante pagamento de contraprestação fixada com base em leilão com a participação de terceiros independentes.

No que se refere ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas e de infraestrutura entre a Companhia e sua coligada Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A., observa-se que este foi celebrado visando unicamente a redução de custos e o aproveitamento de sinergias na coordenação e administração de algumas atividades de apoio administrativo e de infraestrutura, mediante compartilhamento de custos e despesas em benefício de ambas partes, em razão de que suas unidades industriais localizadas no município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, compartilham o mesmo parque industrial, em terrenos contíguos.

As transações com partes relacionadas são divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras da Companhia, conforme as regras contábeis aplicáveis. O caráter comutativo das condições pactuadas nas operações com partes relacionadas, em cada uma das modalidades celebradas pela Companhia, incluindo o valor total da operação, juros, se aplicáveis, e prazos, está demonstrado no quadro 16.2 deste Formulário de Referência.

Por fim, observa-se que, nos termos do Regulamento do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e da regulamentação aplicável, compete ao referido Comitê avaliar e monitorar, juntamente com a administração da Companhia e sua área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Emitido				
04/12/2019	1.576.954.290,05		153.719.601	0	153.719.601
Tipo de capital	Capital Subscrito				
04/12/2019	1.576.954.290,05		153.719.601	0	153.719.601
Tipo de capital	Capital Integralizado				
04/12/2019	1.576.954.290,05		153.719.601	0	153.719.601
Tipo de capital	Capital Autorizado				
04/12/2019	0,00		82.000.000	0	82.000.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/04/2012	Assembleia Geral Extraordinária	26/04/2012	150,000,000.00	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
26/04/2013	Assembleia Geral Extraordinária	26/04/2013	50,000,000.00	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/01/2017	Reunião do Conselho de Administração	10/01/2017	400,000,000.10	Subscrição particular	31.496.063	0	31.496.063	0.33201501	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Cotação em bolsa de valores, conforme artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, com base no preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA nos 30 (trinta) pregões realizados entre 25 de outubro de 2016, inclusive, e 7 de dezembro de 2016, inclusive, aplicando-se deságio de 10,12%										
Forma de integralização										
Moeda corrente nacional e/ou mediante dação em pagamento de debêntures da 7ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da espécie quirografária, série única, emitidas em 1º de abril de 2014										
15/02/2017	Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	37,100,560.80	Subscrição particular	2.921.304	0	2.921.304	0.02108961	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Preço de emissão determinado nos termos da (i) Cláusula 8 do "Anexo I – Características do Bônus de Subscrição" da escritura da 7ª emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2014, aplicável às ações emitidas em razão das solicitações de exercício dos referidos bônus; e da (ii) Cláusula 6.9 da escritura da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2013, aplicável às ações emitidas em razão das solicitações de conversão das referidas debêntures, no período de 17/01/2017 a 09/02/2017.										
Forma de integralização										
Moeda corrente nacional e/ou mediante dação em pagamento de debêntures da 7ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2014.										
06/03/2017	Reunião do Conselho de Administração	06/03/2017	21.371,814.00	Subscrição particular	1.682.820	0	1.682.820	1.72094450	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 8 do "Anexo I – Características do Bônus de Subscrição" da escritura da 7ª emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2014, aplicável às ações emitidas em razão das solicitações de exercício dos referidos bônus no período de 10/02/2017 a 24/02/2017.										
Forma de integralização										
Moeda corrente nacional e/ou mediante dação em pagamento de debêntures da 7ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2014.										
15/03/2017	Reunião do Conselho de Administração	15/03/2017	95,850,595.70	Subscrição particular	7.547.291	0	7.547.291	0.05448574	12.70	R\$ por Unidade

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 8 do "Anexo I – Características do Bônus de Subscrição" da escritura da 7ª emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2014, aplicável às ações emitidas em razão das solicitações de exercício dos referidos bônus no período de 01/03/2017 a 13/03/2017.										
Moeda corrente nacional e/ou mediante dação em pagamento de debêntures da 7ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2014.										
27/06/2017	Reunião do Conselho de Administração	27/06/2017	99,060.00	Subscrição particular	7,800	0	7,800	0.00005631	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 6.9 da escritura da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2013.										
Mediante conversão de debêntures.										
28/08/2017	Reunião do Conselho de Administração	28/08/2017	1,089,660.00	Subscrição particular	85,800	0	85,800	0.06190277	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 6.9 da escritura da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2013.										
Mediante conversão de debêntures.										
27/09/2017	Reunião do Conselho de Administração	27/09/2017	7,141,235.40	Subscrição particular	562,302	0	562,302	0.00405688	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 6.9 da escritura da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2013.										
Mediante conversão de debêntures.										
30/10/2017	Reunião do Conselho de Administração	30/10/2017	13,160,121.00	Subscrição particular	1,036,230	0	1,036,230	0.00744596	0.01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 6.9 da escritura da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2013.										
Mediante conversão de debêntures.										
20/12/2017	Reunião do Conselho de Administração	20/12/2017	1,584,960.00	Subscrição particular	124,800	0	124,800	0.00089014	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 6.9 da escritura da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2013.										

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
Forma de integralização										
Mediante conversão de debêntures.										
31/01/2018	Reunião do Conselho de Administração	31/01/2018	25,989,381.60	Subscrição particular	2,046,408	0	2,046,408	1.43734479	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 6.9 da escritura da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2013.										
Forma de integralização										
Mediante conversão de debêntures.										
26/02/2018	Reunião do Conselho de Administração	26/02/2018	46,477,961.40	Subscrição particular	3,659,682	0	3,659,682	0.02570467	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 6.9 da escritura da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2013.										
Forma de integralização										
Mediante conversão de debêntures.										
28/03/2018	Reunião do Conselho de Administração	28/03/2018	57,670,750.80	Subscrição particular	4,541,004	0	4,541,004	0.03109555	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 6.9 da escritura da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, emitidas pela Companhia em 01/04/2013.										
Forma de integralização										
Mediante conversão de debêntures.										
24/04/2019	Reunião do Conselho de Administração	24/04/2019	22,431,717.90	Subscrição particular	1,766,277	0	1,766,277	0.01173022	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 8 do "Anexo I – Características do Bônus de Subscrição" da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de Janeiro de 2017 às 12:00.										
Forma de integralização										
Moeda corrente nacional à vista										
29/05/2019	Reunião do Conselho de Administração	29/05/2019	8,325,891.40	Subscrição particular	655,582	0	655,582	0.00428494	12.70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 8 do "Anexo I – Características do Bônus de Subscrição" da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de Janeiro de 2017 às 12:00.										
Forma de integralização										
Moeda corrente nacional à vista										

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
---------------------	-------------------------------	--------------	---------------------	-----------------	------------	---------------	-------------	-------------------------------	---------------	---------------

24/06/2019	Reunião do Conselho de Administração	24/06/2019	9,180,398.20	Subscrição particular	722.866	0	722.866	0.47247152	12.70	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------------	------------	--------------	-----------------------	---------	---	---------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão Preço de emissão determinado nos termos da Cláusula 8 do "Anexo I – Características do Bônus de Subscrição" da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de Janeiro de 2017 às 12:00.

Forma de integralização		Moeda corrente nacional à vista								
04/12/2019	Assembleia Geral Extraordinária	04/12/2019	129,480,181.75	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramento, grupamento e bonificação

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Devido a problemas no sistema de geração do Formulário de Referência, não foi possível adicionar as informações referentes a “Outros títulos conversíveis em ações” no campo do item 17.1. As informações encontram-se abaixo:

Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações	
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão
		BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO DA 1ª EMISSÃO (EMITIDO COMO VANTAGEM ADICIONAL AOS SUBSCRITORES DAS DEBÊNTURES DA 7ª EMISSÃO)	Foram emitidos 12.727.424 bônus de subscrição pela Companhia, tendo sido atribuídos 32 bônus de subscrição a cada uma debênture da 7ª Emissão subscrita e integralizada nos termos da escritura de emissão, os quais circulam independentemente das referidas debêntures e podem ser exercidos, à opção de seus titulares, a qualquer tempo até 01/04/2019. Cada Bônus de Subscrição confere ao seu titular o direito de subscrever uma Ação, a ser emitida pela Companhia ao preço de emissão determinado na forma indicada na escritura de emissão e conforme descrito no item 18.5 deste Formulário de Referência. A quantidade de Ações a ser subscrita mediante o exercício de cada bônus de subscrição (i) será automaticamente ajustada por qualquer bonificação, desdobramento, ou grupamento de ações de emissão da Companhia, emissão de novas ações pela Companhia em decorrência de capitalização de lucros ou reservas ou bonificações em ações de emissão da Companhia, ou redução de capital com cancelamento de ações de emissão da Companhia, a qualquer título, que vier a ocorrer a partir da data de emissão; e (ii) não será ajustada por proventos pagos ou a serem pagos às ações de emissão da Companhia, tais como dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros. Para mais informações, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.
		BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO DA 2ª EMISSÃO (EMITIDO COMO VANTAGEM ADICIONAL AOS SUBSCRITORES DO AUMENTO DE CAPITAL DE 10/01/2017)	Cada ação subscrita no aumento do capital social da Companhia aprovado no dia 10/01/2017 terá, como vantagem adicional, 0,10 de bônus de subscrição de emissão da Companhia, tendo sido efetivamente atribuídos emitidos 3.149.354 bônus de subscrição, já desconsideradas as frações de bônus de subscrição, canceladas após a homologação total do referido aumento de capital ocorrido em 21/03/2017.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

			Os bônus de subscrição poderão ser negociados por seus titulares a partir do dia útil imediatamente subsequente à homologação do aumento de capital e podem ser exercidos no período compreendido entre 02/04/2019, inclusive, e 03/06/2019, inclusive. Cada um bônus de subscrição assegurará a seu titular o direito de subscrever uma Ação pela Companhia ao preço de emissão de R\$12,70. Para mais informações, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.
--	--	--	--

➤ Como indicado no item 17.1(e) deste Formulário de Referência, o limite do capital autorizado da Companhia, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 04 de dezembro de 2019, é de 82.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Segue abaixo tabela indicando os aumentos do capital social realizados independentemente de reforma estatutária com base no referido capital autorizado:

Evento	Data do evento	Quantidade de ações emitidas	Capital autorizado remanescente
Aumento do capital social em RCA	10.01.2017	31.496.063	50.503.937
Homologação de aumento do capital social em RCA (por exercício de bônus de subscrição e conversão de debêntures da 6ª emissão)	15.02.2017	2.921.304	47.582.633
Homologação de aumento do capital social em RCA (por exercício de bônus de subscrição)	06.03.2017	1.682.820	45.899.813
Homologação de aumento do capital social em RCA (por exercício de bônus de subscrição)	15.03.2017	7.547.291	38.352.522
Homologação de aumento do capital	27.06.2017	7.800	38.344.722

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

social em RCA (por conversão de debêntures da 6ª emissão)			
Homologação de aumento do capital social em RCA (por conversão de debêntures da 6ª emissão)	28.08.2017	85.800	38.258.922
Homologação de aumento do capital social em RCA (por conversão de debêntures da 6ª emissão)	27.09.2017	562.302	37.696.620
Homologação de aumento do capital social em RCA (por conversão de debêntures da 6ª emissão)	30.10.2017	1.036.230	36.660.390
Homologação de aumento do capital social em RCA (por conversão de debêntures da 6ª emissão)	20.12.2017	124.800	36.535.590
Homologação de aumento do capital social em RCA (por conversão de debêntures da 6ª emissão)	31.01.2018	2.046.408	34.489.182
Homologação de aumento do capital social em RCA (por conversão de debêntures da 6ª emissão)	26.02.2018	3.659.682	30.829.500
Homologação de aumento do capital social em RCA (por conversão de debêntures da 6ª emissão)	28.03.2018	4.541.004	26.288.496

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

conversão de debêntures da 6ª emissão)			
Homologação de aumento do capital social em RCA (por exercício de bônus de subscrição)	24.04.2019	1.766.277	24.522.219
Homologação de aumento do capital social em RCA (por exercício de bônus de subscrição)	29.05.2019	655.582	23.866.637
Homologação de aumento do capital social em RCA (por exercício de bônus de subscrição)	24.06.2019	722.866	23.143.771

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ações na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 40, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções previstas no Estatuto Social e ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, será destinado 37% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso de capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei nº 6.404/76. Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei nº 6.404/76.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	No que diz respeito à preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, o Estatuto Social da Companhia dispõe que o Conselho de Administração poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência nos casos em que a colocação destes valores mobiliários seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no art. 172 da Lei nº 6.404/76.
Outras características relevantes	De acordo com a Lei nº 6.404/76, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei nº 6.404/76; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei nº 6.404/76; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei 6.404/76.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações ("OPA") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

O Estatuto Social da Companhia estabelece ainda que o acionista que adquirir ou que se tornar titular de ações de emissão da Companhia, a qualquer tempo, em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM e os regulamentos da B3. A Companhia informará a CVM e a B3 sobre qualquer evento que venha a ser do seu conhecimento e que enseje a realização de OPA.

Na hipótese de o acionista não realizar a OPA, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual tal acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista que não cumpriu com sua obrigação, sem prejuízo do pagamento de perdas e danos causados aos demais acionistas.

A alteração ou exclusão do artigo do Estatuto Social que limite o direito dos acionistas à realização da OPA obrigará o acionista que tiver votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar OPA.

Em caso de eventual aquisição do controle da Companhia também sujeitar o adquirente à obrigação de realizar a oferta pública de aquisição de ações conforme descrita nos parágrafos acima, o adquirente estará obrigado a formular uma única oferta pública de aquisição de ações, cujo preço ofertado será necessariamente o maior entre os preços determinados em conformidade com as regras estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, o adquirente estará obrigado a compatibilizar os procedimentos para realização das ofertas públicas aplicáveis, nos termos do Estatuto Social, do Regulamento de Listagem no Novo Mercado e da regulamentação da CVM.

O acionista que adquirir ou se tornar titular de outros direitos de sócios, inclusive usufruto, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos acima.

A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer (i) independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada pela assembleia geral, ou (ii) inexistindo tal dispensa, se precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:

(i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida no art. 4º-A da Lei nº 6.404/76; e

(ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

A oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou a conversão de categoria no registro da CVM, deverá ser realizada por preço justo, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Os demais termos e condições aplicáveis à obrigação de realizar OPA encontram-se descritos no CAPÍTULO IX do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, na hipótese de aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado, deverá ser realizada uma OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado. Assim, a OPA deverá observar os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei, sua regulamentação ou pelo Estatuto Social, inclusive a de divulgar a aquisição de participação acionária e de atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro de uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (OPA) ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, conforme já mencionado nos itens 18.1 e 18.2 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente de Participação Relevante (conforme definição constante do Estatuto Social da Companhia) não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente de Participação Relevante que não cumpriu com qualquer das obrigações impostas pelo Estatuto Social da Companhia, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente de Participação Relevante por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas pelo Estatuto Social da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social		31/12/2019								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.184.679.175	24,26	20,00	R\$ por Unidade	22,35
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.062.463.432	22,68	18,48	R\$ por Unidade	20,27
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.381.843.920	22,66	18,21	R\$ por Unidade	20,44
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.462.236.200	23,61	17,18	R\$ por Unidade	19,14

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social		31/12/2018								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.211.637.854	26,55		21,70 R\$ por Unidade	23,58
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.741.393.725	28,80		19,50 R\$ por Unidade	24,92
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.307.278.428	23,99		18,94 R\$ por Unidade	21,82
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.295.727.319	24,74		19,01 R\$ por Unidade	21,77
31/03/2018	Bônus de Subscrição-Bônus de Subscrição referente a Sétima emissão de Debêntures			Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	238.405	1,70		1,22 R\$ por Unidade	1,36
30/06/2018	Bônus de Subscrição-Bônus de Subscrição referente a Sétima emissão de Debêntures			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	457.376	2,00		1,42 R\$ por Unidade	1,69
30/09/2018	Bônus de Subscrição-Bônus de Subscrição referente a Sétima emissão de Debêntures			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	406.629	1,75		0,77 R\$ por Unidade	1,28
31/12/2018	Bônus de Subscrição-Bônus de Subscrição referente a Sétima emissão de Debêntures			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	118.190	1,10		0,63 R\$ por Unidade	0,89
31/03/2018	Bônus de Subscrição-Bônus de subscrição de 2ª emissão			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.772.341	13,99		9,11 R\$ por Unidade	10,57
30/06/2018	Bônus de Subscrição-Bônus de subscrição de 2ª emissão			Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.828.546	15,77		7,62 R\$ por Unidade	12,53
Exercício social		31/12/2017								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	800.628.236	17,17		11,35 R\$ por Unidade	14,18

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social	31/12/2017	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
Trimestre 30/09/2017		Bônus de Subscrição-Bônus de Subscrição referente a Sétima emissão de Debêntures			Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.194.135	1,40		0,66 R\$ por Unidade	0,81
31/12/2017		Bônus de Subscrição-Bônus de Subscrição referente a Sétima emissão de Debêntures			Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	588.153	1,78		1,07 R\$ por Unidade	1,33
31/03/2017		Bônus de Subscrição-Bônus de subscrição de 2ª emissão			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	102.933	6,20		3,21 R\$ por Unidade	4,88
30/06/2017		Bônus de Subscrição-Bônus de subscrição de 2ª emissão			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.409.733	7,20		4,00 R\$ por Unidade	5,47
30/09/2017		Bônus de Subscrição-Bônus de subscrição de 2ª emissão			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.746.420	11,70		5,70 R\$ por Unidade	7,84
31/12/2017		Bônus de Subscrição-Bônus de subscrição de 2ª emissão			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.837.064	11,89		7,66 R\$ por Unidade	9,54

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	3ª emissão de notas promissórias comerciais
Data de emissão	31/03/2020
Data de vencimento	31/03/2021
Quantidade	20
Valor total	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	100.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Por se tratar de uma emissão realizada através de esforços restritos, as debêntures possuem restrições a circulação nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Informação disponível o item 18.12
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) as Notas Promissórias Comerciais de 1ª Série vencem em 27/09/2020 e as Notas Promissórias Comerciais de 2ª Série vencem em 31/03/2021; (ii) sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 3,20% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; (iv) o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias Comerciais nas hipóteses previstas nas Cártulas; (v) o agente fiduciário é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, à qual será devida uma remuneração de R\$9.000,00.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Titulares poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia de Titulares, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Titulares, observado que: I. quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Notas Promissórias Comerciais, os Titulares de todas as séries deverão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia de Titulares conjunta, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Titulares de todas as séries; e II. quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Titulares da respectiva série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Titulares da respectiva série. Nas deliberações das assembleias gerais de Titulares e das assembleias gerais de Titulares a cada uma das Notas Promissórias Comerciais em Circulação caberá um voto. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Titulares dependerão de aprovação de Titulares representando, no mínimo, 75% das Notas Promissórias Comerciais em circulação, exceto se de outra forma previsto na Cártula e nas hipóteses de alteração os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas das Notas Promissórias Comerciais; e (i) as alterações de qualquer disposição das Notas Promissórias Comerciais, que deverão ser aprovadas por Titulares representando a totalidade das Notas Promissórias Comerciais em Circulação ou, nos casos previstos na Cártula, por Titulares da respectiva série representando a totalidade das Notas Promissórias Comerciais em Circulação da respectiva série, conforme o caso.
Outras características relevantes	Vencimento da primeira série: 27 de setembro de 2020 vencimento da segunda série: 31 de março de 2021

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Bônus de subscrição emitidos como vantagem adicional aos subscritores do aumento do capital
Data de emissão	10/01/2017
Data de vencimento	03/06/2019
Quantidade	3.149.354
Valor total	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os Bônus do Aumento de Capital poderão ser negociados a partir do dia útil subsequente à homologação do Aumento de Capital (ou seja, a partir de 22/03/2017).
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Cada Bônus do Aumento de Capital conferirá ao seu titular o direito de subscrever uma ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, a ser emitida pela Companhia ("Ação") ao preço de emissão de R\$12,70 por Ação. A quantidade de Ações a ser subscrita mediante o exercício de cada Bônus do Aumento de Capital (i) será automaticamente ajustada por qualquer bonificação, desdobramento, ou grupamento de ações de emissão da Companhia, emissão de novas ações pela Companhia em decorrência de capitalização de lucros ou reservas ou bonificações em ações de emissão da Companhia, ou redução de capital com cancelamento de ações de emissão da Companhia, a qualquer título, que vier a ocorrer a partir da data de emissão; e (ii) não será ajustada por proventos pagos ou a serem pagos às ações de emissão da Companhia, tais como dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros. As Ações a serem emitidas em decorrência do exercício do Bônus do Aumento de Capital serão idênticas e terão os mesmos direitos que as Ações já existentes e participarão de forma integral da distribuição de quaisquer dividendos e/ou juros sobre capital próprio e demais proventos que vierem a ser declarados após a sua emissão, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia e nos termos da regulamentação aplicável. Considerando o eventual exercício da totalidade dos 3.149.354 Bônus do Aumento de Capital emitidos, o capital social da Companhia seria acrescido em 3.149.354 Ações, equivalente a aproximadamente 2,27% do capital social emitido da Companhia indicado no item 17.1 deste Formulário de Referência.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	n/a
Outras características relevantes	Os Bônus do Aumento de Capital foram emitidos como vantagem adicional aos subscritores do Aumento de Capital. Foram conferidos 0,10 de Bônus do Aumento de Capital por nova ação subscrita no âmbito do Aumento de Capital, não sendo admitida a entrega de frações de Bônus do Aumento de Capital, de modo que o subscritor do Aumento de Capital recebeu 1 (um) Bônus do Aumento de Capital a cada múltiplo de 10 (dez) Ações subscritas. Assim, dos 3.149.607 Bônus do Aumento de Capital inicialmente emitidos, foram cancelados 252 Bônus do Aumento de Capital, em razão da desconsideração das frações dos Bônus do Aumento de Capital após a homologação total do Aumento de Capital ocorrida em 21/03/2017. Os Bônus do Aumento de Capital que não tenham sido exercidos no período compreendido entre 02/04/2019, inclusive, e 03/06/2019, inclusive, serão automaticamente extintos.
Identificação do valor mobiliário	9ª emissão de debêntures simples

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	11/02/2019
Data de vencimento	11/02/2026
Quantidade	450.000
Valor total	450.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	450.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Por se tratar de uma emissão realizada através de esforços restritos, as debêntures possuem restrições a circulação nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Hipótese e cálculo do valor de resgate**

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, a qualquer tempo, e (ii) com relação às Debêntures da Segunda Série, a qualquer tempo a partir de 11 de fevereiro de 2022, inclusive, em qualquer caso, com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures de todas ou de qualquer das séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado descrito acima (observado que, caso o resgate antecipado facultativo aconteça em qualquer data de pagamento da Remuneração da respectiva série, deverá ser desconsiderada a Remuneração da respectiva série devida até tal data), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = d/252 * PA * VN$$

Onde:

VN = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

d = quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo resgate antecipado e a Data de Vencimento da Primeira Série ou a Data de Vencimento da Segunda Série, conforme o caso; e

PA = percentual aplicável que corresponderá a: (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, (a) 0,40% entre a Data de Emissão e 11/02/2020, exclusive; (b) 0,35% entre 11/02/2020, inclusive, e 11/02/2021, exclusive; ou (c) 0,20% entre 11/02/2021, inclusive, e a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, exclusive; e (ii) com relação às Debêntures da Segunda Série, (a) 0,35% entre a 11/02/2022 e 11/02/2023, exclusive; (b) 0,30% entre 11/02/2023, inclusive, e 11/02/2024, exclusive; (c) 0,25% entre 11/02/2024, inclusive, e 11/02/2025; ou (d) 0,20% entre 11/02/2025, inclusive, e a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, exclusive.

Além disso, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial das Debêntures de qualquer uma das séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i) as Debêntures da Primeira Série vencem em 11/02/2024, devendo o Valor Nominal Unitário respectivo ser amortizado em duas parcelas, sendo: (a) a primeira parcela, correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário respectivo, devida em 11/02/2023, e (b) a segunda parcela, correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário respectivo, devida na data de vencimento antes mencionada, e as Debêntures da Segunda Série vencem em 11/02/2026, devendo o Valor Nominal Unitário respectivo ser amortizado em duas parcelas, sendo: (x) a primeira parcela, correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário respectivo, devida em 11/02/2025, e (y) a segunda parcela, correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário respectivo, devida na data de vencimento antes mencionada; (ii) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário (a) das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de sobretaxa de 0,75% ao ano, base 252 dias úteis; e (b) das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano, base 252 dias úteis; (iii) as Debêntures são da espécie quirografária, não contando com garantias reais ou fidejussórias; (iv) o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão; (v) o agente fiduciário da 9ª Emissão é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, à qual será devida uma remuneração de R\$8.000,00 por ano, reajustada anualmente pela variação positiva do IGPM-FGV.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que: (i) quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries deverão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de Debenturistas conjunta, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries; e (ii) quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da respectiva série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas e das assembleias gerais de Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, a cada uma das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso, caberá um voto. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas e em assembleia geral de Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso, exceto se de outra forma previsto na Escritura de Emissão e nas hipóteses de alteração (a) de qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Escritura de Emissão; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (h) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (i) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (j) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, que somente poderão ser propostas pela Companhia e deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação.

Outras características relevantes

A 9ª emissão de debêntures possui 2 séries, sendo 338.800 Debêntures da 1ª Série com vencimento em 11 de fevereiro de 2024 e 111.200 Debêntures da 2ª Série com vencimento em 11 de fevereiro de 2026, totalizando 450.000 debêntures.

Identificação do valor mobiliário

8ª emissão de debêntures simples

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	26/03/2018
Data de vencimento	26/03/2023
Quantidade	450.000
Valor total	450.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	450.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Por se tratar de uma emissão realizada através de esforços restritos, as debêntures possuem restrições a circulação nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476/09.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 5 Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado descrito acima (observado que, caso o resgate antecipado facultativo aconteça em qualquer data de pagamento da Remuneração, deverá ser desconsiderada a Remuneração devida até tal data), calculado de acordo com a seguinte fórmula: $\text{Prêmio} = d/252 * PA * VN$ Onde: VN = saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; d = quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo resgate antecipado e a Data de Vencimento; e PA = percentual aplicável que corresponderá a: (i) 0,40% entre a Data de Emissão e 26/03/2019, inclusive; (ii) 0,35% entre 27/03/2019, inclusive, e 26/03/2020, inclusive; ou (iii) 0,20% entre 27/03/2020, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive. Além disso, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

(i) as Debêntures vencem em 26/03/2023, devendo o Valor Nominal Unitário ser amortizado em duas parcelas, sendo: (a) a primeira parcela, correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário, devida em 26/03/2022, e (b) a segunda parcela, correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário, devida na data de vencimento antes mencionada; (ii) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de sobretaxa de 1,40% ao ano, base 252 dias úteis; (iii) as Debêntures são da espécie quirografária, não contando com garantias reais ou fidejussórias; (iv) o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão; (v) o agente fiduciário da 8ª Emissão é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, à qual será devida uma remuneração de R\$8.000,00 por ano, reajustada anualmente pela variação positiva do IGPM-FGV.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, exceto se de outra forma previsto na Escritura de Emissão e nas hipóteses de alteração (a) de qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Escritura de Emissão; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (h) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (i) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (j) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, que somente poderão ser propostas pela Companhia e deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação.

Outras características relevantes

N/A

Identificação do valor mobiliário

10ª emissão de debêntures simples

Data de emissão

16/09/2019

Data de vencimento

16/09/2024

Quantidade

350.000

Valor total

350.000.000,00

Saldo Devedor em Aberto

350.000.000,00

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

Por se tratar de uma emissão realizada através de esforços restritos, as debêntures possuem restrições a circulação nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476/09.

Conversibilidade

Não

Possibilidade resgate

Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Hipótese e cálculo do valor de resgate**

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado descrito acima (observado que, caso o resgate antecipado facultativo aconteça em qualquer data de pagamento da Remuneração, deverá ser desconsiderada a Remuneração devida até tal data), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = \text{Prazo Médio}^1 * \text{PA} * \text{VN}$$

ou

$$\text{Prêmio} = \text{Prazo Médio}^2 * \text{PA} * \text{VN}$$

Onde:

VN = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

PA = (i) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano entre a Data de Emissão (inclusive) e 16 de setembro de 2021 (exclusive); e (ii) 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano entre 16 de setembro de 2021 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

(I) caso o resgate antecipado facultativo ocorra até a data de pagamento da primeira parcela de amortização ordinária, conforme prevista na Cláusula 7.11 acima, inciso I (inclusive):

$$\text{Prazo Médio}^1 = \{(\text{du}1/252) + [(\text{du}2/252)/2]\}$$

onde:

du1 = quantidade de dias úteis entre a data de pagamento do resgate antecipado facultativo (inclusive) e a data de pagamento da primeira parcela de amortização ordinária, conforme prevista na Cláusula 7.11 acima, inciso I (exclusive).

du2 = quantidade de dias úteis entre a data de pagamento da primeira parcela de amortização ordinária, conforme prevista na Cláusula 7.11 acima, inciso I (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive); ou

(II) caso o resgate antecipado facultativo ocorra após a data de pagamento da primeira parcela de amortização ordinária, conforme prevista na Cláusula 7.11 acima, inciso I (exclusive):

$$\text{Prazo Médio}^2 = [(\text{du}/252)]$$

onde:

du = quantidade de dias úteis entre a data de pagamento do resgate antecipado facultativo (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	(i) as Debêntures vencem em 16/09/2024, devendo o Valor Nominal Unitário respectivo ser amortizado em duas parcelas, sendo: (a) a primeira parcela, correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário respectivo, devida em 16/09/2023, e (b) a segunda parcela, correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário respectivo, devida na data de vencimento antes mencionada; (ii) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de sobretaxa de 0,75% ao ano, base 252 dias úteis; (iii) as Debêntures são da espécie quirografária, não contando com garantias reais ou fidejussórias; (iv) o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão; (v) o agente fiduciário da 10ª Emissão é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, à qual será devida uma remuneração de R\$8.000,00 por ano, reajustada anualmente pela variação positiva do IGPM-FGV.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas e das assembleias gerais de Debenturistas a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, exceto se de outra forma previsto na Escritura de Emissão e nas hipóteses de alteração (a) de qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Escritura de Emissão; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (h) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (i) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (j) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, que somente poderão ser propostas pela Companhia e deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação.
Outras características relevantes	N/A

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	1	7	302

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3 S.A Bolsa, Brasil Balcão sob o código “MYPK3” desde março de 2008.

As debêntures da oitava, nona e décimas emissões públicas, assim como as notas comerciais emitidas publicamente pela Companhia, foram depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as debêntures depositadas eletronicamente na B3.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário		Identificação do Valor Mobiliário		País	Mercado Valor Mobiliário	
Entidade Administradora		Data de admissão		Data de Início listagem	Percentual	
Descrição de Segmento de Negociação						
Descrição do Banco Depositário						
ADR Nível 1		IOCJY		Estados Unidos	Mercado de balcão	
BNY Mellon		29/04/1994		29/04/1999	0.030000%	
Não				Não		
Não				Não		

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

N/A

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Em 26 de março de 2018, concluímos nossa Oitava Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, no valor mínimo de R\$ 450,0 milhões, com prazo de 5 anos, as quais foram ofertadas publicamente, nos termos da ICVM nº 476/09. Os recursos líquidos obtidos pela companhia com a oitava emissão foram utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros consolidados da Companhia.

Em 11 de fevereiro de 2019, concluímos nossa Nona Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, no valor de R\$ 450,0 milhões em duas séries sendo 338,8 milhões na 1ª Série com vencimento em 11 de fevereiro de 2024 e 111,2 milhões na 2ª Série com vencimento em 11 de fevereiro de 2026. Os recursos líquidos obtidos pela companhia missão foram utilizados, primeiramente, para o reperfilamento de passivos financeiros consolidados da Companhia e posteriormente para o reforço de caixa da Companhia.

Em 16 de setembro de 2019, a Companhia concretizou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (ICVM 476), no valor total de R\$350.000, série única, com prazo de vencimento de cinco anos, vencendo-se em 16 de setembro de 2024. Os recursos obtidos pela Companhia com a emissão foram integralmente utilizados (i) para Liquidação total do Sindicato de Bancos nos Estados Unidos, celebrado em 30 de abril de 2018; e (ii) o saldo remanescente, para o reforço de caixa da Companhia.

Em 31 de março de 2020, a Companhia realizou a 3ª Emissão de notas promissórias comerciais, com prazo de emissão de até 365 dias, vencendo-se em 31 de março de 2021, no valor total de até R\$ 300.000.000,00, tendo sido efetivamente colocadas notas promissórias no montante de R\$100.000.000,00. Os recursos obtidos pela Companhia com a emissão das Notas Promissórias foram integralmente utilizados no âmbito dos negócios de gestão ordinária da Companhia, para reforço de seu capital de giro.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Em março de 2018, a Companhia concluiu sua Oitava Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ação, da espécie quirografária. Os recursos líquidos obtidos pela companhia com a oitava emissão foram utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros consolidados da Companhia. Não houve desvio entre a aplicação efetiva dos recursos e o inicialmente pactuado.

Em fevereiro de 2019, a Companhia concluiu sua nona Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ação, da espécie quirografária. Os recursos líquidos obtidos pela companhia com a nona emissão foram utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros consolidados da Companhia e reforço de caixa. Não houve desvio entre a aplicação efetiva dos recursos obtidos e as propostas de aplicação divulgadas e o inicialmente pactuado.

Em fevereiro de 2019, a Companhia concluiu sua Nona Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ação, da espécie quirografária. Os recursos líquidos obtidos pela companhia com a nona emissão foram utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros consolidados da Companhia e reforço de caixa. Não houve desvio entre a aplicação efetiva dos recursos obtidos e as propostas de aplicação divulgadas e o inicialmente pactuado.

Em outubro de 2019, a Companhia concluiu sua Décima Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ação, da espécie quirografária. Os recursos líquidos obtidos pela companhia com a nona emissão foram utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros consolidados da Companhia e reforço de caixa. Não houve desvio entre a aplicação efetiva dos recursos obtidos e as propostas de aplicação divulgadas e o inicialmente pactuado.

Em junho de 2020, a Companhia concluiu emissão pública, com esforços restritos, de Notas Comerciais, os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados no âmbito dos negócios de gestão ordinária da Companhia, para reforço de seu capital de giro. Não houve desvio entre a aplicação efetiva dos recursos obtidos e as propostas de aplicação divulgadas e o inicialmente pactuado.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**Devido a erros no sistema, conforme indicado no item 18.5, seguem as hipóteses e cálculo do valor de resgate relativo a 3ª emissão de notas promissórias comerciais:**

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Notas Promissórias Comerciais, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, com o consequente cancelamento das Notas Promissórias Comerciais efetivamente resgatadas, que será endereçada a todos os Titulares, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Titulares, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, para aceitar o resgate antecipado das Notas Promissórias Comerciais de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo:

I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de aviso aos Titulares, nos termos das Cártulas das Notas Promissórias Comerciais, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Notas Promissórias Comerciais e abrangerá todas as séries ou determinada série a ser especificada; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Notas Promissórias Comerciais, a quantidade de Notas Promissórias Comerciais objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo a quantidade correspondente a cada série a ser resgatada, conforme o caso, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por Titulares representando determinada quantidade mínima de Notas Promissórias Comerciais; (d) o prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma e o prazo de manifestação, à Companhia, com cópia ao Agente Fiduciário, pelos Titulares que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado que o silêncio do Titular quanto à adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será considerado não adesão por tal Titular à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Notas Promissórias Comerciais indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Notas Promissórias Comerciais indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data da Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Titulares e à operacionalização do resgate antecipado das Notas Promissórias Comerciais indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;

II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a realização ou não do resgate antecipado, conforme os critérios estabelecidos na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, e a quantidade de Notas Promissórias Comerciais que serão resgatadas; e (b) com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Custodiante, ao Banco Mandatário e à B3 a respectiva data do resgate antecipado;

III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Promissórias Comerciais indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias Comerciais objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, do prêmio de resgate antecipado oferecido aos Titulares da respectiva série, a exclusivo critério da Companhia, que não poderá ser negativo;

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Notas Promissórias Comerciais, e a quantidade de Notas Promissórias Comerciais que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será realizado mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Titulares, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Notas Promissórias Comerciais a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da B3. Os Titulares sorteados serão informados pela Companhia, por escrito, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;

V. o pagamento das Notas Promissórias Comerciais resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos das Cártulas das Notas Promissórias Comerciais; e

VI. o resgate antecipado, com relação às Notas Promissórias Comerciais que (a) estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais e normas da B3; e (b) não estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Banco Mandatário.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
12/09/2016	12/09/2016 à 19/09/2016	228.778.000,00	Ordinária		120.000	0,145644	120.000		17,96	R\$ por Unidade 100,000000
O programa de recompra tem por objetivo a aquisição de ações de emissão da própria Companhia em virtude de seu plano de incentivo de longo prazo, o qual prevê o pagamento de um prêmio pecuniário a determinados diretores e empregados da Companhia, corrigido de acordo com valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, e visa a eliminar ou reduzir o impacto nas obrigações da Companhia em decorrência da referida valorização. A Companhia manterá as ações adquiridas em tesouraria podendo aliená-las em bolsa de valores para fins do de utilização dos recursos para o pagamento do prêmio mencionado acima.										
27/04/2017	16/05/2017 à 24/05/2017	252.200.000,00	Ordinária		300.000	0,002408	300.000		15,60	R\$ por Unidade 100,000000
O programa de recompra tem por objetivo a aquisição de ações de emissão da própria Companhia em virtude de seu plano de incentivo de longo prazo, o qual prevê o pagamento de um prêmio pecuniário a determinados diretores e empregados da Companhia, corrigido de acordo com valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, e visa a eliminar ou reduzir o impacto nas obrigações da Companhia em decorrência da referida valorização.										
20/02/2018	05/03/2018 à 19/03/2018	217.400.000,00	Ordinária		551.000	0,370000	551.000		24,31	R\$ por Unidade 100,000000
O programa de recompra tem por objetivo a aquisição de ações de emissão da própria Companhia em virtude de seu plano de incentivo de longo prazo, o qual prevê o pagamento de um prêmio pecuniário a determinados diretores e empregados da Companhia, corrigido de acordo com valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, e visa a eliminar ou reduzir o impacto nas obrigações da Companhia em decorrência da referida valorização.										

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Exercício social 31/12/2019**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R\$ por Unidade
Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação	
Quantidade Inicial	1.223.089		
Quantidade adquirida	132.000	22,63	
Quantidade alienada	4.078	21,89	
Quantidade cancelada	0		
Quantidade final	1.351.011		
Relação valores mobiliários em circulação	0,000001%		

Exercício social 31/12/2018

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R\$ por Unidade
Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação	
Quantidade Inicial	683.411		
Quantidade adquirida	551.000	24,31	
Quantidade alienada	11.322	23,10	
Quantidade cancelada	0		
Quantidade final	1.223.089		
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%		

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Exercício social 31/12/2017**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação R\$ por Unidade
Movimentação			
	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação	
Quantidade Inicial	386.043		
Quantidade adquirida	300.000	15,60	
Quantidade alienada	2.632	21,83	
Quantidade cancelada	0		
Quantidade final	683.411		
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%		

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	31/10/2018
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Acionistas detentores do Controle da Companhia, caso verifique-se a sua existência Todos os Administradores da Companhia Membros do Conselho Fiscal da Companhia, caso instalado Membros de comitês com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, incluindo, sem limitação, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e de outros comitês de assessoramento do Conselho de Administração Demais pessoas indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores e/ou pelo Comitê, a exclusivo critério destes, inclusive empregados, colaboradores ou outros acionistas da Companhia e/ou de suas Controladas, que tenham ou possam vir a ter Informações Relevantes relativas à Companhia e/ou suas Controladas

Principais características

Companhia possui uma política de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Informações, a qual é informada aos seus acionistas, administradores e funcionários de acordo com a regulamentação em vigor, assim como as práticas de difusão de normas e procedimentos da Companhia ("Política"). Nesse passo a Política está disponível na disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores. As regras e restrições previstas na Política têm por objetivo evitar que as pessoas sujeitas à ela ("Pessoas Vinculadas"), façam uso de Informações Relevantes com a finalidade de obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio de negociação de Valores Mobiliários. Assim, é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da pelas Pessoas Vinculadas nos períodos de vedação, o quais se encontram abaixo descritos.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	(i) sempre que estiver pendente de divulgação qualquer Fato Relevante de que tenham conhecimento; (ii) no período de 15 (quinze) dias que anteceder à divulgação das informações financeiras trimestrais (ITR) e anuais (DFP) e no próprio dia da divulgação, antes que tais informações tornem-se públicas, sendo certo que a contagem do período de 15 (quinze) dias deverá ser feita excluindo-se o dia da efetiva divulgação; (iii) no contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários de acordo com a Instrução CVM nº 400/03 ou Instrução CVM nº 476/09, as Pessoas Vinculadas deverão, sem prejuízo da divulgação pela Companhia das informações periódicas e eventuais exigidas pela CVM, abster-se de negociar, até a publicação do respectivo anúncio de encerramento de distribuição, com Valores Mobiliários da Companhia da espécie objeto da respectiva oferta pública, neles referenciados, conversíveis ou permutáveis, salvo nas hipóteses excetadas na Instrução CVM nº 400 (também aplicáveis à Instrução CVM nº 476), sendo que, no caso da oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários com esforços restritos, ainda haverá vedação de negociação durante o período de 90 (noventa) dias contados da subscrição ou aquisição de determinados Valores Mobiliários, caso a Pessoa Vinculada seja investidor em tal oferta, nos termos da Instrução CVM nº 476/09 (iv) assim que tiverem acesso a qualquer informação relativa à intenção de realizar incorporação, cisão total ou parcial, transformação, fusão ou reorganização societária envolvendo a Companhia; enquanto estiver em curso aquisição ou alienação de Ações pela própria Companhia suas Controladas, Coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, sendo, neste caso específico, a vedação aplicável exclusivamente às seguintes Pessoas Vinculadas: acionistas detentores do Controle da Companhia (se houver) e os Administradores da Companhia. A área de relações com investidores da Companhia tem por prática o monitoramento das negociações com ações da Companhia. Na hipótese de verificação de descumprimento da Política, o infrator estará sujeito a sanções disciplinares, de acordo com as regras internas da Companhia, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis nos termos das normas e regulamentações aplicáveis. A Companhia poderá desligar o infrator de suas atividades na Companhia ou de suas Controladas e tomar outras medidas legais aplicáveis.
--	---

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Companhia possui uma política de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Informações, a qual é informada aos seus acionistas, administradores e funcionários de acordo com a regulamentação em vigor, assim como as práticas de difusão de normas e procedimentos da Companhia ("Política"). Nesse passo a Política está disponível na disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores, assim como na intranet da Companhia, juntamente com as suas demais normas e procedimentos. De todo modo, todas as pessoas sujeitas à Política devem declarar ciência e aderir aos seus termos mediante assinatura do respectivo Termo de Adesão.

De acordo com a Política, a Companhia mantém um Comitê de Divulgação e Negociação composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 8 membros, entre os quais necessariamente o Diretor de Relações com Investidores, o Diretor Presidente da Companhia e um membro do departamento jurídico da Companhia. Caberá ao comitê assessorar o Diretor de Relações com Investidores quanto à decisão sobre a divulgação de informações ao mercado por quaisquer meios, entre os quais o formulário de referência, os formulários para arquivo junto à CVM e a Bolsa de Valores, fatos relevantes, comunicados ao mercado, avisos aos acionistas e press-releases, buscando assegurar que seu conteúdo seja claro e preciso e utilize linguagem acessível ao mercado em geral, bem como outras decisões em análises de fatos ou eventos referentes à Política.

As pessoas vinculadas à política da Companhia deverão comunicar de imediato quaisquer fatos que considerem Fato Relevante que venham a tomar conhecimento, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores, para que este, por sua vez, tome as medidas necessárias à eventual divulgação da informação (caso seja efetivamente Fato Relevante).

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A Companhia possui uma política de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Informações, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de outubro de 2018 e se encontra disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores ("Política"). A Política fixa as regras e diretrizes a serem observadas no tratamento de informações da Companhia, seja no que se refere à manutenção de sigilo ou sua divulgação, conforme a legislação em vigor, assim como especifica as pessoas sujeitas a tais regras e suas obrigações, quais sejam

- (i) acionistas detentores do Controle da Companhia, caso verifique-se a sua existência;
- (ii) todos os Administradores da Companhia;
- (iii) membros do Conselho Fiscal da Companhia, caso instalado;
- (iv) membros de comitês com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, incluindo, sem limitação, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e de outros comitês de assessoramento do Conselho de Administração; e
- (v) demais pessoas indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores e/ou pelo Comitê, a exclusivo critério destes, inclusive empregados, colaboradores ou outros acionistas da Companhia e/ou de suas Controladas, que tenham ou possam vir a ter Informações Relevantes relativas à Companhia e/ou suas Controladas, podendo estes, em casos justificados pelo Comitê, serem dispensados da celebração do Termo de Adesão.

A Política trata, em especial, da verificação da ocorrência de eventos que ensejam a publicação de Fato Relevante, conforme definido pela Instrução CVM nº 358/02, assim como sua devida divulgação

Nos termos da Política, cabe ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os Fatos Relevantes sejam divulgados na forma prevista na lei, na regulamentação aplicável e nesta Política, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação simultânea em todos os mercados em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam negociados.

A Política estabelece que, salvo em situações excepcionais, a divulgação de quaisquer Fatos Relevantes ocorrerá antes do início ou, preferencialmente, após o encerramento dos negócios nos mercados em que os Valores Mobiliários sejam negociados, sendo certo que, em caso de incompatibilidade de horários com outros mercados, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Ainda, a divulgação de Fato Relevante ocorrerá por intermédio do portal de notícias "<http://www.valor.com.br/fatosrelevantes>" e, a critério da Companhia, por mais portais de notícias com página na rede mundial de computadores que disponibilizem, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade. Por fim, a Companhia divulgará o Fato Relevante nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores, e poderá, a seu critério, divulgá-lo por outros meios utilizados pelo mercado, observada a regulamentação aplicável. Note-se que a divulgação por meio da publicação nos jornais, quando ocorrer, poderá ser feita de

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

forma reduzida, desde que indicados os endereços na rede mundial de computadores onde a informação completa estará disponível ao público interessado, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

É importante notar que, nos termos da Política, os Controladores, caso existam, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, caso verifiquem a omissão do Diretor de Relações com Investidores com relação à divulgação de Fato Relevante, ficam obrigados a informar imediatamente o Fato Relevante à CVM, conforme os termos da Instrução CVM nº 358/02.

Nos termos da Política, a princípio, a Companhia não comenta rumores ou especulações originadas no mercado ou na imprensa.

A Política estabelece que quando se tratar de divulgação de informação que não enseje a publicação de um Fato Relevante, porém seja de interesse dos acionistas da Companhia e do mercado em geral, serão utilizados outros meios de divulgação como os comunicados ao mercado, releases de resultados, avisos aos acionistas, conforme o caso.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O Sr. Elcio Mitsuhiro Ito, Diretor de Relações com Investidores da Companhia, é o responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação, bem como pela divulgação e comunicação de qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, conforme definido na Instrução CVM nº 358/02, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, à B3 e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são admitidos à negociação.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.